



OS - HISTÓRIAS

Livro 3

Pré-vestibular História

SISTEMA DE ENSINO
POLIEDRO

Autoria: Gilberto Elias Salomão.

Diretor executivo: Nicolau Arbex Sarkis.

Gerência editorial: João Carlos Puglisi.

Coordenação de edição técnica: Marília L. dos Santos C. Ribeiro.

Edição técnica: Equipe de editores técnicos da Editora Poliedro.

Coordenação de produção editorial: Livia Scherrer dos Santos.

Analista de produção editorial: Claudia Moreno Fernandes.

Coordenação de edição: Michelle Silva da Mata e Vivian Plascak Jorge.

Edição: Equipes de edição da Editora Poliedro.

Coordenação de revisão: Mariana Castelo Queiroz.

Revisão: Equipe de revisão da Editora Poliedro.

Coordenação de arte: Antonio Domingues e Kleber S. Portela.

Diagramação: Equipes de arte da Editora Poliedro.

Ilustrações: Equipes de ilustração da Editora Poliedro.

Coordenação de licenciamento: Ana Rute A. M. Perugini.

Licenciamento: Equipe de licenciamento da Editora Poliedro.

Projeto gráfico: Alexandre Moreira Lemes e Kleber S. Portela.

Projeto gráfico da capa: Bruno Torres e Varão Monteiro Junior.

Coordenador de PCP: Anderson Flávio Correia.

Impressão e acabamento: nywgraf Editora Gráfica Ltda.

Créditos: capa e frontispício Michał Kamiński/Szczebrzeszynski/Wikimedia Commons 5 Museu da Imagem e do Som • FCV/CPDOC • Biblioteca Nacional de Uruguay/Wikipedia 63 John Cast/Wikipedia • Torajirô Kasai/Wikipedia • Anton von Werner/Museen Nord/Bismarck Museum/Wikipedia **contracapa** Canicula/Shutterstock.

A Editora Poliedro pesquisou junto às fontes apropriadas a existência de eventuais detentores dos direitos de todos os textos e de todas as obras de artes plásticas presentes nesta obra, sendo que sobre alguns nenhuma referência foi encontrada. Em caso de omissão, involuntária, de quaisquer créditos faltantes, estes serão incluídos nas futuras edições, estando, ainda, reservados os direitos referidos nos arts. 28 e 29 da lei 9.610/98.

SISTEMA DE ENSINO
POLIEDRO

São José dos Campos - SP
ISBN: 978-85-7901-063-7
Telefax: (12) 3924-1616
editora@sistemapoliedro.com.br
www.sistemapoliedro.com.br

Copyright © 2015
Todos os direitos de edição reservados à Editora Poliedro

SUMÁRIO

Frente 1

8	A República Velha (1889-1930)	6
	A República da Espada (1889-1894)	7
	A República das Oligarquias: mecanismos fundamentais.....	11
	Economia e evolução política na República das Oligarquias.....	13
	Movimentos sociais na República Velha.....	18
	O fim da República Velha e a Revolução de 1930.....	22
	Revisando	24
	Exercícios propostos	26
	Textos complementares.....	34
	Exercícios complementares	39
9	A era Vargas (1930-1945)	42
	O Governo Provisório (1930-1934).....	43
	O Governo Constitucional (1934-1937).....	46
	O Estado Novo (1937-1945).....	48
	Revisando	52
	Exercícios propostos	52
	Textos complementares.....	57
	Exercícios complementares	60

Frente 2

7	A América no século XIX.....	64
	A independência da América espanhola.....	65
	Os Estados Unidos no século XIX.....	68
	Revisando	72
	Exercícios propostos	73
	Textos complementares.....	78
	Exercícios complementares.....	80
8	Ideias e movimentos sociais e políticos no século XIX.....	83
	O pensamento social e político ligado à	
	burguesia: o Liberalismo.....	84
	O pensamento social e político ligado ao	
	proletariado.....	84
	O movimento operário.....	86
	As unificações italiana e alemã.....	91
	Revisando	95
	Exercícios propostos.....	95
	Texto complementar	101
	Exercícios complementares.....	103
9	Expansão e crise do Capitalismo	107
	A Segunda Revolução Industrial	108
	A Primeira Guerra Mundial (1914-1918).....	117
	Revisando	126
	Exercícios propostos.....	126
	Textos complementares.....	132
	Exercícios complementares.....	136
	Cabarito.....	140



Frente 1

7

TITULO DE ELEITOR
DISTRICTO FEDERAL

o eleitoral GILOBIA

o de ordem da inscrição 1.447

da inscrição no cartorio 18 de Janeiro de 1933

NOME E SOBRENOME DO ELEITOR (por extenso)
ARTURIO DORNELLES VARGAS

Filiação General Mancel de Nascimento

Naturalidade S. Borja - Rio Grande

Idade 49 anos — Data do nascimento
Abril de 1883

Qualificativos
Estado civil Casado

Profissão Advogado

Arturio Vargas
ASSIGNATURA DO ELEITOR

1933



A República Velha (1889-1930)



A primeira bandeira do Brasil republicano, claramente inspirada na bandeira dos EUA.

Este capítulo aborda o período inicial da República no Brasil. Veremos que ela surge como um desenrolar das transformações que o país viveu ao longo do Segundo Reinado. Por outro lado, essas transformações só irão efetivamente se concluir com a Revolução de 1930.

Não houve um caráter revolucionário no movimento que depôs a Monarquia e implantou a nova ordem. Em grande parte, significou apenas uma troca dos grupos no poder. Os próprios métodos de dominação da oligarquia paulista, mesmo o país deixando de ser monárquico, reproduziam as velhas estruturas de poder, além do fato de que a economia seguiu com as mesmas características herdadas do período colonial, ou seja, o caráter agroexportador e a dependência externa.

Foram as transformações vividas pelo país ao longo das primeiras décadas do século XX, com o desenvolvimento efetivo de uma economia urbana, o aparecimento de focos de reação rural ao domínio das velhas oligarquias e o fortalecimento de novos grupos econômicos que possibilitaram a superação da República Velha e a implantação de um novo modelo político e econômico para o país.

A República da Espada (1889-1894)

A Proclamação da República resultou de uma aliança política que envolveu fundamentalmente a oligarquia cafeeira paulista e o Exército, tendo sido este último o instrumento efetivo de tomada do poder. Assim, em um primeiro momento após a proclamação, o poder esteve nas mãos de militares, em uma tentativa de consolidar a nova ordem e conter alguns focos de resistência ao novo modelo político.

Por essa razão, o período inicial, marcado pela existência de governos militares, foi um momento de instabilidade e de acertos políticos, até que um projeto definitivo fosse consolidado.

O governo Provisório de Deodoro da Fonseca (1889-1891)

O primeiro governo republicano apresentou um caráter necessariamente provisório, até que instituições definitivas reconhecessem de modo legal a nova ordem. Caberia a este governo tomar algumas medidas imediatas e convocar uma Assembleia Constituinte. Somente após a Constituição pronta é que o governo poderia ser dado como efetivado.

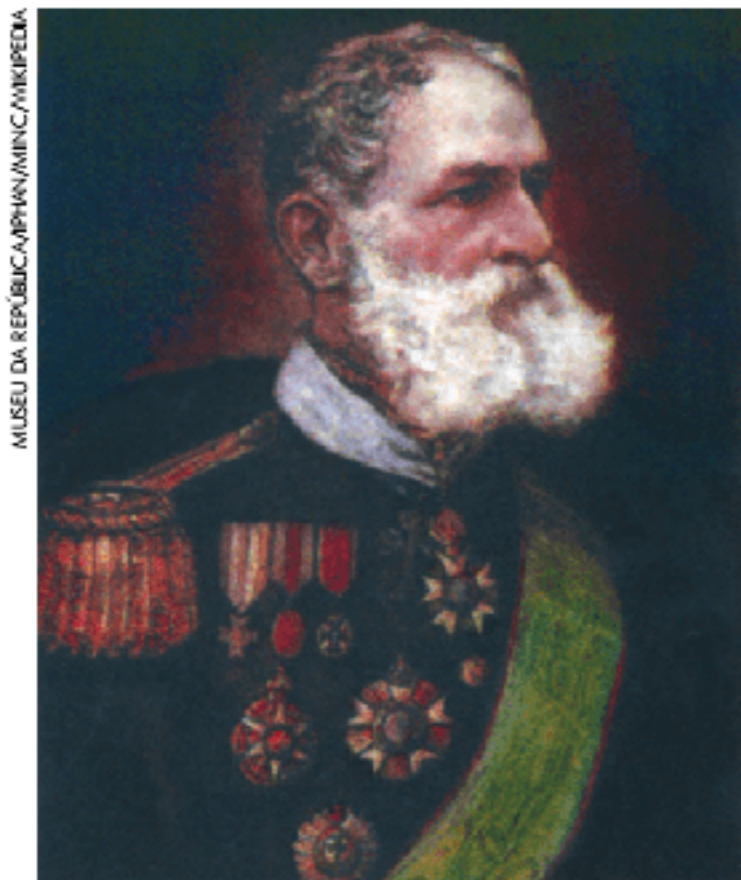


Fig. 1 Deodoro da Fonseca.

Assim, coube a Deodoro da Fonseca, líder do movimento que depusera d. Pedro II e a Monarquia, assumir a condição de Presidente da República recém-criada.

Vários problemas decorreram das próprias características pessoais de Deodoro. Militar de carreira, formado nas fileiras de combate e distante da formação acadêmica e intelectual, era um indivíduo que havia herdado todo o autoritarismo da disciplina militar; era destituído de habilidade para a negociação política. Sua atitude dificultou sensivelmente suas relações com o setor que, na verdade, detinha a hegemonia na nova ordem: os cafeicultores paulistas, que somente o aceitaram em função do risco que representava naquele momento abrir mão do apoio incondicional do Exército.

Algumas medidas importantes foram tomadas a princípio. Deodoro decretou a extinção de instituições políticas do Império, entre elas a Constituição de 1824, as Assembleias

Legislativas Provinciais, o Conselho de Estado, o Senado, a Câmara de Deputados e as Câmaras Municipais.

Decretou ainda a separação entre Igreja e Estado, fato que obrigava a criação de uma estrutura para registro civil de nascimentos, casamentos e óbitos, além da **secularização** dos cemitérios, que deixaram de ser administrados pela Igreja. Instituiu-se ainda a *grande naturalização*, ou seja, todos os estrangeiros que viviam no Brasil recebiam automaticamente a cidadania brasileira. Este ato visava solucionar um grave problema: o altíssimo número de imigrantes que entraram no país nas últimas décadas do Império, a maioria deles em situação ilegal até aquele momento.

Sem dúvida, a principal medida desse período foi a convocação da Assembleia Constituinte, cujas eleições foram marcadas para setembro de 1890.

Paralelamente a essas medidas, o primeiro governo republicano via-se às voltas com graves problemas econômicos. Para compreendê-los, devemos levar em consideração, em primeiro lugar, as condições gerais da economia brasileira no período do **ocaso** do Império.

Vimos que uma grave crise econômica abriu-se ao final da Guerra do Paraguai, com a retomada do endividamento e da dependência econômica em relação à Inglaterra. Essa retomada fez com que grande parte do surto de industrialização que o país conheceu durante as primeiras décadas do Segundo Reinado sofresse um duro golpe. Os produtos ingleses voltavam a entrar livremente no país, inviabilizando a produção interna.

Ao mesmo tempo, a própria Lei Áurea contribuiu para agravar a situação econômica. Setores ainda dependentes da mão de obra escrava tiveram uma queda brusca na produção e, consequentemente, o volume de exportações brasileiras, justamente no momento inicial da República, caiu consideravelmente.

Mais que isso, o caráter recente do novo regime inviabilizava a obtenção de empréstimos externos, na medida em que os grandes bancos internacionais não se sentiam seguros em relação a um governo ainda instável.

São esses os problemas econômicos básicos com os quais a República brasileira deparou-se já nos seus primeiros anos de existência. Cabia ao Ministro da Fazenda nomeado por Deodoro, o baiano Rui Barbosa, a tarefa de enfrentá-los.

A própria nomeação de Rui Barbosa, um intelectual sem muita experiência administrativa, merece algumas considerações. Sua atitude intelectual era do agrado de amplos setores do Exército, os quais viam com simpatia sua postura em favor do industrialismo, do desenvolvimento interno, atacando o imobilismo econômico da Monarquia. Rui Barbosa parecia, aos olhos do Exército, afinar-se com a postura positivista, de defesa do progresso a partir de uma política econômica agressiva, de um Estado capaz de promover medidas que tornassem possível esse desenvolvimento.

Secularização

Transformação ou passagem de coisas, fatos, pessoas, crenças e instituições, que estavam sob o domínio religioso, para o regime leigo.

Ocaso

Perda de poder, decadência.

Assim, Rui Barbosa partiu de alguns princípios altamente discutíveis para implantar sua política econômica. Acreditando que a libertação dos escravos e, conseqüentemente, a expansão do trabalho livre geraria grande demanda de moedas, e diante de uma situação na qual o Estado não possuía reservas monetárias sequer para honrar seus compromissos imediatos, autorizou a emissão de grandes volumes de papel-moeda. Ao mesmo tempo, criou leis facilitando o estabelecimento de sociedades anônimas e aumentou as tarifas alfandegárias de modo a dificultar as importações.

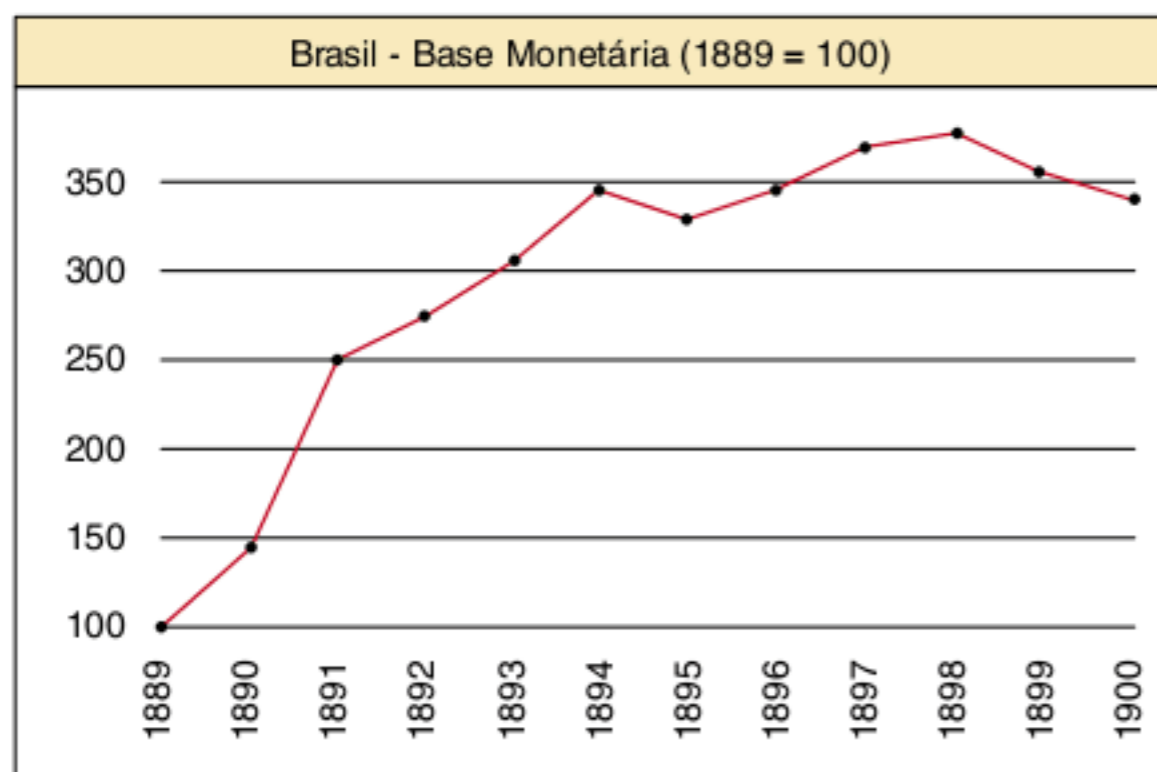


Fig. 2 Circulação monetária no Brasil durante os primeiros anos da República.

Rui Barbosa acreditava que esse conjunto de medidas geraria um amplo aumento dos negócios, promovendo o investimento no setor produtivo, principalmente nas indústrias. No entanto, isso não se verificou. A desvalorização da moeda, bem como a elevação das taxas de juros, gerou antes uma corrida especulativa, conhecida como *Crise do Encilhamento*. A inflação, com a qual o país não estava habituado, tornava muito mais atraente a compra de papéis, apostando na sua valorização, ou a estocagem de produtos, esperando a alta de preços, do que o investimento na produção.



Fig. 3 Agitação em frente ao Banco União do Comércio, como era chamada a Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. O Encilhamento promoveu a especulação e, conseqüentemente, uma crise financeira.

SAIBA MAIS

O Encilhamento

Há várias explicações para o uso do termo encilhamento. Uma delas está ligada ao termo *cilha*, a tira usada para apertar a cela ao corpo do cavalo. Neste caso, a palavra encilhamento teria o sentido de criar uma imagem de crescimento, uma corrida do país para o progresso; foi a forma através da qual Rui Barbosa tentou justificar sua política. Outro significado possível é ligado à palavra *siló*, o armazém de estocagem de cereais. Neste sentido, encilhamento seria a prática de estocar alimentos em vez de vendê-los, esperando que o preço subisse, efeito lógico da inflação provocada pela política emissora do governo.

Enquanto essa crise aprofundava-se, comprometendo ainda mais a economia do país, os trabalhos da Constituinte prosseguiram. Eles tiveram como base um projeto de Constituição elaborado por um grupo liderado por Rui Barbosa e baseado no modelo político dos Estados Unidos. A Assembleia eleita em setembro foi instalada em novembro de 1890, e já em fevereiro de 1891, a nova Constituição, a primeira do período republicano, era promulgada. Suas principais características eram:

- O Brasil passava a ser uma República federativa, com 20 estados-membros. Cada estado teria um governo próprio, contando, ao menos teoricamente, com alto grau de autonomia.
- Estabelecia-se o voto universal masculino, ou seja, eliminavam-se os critérios censitários de participação política existentes na Constituição imperial. É importante lembrar que o voto era aberto e excluía menores de 21 anos, soldados, padres, mendigos e analfabetos. O texto não citava as mulheres, o que significa que implicitamente excluía o voto feminino. Assim, apesar de oficialmente universal, os direitos de voto na República não são consideravelmente maiores que na Monarquia.
- Todos os cargos executivos e legislativos seriam preenchidos por meio do voto popular.
- Mandato presidencial e dos demais cargos executivos de 4 anos.
- Legislativo bicameral, ou seja, formado por uma Câmara de Deputados e pelo Senado. O mandato dos deputados era de 4 anos e dos senadores, 8 anos.

As disposições transitórias da Constituição estabeleciam que o primeiro presidente seria eleito não pelo voto popular, mas pela própria Constituinte. Verificou-se então, de forma efetiva, o primeiro confronto político mais sério dentro da República.

Sociedade anônima

Na sociedade anônima, o capital divide-se em ações. Assim, há uma abertura desse capital para vários sócios. Normalmente, é abreviada para S/A, SA, S.A.

O governo Constitucional de Deodoro da Fonseca (1891)

Os oito meses de governo constitucional de Deodoro da Fonseca (de março a novembro de 1891) foram um período de extrema conturbação política, agravada pelas características já descritas de Deodoro e pela crise econômica que se acentuava.

Além disso, não podemos esquecer que já não havia um caráter provisório que serviria de justificativa para atos autoritários de governo. O país já contava com uma estrutura legal de governo, à qual o presidente, militar ou não, teria que se submeter, incluindo aí um Legislativo que não lhe era partidário.

Assim, foram constantes os choques entre o presidente e o Congresso. Ante a oposição cada vez mais intensa, Deodoro toma uma medida de força. Em 3 de novembro, decretou o estado de sítio, o fechamento do Congresso e a prisão de alguns dos principais líderes da oposição. Para tanto, articulou-se com os governadores, os quais detinham o controle político sobre os deputados eleitos em seus respectivos estados, prometendo-lhes a permanência no cargo em troca do apoio ao golpe.

As reações a essa tentativa de Golpe de Estado vieram de todos os lados. No Rio Grande do Sul, a oposição já se organizava militarmente para resistir. Alguns líderes, como Prudente de Moraes, Bernardino de Campos e Campos Salles, conseguiram escapar à prisão e organizavam a resistência. Setores do próprio Exército, tendo à frente Floriano Peixoto, articularam-se contra o golpe. A reação incluiu também algumas classes de trabalhadores. Uma greve de ferroviários paralisou o Rio de Janeiro, ao mesmo tempo em que a Marinha colocava-se em ação.

No dia 23 de novembro, o almirante Custódio de Melo assumiu o comando dos navios ancorados no Rio de Janeiro e ameaçou bombardear a cidade caso Deodoro não renunciasse.

Diante de toda essa reação, Deodoro não teve outra opção a não ser renunciar. No mesmo dia, o vice-presidente Floriano Peixoto assumiu o poder.

O governo Floriano Peixoto (1891-1894)

A conturbação política e a crise econômica herdada do governo Deodoro acabaram definindo grande parte das atitudes de Floriano Peixoto na presidência.

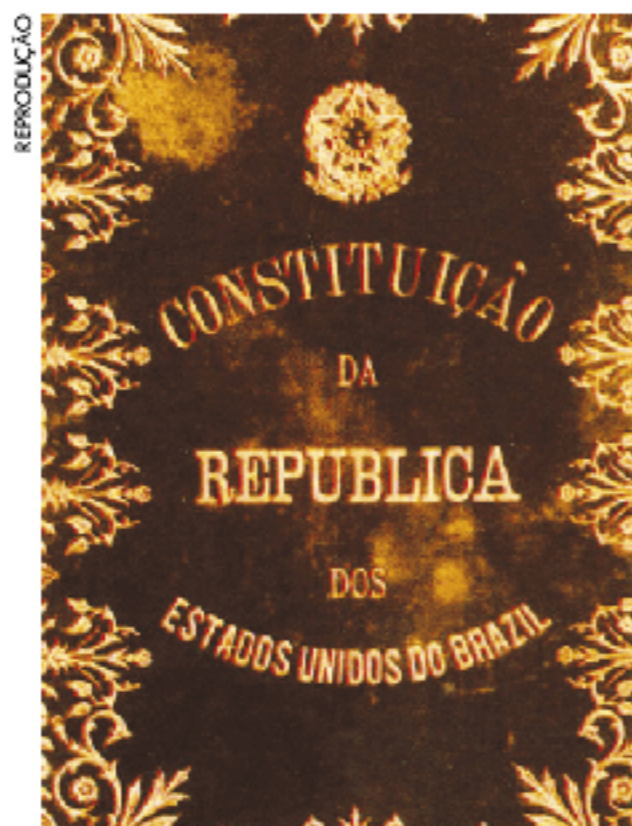


Fig. 4 Fac-símile da capa original da Constituição de 1891.

Deodoro da Fonseca lançou sua candidatura, tendo como vice em sua chapa o almirante Wandenkolk. Tratava-se de uma tentativa de atrair o apoio de setores da Marinha, uma arma até então francamente opositora ao novo regime. Por outro lado, os cafeicultores paulistas lançaram a candidatura de Prudente de Moraes que, em uma tentativa de não romper a aliança com o Exército, tinha como vice o marechal Floriano Peixoto, uma liderança que rivalizava com Deodoro.

Utilizando-se de todos os métodos para intimidar os deputados que votariam, incluindo ameaças e cartas anônimas, os partidários de Deodoro conseguiram assegurar sua vitória, mesmo assim com uma margem apertada de votos: 129 contra 97 dados a Prudente de Moraes. Fica claro o descontentamento com Deodoro, sendo que sua vitória deveu-se apenas à intimidação e ao medo de um golpe, ao verificarmos que Floriano Peixoto, como candidato a vice, recebeu a quase totalidade dos votos. Era uma forma de a Constituinte (agora Congresso Nacional, dividido em Assembleia Legislativa e Senado) marcar sua posição de antagonismo em relação ao presidente eleito. Essa postura ficou ainda mais clara quando, na própria cerimônia de posse dos eleitos, Floriano recebeu muito mais aplausos que o próprio Deodoro.

De qualquer forma, eleito, Deodoro iniciava seu curto e conturbado período como governante constitucional.



Fig. 5 Alegoria representando a eleição de Deodoro da Fonseca.



Fig. 6 Floriano Peixoto.

No terreno da economia, Peixoto se dedicou a encerrar a especulação comercial. Passou a estimular a criação de indústrias, tabelando preços e contendo a escalada inflacionária. Foi bem-sucedido nesta empreitada e, por isso, obteve certo apoio popular nas principais cidades do Brasil.

Houve também uma conduta altamente paternalista na sua atitude em relação aos setores pobres da população, com medidas de caráter inclusive demagógico, como a decretação da redução dos alugueis ou do preço da carne no Rio de Janeiro. Mesmo assim, sua política econômica, apesar do discurso nacionalista que poderia significar rivalidades e, conseqüentemente, dificuldades de exportação, acabou tendo por efeito uma redução da escalada inflacionária. Até certo ponto, o governo de Peixoto conseguiu promover uma retomada da atividade produtiva.

No entanto, seu sucesso não foi tão grande nas tarefas referentes à organização do Estado. O próprio mandato de Floriano Peixoto era polêmico. A Constituição estabelecia que, havendo a vacância da presidência, o vice-presidente assumiria sob determinadas condições. Se já houvesse transcorrido a metade do mandato presidencial, o vice-presidente apenas completaria o mandato. Em caso contrário, deveriam ser convocadas eleições para concluir o quadriênio.

Em uma interpretação estrita da Constituição, Floriano deveria convocar eleições em um período de três meses após sua posse. A conturbação política que se seguiu à queda de Deodoro e também o apoio da maior parte do Exército a Floriano fez com que essa disposição constitucional virasse letra morta. A rigor, Floriano governou até quando quis, estendendo seu mandato até 1894, deixando aos seus partidários no Congresso, no qual detinha maioria, a tarefa de criar justificativas legais para seu ato.

Outra característica de Floriano era sua postura contrária ao princípio federalista, alinhando-se com um setor do Exército que defendia que só um poder forte e centralizado poderia reprimir qualquer tentativa de retorno à Monarquia. Esse grupo ganhou a denominação de jacobinos, em uma menção à ação centralizadora de Robespierre durante a Revolução Francesa. Tais princípios, porém, não agradavam a burguesia do café, que não pretendia ser controlada por um poder central que lhe negasse qualquer autonomia local.

Tais problemas geraram duas crises consideráveis durante esse governo. A primeira tomou forma na Revolução Federalista do Rio Grande do Sul, entre 1893 e 1895. O movimento brotou de conflitos eminentemente locais. Na verdade, os princípios federalistas da Constituição de 1891 viabilizariam uma maior autonomia para as elites tradicionais da região (grandes proprietários de fazendas de gado), que haviam controlado a província durante o Império e, agora, estavam reunidos no Partido Liberal (PL).

No nível regional, este agrupamento enfrentava o Partido Republicano Rio-grandense (PRR), composto por uma elite emergente que se alimentava dos negócios do litoral e dos centros urbanos. Estes últimos acreditavam que a República deveria ser centralizada regionalmente, em um Executivo estadual que coibisse a ação dos componentes do PL. Já em 1891, os maragatos (integrantes do PL, que agora se intitulava Partido Federalista) haviam conseguido depor Júlio de Castilhos, velho líder do PRR e presidente do estado do Rio Grande do Sul.

No entanto, com a queda de Deodoro, Floriano reconduziu Castilhos ao poder gaúcho com o apoio de tropas federais. O fato desencadeou uma reação dos maragatos que deu início à revolução.



Fig. 7 Líderes federalistas em foto de 1894. Ao centro, Gumercindo e Aparício Saraiva.

Embora defendessem um regime federal forte, que reduzisse o poder dos Governos Estaduais, os maragatos tiveram em Floriano uma forte oposição. O marechal-presidente via em Júlio de Castilhos um homem perfeitamente integrado ao seu projeto positivista de um regime de garantia da ordem. Conseqüentemente, as tropas federais estiveram todo o tempo lutando ao lado dos pica-paus (partidários do PRR) contra os revoltosos.

O enfrentamento armado entre os pica-paus e os maragatos iniciou-se logo após a recondução de Júlio de Castilhos à presidência do estado, com ampla vantagem dos pica-paus. Os federalistas, inicialmente derrotados, refugiaram-se no Uruguai e na Argentina e, mais tarde, em Santa Catarina e no Paraná, de onde continuaram desfechando ataques ao Rio Grande do Sul. Os conflitos só terminaram em 1895, quando o novo presidente, Prudente de Moraes, conseguiu estabelecer um acordo na região.

Durante o governo de Floriano Peixoto, porém, a oposição apontava a sua **inépcia** para pôr fim ao conflito e chegou a exigir a sua deposição, lembrando que o seu mandato não era legítimo.

Parte desta oposição, composta por oficiais da Marinha, organizou a Revolta da Armada, em setembro de 1893. Liderados por Custódio José de Melo, que pretendia ser presidente, os oficiais alegavam que o presidente ilegítimo havia relegado a Marinha a um inadmissível segundo plano durante o seu governo. Exigiam a deposição de Floriano e, para isto, cercaram a baía da Guanabara com várias embarcações de guerra.

Inépcia
Incapacidade.

JUAN GUTIERREZ



Fig. 8 Fortificação passageira nas Docas d. Pedro II, 1894. Veem-se soldados da Guarda Nacional e canhão *Krupp* 75 mm c.24 TL.

Sob a repressão desencadeada pelo governo central, algumas naus fugiram para o Sul e se associaram aos federalistas gaúchos que haviam conseguido fugir às forças florianistas e castilhistas. Apesar da aliança, os recursos não foram suficientes para enfrentar a frota organizada pelo Rio de Janeiro. De forma impiedosa, Floriano mandou executar os marinheiros aprisionados e, assim, controlou o movimento.

Com essas medidas, terminava o mandato do Marechal de Ferro, cuja intolerância em relação aos inimigos justifica o apelido. No final do período de governo dos presidentes militares, a República estava consolidada, com os principais focos de oposição a ela contidos e neutralizados.

Na medida em que se aproximava o fim dos movimentos contrários à nova ordem, mais e mais se firmava o propósito da oligarquia paulista de **empalmar** definitivamente o poder. Articulava-se a candidatura do principal líder dessa oligarquia à sucessão de Floriano, Prudente de Moraes. Este chamou como vice-presidente em sua chapa o político baiano Manoel Vitorino, aliado histórico de Floriano. Prestava, assim, a oligarquia paulista seu tributo ao florianismo, porém assegurando a conquista efetiva do poder nas eleições marcadas para novembro de 1894, a primeira na qual o presidente foi eleito diretamente.

Com a vitória e ascensão de Prudente de Moraes ao poder, consolida-se o projeto da oligarquia paulista: fazer do novo regime um instrumento em defesa de seus interesses. Assim, a República que nasceu com Prudente assumiu uma feição plenamente oligárquica, marcada pelos vários mecanismos criados pela elite paulista para se sustentar no poder e assegurar seus interesses econômicos e políticos.

A República das Oligarquias: mecanismos fundamentais

O mandato de Prudente de Moraes significou a concretização do projeto político da aristocracia cafeeira paulista, a qual teria agora que criar mecanismos que viabilizassem sua dominação no âmbito federal. Para compreender quais foram

esses mecanismos, algumas considerações iniciais têm necessariamente que ser feitas.

É preciso lembrar que, a despeito de algumas iniciativas no sentido da industrialização, todas elas efêmeras e mal-sucedidas, o Brasil constituía-se ainda em um país essencialmente agrário, com todas as decorrências dessa condição. Uma delas, e não de pouca importância, liga-se à existência de uma aristocracia, a qual, contando com elementos como o isolamento das várias regiões e a própria fragilidade do Estado – fosse a extinta Monarquia ou a jovem República –, havia tecido mecanismos de dominação local que submetiam as populações rurais do país a um poder quase inatacável.

Essa aristocracia teve, inclusive, seu poder local oficializado durante a Regência, com a criação da Guarda Nacional, a qual apenas dava um caráter oficial à velha estrutura de domínio baseado em homens armados a serviço do grande proprietário. Assim, mesmo a Guarda Nacional tendo sido extinta pela República, o poder local mantinha-se intacto, baseado agora em elementos não legalizados, mas nem por isso menos fortes. Mesmo o termo que designava os chefes locais da antiga Guarda Nacional – coronel –, termo que tinha originalmente uma conotação militar, continuava a ser usado para designar o membro dessa elite de latifundiários que ainda mantinha o poder nos vários municípios de um país essencialmente rural.



Fig. 9 Charge da época satirizando o voto de cabresto.

O Coronelismo, elemento essencial na compreensão dos mecanismos políticos e sociais da República Velha, era uma forma de dominação que tinha na força seu elemento oculto. A dominação dos coronéis, no que toca ao seu relacionamento com a população, apresentava uma série de tentáculos que vinculavam poder econômico, paternalismo, incapacidade de uma população rural de estabelecer alternativas próprias de sobrevivência e luta por seus interesses, além de um Estado omisso que fazia dos líderes locais, senhores da vida e da morte daquela população. O coronel era, portanto, a única autoridade reconhecível pela sua gente. Com isso, era a ele que recorriam aqueles que precisavam sanar alguma dificuldade.

Assim, a atuação dos coronéis na região em que viviam sempre incorporava grande dose de paternalismo e clientelismo.

Empalmar

Tomar posse de alguma coisa.

O coronel era a alma da vida do município, não poupando esforços a cada catástrofe natural, a cada festividade, a cada atividade que pudesse **granjear-lhe** a simpatia. Mais que isso, seus vínculos com a população chegavam a assumir um caráter familiar e sagrado. Não raro, o coronel tornava-se padrinho dos filhos dos concidadãos, ampliando com laços de compadrio os vínculos com essa população.

Ao lado dessa atitude, o coronel mantinha uma força paramilitar, baseada nos jagunços, a qual se constituía na última reserva de seu poder.

É interessante lembrar que este poder dos coronéis não se limitava ao aspecto local. Uma vez que integravam a elite econômica nas várias regiões, eram eles quem elegiam os deputados e senadores que controlavam o poder em termos estaduais e o Legislativo federal. Garantiam, assim, o poder nos vários estados, fato que se torna mais significativo ao lembrarmos o caráter federativo da República, que conferia maior autonomia estadual.

Como o voto nos primeiros anos da República ainda era aberto, percebemos o nível de controle que os coronéis exerciam sobre as votações, transformando seus domínios em verdadeiros currais eleitorais por meio da fraude, da pressão eleitoral, de práticas de repressão e do voto de cabresto.

ATENÇÃO!

O voto de cabresto era um sistema de controle de poder político por meio do abuso de autoridade. O coronel dispunha de meios para controlar o seu “curral eleitoral” e fazer com que votassem conforme suas ordens. Como o voto era aberto, os eleitores eram fiscalizados por capangas do coronel. Entre os recursos mais comuns estavam a compra de votos, eleitores fantasmas, troca de favores e o uso de violência.

A República jamais teria condições de passar ao largo do poder dos coronéis. Assim, era obrigação do Governo Federal estabelecer mecanismos de composição política que atraíssem o apoio coronelista ou, no mínimo, os integrasse à estrutura de domínio.

O mais importante desses mecanismos foi, sem dúvida, a reciprocidade de apoio entre o Governo Federal e as bancadas estaduais. Essa política, conhecida como Política dos Governadores, caracterizou-se pela atitude do Governo Federal de sustentar o domínio das oligarquias estaduais em seus estados, em troca do apoio dos deputados eleitos para a Câmara Federal por grupos dominantes. Um elemento importante para a consolidação dessa política foi a criação, no governo de Campos Salles (cujo mandato será estudado adiante), da Comissão Verificadora de Poderes. Esta comissão tinha por função analisar a vida pregressa de todos os parlamentares eleitos. Esse órgão do Poder Legislativo foi bastante utilizado como mecanismo para impedir a posse de deputados eleitos pela oposição nos vários estados, utilizando-se de todos os tipos de acusações, falsas inclusive, para a alegação de que tal candidato não teria condições éticas ou morais para exercer o mandato. Assim, procedia-se à degola, ou seja, o não empossamento de parlamentares eleitos.

Mais que isso, o governo não intervinha nos estados, garantindo assim a perpetuação dessas oligarquias no poder. A estas, portanto, passa a interessar o apoio do Governo Federal, não entrando em confronto com seus interesses.

Tal jogo político era viável no que toca ao relacionamento com as oligarquias dos estados menos poderosos econômica e politicamente. Garantia a estas o poder local apenas, sem permitir qualquer pretensão desses grupos ao poder federal. Entretanto, havia ao menos um grupo que jamais poderia contentar-se com essa migalha política: a oligarquia mineira. A razão para isso está na importância econômica e no potencial eleitoral de Minas Gerais, que era inclusive o estado mais populoso do país e que, portanto, possuía a bancada mais numerosa no Congresso.

Assim, configurou-se uma aliança no plano federal, caracterizada pela partilha do poder entre paulistas e mineiros. Esse acordo iniciou a chamada política do Café com Leite. É importante lembrar que os três primeiros presidentes da República das oligarquias, Prudente de Moraes, Campos Salles e Rodrigues Alves, eram paulistas. Tal fato deve-se unicamente à inexistência de uma unidade entre os políticos mineiros no início da República. O Partido Republicano Mineiro (PRM) demorou a atingir o grau de coesão que caracterizou seu equivalente paulista, o PRP, desde sua fundação, como legítimo e incontestável interlocutor dos interesses da elite paulista.



Fig. 10 Ilustração da época, demonstrando a supremacia de São Paulo e Minas Gerais sobre os demais estados.

Ao final do governo Rodrigues Alves, em 1906, a oligarquia mineira encontrava-se unida em torno de um projeto político que incluía o exercício do poder em nível federal. Assim, constituiu-se um acordo entre paulistas e mineiros que não chegava a impor concessões de qualquer uma das partes, uma vez que os interesses de ambos os grupos eram rigorosamente os mesmos. Com isso, já para a sucessão de Rodrigues Alves, o Governo Federal apoiou, com todo o peso que isso representava em termos de controle eleitoral e fraude, a candidatura do mineiro Afonso Penna.

Granjear

Conquistar, atrair pelo modo de ser.

Obviamente que esse candidato, tanto quanto os demais em qualquer momento da velha República, só alcançaria a vitória se os mecanismos de controle local exercidos pelos coronéis sobre os eleitores fossem colocados a seu serviço. Assim, é possível mais uma vez compreender de que forma as políticas do Café com Leite e dos Governadores e o Coronelismo constituem-se verdadeiramente em partes indissociáveis do mesmo processo de sustentação do sistema oligárquico.

Economia e evolução política na República das Oligarquias

O governo Prudente de Moraes (1894-1898)

O primeiro presidente civil foi o paulista Prudente de Moraes que, eleito com 290 mil votos, governou entre 1894 e 1898. Herdou uma situação econômica difícil para seus conterrâneos produtores de café e a Revolta Federalista no Rio Grande do Sul. Em relação a esse conflito, Prudente de Moraes obteve sucesso na resolução do problema com os sulistas.

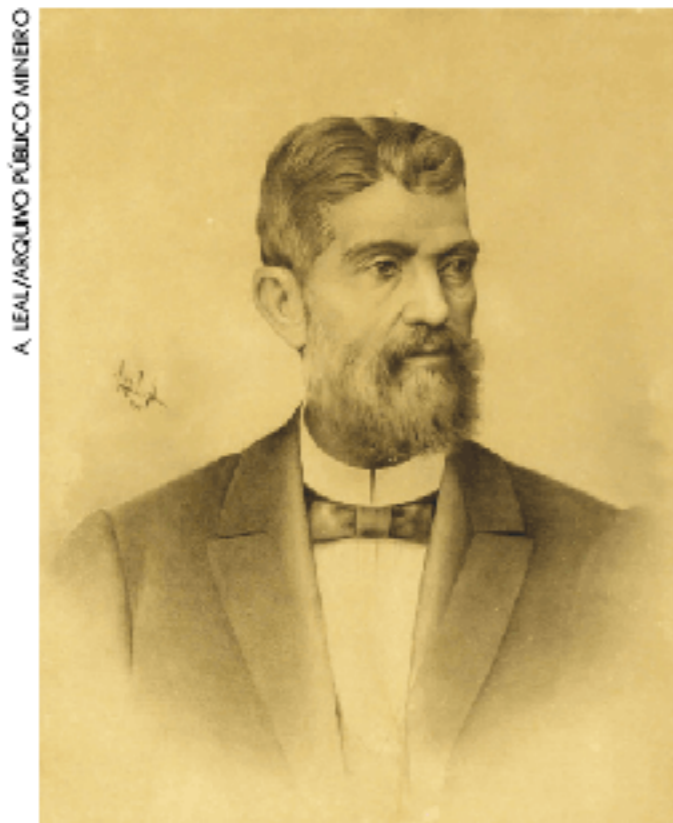


Fig. 11 Prudente de Moraes, primeiro presidente civil.

No entanto, lidou com uma nova situação quanto à produção cafeeira. Em 1896, 8 milhões de sacas de café abarrotavam os portos exportadores sem conseguir a procura necessária para uma produção que havia crescido desde a metade do século. Como consequência, os preços haviam caído vertiginosamente e os cafeicultores pediam a intervenção do Governo Federal. Os investidores internacionais já não aplicavam seus recursos no Brasil, pois temiam a instabilidade política. Procurando uma solução, o governo conseguiu um empréstimo de 7,5 milhões de libras no Banco Rothschild, em Londres, contornando temporariamente a crise. No entanto, evidenciavam-se as preferências do governo, pois, para resolver o problema dos produtores paulistas, optou-se por aumentar a dívida externa.

Prudente de Moraes enfrentou, ainda, outra situação de extrema tensão durante os anos de 1896 e 1897. Ela ocorreu no Nordeste e ficou conhecida como a Guerra de Canudos. Esse movimento expressou a decadência econômica da região latifundiária comandada pelos coronéis. Além disso, a população do local estava confinada à miséria e padecia com a seca.

A crise de Canudos acabou agravando a tensão política no país. A ala florianista, buscando meios para desacreditar o poder civil e com isso retomar o poder, utilizou como propaganda a ideia de que se tratava de um movimento monarquista e que somente um governo forte e centralizado nas mãos do Exército poderia afastar as ameaças de restauração monárquica. Os próprios insucessos das primeiras expedições fortaleceram a posição florianista. Assim, quando Prudente de Moraes adoeceu gravemente e afastou-se temporariamente da presidência, os militares ligados a Floriano procuraram impedir seu retorno, de modo que o vice, Manoel Vitorino (ligado aos militares), permanecesse no governo. Foi somente com o fracasso das expedições contra Canudos durante a presidência interina de Vitorino, que Prudente conseguiu retomar o poder.

Ainda assim, as pressões florianistas continuavam, particularmente no Rio de Janeiro. Fortalecido pela vitória sobre os revoltosos, Prudente prendeu vários opositores e decretou o estado de sítio, garantindo a eleição de seu sucessor em 1898: o fazendeiro paulista conservador Campos Salles, que governou até 1902.

O governo Campos Salles (1898-1902)

A principal preocupação de seu governo, em termos de política econômica, foi o saneamento financeiro do país. A situação econômica havia chegado à insolvência, pelo agravamento gerado pelos gastos do governo com as lutas militares durante as presidências de Floriano e Prudente.

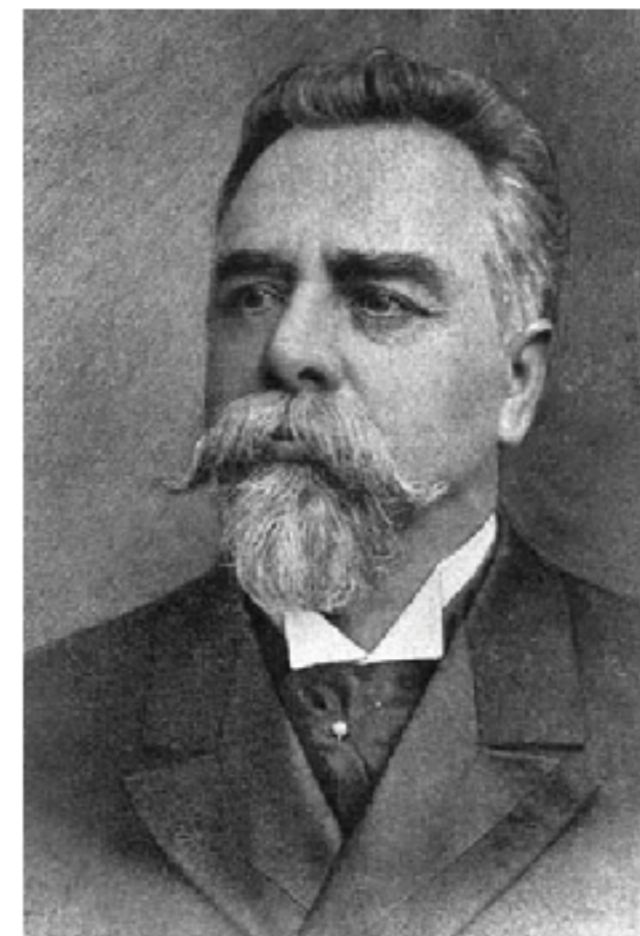


Fig. 12 Campos Salles.

Já eleito presidente, mesmo antes de sua posse, Campos Salles empreendeu uma viagem à Inglaterra com o objetivo de negociar com o Banco Rothschild um novo acordo para a dívida brasileira. Evidentemente que as condições em que se deram essa negociação eram altamente desfavoráveis ao governo brasileiro. A prática usual até então havia sido a de contratação de novos empréstimos para saldar as dívidas anteriores. Com isso, o endividamento externo aumentava, tendo, nesse momento, chegado a um limite crítico para os credores. A saída proposta por Campos Salles foi de um novo aporte

financeiro, de grandes proporções, acompanhada por amplas garantias dadas pelo governo brasileiro. Estas incluíam nada menos que toda a renda alfandegária brasileira e as receitas da estrada de ferro Central do Brasil e do serviço de abastecimento de água no Rio de Janeiro.

Além disso, como condição para o empréstimo, os banqueiros ingleses impuseram um amplo programa de estabilização financeira ao governo brasileiro.

Essa política foi desempenhada pelo Ministro da Fazenda, o mato-grossense Joaquim Murinho, e manifestou-se no estrangulamento da indústria nacional (a qual, na visão do ministro, geraria despesas e um retorno extremamente lento), no favorecimento das oligarquias agrárias (cujas exportações eram fundamentais na política financeira do governo), na contenção drástica de despesas, no aumento de impostos e no abandono das obras públicas.

Em troca de tudo isso, o governo receberia o empréstimo conhecido como *Funding Loan*, o qual consistia, basicamente, em um aporte financeiro de 10 milhões de libras, depositadas na Inglaterra em uma moratória de três anos e no alargamento do prazo para o pagamento da dívida anterior.

Fica claro que a implantação dessa política econômico-financeira gerou uma enorme impopularidade ao governo. Com isso, era necessário o fortalecimento da base de apoio ao presidente no Legislativo. Não por acaso, foi no governo de Campos Salles que se estabeleceram as bases para um acordo entre as elites dos diversos estados, liderados por São Paulo e Minas Gerais. Tratava-se da Política dos Governadores.

De qualquer maneira, em que pese toda a impopularidade do governo, Campos Salles conseguiu viabilizar seu programa. Ao final de seu mandato, o tesouro estava saneado, a inflação estava contida, mesmo a um preço extremamente alto: as obras sociais haviam sido paralisadas, os empreendimentos bancários e industriais caminhavam para a falência e a parcela da população que vivia na miséria havia crescido.

A consolidação da aliança com Minas deu-se na sucessão de Campos Salles. Este indicou como seu candidato à sucessão o paulista e ex-monarquista Rodrigues Alves, o qual tinha com candidato a vice-presidente em sua chapa o mineiro Afonso Penna.

O governo Rodrigues Alves (1902-1906)

O governo de Rodrigues Alves é considerado por alguns como tendo sido o mais progressista durante a República Velha. Entretanto, cabe ressaltar que esse caráter “progressista” ou “modernizador” apresenta inúmeras restrições. Em primeiro lugar, a disponibilidade de recursos para obras durante seu governo foi, em grande parte, produto da política altamente impopular e agravadora da dependência externa adquirida pelo governo anterior. Mais que isso, o próprio Rodrigues Alves acentuou esse quadro ao obter novos empréstimos. Além disso, as grandes obras realizadas em seu governo têm um caráter discutível quanto ao seu alcance e principalmente quanto aos métodos empregados em sua efetivação.



Fig. 13 Rodrigues Alves.

Em sua gestão, embelezamento e saneamento da cidade do Rio de Janeiro foram prioridades assumidas. Sob a coordenação do prefeito Pereira Passos, iniciou-se a construção de grandes avenidas, o alargamento das praças, a construção de um porto moderno. Paralelamente, criou-se o serviço de limpeza pública e derrubaram-se os cortiços e quiosques que marcavam a paisagem do centro do Rio. A modernização da cidade do Rio de Janeiro, embora necessária e de acordo com o projeto de mostrar a República como moderna, acarretou diversos problemas sociais.



Fig. 14 Reforma urbana na cidade do Rio de Janeiro, século XIX.

Em primeiro lugar, os métodos empregados nesse processo estiveram plenamente inseridos na atitude típica da República Velha em relação às demandas sociais. A derrubada de casebres e cortiços não foi acompanhada por qualquer medida que pudesse alojar a população que perdera suas moradias. Assim, esta população pobre viu-se, de uma hora para outra, sem moradia e sem condições de pagar os preços significativamente maiores nesse centro, agora modernizado. Foi aí que teve início o processo de ocupação sistemática dos morros que dominavam a paisagem da cidade.

Aporte

Contribuição (social, literária, científica, financeira etc.) para determinado fim.

Moratória

Suspensão dos pagamentos devidos a credores internacionais, quando um país se encontra em circunstâncias excepcionais, como guerra, grande calamidade, grave crise econômica etc.

Outro aspecto dessa modernização foi a questão da saúde pública. Visando sanear a cidade, Rodrigues Alves decidiu eliminar algumas doenças endêmicas que atingiam a população carente. Para isso, criou um órgão encarregado da vacinação obrigatória, comandado pelo médico Oswaldo Cruz. Este coordenou uma campanha para eliminar a febre amarela, a peste bubônica e a varíola, entre outras doenças. No entanto, a atuação dessa campanha seguiu os mesmos métodos da República Velha no trato com os setores sociais. Para aplicar as vacinas obrigatórias, os agentes de Oswaldo invadiam casas pobres e realizavam despejos com grande violência.

A reação da população do Rio de Janeiro ficou conhecida como a Revolta da Vacina. Ela se evidenciou em manifestações populares nas ruas da cidade, na depredação de órgãos públicos, nos saques às casas comerciais e no incêndio dos bondes que atravessavam a capital federal. Os manifestantes pediam a deposição do governo que, no entanto, manteve o controle da situação.



Fig. 16 Afonso Penna.

Este convênio definiu uma política de valorização do café. Inicialmente, ele deveria ser um acordo entre os cafeicultores de São Paulo e o Governo do Estado, mas acabou incluindo o Governo Federal. O trato firmado na cidade paulista definia que o governo compraria todo o excedente do café não consumido pelo mercado interno ou externo, transformando-o em estoque e evitando, assim, uma queda muito grande nos preços. Garantia-se, desta maneira, os lucros dos produtores de café, bem como a prosperidade da própria economia cafeeira como um todo. Cabe lembrar, porém, que o Convênio foi aceito pelas oligarquias de Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Como consequência do acordo, o governo brasileiro comprometia-se a realizar empréstimos no exterior para fazer as compras. Entre 1905 e 1910, mais de 8,5 milhões de sacas de café foram adquiridas, aumentando drasticamente a dívida externa, esgotando os recursos públicos e elevando a inflação. O preço do café subiu consideravelmente e propiciou a entrada de novos concorrentes no mercado internacional, pois passaram a oferecer um produto mais barato.

Em termos de organização política, o governo de Afonso Penna caracteriza-se por ter introduzido importantes reformas no Exército. Elas foram implementadas pelo ministro da Guerra, Hermes da Fonseca, e constaram de três itens: reorganização administrativa, aquisição de novos uniformes e armamentos para as tropas e treinamento intensivo de militares.

Ao final de sua gestão, despontavam três candidaturas para as eleições presidenciais: o militar e popular Hermes da Fonseca, o baiano e ex-ministro de Deodoro, Rui Barbosa, e o Barão do Rio Branco. Acreditando em seu potencial eleitoral, o primeiro demitiu-se do Ministério que ocupava, preparando-se para a campanha. No entanto, Afonso Penna faleceu alguns dias depois (14 de junho de 1909) e seu vice, Nilo Peçanha (1909-1910), modificou todo o ministério, abrindo espaço para a Campanha Civilista: a defesa da candidatura civil de Rui Barbosa contra um militar.

Este renomado candidato civil, mesmo a despeito de sua condução desastrosa da política econômica quando fora ministro, o que levou à Crise do Encilhamento, vinha obtendo apoio junto a setores econômicos de peso. Rui Barbosa criticava a falta de programa de seu concorrente, bem como a necessidade de revisão da Constituição e de uma reforma eleitoral que introduzisse o voto secreto e incentivasse a imigração.



Fig. 15 Bonde virado na Praça da República durante a Revolta da Vacina.

Em termos de política externa, o governo de Rodrigues Alves realizou a definitiva anexação do Acre ao Brasil, sob a coordenação do então Ministro das Relações Exteriores, o Barão do Rio Branco. Ele assinou em nome da República o Tratado de Petrópolis, de 1903, que incorporava aquela região em troca de um pagamento de 2 milhões de libras esterlinas como indenização para a Bolívia e, ainda, comprometia o país com a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré, fundamental para a economia boliviana.

O governo Afonso Penna (1906-1909)

Com a eleição do mineiro Afonso Penna em 1906, consolidava-se a política do Café com Leite. No entanto, em seu governo, encerrado com sua morte em 1909, foram adotadas as mais importantes medidas relacionadas ao mercado cafeeiro, pois já no primeiro ano de seu mandato firmou-se o Convênio de Taubaté.

No entanto, em 1º de maio de 1910, Hermes da Fonseca venceu as eleições e, novamente, o Brasil seria governado por um representante do Exército até 1914. Ele contava com o apoio do Governo Federal, fato que, dadas as condições em que eram realizadas as eleições no Brasil, assegurava-lhe plenamente a vitória, mesmo com Rui Barbosa tendo vencido em todos os grandes centros urbanos.

O governo Hermes da Fonseca (1910-1914)

Este foi um dos períodos mais tumultuados da história da República. O novo presidente enfrentou uma forte oposição liderada pelo senador Pinheiro Machado, uma revolta no meio militar que ficou conhecida como a Revolta da Chibata e a Guerra do Contestado.



Fig. 17 Hermes da Fonseca.

A oposição pinheirista fundou um partido nacional, o Partido Republicano Conservador (PRC) e procurou apoiar-se nas dissidências à **hegemônica** aliança São Paulo/Minas, tanto nos estados **preteridos** quanto nas fissuras no interior das oligarquias paulista e mineira.

Assim, a polarização apareceu nas sucessões estaduais de 1911. Para garantir sua vitória, Hermes iniciou a *Política das Salvações*, ou seja, as intervenções federais nos estados, apoiadas pelo Exército, visando garantir a vitória das forças emergentes que eram simpáticas ao governo central.

A ação do senador Pinheiro Machado foi mais forte no Nordeste e, sobretudo, no Ceará. Ali, contou com o apoio do padre Cícero Romão Batista e conseguiu depor o coronel Franco Rabelo, governador local. O padre havia encabeçado uma revolta na cidade de Juazeiro que chegou a cercar a capital do estado. Para manter o controle da região, o governo central interferiu e preferiu dar ganho de causa aos pinheiristas.

No Rio de Janeiro, Hermes da Fonseca enfrentou a rebelião dos marinheiros dos Encouraçados São Paulo e Minas Gerais, conhecida como Revolta da Chibata. Eles ameaçavam bombardear a capital e reclamavam dos maus-tratos recebidos a bordo dos navios; castigos como a punição pela chibata, a péssima alimentação e o trabalho pesado e excessivo.



Fig. 18 Padre Cícero, o místico líder religioso do Ceará.

Sob a liderança do marinheiro João Cândido, chegaram a matar alguns oficiais e transformaram-se em uma ameaça para o governo central. Por fim, o Congresso acabou atendendo algumas das reivindicações dos revoltosos que, anistiados, entregaram os navios para o comando dos oficiais.

No entanto, um mês depois, uma nova revolta explodiu na ilha das Cobras e, dessa vez, o Exército interveio, bombardeando a ilha. Os líderes foram presos, sendo que alguns deles foram executados. Com isso, o presidente conseguiu a aprovação do estado de sítio.



Fig. 19 Marinheiros da Revolta da Chibata. O quarto da esquerda para a direita é João Cândido, líder do movimento e que passou a ser conhecido como "Almirante Negro".

Para completar o quadro de agitação, entre 1912 e 1915, uma manifestação semelhante a Canudos ocorreu em uma região fronteira dos estados de Santa Catarina e Paraná. Era a Guerra do Contestado, movimento analisado adiante.

O governo Venceslau Brás (1914-1918)

Este governo, além de herdar os inúmeros problemas da gestão anterior, lidou com os efeitos que a Primeira Guerra Mundial produziu sobre o país.



Fig. 20 Venceslau Brás.

Hegemônica
Que exerce a liderança.

Preteridos
Desprezados, rejeitados.

Internamente, apoiando-se na política do Café com Leite, tentou eliminar a influência do senador Pinheiro Machado. Este, por sua vez, abandonaria o cenário político em condições trágicas: foi assassinado, a golpes de punhal, em 8 de setembro de 1915.

Externamente, Venceslau herdou uma moratória para a dívida com os bancos estrangeiros. Mas, com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, todas as atenções desviavam-se para as suas consequências. E para a economia brasileira, elas foram profundas.

A importação habitual dos produtos industrializados na Europa foi interrompida. Lá, a produção havia sido afetada e, além disso, o transporte estava comprometido. Isto provocou aquilo que normalmente é denominado como o “primeiro surto industrial no Brasil”.

A fase de industrialização iniciada em 1914 tinha por objetivo aumentar a produção para suprir a demanda interna e se estendeu até 1920, quando o número de indústrias nacionais havia subido de 636 (em 1889) para 13.336 (em 1920).

Entre 1920 e 1930, a mesma estrutura serviria, também, para atender a Europa pós-guerra, que se via impossibilitada de retomar o ritmo industrial necessário para a reconstrução dos seus países. Pela primeira vez, então, os produtos industriais passaram a ter um papel importante no total das exportações brasileiras. Essa primeira fase de implantação da indústria passou a ter um papel importante na economia brasileira. Entretanto, não apresentou nenhum progresso técnico importante e, dessa forma, não estava em condições de competir no mercado internacional. Assim, quando a normalidade da produção europeia foi restabelecida, a indústria brasileira se restringiu ao mercado interno. Para fazer face aos europeus, os investidores brasileiros careciam de capitais, lidavam com a falta de crédito e não contavam com qualquer incentivo estatal.

A expansão industrial concentrou-se na região Centro-Sul do Brasil, pois a empresa cafeeira já havia preparado a infraestrutura necessária para o desenvolvimento fabril. Ali se encontrava um maior mercado consumidor, devido à concentração de recursos feita durante as décadas anteriores. O sistema de transporte possibilitava a rápida ligação entre o interior e os portos, e o sistema de energia elétrica, indispensável para a indústria, já havia sido providenciado para atender as necessidades dos cafeicultores. Por fim, no Sul do Brasil, encontrava-se mão de obra qualificada para o setor agrícola, devido à imigração europeia.

Este processo de industrialização traria consigo um componente social novo e de dimensões bastante sérias para a vida política da República Velha. Trata-se do advento do Movimento Operário, o qual seria intensificado pela notória incapacidade da República em conviver com demandas sociais de qualquer tipo.

Os governos Delfim Moreira (1918-1919) e Epitácio Pessoa (1919-1922)

As eleições presidenciais de 1918 deram vitória ao paulista Rodrigues Alves. Tratava-se de um momento bastante delicado, no qual as exportações de café haviam caído drasticamente em decorrência direta da guerra. Cumpria assim o estabelecimento de um governo de plena confiança dos cafeicultores. Dessa forma, o PRP, a quem caberia indicar o próximo presidente após o mineiro Venceslau Brás, lançou a candidatura daquele que

já havia sido presidente e em cujo governo realizara-se o Convênio de Taubaté, muito embora a política ali criada somente tivesse sido implantada de fato no governo seguinte.

Entretanto, Rodrigues Alves não chegou a assumir o governo. A “gripe espanhola”, que matou mais de 1 milhão de pessoas em todo o mundo naquele período, atingiu-o também, levando à posse do vice-presidente eleito, Delfim Moreira, que assumiu em março de 1918.



Fig. 21 Delfim Moreira.

Com a morte de Rodrigues Alves, Delfim Moreira convocou eleições, como previa a Constituição. Surgiu então uma candidatura de consenso entre São Paulo e Minas Gerais, a do paraibano Epitácio Pessoa.

O governo de Epitácio (1919-1922) é normalmente apontado como aquele que marca o início da crise da República Velha. A estrutura econômica do país havia se modificado sensivelmente. Novos setores ligados à indústria adquiriam importância nas negociações políticas e os acordos entre as oligarquias regionais, base desta primeira fase republicana, faziam-se com maiores dificuldades.



Fig. 22 Epitácio Pessoa.

A crise manifestou-se nas medidas repressivas adotadas pelo presidente diante das exigências dos novos setores, bem como na perda de importância dos antigos produtos agrícolas para a exportação.

Devido às alterações no mercado exterior, os preços do café caíram vertiginosamente. Tentando proteger os setores do Café com Leite, o presidente contraiu uma enorme dívida externa para comprar e estocar o produto. Ao mesmo tempo, investiu no Nordeste buscando uma produção alternativa ao café; porém, os resultados foram mínimos.

Junto com o governo Epitácio Pessoa, a política do Café com Leite entrava em crise. Antes que um mineiro viesse a substituí-lo (o nome indicado era o de Arthur Bernardes), as elites do Rio Grande do Sul, Pernambuco e Bahia formaram uma chapa de oposição. Ela se autodenominava Reação Republicana e indicava Nilo Peçanha para a presidência.

A tensão entre os dois grupos aumentava, e um jornal carioca publicou uma carta supostamente escrita por Arthur Bernardes atacando o Marechal Hermes da Fonseca. A partir daí, o bloco São Paulo/Minas contava, também, com a oposição do Exército.

Epitácio era acusado de usar tropas do Exército para apoiar seu candidato à sucessão em Pernambuco. Hermes da Fonseca solicitava à guarnição daquele estado para que não obedecessem as ordens do presidente. No Rio de Janeiro, o capitão Euclides da Fonseca liderava uma **sublevação** do Forte da Igrejinha em Copacabana, que foi violentamente reprimida em 24 horas.



Fig. 23 Os 18 do Forte em marcha para o combate contra as forças legalistas do Rio de Janeiro.

O protesto dos “18 do Forte” marca o início do Tenentismo e acrescenta o último ingrediente para a crise da velha República rumo à Revolução de 1930.

O governo Arthur Bernardes (1922-1926)

É nesse contexto de grave inquietação e crise política que Arthur Bernardes foi eleito e tomou posse. Seus quatro anos de governo ocorreram, praticamente, sob estado de sítio. Para se proteger da crise e da oposição, interveio nos estados e no Congresso. No entanto, não conseguiu contornar a situação.



Fig. 24 Arthur Bernardes.

Os maragatos voltaram a se manifestar no Sul do Brasil. Centralistas e republicanos gaúchos se enfrentaram novamente no ano de 1923 e, mais uma vez, o governo central arbitrou o conflito.

Além disso, foi o período no qual o Movimento Tenentista, cujas primeiras manifestações eclodiram no final do governo anterior, ampliou sua ação política com duas revoltas em 1924, em São Paulo e no Rio Grande do Sul. A decorrência direta

delas foi a formação da Coluna Prestes, que percorreu o país inteiro durante dois anos e constituiu um perigosíssimo instrumento de oposição ao regime da época.

Em meio a todos esses conflitos, o governo Arthur Bernardes apresentou um caráter altamente conturbado até as eleições que deram a vitória ao último presidente da República Velha, o paulista Washington Luís.

Movimentos sociais na República Velha

O modelo político criado pelas oligarquias não poderia eliminar todos os focos de descontentamento existentes em um país caracterizado pela miséria, pelo autoritarismo político e pelas formas mais veementes de desigualdades sociais.

Assim, paralelamente a uma estrutura política que considerava apenas as elites econômicas, ocorreram diversos movimentos sociais. Essas manifestações tinham por objetivo expressar, por lados totalmente diferentes, a profunda marginalização econômica, social e política à qual o regime republicano condenava todos os demais setores da sociedade.

Os movimentos sociais, sejam eles urbanos, rurais ou militares, guardam entre si um aspecto em comum: evidenciar a total incapacidade ou desinteresse do regime republicano em atender às necessidades de qualquer setor abandonado ou ignorado pelos mecanismos oficiais de poder.

Movimentos Messiânicos

O próprio termo messianismo está ligado a um contexto típico da vida de populações brasileiras na República Velha. A miséria, a absoluta ausência do Estado e a falta de crença em qualquer solução terrena para a fome e para as injustiças sociais abriam espaço para a exacerbação da religiosidade como única forma de consolo e de esperança. Neste contexto, tornou-se habitual a ação de beatos (religiosos não ligados oficialmente à Igreja) que, por meio de uma postura carismática, acrescida de grande dose de fanatismo, passavam a ser as lideranças que a população via como um instrumento de esperança.

Entre esses beatos destacou-se a ação de Antonio Conselheiro, futuro líder do maior dos movimentos messiânicos: a Revolta de Canudos. Conselheiro agiu em diversas comunidades, ajudando a construir igrejas e cemitérios. Assim, passou a exercer forte influência no empobrecido sertão baiano, que sofria com os problemas da seca.

Ali, organizou-se um arraial às margens do Rio Vaza-Barris. Milhares de pessoas foram atraídas pelas ideias de Conselheiro, que proferia críticas à República por ter separado a Igreja do Estado e não respeitar o catolicismo. Seus discursos incorporavam as características básicas do messianismo: a religiosidade como elemento de justiça social e como substituta para a ação política tradicional. As pessoas que se uniram em torno de Antonio Conselheiro viram na organização profética da comunidade de Canudos uma alternativa à miséria e à opressão dos coronéis.

Sublevação
Revolta.



Fig. 25 Charge da Revista *Illustrada*, em uma demonstração da forma caricatural e irônica pela qual a imprensa referia-se a Conselheiro e ao movimento de Canudos.

A comunidade de Belo Monte, fundada por Conselheiro, chegou a constituir um Estado dentro do próprio Estado, no qual a autoridade da República não penetrava. Belo Monte tinha leis próprias, moeda própria e representava uma ameaça à unidade republicana, sempre mantida pela força. Além disso, a República ainda era jovem, e suas instituições sofriam ataques de setores monarquistas. A pregação de Conselheiro servia de combustível para as críticas ao presidente Prudente de Moraes, acusado de timidez na sua ação contra os inimigos do regime.

Assim, a reação do governo teria que ser dura. Várias expedições militares foram enviadas para destruir Canudos, sendo as duas primeiras violentamente derrotadas. Essas duas primeiras derrotas ampliaram as críticas ao presidente. Uma terceira expedição foi enviada, essa sob o comando do coronel Moreira César, uma figura respeitadíssima no Exército especialmente por sua participação na repressão aos federalistas gaúchos. Também essa expedição foi derrotada, inclusive com a morte de Moreira César.

Foi somente na quarta expedição, comandada originalmente pelos generais João da Silva Barbosa e Cláudio do Amaral Savaget e, depois, contando com a participação do próprio ministro da Guerra, general Carlos Machado Bittencourt, e com um efetivo de dez mil homens, que Canudos foi finalmente derrotado, deixando como sobreviventes apenas um velho e algumas mulheres e crianças. Antonio Conselheiro morreu antes dessa campanha e, com a tomada de Canudos, teve sua cova profanada pelos republicanos.



Fig. 26 Única fotografia conhecida de Antonio Conselheiro, feita após a destruição de Canudos.

Outro movimento, com características semelhantes mas alcance menor, foi o ocorrido durante o governo Hermes da Fonseca, tendo sido debelado já no governo Venceslau Brás. Trata-se da Guerra do Contestado, ocorrida em uma região limítrofe entre Paraná e Santa Catarina.

A região, rica em madeira, era disputada pelos governos paranaense e catarinense e explorada por duas empresas americanas. A guerra justificou-se pela resistência da população mais pobre que era expulsa de suas terras, pois estas passaram a ser cobiçadas pelos latifundiários. Evidentemente, os grandes proprietários de terras e os dois governos locais interessavam-se pelo controle da extração madeireira feita pelas empresas americanas.



Fig. 27 Bandeira da Monarquia Celestial. Branca com uma cruz verde, evoca os estandartes das antigas ordens da época das Cruzadas.

As populações expulsas foram lideradas pelo monge José Maria, realizador de pregações e supostos milagres. José Maria fundou a Monarquia Celestial, comunidade semelhante a Canudos. As manifestações só foram interrompidas mediante a intervenção do Exército em maio de 1915.

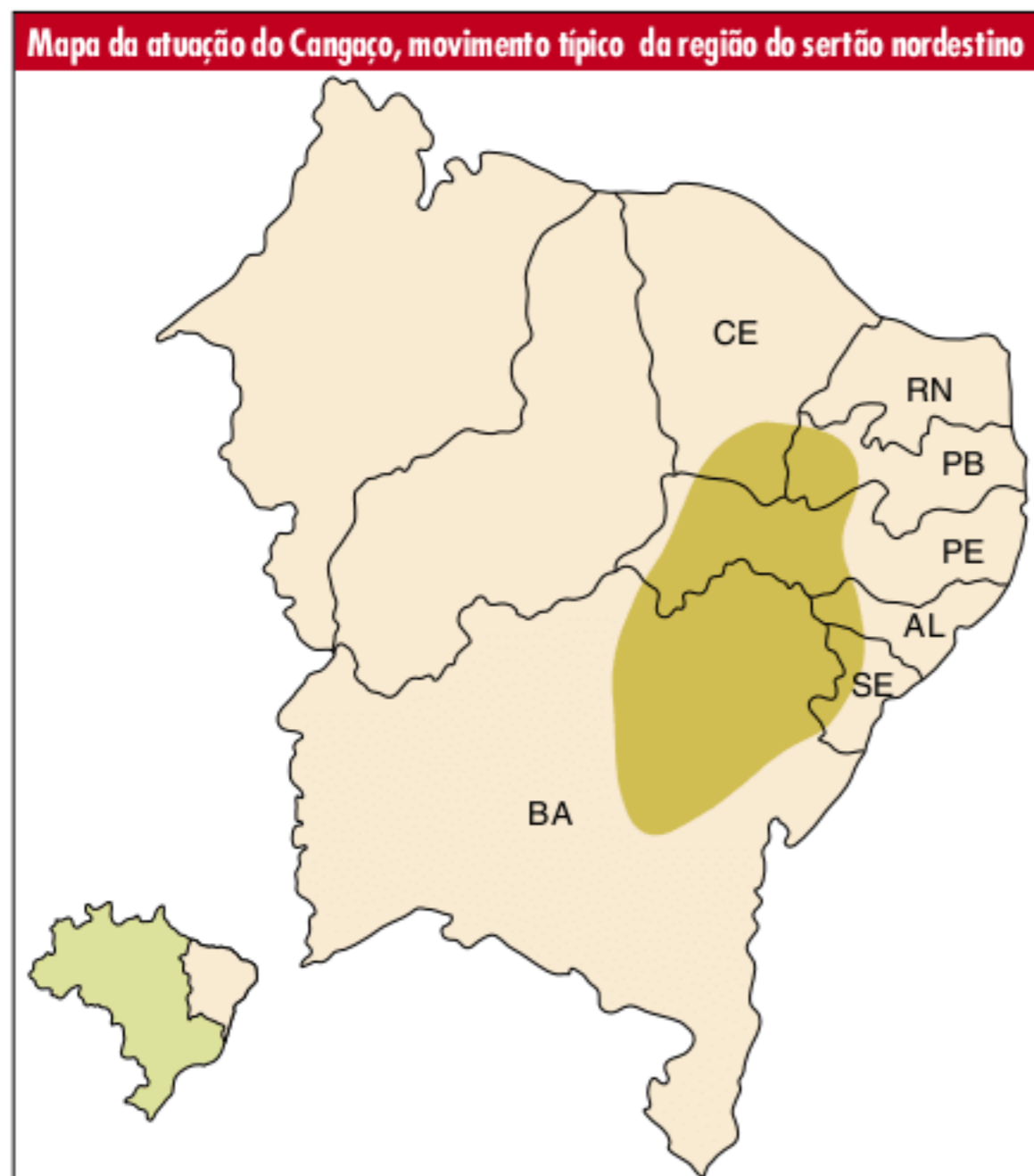


Fig. 28 O monge José Maria, líder do Contestado.

O Cangaço

As origens do Cangaço no Brasil encontram dois elementos contraditórios e complementares para explicá-lo. Em primeiro lugar, a miséria e a atitude de ausência que sempre caracterizou a ação do Estado no Brasil. Em segundo lugar, a própria estrutura de domínio coronelista, uma vez que os cangaceiros eram, em sua maioria, jagunços que escapavam ao poder do coronel, com todas as características que marcavam sua formação e suas atitudes.

Várias explicações romantizadas foram tentadas para o Cangaço, tentando dar a ele um conteúdo e uma visão social que o movimento nunca teve. Assim, os cangaceiros chegaram a ser vistos como um instrumento de justiça social.



Na verdade, todas essas tentativas pecam pela fragilidade e pela falta de apoio em fatos concretos. O Cangaço é, antes de tudo, um movimento de homens marginalizados, porém violentos, que viam na organização em bando e na resistência paramilitar sua única forma de sobreviver depois de terem perdido a proteção do coronel.

Dentre as manifestações do Cangaço no Brasil, ocupa especial destaque o bando liderado por Virgulino Ferreira da Silva, conhecido como Lampião. Seu bando percorreu o sertão nordestino durante a segunda parte dos anos 1920, atacando e saqueando cidades e aliando-se a coronéis em luta contra inimigos políticos destes. Os cangaceiros realizaram, enfim, uma prática que os modernos conceitos sociológicos identificam como “banditismo social”.



Fig. 29 Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião, foi o maior expoente do Cangaço até a década de 1930.

Na ótica do Cangaço não há espaço para considerações políticas e sociais mais profundas. O mundo divide-se entre aqueles que os protegem e aqueles que os caçam, incluídos entre os últimos: a polícia do Nordeste, conhecida como volante, e fazendeiros inimigos de aliados deles. Assim, tentar criar uma ideologia do movimento é tarefa inútil.

Já a partir da Revolução de 1930, o Cangaço entra em franco declínio. O fortalecimento das estruturas políticas oficiais reduzia o espaço para este tipo de organização marginal. A morte de seu grande nome, Lampião, em 1938, pôs fim definitivamente a este tipo de manifestação.

O Movimento Operário

Vimos o processo de desenvolvimento industrial que se verificou no Brasil, principalmente no Centro-Sul do país. O esboço de uma paisagem industrial foi suficiente para introduzir novos problemas na região. São Paulo e Rio de Janeiro abrigavam, agora, uma classe operária que enfrentava péssimas condições oferecidas pela indústria nacional: insalubridade, jornadas de 14 a 16 horas, inexistência de salário mínimo e de férias remuneradas.

As primeiras greves e sindicatos não tardaram a aparecer. Em 1917, no estado de São Paulo, 40 mil trabalhadores têxteis realizaram a primeira greve importante do país. Receberam repressão violenta, gerando uma grande quantidade de trabalhadores mortos. No ano seguinte, porém, o processo grevista atingiu outros estados e algumas das reivindicações levantadas foram atendidas.



Fig. 30 Greve Geral em São Paulo, 1917. Grevistas percorrendo a ladeira do Carmo.

O caráter puramente reivindicatório do Movimento Operário neste momento no Brasil fica claro ao observar as exigências levantadas pelos trabalhadores durante a Greve Geral de 1917:

1. Que sejam postas em liberdade todas as pessoas detidas por motivos de greve;
2. Que seja respeitado do modo mais absoluto o direito de associação para os trabalhadores;
3. Que nenhum operário seja dispensado por haver participado ativa e ostensivamente do movimento grevista;

4. Que seja abolida de fato a exploração do trabalho dos menores de 14 anos nas fábricas, oficinas etc.;
5. Que os trabalhadores com menos de 18 anos não sejam ocupados em trabalhos noturnos;
6. Que seja abolido o trabalho noturno das mulheres;
7. Aumento de 35% nos salários inferiores a \$5.000 e de 25% para os mais elevados;
8. Que o pagamento dos salários seja efetuado pontualmente, a cada 15 dias e, o mais tardar, cinco dias após o vencimento;
9. Que seja garantido aos operários trabalho permanente;
10. Jornada de oito horas e **semana inglesa**;
11. Aumento de 50% a todo trabalho extraordinário.

É importante notar a falta de habilidade do Governo Federal ao lidar com o recém-surgido Movimento Operário. Ignorando a inevitabilidade das consequências da indústria, o governo tentava conter, com decretos, os novos setores sociais do Sul. Em 1921, baixou a Lei de Repressão ao Anarquismo, pois esta era a ideologia dominante entre as lideranças sindicais no Sul, responsáveis pela organização das greves em 1917 e 1918. Perseguiu obstinadamente os anarquistas e, um ano depois da lei, em 1922, outra corrente do Movimento Operário fundava o seu partido, o Partido Comunista do Brasil. Portanto, enquanto a legislação coibia a ação dos anarquistas, os comunistas passavam a integrar o cenário político.

A criação de um partido operário apenas em 1922 foi reflexo do atraso econômico do país e da própria juventude no processo de industrialização e de constituição de um proletariado urbano. Assim, a legislação social no país, que historicamente sempre foi um fruto da luta social, era praticamente inexistente, da mesma forma que a tradição de luta e organização dos trabalhadores ainda se forjava lentamente. Mais que isso, tais questões sequer faziam parte do **ideário** da República, que não era capaz de distinguir entre demandas sociais e arruaça pura e simples. Tal postura ficou evidente em uma frase do presidente Washington Luís, último dos presidentes da República Velha: “A questão social é um caso de polícia”.

Por outro lado, essa mesma postura fez com que o movimento, embora potencialmente poderoso em termos políticos, adquirisse um caráter basicamente reivindicatório. Não havia uma proposta operária de poder. Dessa forma, o movimento operário acabou se aliando a setores burgueses na luta contra a República Velha, como ficou evidenciado na Revolução de 1930.

O Tenentismo

A primeira manifestação de um componente novo na vida política da República foi o Tenentismo. A baixa quantidade de oficiais do Exército, que já havia dado a tônica no levante do Forte de Copacabana, manifestou-se durante toda a década de 1920. Tratava-se da juventude militar: eram os tenentes, que não restringiam suas queixas ao funcionamento das Forças Armadas. Politizavam suas críticas e desferiam-nas contra o governo da República, acusando-o de incompetente e retrógrado. Falavam de uma modernização administrativa que deveria se basear na competência técnica e na centralização administrativa. Assim, chocavam-se de frente com os acordos entre as oligarquias.

Por fim, o Tenentismo acusava os governantes de práticas eleitorais viciadas, marcadas pela fraude e pelo controle dos votos. Os tenentes estavam dispostos a derrubar as velhas lideranças civis e a impor reformas institucionais destinadas a salvar o regime.

É interessante frisar que no Tenentismo encontram-se elementos típicos da própria formação ideológica do Exército brasileiro. Os tenentes apenas expressavam essa ideologia em seu sentido mais puro, livres da conveniência que fosse produto de arranjos políticos com a estrutura da República, arranjos aos quais vários membros da alta oficialidade já estavam incorporados.

Essa ideologia continha elementos como o ideal de salvação nacional, ou seja, a crença na qual, ante o caráter corrupto e incompetente da classe política, apenas o Exército poderia dar à nação os rumos que a livrariam do atraso e da miséria. Aliado a isso, havia um nacionalismo ainda difuso e impreciso e, inegavelmente, autoritário, pois as reformas necessárias seriam realizadas, na visão tenentista, pelos militares. Estes dariam um novo país de presente à população, mas nunca com a participação da população na realização do projeto político.

O movimento tomou forma quando, em 5 de julho de 1924, em São Paulo, várias guarnições se rebelaram exigindo a derrubada de Arthur Bernardes. Ocuparam a cidade durante 22 dias, até que as tropas legalistas pudessem afastá-las para o interior do estado.

No Rio Grande do Sul tenentes rebeldes, sob a liderança de Luís Carlos Prestes, formaram a chamada Coluna Prestes e se juntaram aos fugitivos paulistas. Cerca de 1.500 homens compuseram a coluna e percorreram 24 mil quilômetros durante 29 meses, enfrentando as tropas legalistas.

A ação da Coluna é um episódio único na história do Brasil. Um destacamento rebelde, mal armado, que percorreu o país inteiro, sem jamais ter sido derrotado, mesmo sofrendo o sistemático ataque de forças legalistas do Exército.



Fig. 31 Integrantes da Coluna Prestes.

Semana inglesa

Duração do trabalho normal, não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais.

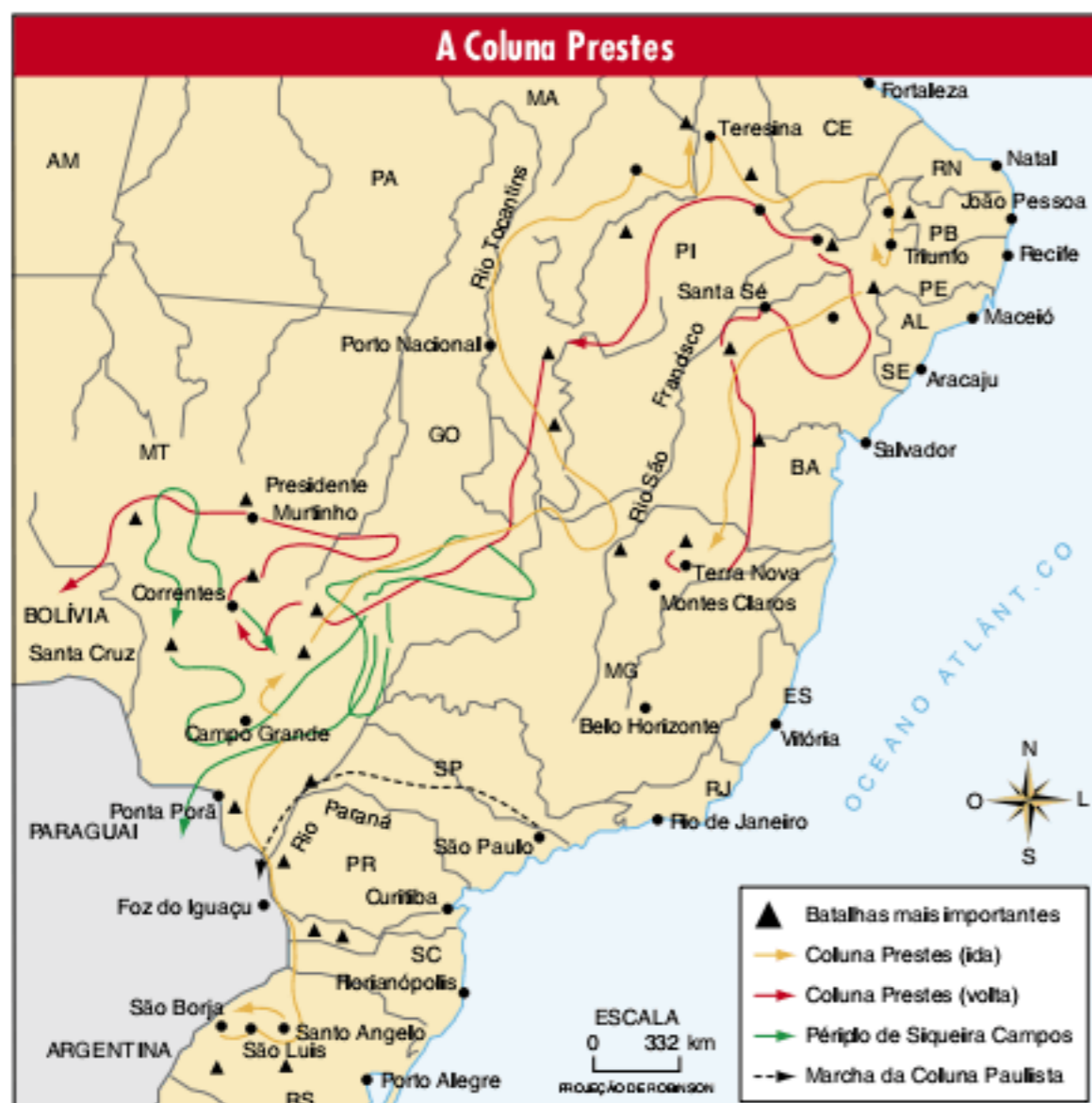
Ideário

Conjunto de ideias.

Entretanto, após dois anos de marchas e combates, tendo ocupado uma série de cidades, o ímpeto revolucionário começava a definhar. Várias deserções começaram a ocorrer, até que, em 1926, quando já não mais podiam resistir, os últimos remanescentes da coluna retiraram-se para a Bolívia, e de lá continuaram a conspiração.

Durante sua marcha, porém, os tenentes haviam conquistado a simpatia de boa parte das populações urbanas, desgastando ainda mais a base de sustentação da República, ou seja, o acordo entre as antigas oligarquias regionais.

De um modo geral, os Tenentes representaram um dado essencial na vida política da República. A participação desses tenentes, não mais na forma de movimento mas sim como indivíduos, foi decisiva na Revolução de 1930, que colocou fim à República Velha.



Modernismo e a reação cultural

Nenhuma análise das formas múltiplas de reação contra as estruturas da República Velha pode deixar o Modernismo de lado. Esse movimento cultural sintetiza toda uma nova postura artística e intelectual com relação à sociedade e ao papel da arte.

Não há forma de desvincular o Modernismo das profundas transformações sociais trazidas pela industrialização. O surgimento da grande metrópole industrial, com suas contradições sociais e também suas perspectivas de progresso, parece ser o grande ponto de referência dessa nova manifestação cultural. Não por acaso, os modernistas foram originalmente denominados futuristas. Também não é um acaso que São Paulo tenha sido o foco principal do movimento, considerando a intensa industrialização e diversificação social, caracterizada pela presença de imigrantes, a formação do proletariado urbano, contrastando com a opulência da velha oligarquia e da nova burguesia industrial.

Esses novos aspectos geram, necessariamente, uma nova postura artística. Incluem-se aí a busca do novo, em oposição

a todo e qualquer “academismo” ou “passadismo” (termos comuns nas críticas dos modernistas às formas estéticas até então dominantes) e, ao mesmo tempo, uma sensibilidade muito maior para os dramas e as desigualdades sociais, bem como uma atitude de crítica social e política mais ferina e sutil.

Nomes como Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Anita Malfatti, Menotti del Picchia, entre tantos outros, não podem deixar de ser vistos como opositores do regime, mesmo que suas ações tenham ficado longe da atividade política efetiva (embora alguns, como Mário de Andrade, tenham sido inclusive militantes de partidos de esquerda). Mais que isso, suas obras externam um anseio pela modernização e por mudanças na vida do país. Todas essas manifestações encontraram um grande obstáculo: a estrutura emperrada da República.

O fim da República Velha e a Revolução de 1930

O governo Washington Luís (1926-1930)

Há um traço contraditório neste político nascido no Rio de Janeiro, mas que fez toda sua trajetória política em São Paulo e foi eleito como o representante da oligarquia paulista, em substituição ao mineiro Arthur Bernardes.

Político tradicional, plenamente articulado aos interesses da velha oligarquia, Washington Luís flertou, entretanto, com a modernidade do período. Seu governo foi marcado por algumas medidas como a racionalidade administrativa, além de uma série de investimentos em áreas como pesquisa social, história, estatísticas e recenseamentos, dando ênfase a uma visão mais científica de administração. Sua história de vida permitia-lhe um livre trânsito junto à intelectualidade, ao ponto de, quando prefeito de São Paulo, ceder o Teatro Municipal para a realização da Semana de Arte Moderna de 1922.



Fig. 32 Washington Luís e seu Ministério durante a cerimônia de posse.

Após o autoritarismo explícito que caracterizara o governo do seu antecessor, a eleição de Washington Luís representou uma perspectiva de arejamento político. Ao assumir, decretou o fim do estado de sítio que marcara todo o governo anterior, bem como o fechamento das prisões para prisioneiros políticos e a volta da liberdade de imprensa.

Duas atitudes caracterizam sua ação econômico-administrativa. Por meio do lema “Governar é abrir estradas”, empreendeu um programa de construção de estradas de rodagem, entre as quais estão a Rio-São Paulo e a Rio-Petrópolis. A outra foi a tentativa de ampliar as reservas de ouro brasileiras, para que servissem de lastro à moeda e impedissem as constantes desvalorizações, buscando assim, uma maior estabilidade dos preços dos produtos brasileiros no comércio internacional.

Seu projeto político, entretanto, esbarrou nos eventos internacionais que marcaram o final dos anos 1920. A crise do Capitalismo, marcada pela superprodução do pós-Primeira Guerra Mundial, eclodiu de forma mais intensa em 1929, com a quebra da Bolsa de Nova York. Os efeitos desse fenômeno foram terríveis no mundo todo. Dado o predomínio mundial que a economia norte-americana atingira após a Primeira Guerra, a crise estendeu-se para o mundo todo, dando início à Grande Depressão que marcaria a década de 1930.

No Brasil, seus efeitos não foram menos terríveis. A brusca queda dos preços do café, seguida da quase paralisia das importações do produto pelos Estados Unidos, então nosso principal importador, abalou violentamente os interesses da oligarquia que, como de hábito, pediu ajuda ao Governo Federal. Basta lembrar os mecanismos de proteção do Estado ao setor cafeeiro, firmados desde o Convênio de Taubaté.

Preocupado com seu programa de ajuste econômico, o presidente negou auxílio em um primeiro momento, acreditando que o aumento das vendas, em consequência da baixa dos preços, compensaria as perdas iniciais. Obviamente não foi o que ocorreu, pois a crise não dava mostras de ser passageira.

O colapso das finanças do país servia de combustível para setores dissidentes da política oficial, gerando manifestações de oposição, inclusive de setores populares e agrupamentos políticos que se formavam fora das fileiras da política tradicional.

Em 1929, Washington Luís publicou a Lei Celerada, alegando a necessidade de combate ao comunismo. Esta lei acabava com a liberdade de imprensa e estabelecia penas pelo chamado “crime ideológico”. Por trás da fachada aparentemente modernizadora, ficava claro o compromisso do presidente com as velhas instituições autoritárias da República.

A sucessão de Washington Luís

No final de 1929, articulava-se ainda timidamente uma candidatura de oposição, mesmo que fortalecida pela crise que se abatia sobre o modelo econômico da República Velha. Essa proposta era capitaneada por setores da oligarquia gaúcha e procurava organizar politicamente as várias oligarquias que fugissem à política do Café com Leite. Tinha como candidato a presidente Getúlio Vargas, ex-deputado e ex-ministro de Washington Luís.

O objetivo de Vargas era buscar apoio não apenas de setores oligárquicos, mas também de novos setores emergentes, como a jovem burguesia industrial de São Paulo. Esta, por sua vez, já dava mostras de querer constituir-se em um corpo político próprio, deslocando-se do setor cafeeiro e do onipresente PRP. Mais que isso, havia setores médios urbanos, intelectuais, lideranças de trabalhadores, que podiam ser sensibilizados com uma nova proposta política.

Em São Paulo, esse deslocamento de alguns setores em relação à velha oligarquia já havia gerado um primeiro fruto, embora ainda frágil. Em 1926, surgia uma dissidência do PRP, dando origem ao Partido Democrático, evidenciando a primeira grande fissura nas bases políticas paulistas.

Havia ainda outro setor que poderia ser atraído: os tenentes. Embora tendo perdido sua principal liderança, Luís Carlos Prestes, que rapidamente aproximava-se do Partido Comunista, os tenentes continuavam a representar uma liderança junto a setores que clamavam por uma moralidade administrativa e por reformas na vida política brasileira.

Mesmo assim, a candidatura Vargas ainda não reunia forças suficientes para quebrar a política do Café com Leite ou sequer arranhar seu predomínio. Entretanto, os acontecimentos daquele período acabaram apontando em outra direção.

Cedendo às pressões dos cafeicultores, Washington Luís acabou tomando algumas medidas para atenuar os efeitos da crise, decretando a moratória (perdão da dívida dos cafeicultores junto ao governo) e comprando estoques excedentes de café. Alegando a necessidade de dar continuidade a seu projeto de estabilização financeira, indicou o paulista Júlio Prestes como candidato à sua sucessão.

Era uma clara ruptura com a política do Café com Leite, segundo a qual o próximo presidente, esperava-se, fosse o mineiro Antonio Carlos. Esta ruptura provocou a imediata reação do PRM, que passou a apoiar a candidatura Vargas. Assim, aquela candidatura, que parecia fadada a um retumbante fracasso, ganhava agora uma força inesperada.

Nascia a Aliança Liberal, chapa que era complementada pelo presidente da Paraíba, João Pessoa, para a vice-presidência. Este político paraibano, sobrinho do ex-presidente Epitácio Pessoa, representava um setor dissidente da Paraíba, em franco confronto com coronéis da região ligados ao Governo Federal.



Fig. 33 Passeata de manifestantes a favor da Aliança Liberal.

As eleições presidenciais ocorreram em março de 1930, e tiveram o mesmo desenrolar de todas as demais eleições brasileiras. Todos os mecanismos de fraude e compressão eleitoral foram empregados de ambos os lados. E, assim como em qualquer outra eleição presidencial na República Velha, venceu o candidato da situação, Júlio Prestes, ou seja, aquele que detinha um maior apoio junto aos “currais eleitorais” do país.

A Revolução

Os primeiros meses após as eleições foram marcados pela indefinição política. Os políticos tradicionais da Aliança Liberal, como Borges de Medeiros, Antonio Carlos e o próprio João Pessoa, reconheceram a vitória de Júlio Prestes, e trataram de pavimentar as boas relações com o novo governo eleito. Políticos formados nos mecanismos da República sabiam que estava em jogo sua própria sobrevivência política, pois sempre houve intervenções nos estados que tivessem apoiado candidaturas opositoras, como a de Rui Barbosa, em 1910, ou a de Nilo Peçanha, em 1922. Ao mesmo tempo, lideranças mais jovens, como Osvaldo Aranha e Francisco Campos, contestavam a vitória de Júlio Prestes e passavam a falar na possibilidade de revolução. Acreditavam em um amplo apoio social na eventualidade de um movimento armado.

Sabiam do que estavam falando. A reação à vitória de Júlio Prestes provocara um clima de indignação em várias regiões do país. A combinação entre desgaste do regime, crise econômica, ação de setores urbanos, tenentes, movimento operário, oligarquias dissidentes, gerava uma possibilidade revolucionária maior que em qualquer outro momento da História.

Faltava apenas algo que, como um estopim, pudesse desencadear todo o processo. Esse fato se deu em 26 de julho quando, pouco tempo antes da posse de Júlio Prestes, João Pessoa foi assassinado na Paraíba. O crime foi motivado por disputas internas no estado e não teve nada a ver com as eleições. Mas a tentativa de explicação deste fato era absolutamente inútil na época. Ninguém acreditava que não era uma represália à sua candidatura na chapa da Aliança Liberal. Assim, o assassinato de João Pessoa foi o elemento que aumentou esse descontentamento, motivando uma ampla agitação popular que acabava colocando a própria elite contra a parede, obrigando-a a agir.



Fig. 34 Notícia da morte de João Pessoa no *Jornal do Brasil* de 27 de julho de 1930.

O próprio Antonio Carlos, presidente de Minas Gerais e um dos primeiros a tentar apaziguar os ânimos após as eleições, pronunciou uma frase que resumia essa postura: “Façamos a revolução antes que o povo a faça!” Assim, verifica-se uma aliança entre os velhos e jovens setores da Aliança Liberal, contando com o apoio dos tenentes, para o início de um movimento armado com vistas à tomada do poder.

Começou então o movimento armado, a partir de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul. Outros focos surgiram, como o do Nordeste, sob o comando de Juarez Távora. No Sul, o general Góis Monteiro comandava a luta naquele que deveria ser o foco mais intenso de resistência, o eixo São Paulo-Rio de Janeiro.

Cada vez mais, setores do Exército iam aderindo à rebelião, tomando a resistência inútil. Ao final de outubro, enormes contingentes rebeldes concentravam-se próximos ao Rio de Janeiro, para aquela que seria a batalha definitiva. Esta, no entanto, não chegou a ocorrer. No dia 24 de outubro, os generais Tasso Fragoso e Mena Barreto encaminharam um ultimato a Washington Luís que, isolado, acabou sendo deposto.

Assumia uma Junta Militar, formada pelos dois generais e pelo almirante Isaías Noronha. Esta junta impediu a posse de Júlio Prestes e, alguns dias depois, declarou Getúlio Vargas como Presidente da República. Estava encerrada a República Velha e tinha início uma nova fase da vida republicana, que passaria a ser conhecida por Era Vargas.



Fig. 35 Vargas no “trem da vitória”, que o conduziu ao Rio de Janeiro e à tomada do poder.

Revisando

1 Quais eram os objetivos e quais foram os efeitos reais da política emissionista de Rui Babosa?

2 Que relação podemos estabelecer entre o Coronelismo e a chamada Política dos Governadores?

3 Que fatores podem ser considerados como causadores da Revolta da Vacina?

4 Costuma-se dizer que o Convênio de Taubaté e a decorrente política de valorização do café foram responsáveis por um processo de “socialização das perdas” do setor cafeeiro. Com base em seus conhecimentos, demonstre em que consistia essa socialização.

5 Quais os fatores e as características que marcaram a industrialização brasileira no governo de Venceslau Brás?

6 O que explica a ocorrência de movimentos rurais com características messiânicas no Brasil durante a República Velha?

7 Que razões explicam o caráter reivindicatório do Movimento Operário no Brasil durante as primeiras décadas do século XX?

8 O que representou, dentro dos mecanismos que marcaram a evolução política da República Velha, a criação da Aliança Liberal?

Exercícios propostos

1 A Revolução Federalista foi um dos conflitos civis mais violentos da história do Brasil. Iniciada em virtude de problemas políticos locais do Rio Grande do Sul, ela se expandiu para Santa Catarina e Paraná, deixando atrás de si um rastro de sangue e de intolerância. Explique as principais implicações dessa revolução em Santa Catarina.

2 Seu texto bastante inspirado na Constituição dos Estados Unidos, adotava os princípios liberais tradicionais: maior equilíbrio entre os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, maior autonomia para os Estados (as antigas províncias), separação entre o Estado e a Igreja. O direito de voto foi estendido a todos os homens maiores de 21 anos; não votavam os analfabetos, os soldados, nem as mulheres. Estamos falando da Constituição de:

- (a) 1822
- (b) 1824
- (c) 1891
- (d) 1934
- (e) 1937

3 Apesar da profunda rivalidade existente entre os grupos no interior do Exército no início da República, eles se aproximavam em um ponto fundamental:

- (a) Expressavam os interesses de uma classe social, defendendo uma República liberal com o Poder Executivo descentralizado.
- (b) Expressavam a opinião segundo a qual o Império deveria ser preservado, devendo entretanto sofrer algumas reformas levemente descentralizadoras.
- (c) Não expressavam os interesses de todo um segmento social, pregando o estabelecimento de uma forma de Poder Executivo descentralizado e adaptado às peculiaridades regionais.
- (d) Expressavam os interesses de algumas oligarquias do Império, defensoras da autonomia das províncias.
- (e) Não expressavam os interesses de uma classe social, posicionando-se como adversários do Liberalismo e defendendo a República, dotada de um Poder Executivo forte.

4 Sobre a participação dos militares na Proclamação da República, é correto afirmar que:

- (a) o Partido Republicano foi influenciado pelos imigrantes anarquistas a desenvolver a consciência política no seio do Exército.
- (b) a proibição de debates políticos e militares pela imprensa, a influência das ideias de Comte e o descaso do Imperador para com o Exército favoreceram a derrubada do Império.
- (c) o descaso de membros do Partido Republicano, como Sena Madureira e Cunha Matos, com relação ao Exército, expresso na imprensa, levou os “casacas” a proclamarem a República.
- (d) o gabinete do Visconde de Ouro Preto formalizou uma aliança pró-republicana com os militares positivistas no baile da Ilha Fiscal.
- (e) a aliança dos militares com a Igreja acirrou as divergências entre militares e republicanos, culminando na Questão Militar.

5 Industrializar o Brasil e realizar a independência econômica frente ao capitalismo europeu eram os objetivos da política econômica formulada por Rui Barbosa, Ministro da Fazenda, nos primeiros anos da República. Assinale a única das medidas listadas a seguir que está relacionada com essa política econômica.

- (a) Facilitar as exportações de máquinas e equipamentos.
- (b) Aumentar os empréstimos à lavoura, principalmente a do café.
- (c) Impor austeridade aos gastos públicos.
- (d) Enxugar o meio circulante.
- (e) Estimular a produção interna de bens de consumo duráveis.

6 Dentre os elementos dificultadores da vida política brasileira ao longo da República da Espada, seria errado incluir:

- (a) a crise econômica herdada do período final do Império e largamente acentuada pela crise motivada pela política emissionista de Rui Barbosa.
- (b) as reações monarquistas que ainda persistiam, embora de forma velada, mas que se manifestavam, por exemplo, em setores da Marinha.
- (c) a ocorrência de inúmeros movimentos messiânicos, a exemplo de Canudos, os quais apresentavam uma clara perspectiva de retorno à Monarquia.
- (d) os desentendimentos entre as facções que haviam promovido a ascensão da República, particularmente o confronto entre militares e a burguesia cafeeira paulista.
- (e) os conflitos políticos locais, a exemplo da Revolução Federalista no Rio Grande do Sul, os quais acabaram desestabilizando a frágil República brasileira.

7 Sobre a Proclamação da República, é correto afirmar que:

- (a) o Marechal Deodoro, adversário do imperador, vinha liderando, desde a abolição da escravatura, intensa movimentação pela causa republicana.
- (b) foi um movimento que partiu das camadas populares culminando com a queda do Imperador d. Pedro II.
- (c) a queda do Império foi, em grande parte, consequência da “Questão Religiosa”, “Questão Militar” e da abolição da escravidão.
- (d) não se percebe, de maneira geral, a presença militar na Proclamação da República.
- (e) há neste episódio um forte traço de ruptura com a herança colonial brasileira.

8 A Proclamação da República em 15 de novembro de 1889 não rompeu o processo histórico brasileiro, porque:

- (a) foi o resultado de uma aliança político-militar que envolveu os setores urbanos e os jovens oficiais do Exército e da Marinha, descontentes com o federalismo da Monarquia parlamentarista.
- (b) as estruturas socioeconômicas do país foram conservadas pelos novos donos do poder, vinculados ao setor agroexportador, e as desigualdades sociais oriundas do período colonial não foram alteradas.

- (c) o povo já havia modificado a estrutura fundiária através de uma Reforma Agrária radical, conhecida como Lei de Terras, aprovada pelo Parlamento em 1850.
- (d) o rompimento havia ocorrido em 1888, quando a princesa Isabel sancionou a Lei Áurea, que aboliu a escravidão, eliminando o escravismo colonial, além de ter criado mecanismos que integraram o negro na sociedade.
- (e) a nova elite que assumiu os poderes da República, ou seja, os fazendeiros do café, já manipulavam o aparelho de Estado na época do Império.

9 A passagem do século XIX para o século XX no Brasil é marcada por mudanças e permanências. Marque a alternativa que não expressa essa relação.

- (a) Embora a atividade industrial tenha crescido, o Brasil manteve-se como país essencialmente rural, sustentado economicamente pela agroexportação e comandado politicamente pelas oligarquias latifundiárias.
- (b) Apesar da queda da monarquia, as fraudes eleitorais continuaram a existir como um dos instrumentos mais importantes para a consolidação do poder das oligarquias rurais.
- (c) Apesar do crescimento urbano, manteve-se a estrutura fundiária baseada na pequena propriedade familiar.
- (d) Apesar da abolição do trabalho escravo, permaneceu a exclusão social e econômica do negro.
- (e) Embora o voto censitário tenha sido extinto, a República manteve um caráter excludente ao exigir como critério de cidadania ser alfabetizado.

10 A representatividade das unidades federadas, na Constituição de 1891, estava regida pelo critério populacional, favorecendo politicamente os estados de:

- (a) Espírito Santo e Bahia.
- (b) São Paulo e Pernambuco.
- (c) Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.
- (d) Rio de Janeiro e Bahia.
- (e) Minas Gerais e São Paulo.

11 Acerca das duas primeiras Constituições brasileiras, assinale com V as afirmativas verdadeiras e com F as falsas. Em seguida, marque a alternativa correta.

A Constituição de 1824 foi outorgada pelo Imperador d. Pedro I, após desfazer a Assembleia Constituinte; já a Constituição de 1891 foi elaborada por uma Assembleia Constituinte, convocada pelo Governo Provisório e escolhida pelos eleitores alfabetizados.

A Constituição de 1824 marcou o primeiro momento de construção do Estado nacional brasileiro, após a Independência; a Constituição de 1891 marcou o fim do regime republicano, inaugurando uma nova fase política no Brasil.

Os elementos liberais da Constituição de 1824 foram a liberdade política, o casamento civil e o livre mercado; os elementos liberais da Constituição de 1891 foram o Federalismo e o Catolicismo como religião oficial do Estado.

A Constituição de 1824 estabeleceu o voto censitário, as eleições indiretas e o Senado vitalício; a Constituição de 1891 conferiu autonomia aos estados e tornou o Senado temporário.

- (a) V – F – V – F (c) F – V – V – F (e) V – V – V – V
- (b) F – V – F – V (d) V – F – F – V

12 Quanto aos primeiros governos republicanos, podemos afirmar corretamente que:

- (a) foram estabelecidos conforme os critérios federativos criados pela Constituição dos Estados Unidos, que garante o poder dos artesãos e pequenos proprietários.
- (b) a Constituição de 1891 garantiu a livre organização dos trabalhadores e um sistema político centralizado e unitário.
- (c) o poder político ficou monopolizado pelos grupos exportadores do açúcar e do café, gerando um governo democrático e liberal.
- (d) se implantaram segundo um regime baseado no poder oligárquico dos grandes proprietários e fazendeiros, principalmente de Minas Gerais e São Paulo.

13 Assinale a alternativa que contém um evento não pertencente ao período do Governo Provisório (1889-1891), durante a República Velha.

- (a) A grande naturalização.
- (b) A separação entre Igreja e Estado.
- (c) A crise do Encilhamento.
- (d) A primeira Constituição Republicana.
- (e) A Revolução Federalista no Rio Grande do Sul.

14 Os primeiros governos republicanos enfrentaram duas oposições e fortes resistências entre os monarquistas e entre os críticos do novo regime. Dentre as mais sérias revoltas ocorridas no governo de Floriano Peixoto, podemos assinalar:

- (a) a Revolta da Chibata e a Sabinada.
- (b) a Revolução Federalista e a Revolta da Armada.
- (c) a Revolta da Vacina e a Revolução Farroupilha.
- (d) a Revolução de 1930 e o Levante de Canudos.

15 Assinale a alternativa que não contém um elemento da Constituição de 1891.

- (a) O princípio federativo, inspirado nos Estados Unidos.
- (b) O fim do voto oficialmente censitário, com a instituição do voto universal masculino.
- (c) A presença de uma legislação trabalhista, de modo a estabelecer uma aliança com os trabalhadores urbanos.
- (d) O voto aberto, excluindo ainda analfabetos, mulheres e militares de baixa patente.
- (e) Separação entre Igreja e Estado.

16 Entre os problemas políticos e conflitos enfrentados pelo governo Floriano Peixoto, não seria correto incluir:

- (a) as greves e revoltas urbanas motivadas pela política de remodelação do centro do Rio de Janeiro e de saneamento da cidade.
- (b) a crise econômica, a qual exigiu uma série de medidas de austeridade por parte do presidente.
- (c) a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul, a qual exigiu a intervenção do Governo Federal.
- (d) a Segunda Revolta da Armada, liderada por Custódio de Melo.
- (e) as pressões políticas para que ele convocasse novas eleições, sob a alegação de que sua permanência na presidência era inconstitucional.

17 Com base nos conhecimentos sobre a chamada República Velha, conclui-se que:

- 01 com a Proclamação da República e consequente desenvolvimento industrial, o Brasil conseguiu desvincular-se das amarras do capitalismo internacional.
- 02 apesar de o regime republicano ser juridicamente representativo, o poder era controlado pelos grandes proprietários rurais, que, através dos coronéis, manipulavam a máquina eleitoral.
- 04 esse período caracterizou-se pelo equilíbrio entre o poder central e os estados da Federação.
- 08 a existência de um mercado interno dinâmico, resultante do crescimento da produção agrícola industrial nas diferentes regiões do país, resultou na melhor distribuição de rendas nesse período.
- 16 as divisões e disputas pelo poder entre as próprias oligarquias dominantes foram fatores decisivos para a derrota dessa fase republicana.

Soma =

18 Durante a República Velha (1889-1930), desenvolveu-se a chamada “Política dos Governadores”, cujas características eram:

- (a) a articulação à política nacional, através da ideologia do favor, assegurando a hegemonia das oligarquias paulistas e mineiras sobre o poder central.
- (b) a organização constitucional republicana em função do predomínio dos interesses agroexportadores do café, representados por São Paulo.
- (c) a representação majoritária dos estados, cujos governadores eram solidários com o poder central, tanto no Senado quanto na direção dos órgãos federais.
- (d) a participação de todos os governadores estaduais na definição da política externa do país e a garantia da União aos empréstimos externos dos estados.
- (e) a distribuição dos recursos federais entre os municípios, segundo a influência dos coronéis, favoráveis aos respectivos governadores estaduais.

19 A identificação dos governos da República Velha com os interesses da economia cafeeira pode ser expressa pelo(a):

- (a) financiamento, por meio do Banco do Brasil, para o plantio das novas lavouras, no Encilhamento.
- (b) estatização das exportações, com o objetivo de garantir os preços, durante a Primeira Guerra Mundial.
- (c) adoção de uma política de valorização, reduzindo a oferta do produto, a partir do Convênio de Taubaté.
- (d) controle da mão de obra camponesa e apoio à imigração, com a Lei Adolfo Gordo.
- (e) isenção de tributos assegurada no programa de estabilização de Campos Salles.

20 Sobre a Política dos Governadores, é incorreto afirmar que:

- (a) constituía-se em adaptar a República aos interesses dos fazendeiros de café.
- (b) ajustava o federalismo de modo a propiciar o domínio nacional aos estados de São Paulo e Minas Gerais.
- (c) o Presidente da República comprometia-se a respeitar as decisões dos governos estaduais e estes a eleger parlamentares simpatizantes do presidente.
- (d) a prática do “voto de cabresto”, instituída pelos “coronéis”, foi um fator de constante desestabilização das oligarquias regionais.
- (e) através da Comissão de Verificação, eram ratificados os resultados eleitorais, sendo esta uma das engrenagens para a Política dos Governadores.

21 O Coronelismo, fenômeno social e político típico da República Velha, embora suas raízes se encontrem ainda no período monárquico, foi decorrente da:

- (a) promulgação da Constituição republicana, que instituiu a centralização administrativa, favorecendo nos estados as fraudes eleitorais.
- (b) supremacia política dos estados da Região Sul – possuidores de maior poder econômico –, cuja força advinha da maior participação popular nas eleições.
- (c) montagem de modernas instituições – autonomia estadual, voto universal – sobre estruturas arcaicas, baseadas na grande propriedade rural e nos interesses particulares.
- (d) instituição da Comissão Verificadora de Poderes, que possuía autonomia para determinar quem deveria ser diplomado deputado, reconhecendo os vitoriosos nas eleições.
- (e) predominância do poder federal sobre o estadual, que possibilitava ao governo manipular a população local e garantir à oligarquia a elaboração das leis.

22 Leia o texto.

Na Bruzundanga, como no Brasil, todos os representantes do povo, desde o vereador até o Presidente da República, eram eleitos por sufrágio universal e, lá, como aqui, de há muito que os políticos tinham conseguido quase totalmente eliminar do aparelho eleitoral este elemento perturbador – o voto. Julgavam os chefes e capatazes políticos que apurar os votos dos seus concidadãos era anarquizar a

instituição e provocar um trabalho infernal na apuração, porquanto cada qual votaria em um nome, visto que, em geral, os eleitores têm a tendência de votar em conhecidos ou amigos. Cada cabeça, cada sentença; e, para obviar os inconvenientes de semelhante fato, os mesários de Bruzundanga lavravam as atas conforme entendiam e davam votações aos candidatos, conforme queriam. [...] Às vezes, semelhantes eleitores votavam até com nome de mortos, cujos diplomas apresentavam aos mesários solenes e hieráticos que nem sacerdotes de antigas religiões.

Lima Barreto. *Os bruzundangas*. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d, p. 65-6.

Todas as alternativas contêm afirmações que confirmam o comportamento eleitoral criticado na sátira de Lima Barreto, exceto:

- (a) o domínio político dos coronéis rurais garantia a mecânica eleitoral fraudulenta operada por meio do voto de curral.
- (b) o interesse das elites agrárias e a exclusão das demais classes sociais da política estavam garantidos nesse sistema político-eleitoral.
- (c) o sistema eleitoral descrito como corrupto estava na base da Política dos Governadores, posta em prática pelas oligarquias na chamada República Velha.
- (d) o sistema eleitoral fraudulento foi consolidado, no fim dos anos 1920, por meio da ação decisiva da Aliança Liberal.
- (e) o voto de cabresto era uma forma de manipulação do eleitoral seja pela compra de voto, seja pela troca do voto por favores.

23 Do Convênio de Taubaté, em 1906, decorreu uma política de:

- (a) incentivo à policultura, para atender aos interesses dos pequenos proprietários.
- (b) valorização do café, com a intervenção direta do Estado na economia cafeeira.
- (c) controle da produção açucareira pelas limitações do mercado consumidor.
- (d) estímulo à produção cafeeira no Vale do Paraíba e no Sul de Minas Gerais.
- (e) reestruturação da economia paulista, sem a intervenção governamental.

24 A política do café, durante a Primeira República:

- (a) chegou ao auge do protecionismo com o Convênio de Taubaté, passando depois a reger-se pelas leis do mercado.
- (b) procurou atender aos interesses dos cafeicultores por meio de constantes medidas de proteção ao produto.
- (c) pode ser equiparada a de outras produções agrícolas, todas elas amparadas por Planos de Defesa.
- (d) atendeu exclusivamente aos interesses dos grandes grupos internacionais, por meio dos Planos de Defesa.
- (e) foi dirigida pelo governo do estado de São Paulo, enquanto o poder federal mantinha uma atitude distante e neutra.

25 O período identificado no processo histórico brasileiro como República Velha, teve por traço marcante:

- (a) o fortalecimento da burguesia mercantil, que se utilizou do Estado como instrumento coordenador do desenvolvimento.

- (b) a abertura para o capital estrangeiro, principal alavanca do rápido desenvolvimento da Região Amazônica.
- (c) a modificação da composição social dos grandes centros urbanos, com a transferência da mão de obra do Centro-Sul para áreas do Nordeste.
- (d) o pleno enquadramento do Brasil às exigências do capitalismo inglês, ao qual o país se mantinha cada vez mais atrelado.
- (e) o predomínio das oligarquias dos grandes estados, que procuravam assegurar a supremacia do setor agrário-exportador.

26 **Fatec** *Cabo de enxada engrossa as mãos – o laço de couro cru, machado e foice também. Caneta e lápis são ferramentas muito delicadas. A lida é outra: labuta pesada, de sol a sol, nos campos e nos currais [...] Ler o quê? Escrever o quê? Mas agora é preciso: a eleição vem aí e o alistamento rende a estima do patrão, a gente vira pessoa.*

Mário Palmério. *Vila dos Confins*.

Com base no texto, é correto afirmar que, na República Velha:

- (a) o predomínio oligárquico, embora vinculado à manipulação do processo eleitoral, estava longe de estabelecer qualquer compromisso entre “patrão” e empregados.
- (b) a campanha eleitoral era levada a cabo pelos chefes políticos locais para atingir, principalmente, os trabalhadores urbanos já alfabetizados e menos embrutecidos pela “labuta pesada”.
- (c) a transformação operada no trabalhador durante o período eleitoral representava a marca de um sistema político que estendia o poder dos grandes proprietários rurais, dos “campos e currais”, aos municípios e, daí, à capital do Estado.
- (d) o predomínio oligárquico, baseado em favores pessoais, buscava, sobretudo, dissolver os focos de tensão social e oposição política, representados nas diversas formas de organização dos trabalhadores rurais naquele momento.
- (e) o período eleitoral era o único momento em que os chefes locais se voltavam para os seus subordinados, impondo-lhes seus candidatos e dispensando-os dos trabalhos que “engrossavam as mãos”.

27 Leia.

Texto I

O sistema colonial montado pelo capitalismo comercial entrou em crise quando o capital industrial se tornou preponderante e o Estado absolutista foi posto em xeque pelas novas aspirações da burguesia, ansiosa por controlar o poder através de formas representativas de governo.

Costa, p. 68.

Texto II

Em geral, percebe-se que a Primeira República configura um período de transição, que teria se iniciado um pouco antes, ainda no Império, com a abolição do trabalho escravo e a passagem para relações capitalistas de produção.

Fragoso, p. 172.

Texto III

O sistema político da República era totalmente manipulado por elites regionais, que controlavam eleições, partidos e juizes, utilizando a violência e a corrupção. No entanto, nem mesmo essa estrutura política viciada conseguiria frear as transformações que, na década de 1920, colocariam em xeque a política do Café com Leite.

Costa e Mello, p. 227.

Analisando os textos anteriores, pode-se concluir que:

- 01 os três textos examinam momentos específicos da história do Brasil, utilizando-se da concentração de ruptura na análise das estruturas socioeconômicas e políticas.
- 02 o texto I refere-se ao contexto internacional, responsável pelo enfraquecimento dos laços de dominação estabelecidos pelo colonialismo mercantil.
- 04 as aspirações da burguesia referidas no texto I objetivavam ampliar a margem do seu poder econômico e político, a partir da derrubada do Antigo Regime, de base mercantilista.
- 08 as relações capitalistas de produção referidas no texto II iniciaram-se no Brasil a partir da expansão de estabelecimentos industriais e da ampliação do trabalho livre e assalariado.
- 16 no processo de instalação do regime político sugerido no texto II, o Brasil passou a integrar o bloco das nações hegemônicas, por ter abolido as desigualdades sociais até então existentes.
- 32 o texto III refere-se à substituição do poder das oligarquias agrárias pelo poder das oligarquias urbanas e industriais, na política da Primeira República.
- 64 o sistema político examinado no texto III apresentava formas de ação conhecidas como Política dos grandes Estados, Política dos Governadores e Coronelismo.

Soma =

28 UFPR Termo aplicado para definir o mandonismo, o coronelismo é derivado de um dos postos honoríficos da Guarda Nacional dos tempos do Império.

F. Alencar. *História da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1985. p.180 e seguintes.

Qual a influência do coronelismo na vida política da Primeira República brasileira?

- 29** Durante as três primeiras décadas da República Velha, a implantação das atividades industriais em diversas cidades brasileiras teve como resultado a formação de um contingente de trabalhadores urbanos de origem nacional e estrangeira. Em relação ao operariado brasileiro desse período, pergunta-se:
- a) Como se caracterizavam as relações entre capital e trabalho e quais as principais reivindicações dos trabalhadores?
 - b) Quais as formas de organização e de luta dos trabalhadores urbanos?

30 O governo Rodrigues Alves (1902-1906) foi responsável pelos processos de modernização e urbanização da Capital Federal – Rio de Janeiro. Coube ao prefeito Pereira Passos a urbanização da cidade e, ao Dr. Oswaldo Cruz, o saneamento, para combater, principalmente, a febre amarela, a peste bubônica e a varíola. Essa política de urbanização e saneamento público, apesar de necessária e modernizante, encontrou forte oposição junto à população pobre da cidade e à opinião pública, porque:

- (a) mudava o perfil da cidade e acabava com os altos índices de mortalidade infantil entre a população pobre.
- (b) transformava o centro da cidade em área exclusivamente comercial e financeira e acabava com os infectos quiosques.
- (c) desabrigava milhares de famílias, em virtude de desapropriação de suas residências, e obrigava a vacinação anti-variolosa.
- (d) provocava o surgimento de novos bairros que recebiam, desde o início, energia elétrica e saneamento básico.
- (e) implantava uma política habitacional e de saúde para as novas áreas de expansão urbana, em harmonia com o programa de ampliação dos transportes coletivos.

31 Sobre o movimento tenentista, é correto afirmar que:

- 01 o Tenentismo foi o braço armado do movimento comunista na República Velha.
- 02 as Revoltas Tenentistas ocorrem principalmente em Mato Grosso e na Bahia.
- 04 o Tenentismo tem sua origem no descontentamento militar com a política oligárquica.
- 08 a ideologia política do Tenentismo pode ser classificada como conservadora e elitista.
- 16 o Tenentismo expressou os anseios do movimento operário na Primeira República.

Soma =

32 No início da República, ocorrem vários movimentos na zona rural brasileira, identificados como banditismo social, revolucionarismo e milenarismo. Dentre eles, destacam-se:

- 01 a Guerra do Contestado, ocorrida em uma região disputada pelos estados do Paraná e de Santa Catarina, em que muitas famílias de posseiros lutaram para não perder suas terras e para não serem expulsas da região.
- 02 a Guerra dos Emboabas, que se travou na divisa de São Paulo com Minas Gerais, por causa de uma região rica em ouro, provocando a morte de muitos colonos.
- 04 a Revolução Farroupilha, ou Guerra dos Farrapos, ocorrida no Rio Grande do Sul, que durou dez anos, unindo classes dominantes e mobilizando massas rurais.
- 08 o Movimento de Canudos, liderado pelo beato Antonio Conselheiro, que, após percorrer várias regiões do Nordeste, fixou-se na comarca de Belo Monte, na Bahia, e organizou uma experiência comunitária autônoma, provocando a reação dos coronéis, que exigiram a intervenção do Governo Federal e a destruição de “Canudos”.

Soma =

33 O anarquismo (anarco-sindicalismo), uma das correntes políticas do movimento operário na República Velha (1889-1930), lutava:

- (a) pela organização do proletariado urbano em partidos políticos, como forma de pressionar o governo a adotar uma legislação trabalhista que defendesse os direitos dos trabalhadores contra a exploração capitalista.
- (b) pela eleição de líderes sindicais para o Congresso, onde poderiam defender melhor as reivindicações operárias contra os interesses oligárquicos e da burguesia industrial exploradora.
- (c) pela formação de sindicatos mais combativos e dispostos a negociar com a burguesia industrial a manutenção da propriedade privada e a participação dos operários nos lucros das fábricas.
- (d) pela cooperação com o Estado, desde que este respeitasse o direito de greve, a livre negociação do operariado em sindicatos e aprovasse leis que defendessem melhores condições de trabalho nas fábricas.
- (e) pelo fim do sistema capitalista, da divisão da sociedade em classes e da abolição da propriedade privada e do Estado através da ação direta do operariado organizado em sindicatos.

34 **Fatec** Em *Cangaceiros e Fanáticos*, Rui Facó registra: [...] os senhores das classes dominantes e seus porta-vozes recusavam-se a acreditar na realidade: milhares de párias do campo armados em defesa da própria sobrevivência, em luta, ainda que espontânea, não consciente, contra a monstruosa e secular opressão latifundiária e semifeudal, violando abertamente o mais sagrado de todos os privilégios estabelecidos desde o começo da colonização europeia do Brasil – o monopólio da terra nas mãos de uma minoria a explorar a imensa maioria.

O texto acima, referente ao período da República Velha do Brasil, trata:

- (a) da organização dos quilombos onde se abrigavam os escravos fugitivos.
- (b) dos entraves que os ingleses impuseram às manufaturas portuguesas face às restrições ao tráfico negreiro.
- (c) das revoltas violentas de trabalhadores rurais contra o poder oligárquico.
- (d) das revoltas das camadas populares oprimidas, influenciadas por filosofias externas.
- (e) da existência de grandes contingentes de trabalhadores rurais destituídos de propriedade, no período anterior à Proclamação da República.

35 Acerca da Greve Geral de 1917, em São Paulo:

- I. a greve teve início em duas fábricas têxteis, abrangendo praticamente toda a classe trabalhadora da cidade, em um total de 50 mil pessoas e, durante alguns dias, controlando os bairros operários do Brás, da Mooca e do Ipiranga.
- II. o comitê de Defesa Proletária, formado em São Paulo no curso da Greve Geral de 1917, tinha como pontos principais de seu programa: aumento dos salários, proibição do trabalho de

menores de 14 anos, abolição do trabalho noturno de mulheres e menores de 18 anos, jornada de 8 horas de trabalho, garantia de emprego e respeito ao direito de associação.

- III. o governo mobilizou tropas, a Marinha mandou dois navios de guerra para Santos e, com a mediação de um comitê de jornalistas, os trabalhadores obtiveram um aumento salarial e promessa de atendimento das demais reivindicações.
- IV. a greve, apesar de contar no início com a adesão apenas da metade da classe trabalhadora da cidade de São Paulo, constituiu-se em grande sucesso: todas as reivindicações foram atendidas pelas entidades patronais e as lideranças operárias elogiadas publicamente pela realização do movimento.
- V. o município sofreu intervenção do Governo Federal, as lideranças operárias foram detidas e enviadas para campos de prisioneiros em outros estados do país e a jornada de 8 horas de trabalho foi legalizada.

É correto afirmar apenas o contido em:

- (a) I, II, III.
- (b) I, II, IV.
- (c) II, III, V.
- (d) I, III, IV.
- (e) II, IV, V.

36 *Canudos era exemplo perigoso que não deveria ficar na memória.*

Rui Facó.

Segundo a afirmativa, a intensa repressão ao movimento de Canudos, na Bahia, ocorreu:

- (a) para que no local fosse realizada uma grande distribuição de terras pelo governo.
- (b) porque se tratava apenas de um movimento de fanáticos religiosos.
- (c) porque foi realizada apenas pelos latifundiários locais onde não houve participação do Estado brasileiro na repressão.
- (d) porque os revoltosos lutavam contra a liberdade e a ordem injusta de suas vidas.
- (e) para que ninguém lembrasse uma revolta dos pobres do campo contra a miséria, a exploração, o monopólio de terra mantido pelos latifundiários que dominam o Estado brasileiro.

37 No final do século XIX e início do século XX, o Nordeste foi assolado pelos cangaceiros, bandos armados que roubavam, sequestravam e matavam em seu próprio benefício ou a serviço de chefes políticos. Contribuíram para o aparecimento desse grande contingente de marginalizados:

- (a) os movimentos revolucionários republicanos dos fins do Império.
- (b) a grande migração de nordestinos para a colheita de borracha na Amazônia.
- (c) a propaganda de guerrilha comunista entre os camponeses.
- (d) o processo de urbanização e industrialização que expulsou muitos camponeses de suas terras.
- (e) a concentração da propriedade, o aumento demográfico e os efeitos da seca.

38 Na Primeira República, o processo de industrialização no Brasil sofreu sensível impulso com:

- (a) a extinção em 1906 da política de valorização do café, definida pelo Convênio de Taubaté.
- (b) a adoção da política protecionista, que impedia o estabelecimento de empresas estrangeiras no país.
- (c) o desencadear da Primeira Guerra Mundial, que acentuou as dificuldades para a importação de produtos.
- (d) a organização da Comissão Verificadora, que controlava a entrada de manufatura no Brasil.
- (e) a criação do Ministério da Indústria e Comércio, ocupado por Rui Barbosa.

39 O episódio de Canudos foi:

- (a) o resultado da introdução de tecnologia moderna e de formas capitalistas no Nordeste, alterando sua tradicional estrutura latifundiária. Daí o caráter monarquista do movimento de Antonio Conselheiro.
- (b) um incidente diplomático em que se envolveram o Brasil e a Argentina, por causa da disputa pela zona fronteira de Canudos.
- (c) a revolta militar contra o governo de Prudente de Moraes, ocorrida no estado de São Paulo, em 1901, liderada por Antonio Conselheiro.
- (d) o escândalo financeiro provocado pelo ministro Bernardino de Campos, durante a presidência de Prudente de Moraes.
- (e) a revolta ocorrida no sertão da Bahia, nos últimos anos do século XIX, em que sertanejos, sob a liderança de Antonio Conselheiro, resistiram durante meses a várias expedições militares enviadas pelos Governos Estadual e Federal.

40 **Unicamp** O bandido social é, em geral, membro de uma sociedade rural e, por razões várias, encarado como proscrito ou criminoso pelo Estado e pelos grandes proprietários. Apesar disso, continua a fazer parte da sociedade camponesa de que é originário e é considerado herói por sua gente, seja ele um justiceiro, um vingador, ou alguém que rouba dos ricos.

Carlos Alberto Dória. *Saga: a grande história do Brasil*.

Utilizando a definição anterior, explique o movimento do Canção brasileiro.

41 No 12º Congresso Operário Brasileiro, realizado em 1906, a tendência predominante foi a libertária, que pode ser identificada pelos registros das discussões e conclusões do congresso, todas de cunho anarquista e anarco-sindicalista.

- a) O que representou esta tendência libertária do movimento operário em um estado como São Paulo que, no início deste século, estava em fase de grande crescimento econômico decorrente da produção agrícola e industrial?
- b) Quais os princípios dessa tendência política no movimento operário?

42 Em abril de 1897 organizou-se a chamada 4ª Expedição, sob o comando do general Arthur Oscar de Andrade Guimarães. Desde que essa tropa – uma poderosa máquina de guerra – foi posta em funcionamento, até outubro do mesmo ano, quando Canudos foi arrasada, 8 mil homens lutaram contra os conselheiristas, usando o mais moderno equipamento.

Douglas T. Monteiro. "Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado". In: *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil republicano; sociedade e instituições (1989 - 1930). Rio de Janeiro/ São Paulo: Difel. 1977, t. III, v. 2. p. 61.

A partir do texto, explique o movimento de Canudos levando em consideração os conceitos de messianismo e mandonismo local.

43 Sobre a Revolta de Canudos, responda:

- a) quais camadas sociais participavam dessa revolta e quais eram seus objetivos?
- b) quem era o líder da revolta?
- c) como funcionava a comunidade fundada pelos revoltosos?

44 A caricatura de Oswaldo Cruz refere-se a um fato relacionado com o processo de urbanização da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX.



- a) Identifique esse fato.
- b) Comente as suas repercussões políticas.

45 São Paulo é uma cidade moderna, com todos os defeitos e qualidades inerentes às cidades que se desenvolvem muito rapidamente. Desigualdades nas edificações e nos arruamentos, irregularidades nas construções realizadas sem plano premeditado. Grandes superfícies habitadas sem os indispensáveis melhoramentos reclamados pela higiene. Grandes espaços desocupados ou muito irregularmente utilizados, e a par de tudo isso uma população que triplicou em dez anos. Grande movimento, muito comércio, extraordinária valorização do solo e das edificações e clima naturalmente bom.

Essas informações estão no Relatório da Comissão de Saneamento das Várzeas, São Paulo, 1890-1891, e dizem respeito às profundas transformações que ocorriam na cidade há mais de cem anos.

- a) Qual a principal transformação nas atividades econômicas de São Paulo, naqueles anos, responsável por essas mudanças apresentadas no relatório?
- b) Relacione essas mudanças ao crescimento da população, indicando sua composição e origem.

46 UFMG Analise o texto.

[...] dentro da ordem constitucional, deverão ser garantidos em toda a plenitude os direitos da reunião e associação, parecendo oportuno o ensaio dos tribunais arbitrais mistos, para dirimir os conflitos entre operários e patrões. A participação dos operários nos lucros industriais em termos razoáveis, constitui programa do partido a que me acho filiado em Minas Gerais.

Essa participação que pode ser livremente ensaiada, evidentemente vantajosa aos operários, sê-lo-á também aos industriais, porque estimula a produção, evita ou reduz os desperdícios, barateia os custos dos produtos, diminui os motivos de greve e estabiliza o operário na fábrica.

Plataforma apresentada pelo Sr. Dr. Arthur da Silva Bernardes, lida no banquete oferecido aos candidatos da convenção de 09 de julho de 1921 no Rio de Janeiro.

Com base no texto, analise a postura dos governantes da República Velha em relação aos movimentos operários da época.

47 Unesp Ao negar apoio à Aliança Liberal, Luís Carlos Prestes manifestava-se a respeito do movimento contestatório, nos seguintes termos: *mais uma vez os verdadeiros interesses populares foram sacrificados e vilmente mistificado todo um povo por uma campanha aparentemente democrática, mas que no fundo não era mais que uma luta entre os interesses contrários de duas correntes oligárquicas.*

Prestes referia-se ao movimento que ficou conhecido como:

- (a) Revolução de 1964.
- (b) Revoltas Tenentistas.
- (c) Revolução de 1930.
- (d) Intentona Comunista.
- (e) Ação Integralista.

48 A crise social e política que abalou a estabilidade da República Velha (1889-1930), quebrou a hegemonia das oligarquias no poder e preparou o terreno para a Revolução de 1930 foi motivada pelo(a):

- (a) aprofundamento das cisões oligárquicas, pelas rebeliões tenentistas, pela insatisfação das classes médias urbanas excluídas da representação política e pela pressão reivindicatória das classes operárias.
- (b) aliança política entre a burguesia industrial, as classes médias urbanas e o operariado fabril contra o sistema liberal e democrático da República Velha, controlado pelas oligarquias agrárias.
- (c) quebra do compromisso político entre as oligarquias agrárias e os trabalhadores rurais, o que, durante toda a República Velha, impediu o desenvolvimento dos setores industriais e a organização do movimento operário.
- (d) fortalecimento da união entre as oligarquias paulistas e mineiras na indicação de Júlio Prestes à sucessão presidencial em 1930, o que desagradou as oposições constituídas pelas classes médias urbanas e pelo operariado, defensores de Getúlio Vargas.
- (e) descontentamento da burguesia industrial com o tratamento dado pelas oligarquias ao movimento operário – “caso de polícia” – e sua decisão de apoiar a Revolução de 1930 e a legislação trabalhista.

49 A crise da dominação oligárquica, que culminou com a Revolução de 1930, resultou de um processo crescente de transformações vividas pelo país, dentre as quais se destaca:

- (a) a lenta politização dos trabalhadores rurais, após a Abolição, contestando o domínio dos “coronéis”.
- (b) a emergência de uma classe operária ligada à industrialização, que assumiu na década de 1920 formas políticas mais organizadas, como o BOC (Bloco Operário Camponês).
- (c) o movimento tenentista, disputa política no interior do estado, sem ligação com as classes da sociedade.
- (d) o caráter modernizante dos setores oligárquicos, cada vez mais ligados aos empreendimentos urbano-industriais.
- (e) a crescente insatisfação dos estados mais pobres contra o domínio do eixo “café com leite”, expressa em rebeliões como as “guerras” do Cariri e de Princesa, ocorridas no Nordeste.

50 No Brasil, a década de 1920 foi um período em que:

- (a) velhos políticos da República, como Rui Barbosa, Pinheiro Machado e Hermes da Fonseca, alcançaram grande projeção nacional.
- (b) as forças de oposição às chamadas “oligarquias carcomidas” se organizaram, sem contudo apresentar alternativas de mudança.
- (c) com as propostas de reforma permanecendo letra morta, não se configurou nenhuma polarização político-ideológica.
- (d) a aliança entre os partidos populares e as dissidências oligárquicas culminou com a derrubada da República Velha nas eleições de 1º de março de 1930.
- (e) ocorreram agitações sociais e políticas, movimentos armados, entre eles a Coluna Prestes, e várias propostas de reforma foram debatidas.

51 A frase: “*Façamos a revolução antes que o povo a faça*”, atribuída a Antônio Carlos, presidente do estado de Minas Gerais em 1930, revela alguns elementos a respeito do movimento que levou Getúlio Vargas ao poder e que ficou conhecido como Revolução de 1930. Sobre este movimento, é correto afirmar que:

- (a) foi liderado pelas oligarquias cafeeiras paulistas, descontentes com as diretrizes do governo de Washington Luís.
- (b) representou a vitória de uma burguesia urbano-industrial sobre as oligarquias agroexportadoras, com reflexos imediatos nas estruturas sociais brasileiras.
- (c) o movimento foi desencadeado, após a vitória de Getúlio Vargas nas eleições de 1930, pelas oligarquias descontentes com o resultado eleitoral.
- (d) a tomada do poder foi efetuada em nome da moralidade eleitoral e administrativa, que era o lema da campanha do Tenentismo durante toda a década de 1920.

- 52** Durante o governo de Washington Luís (1926-1930), a insatisfação da população e a tensão política agravam-se com a:
- (a) instalação da Comissão de Verificação dos Poderes.
 - (b) destruição do arraial de Canudos.
 - (c) realização da Semana de Arte Moderna.
 - (d) crise econômica e financeira mundial.
 - (e) disputa entre catarinenses e paranaenses que culminou com a Guerra do Contestado.

- 53** Durante os anos 1920, a República brasileira foi marcada por uma grande crise. Todas as alternativas apresentam evidências dessa crise, exceto:
- (a) A Campanha Civilista de Rui Barbosa pela presidência da República.
 - (b) A eclosão das Revoltas Tenentistas pela moralização do Estado.
 - (c) A erupção de inúmeras greves e movimentos sociais dos trabalhadores urbanos.
 - (d) A ocorrência de atos de banditismo social como o Cangaço.
 - (e) A decretação do estado de sítio no governo Arthur Bernardes.

- 54** Na Revolução de 1924, o movimento tenentista relacionou-se:
- (a) aos desejos de reformas econômicas e sociais de caráter socialista que acarretassem a superação da República oligárquica e elitista.
 - (b) à violência praticada pelos governos republicanos controlados pelas oligarquias paulista e mineira contra lideranças operárias e camponeses.
 - (c) aos anseios por reformas políticas moralizadoras de cunho liberal que não se chocavam com os princípios de ordenação constitucionais da República.
 - (d) ao caráter conservador do governo Epitácio Pessoa, cuja política repressiva desencadeou o movimento de intervenção federal nos estados oposicionistas.
 - (e) à luta pela superação de caráter espoliativo e dependente da economia brasileira, visando obter maior prestígio no comércio internacional.

- 55** A Semana de Arte Moderna de 1922, que reuniu em São Paulo escritores e artistas, foi um movimento:
- (a) de renovação das formas de expressão com a introdução de modelos norte-americanos.
 - (b) influenciado pelo cinema internacional e pelas ideias propagadas nas universidades de São Paulo e Rio de Janeiro.
 - (c) de contestação aos velhos padrões estéticos, às estruturas mentais tradicionais e um esforço de repensar a realidade brasileira.
 - (d) desencadeado pelos regionalismos nordestino e gaúcho, que defendiam os valores tradicionais.
 - (e) de defesa do realismo e do naturalismo contra as velhas tendências românticas.

- 56** Em 1922, as instituições republicanas sofrem importante abalo. O candidato oficial do Partido Republicano enfrentou forte oposição liderada pelo candidato dissidente, que promoveu intensa campanha popular por todo o país. Indique essa dissidência e seu candidato.
- (a) Civilista / Rui Barbosa
 - (b) Militarista / Hermes da Fonseca
 - (c) Reação republicana / Nilo Peçanha
 - (d) Salvação nacional / Pinheiro Machado
 - (e) Federalista / Assis Brasil

- 57** No dia 24 de julho de 1922, a sede do Clube Militar do Rio de Janeiro viveu uma de suas sessões mais agitadas. O clima nacional era tenso, expressando o descontentamento civil e militar em relação à situação política do país, em particular à eleição presidencial de Arthur Bernardes. O ponto culminante dessa agitação ocorreu nos quartéis e nas colunas armadas.
- a) Nomeie este movimento militar.
 - b) Dê as suas principais características.

- 58** Responda.
- a) O que foi a Aliança Liberal, formada no decorrer do processo sucessório de Washington Luís?
 - b) Qual a relação de Getúlio Vargas com a Aliança Liberal?
 - c) Qual o desfecho desse processo sucessório?

TEXTOS COMPLEMENTARES

Carta de Deodoro da Fonseca a d. Pedro II após a Proclamação da República (16 nov. 1889)

Senhor – Os sentimentos democráticos da Nação, há muito tempo preparados, mas despertados agora pela mais nobre reação do caráter nacional contra o sistema de violência, de corrupção, de subversão de todas as leis, exercido num grau incomparável pelo Ministério de 7 de junho; política sistemática de atentados do Governo Imperial, nestes últimos tempos, contra o Exército e a Armada, política odiosa à Nação, e profundamente repelida por ela; esbulho dos direitos dessas duas classes que, em

todas as épocas, têm sido entre nós, a defesa da ordem, da Constituição, da liberdade e da honra da Pátria; a intenção, manifestada nos atos dos vossos ministros, e confessada na sua imprensa, de dissolvê-las e aniquilá-las, substituindo-as por elementos de compressão oficial, que foram sempre, entre nós, objeto de horror para a democracia liberal, determinaram os acontecimentos de ontem, cujas circunstâncias conheceis e cujo caráter decisivo certamente podeis avaliar

Em face dessa situação, pesa-nos dizer-vo-lo, e não o fazemos senão em cumprimento do mais custoso dos deveres, a presença da família real no país, ante a nova situação que lhe criou a Revolução irrevogável do dia 15, seria absurda, impossível e provocadora de desgostos que a salvação pública nos impõe a necessidade de evitar.

Obedecendo, pois, às necessidades urgentes do voto nacional, com todo o respeito devido à dignidade das funções públicas que acabais de exercer, somos forçados a notificar-vos que o Governo Provisório espera do vosso patriotismo o sacrifício de deixardes o território brasileiro, com a vossa família, no mais breve termo possível.

Para esse fim se vos estabelece o prazo máximo de 24 horas, que, contamos, não tentareis exceder.

O transporte vosso e dos vossos para um porto da Europa correrá por conta do Estado, proporcionando-vos, para isso, o

Governo Provisório, um navio com guarnição militar precisa, efetuando-se o embarque com a mais absoluta segurança da vossa pessoa e de toda a vossa família, cuja comodidade e saúde serão zeladas com o maior desvelo na travessia, continuando-se a contar-vos a dotação que a lei vos assegura, até que sobre esse ponto se pronuncie a próxima Assembleia Constituinte.

Estão dadas todas as ordens, a fim de que se cumpra esta deliberação.

O País conta que sabereis imitar, na submissão aos seus desejos, o exemplo do primeiro Imperador em 7 de abril de 1831.

Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1889.

Hélio Vianna. *História do Brasil: Monarquia e República*. 10 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1972. v. 3.

Terminação da Guerra de Canudos (Discurso não pronunciado)

Por entre as desgraças do período que atravessamos, S. P. (Senhor Presidente.), e em contraste com elas, avultam dois fatos de consolação e esperança, dois indícios de futuro melhor. Um está na firmeza silenciosa e perseverante, com que o governo se empenha em sanear a atmosfera nacional dos miasmas de barbaria, que a infestam, em obrigar o crime político a refluir, execrado, às suas origens, em apagar do nosso nome e da herança de nossos filhos a mácula de sangue, crescente, crescente, crescente como o estigma de uma família de Cains. O outro consiste na decepção infligida pelas instituições militares aos seus exploradores, cuja malignidade, em vez do exército modelado no exemplo dos Marcelinos, por eles industriados para salvar a República, renovando na sua metrópole os processos de Canudos, viram no exército, fiel à disciplina, à autoridade e à lei, a imagem coletiva do horror ao atentado que vitimou o maior dos seus marechais. Uma vez que assim se resolveu o dilema do punhal à força armada, uma vez que esta repele a injúria da cumplicidade com o assassino, e assume a sua solidariedade natural com as medidas vingadoras do direito, uma vez que deste modo parece encerrada a época das cobardias, seria vileza não ter, por transação com o sistema das irresponsabilidades, a coragem de cumprir um dever contra o inimigo atual.

Chamo eu o inimigo à impunidade, ao sacrifício violento da justiça, às transações do medo com as provas criminosas, ao sistema da selvageria sanguinária professada nos clubes, nas ameaças anônimas, nos conciliábulos de morte, nas conspirações de assassinos, nos projetos de conquista do poder pela matança; o inimigo atual à divisão da sociedade em matadores e morituros, ao republicanismo do açougue, tão pródigo da vida alheia quanto conservador da própria, tão mestre na insolência como na hipocrisia, tão lesto na emboscada como na carreira, cuja política de adulação aos instintos da força irrogou ao Exército brasileiro a mais sangrenta das afrontas, indo buscar nas suas fileiras habitadas à glória o instrumento do

mais abominável dos crimes. Contra esse inimigo há um dever que cumprir, a bem do presente e do futuro, da sociedade e do Estado, da pátria e do gênero; mas, se me é lícito distinguir, a bem principalmente do Exército brasileiro, cuja honra é a honra do país. Esse dever me fala ao espírito com a severidade dos deveres sagrados, que, preteridos pelos fracos, se guardam para a hora da conta, debruçando-se implacáveis à cabeceira dos agonizantes. Aqueles, por quem eu não pude, vivos, requerer o habeas-corpus, isto é, a justiça, obrigam-me, mortos, a impetrá-lo de Deus para minha consciência, do país para o seu governo, do mundo civilizado para a nossa terra, porque a nossa terra, o nosso governo, a nossa consciência estão comprometidos: a nossa terra seria indigna da civilização contemporânea, o nosso governo indigno do país, e a minha consciência indigna da presença de Deus, se esses meus clientes não tivessem um advogado. Nunca este recinto conteve auditório igual. Os mortos pululam por entre os vivos: inclinam-se daquelas galerias, apinham-se em torno deste anfiteatro, encostam-se às nossas cadeiras, não se veem, mas se ouvem, se sentem, como que se palpam. Vêm das catingas do norte, dos campos devastados da guerra, das ruínas lavradas pelo fogo, dos destroços do petróleo e da dinamite; são desarmados, mulheres e crianças; mostram no colo o sulco da gravata sinistra; mutilados, eviscerados, carbonizados, estão dizendo: Falai por nós, voz da Bahia, voz da justiça, voz da verdade. Falai por nós, legisladores brasileiros, que falais por vossas almas, por vossos filhos. Temei a expiação, com que Deus pune o egoísmo insensível à causa dos mortos. As iniquidades que bradam nos céus recaem sobre a terra indiferente em chuva de iniquidades. Separai a vossa sorte da sorte dos maus, ou a maldade será soberana, empestará o solo, e por mais de uma geração desencadeará sobre o povo o flagelo dos crimes que nos exterminam. Felizes os nossos companheiros, que morreram arrostando os leões; nós acabamos às garras das hienas. Somos as vítimas da boa-fé, a hecatombe da camisa. [...]

Miasmas: emanções às quais se atribua, antigamente, a contaminação por doenças e as epidemias; **barbaria:** crueldade; **mácula:** mancha na reputação, desonra; **cobardia:** covardia; **conciliábulos:** reuniões secretas; **morituros:** que possuem vida curta; **lesto:** ligeiro, ágil; **irrogou:** impor um castigo ou pena; **expiação:** penitência, castigo; **empestar:** infectar; **arrostar:** encarar sem medo; **hecatombe:** grande desgraça.

O que empanaria a glória não é a liquidação pública da verdade, se a verdade não está em contradição com a glória, se a glória existe, e é pura, e não se manchou em atentados, com os quais não há glória compatível. O que empana a glória é a pretensão do silêncio oficial e das adulações servis da fortuna a abafarem sob a crosta superficial das suas convenções os escrúpulos, os receios e os murmúrios da sociedade, abalada pela apreensão de que se haja cometido em seu nome um desses crimes, cuja expiação Deus não perdoa aos povos covardes, cúmplices pelo medo em impiedades, que a sua consciência detesta, e a sua tolerância absolve. Pouco lhe vale o frágil obstáculo, incapaz de resistir à pressão dessas forças interiores, mercê das quais a moralidade humana acha sempre meio de fender as zonas mais tristes da decadência das nações, e projetar-se no meio delas como um raio antecipado da história. A essa luz contemporânea, a essa justiça que não aguarda a posteridade, se dissipam como visões inconsistentes da obscuridade as glórias fabricadas pela adulação da força. A verdadeira glória, irmã do dever, da humanidade e da honra, não quer essas condescendências, não aceita esses incensos, não se coroa com esses europeus. É glória; e a glória não cobre crimes, nem tem segredos; quer ser julgada, sem privilégios, no plenário universal, porque, feita de irradiações luminosas da bravura, do sacrifício e da generosidade, vive no azul, na transparência e no sol, acima da região baixa das aranhas e dos sapos, onde a calúnia fia as suas teias, e a injúria grasna os seus doestos.

Se é essa a glória que fulgura sobre o Exército brasileiro, sobre o soldado brasileiro, sobre os generais, benditos os que souberam da guerra selvagem a sua missão de defesa social. Os nossos generais, os nossos soldados, o nosso exército, não admitiriam outros loiros. A glória de parada, a glória de compadrio, a glória bárbara, que coloca os vencedores acima da justiça e da lei, associaria ao seu triunfo as maldições do país, a desonra da República, o horror do mundo civilizado, e depois de revoltar contra ele os nossos interesses, as nossas tradições e os nossos sentimentos, a pátria, a religião e o direito acabariam provocando uma intensa reação de desgosto e repulsa no seio das virtudes militares, cujo reservatório, esperemos em Deus não estará esgotado neste país.

Não quero com isto – não, senhores! – não quero atenuar a importância da vantagem, obtida, diminuir a gravidade do mal, que se atalhou, enfraquecer a lição, que se acaba de firmar. Mas talvez a minha maneira de compreender essa lição não seja a mais comum. Deixai-me, pois, dizer-vos onde eu a veja, e como a compreendo. Canudos arrasou-se; mas não é no arrasamento de Canudos que se acha o nosso maior proveito moral. Suprimistes uma colônia de miseráveis; mas não tocastes na miséria, que a produziu. A miséria é a ignorância, o estado rudimentário, o abandono moral dessas populações, sem escolas, sem cultura cristã, sem vias férreas, sem

comércio com o mundo civilizado. Os jagunços são as vítimas da situação embrionária de uma sociedade enquistada ainda hoje na rusticidade colonial. A lição não está nessa exibição atroz de uma cabeça cortada ao corpo exumado de um louco, profanação agravada de um cadáver e de uma sepultura, espetáculo oriental, que os nossos sentimentos repelem, e que nem o pretexto da curiosidade científica absolve. A lição não está nas páginas heroicas escritas pelas nossas tropas no Cocorobó, em Vaza-Barris e na Favela; porque os nossos soldados não seriam dignos desses feitos memoráveis, se não tivessem a nobreza de confessar que em heroísmo os vencidos não ficaram devendo aos vencedores. A lição, quanto aos vencedores, está nessa inundação de evidência que esta campanha derramou sobre a situação da defesa nacional, a sua inenarrável fraqueza, a necessidade imperiosa da sua reorganização absoluta. Mas o ensinamento sobre todos precioso que resulta dessa tragédia, consiste na surpresa desse Brasil misterioso, desconhecido ao mundo oficial, que os sertões do Norte nos acabam de revelar na fibra dessa raça talhada para competir com as mais fortes da terra, e na amostra das insuperáveis dificuldades com que deve contar o poder ou a anarquia nos caprichos de suprimir pela força a vontade do país. Supunha-se que esta nação só se compusesse da população híbrida, invertebrada e mole das cidades; mas o deserto revoltado nos fez sentir na medula do leão a substância de que se fazem os povos viris. Mas ainda outra coisa se viu: para debelar um arraial, defendido pelo frenesim de um núcleo de homens decididos a se matarem pela visão de um falso direito, foi mister um exército. Calculem agora quantos exércitos não seria necessário semear neste país, para lhe impor o cativo, imaginem se há reações militares, que não desapareçam ao sopro do direito popular, quando a nação levantada tiver a consciência, a vontade e a coragem da sua soberania.

A lição, quanto aos vencidos, está na seriedade dos nossos deveres para com essas populações, entregues pela indiferença brasileira aos instintos agrestes do aborígene, está na necessidade, a que cada vez menos atendemos, de fazer menos política, de cultivar menos paixões, e pensar mais nos grandes reclamos do nosso progresso, está em que não podemos aspirar a reputação de povo civilizado, esquecendo completamente a instrução, a moralização, a cristianização desses ramos vigorosos e (palavra ilegível) da nossa própria família esparsos em regiões incomensuráveis, que só conhecem o arado eleitoral.

Se as minhas opiniões destoarem das vossas, escutai-as com benignidade, reconhecendo que cumpro um dever árduo, e que, servindo-o, cumpro com os interesses, para obedecer à consciência. Acostumados à minha heterodoxia habitual, a menos invejável e lucrativa das condições a que um homem político se pode ver reduzido,

Rui Barbosa. *Obras completas*. t. 1, v. 24, 1897. p. 299-304.

Dissolução do Congresso Nacional e convocação de eleição para um novo Congresso

Decreto nº 641 (3 nov. 1891)

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil: Tendo em consideração o que nesta data expõe em manifesto ao país,

Decreta:

Art. 1º Fica dissolvido o Congresso Nacional eleito em 15 de setembro de 1890.

Empanar: perder o brilho; **fender:** abalar; **europeus:** brilhos falsos, aparentes; **doestos:** insultos; **loiros:** glória, triunfos alcançados nas lutas; **talhada:** moldada; **viris:** corajosos; **debelar:** derrotar; **frenesim:** exaltação; **mister:** necessidade, exigência; **aborígene:** indígena; **benignidade:** bondade.

- Art. 2º** É convocada a Nação para, em época que **ulteriormente** se fixará, escolher novos representantes.
- Art. 3º** O Governo expedirá para esse fim um regulamento eleitoral, assegurando ao país plena liberdade nessa escolha.
- Art. 4º** O novo Congresso procederá à revisão da Constituição de 24 de fevereiro deste anno nos pontos que serão indicados no decreto de convocação.
- Art. 5º** Essa revisão, em caso algum, versará as disposições constitucionaes que estabelecem a forma republicana federativa e a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade e segurança individual.

A Coluna Prestes

O Manifesto de Santo Ângelo

É chegada a hora solemne de contribuímos com nosso valioso auxílio para a grande causa nacional.

Há 4 mezes a fio que os heroes de São Paulo vêm se batendo heroicamente para derrubar o governo de ódios e de perseguições que só têm servido para dividir a família brasileira, lançando irmãos contra irmãos como inimigos **encarniçados**.

Todo o Brasil, de Norte a Sul, ardentemente deseja, no íntimo de sua consciência, a vitoria dos revolucionarias, porque elles lutam por amor do Brasil, porque elles querem que o voto do povo seja secreto, que a vontade soberana do povo seja uma verdade respeitada nas urnas, porque elles querem que sejam confiscadas as grandes fortunas feitas por membros do governo a custa dos dinheiros do Brasil, porque elles querem que os governos tratem menos da politicagem e cuidem mais do auxílio ao Povo **laborioso** que numa mescla sublime de brasileiros e estrangeiros, irmanados por um mesmo ideal, vive trabalhando honestamente pela grandeza do Brasil.

Todos desejam a vitoria completa dos revolucionarias, porque elles querem o Brasil forte e unido, porque elles querem pôr em liberdade heroes officiaes da revolta de 5 de Julho de 1922, presos porque num acto de patriotismo, quizeram derrubar o governo Epitacio, o que esvaziou criminosamente o nosso thesouro, e porque quizeram evitar a subida do Governo Bernandes, que tem reinado a custa do generoso sangue brasileiro.

Todos sabem hoje, apezar da censura da Imprensa e do Telegrapho, apesar das mentiras officiaes espalhadas por toda a parte, que os revolucionarias têm recebido verdadeira consagração por onde têm passado e que até hoje não foram batidos.

Todos sabem que elles se retiraram para dar um descanso à tropa, que elles dispõem de toda a artilharia de São Paulo, ainda intacta, que dispõem de 20 milhões de tiros e de 5 mil fuzis novos, e que ainda não entraram em acção, que elles estão senhores da parte sul de Matto Grosso, a mais rica, de grande parte do Paraná, perfeitamente aparelhadas e que agora, voltam novamente à lucta, mais fortes do que nunca.

Todos sabem hoje que o Governo organizou successivamente 8 columnas para batê-los e que foi forçado a desorganizá-las novamente porque as tropas do Exército se negavam a combatê-los e os de mais, que os combateram, foram dezimados como aconteceu com o Batalhão da Marinha e com a nossa Brigada Militar, agora, depois da entrada em seção da columna Rondon é o próprio governo quem confessa não ser mais possível dominar a revolução no Brasil, porque a vitoria della é já uma aspiração Nacional.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

O Ministro de Estado dos Negócios do Interior assim o faça executar.

Capital Federal, 3 de novembro de 1891; 3º da República.
Manoel Deodoro da Fonseca – F. de Alencar Araripe.

E o Povo Gaúcho, **altaneiro** e **altivo**, de grandes tradições a zelar, sempre o pioneiro de grandes causas nacionais, levanta-se hoje como um só homem e brada: Já é tempo de fazer o governo respeitar a vontade do povo, já é tempo de restabelecer a harmonia na família Brasileira, já é tempo de lucrarmos não peito a peito, mas sim hombro a hombro, para restabelecemos a situação financeira do Brasil, para recobrar o dinheiro que os nossos maus governos nos roubaram e podermos, assim, evitar que, em 1927, o Governo Inglez venha tomar conta das nossas alfandegas e das nossas ricas colônias para cobrar a dívida do Brasil.

Hoje, 29 de outubro, por ordem do General Izidoro Dias Lopes, levantam-se todas as tropas do Exército das guarnições de Santo Angelo, São Luiz, São Borja, Itaqui, Uruguayana, Sant'Anna, Alegrete, Don Pedrito, Jaguarão e Bagé, hoje irmanados pela mesma causa e pelos mesmos ideaes levantam-se as forças revolucionárias gaúchas da Palmeira, de Nova Wutemberg, Ijuhy, São Nicolau, São Luiz, São Borja, Santiago e de toda a fronteira até Pelotas e, hoje entram no nosso Estado os chefes revolucionarias Honorio Lemos e Zeca Netto, tudo de accordo com o grande plano já organizado.

E, desta mescla, desta comunhão do Exército e do Povo, com nacionaes e estrangeiros, resultará a rápida terminação da luta armada no Brasil, para honra nossa e glória dos nosso ideaes e de nossos foros de povo civilizado e altivo.

De acordo com o plano geral, as tropas de Santo Angelo talvez pouco demorem aqui, mas durante este tempo a ordem, o respeito à propriedade e à familia serão mantidos rigorosamente e para isso o governo revolucionaria provisório conta com o auxílio da própria população.

Não queremos perturbar a vida da população, porque amamos e queremos a ordem com base do progresso. Podem pois estar todos calmos que nada acontecerá de anormal.

São convocados todos os reservistas do Exército a se apresentarem ao quartel do 1º Batalhão Ferroviário, e fica aberto o voluntariado.

Todos os possuidores de automóveis, carroças e cavalos deverão immediatamente pô-los à disposição do 1º Batalhão Ferroviário e serão em todos os seus direitos respeitados.

Todas as requisições serão documentadas e assignadas sob a responsabilidade do Ministro da Guerra.

Pelo Governo Revolucionário do Brasil

Cap. Luiz Carlos Prestes 29/10/1924

Deposição de Washington Luís

Rio de Janeiro, 24 de outubro de 1930.

Exmo. Sr. Presidente da República.

A Nação em armas, de norte a sul, irmãos contra irmãos, paes contra filhos, já retalhada, ensanguentada, anseia por um signal que faça cessar a luta inglória, que faça voltar a paz aos espíritos, que derive para uma benéfica reconstrução urgente as energias desencadeadas para a entredestruição.

As forças armadas, permanentes e improvisadas, têm sido manejadas como argumento ávico para resolver o problema político, e só têm conseguido causar e soffrer feridos, luto e ruína; o descontentamento nacional sempre subsiste e cresce, porque, vencida, não pôde convencer-se de que o que teve mais força tenha mais razão. O mesmo resultado reproduzir-se-á como desfecho da guerra civil, a mais vultosa que já se viu no paíz.

A solução política, a integridade da nação, o decoro do Brasil e até mesmo a glória de V. Ex.^a instam, urgem e imperiosamente commandam a V. Ex.^a que entregue os destinos do Brasil, no actual momento, aos seus generaes de terra e mar.

Tem V. Ex.^a o prazo de meia hora a contar do recebimento desta para communicar ao portador a sua resolução e, sendo favorável, como toda a nação livre o deseja e espera, deixar o poder com todas as honras garantidas.

*(aa.) João de Deus Menna Barreto, general de Divisão, inspetor do Grupo de Região; João Fernandes Leite de Castro, general de Brigada, comandante do 1º DAC; Firmino Antônio Borba, general de Brigada, 2º sub-chefe do EMB; Pantaleão Telles, general de Brigada, e vários generais e almirantes de que não houve tempo de colher as assinaturas.

Improvisado: repentino; **vultoso:** de grande importância.

RESUMINDO

Embora tenha apresentado uma propaganda modernizadora da vida nacional, a República não significou uma ruptura com os modelos sociais, políticos e econômicos do período monárquico. Ao contrário, o país manteve-se preso ao modelo agroexportador, tendo nas elites rurais o seu setor hegemônico. Os próprios mecanismos políticos da República Velha, tais como o Coronelismo e a Política dos Governadores, serviram apenas como suporte para o domínio do setor cafeeiro, que atinge sua expressão mais acabada na chamada política do Café com Leite.

Naturalmente, tal modelo era impermeável às demandas dos setores econômicos emergentes e, principalmente, dos segmentos sociais excluídos pela estrutura elitista que caracterizou a República Velha. Assim, eventos como as Revoltas Messiânicas, o Movimento Operário, o Cangaço, entre inúmeros outros, foram claramente reações sociais com as quais a República Velha jamais foi capaz de lidar senão por meio da repressão violenta. Da mesma forma, mesmo com os instrumentos de cooptação das demais elites econômicas, o regime oligárquico teve, sistematicamente, que lidar com manifestações de oposição política e de quebra de sua aparente unidade.

À medida que as contradições do regime se aprofundavam, ao mesmo tempo em que a diversificação econômica ampliava a força dos setores política e socialmente excluídos, a sustentação do regime foi se tornando mais difícil. A prova disso é a profunda instabilidade que se estendeu por toda a década de 1920, culminando com a Revolução de 1930.

O fim da República Velha e a ascensão de Vargas ao poder expressam uma nova realidade que exigia uma reordenação da partilha do poder entre os vários grupos econômicos. Entretanto, diferentemente do momento da Proclamação da República, essa nova partilha não mais poderia ignorar as demandas dos setores populares, especialmente os urbanos.

Será esse o sentido que irá nortear a Era Vargas, que se abre com a Revolução de 1930.

■ QUER SABER MAIS?



FILMES

- *A Guerra de Canudos*. Direção de Sérgio Rezende. DVD. Bahia: Columbia Pictures, 1997. 170 min., colorido, português.
- *A Guerra dos Pelados*. Direção de Sylvia Back. DVD. Paraná: Paraná Filmes, 1970. 98 min., colorido, português.
- *O país dos tenentes*. Direção de João Batista de Andrade. DVD. São Paulo: Ciclo Filmes, 1987. 85 min., colorido, português.
- *Parahyba mulher macho*. Direção de Tizuka Yamazaki. VHS. São Paulo: Centro de Comunicação e Produção, 1983. 87 min., colorido, português.

Exercícios complementares

1 Uerj

PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA NO BRASIL



GLORIA À PATRIA! HONRA AOS HEROES DO DIA 15 DE NOVEMBRO DE 1889.

“HOMENAGEM DA REVISTA ILLUSTRADA”

“Glória à pátria!”, dizia a “Revista Illustrada”, um dia após a proclamação da República no Brasil, numa comemoração que representava o desejo de mudanças que trouxessem ampliação dos direitos políticos e da cidadania.

Apud Boris Fausto. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1995.

No que se refere ao exercício dos direitos políticos, a primeira Constituição republicana, de 1891, tem como uma de suas características:

- (a) o direito de cidadania às mulheres, pela introdução do voto feminino.
- (b) a exclusão das camadas populares, com a instituição de sistema eleitoral direto.
- (c) o aumento do Colégio Eleitoral, pela atribuição do direito de voto aos analfabetos.
- (d) a possibilidade do controle dos eleitores pelos proprietários rurais, através do voto aberto.

2 FGV Caracterizou-se por *encilhamento* a política econômica que:

- (a) levou o país a uma crise inflacionária pela emissão de moeda, sem lastro-ouro e com escassos empréstimos estrangeiros, gerando inúmeras falências.
- (b) pôde acomodar os primeiros anos da República à estabilização e ao investimento em políticas públicas, principalmente educacionais.
- (c) levou o país a pedir empréstimos para a reorganização do parque industrial e para a exploração da borracha na Região Amazônica.
- (d) pôde acomodar, por aproximadamente 50 anos, uma economia ainda dependente, permitindo a aplicação de recursos em serviços públicos.
- (e) levou o país a receber apoio de todas as nações industrializadas para desenvolvimento de parcerias, apesar da crescente inflação decorrente dos inúmeros empréstimos pedidos.

3 Fatec O marechal Floriano Peixoto, em sua política econômica financeira:

- (a) orientou-se no sentido de apoiar a lavoura, principalmente a cafeeira, cuja situação era precária devido à diminuição da demanda nos mercados internacionais.
- (b) procurou combater a inflação, contando para isso com a colaboração de seu Ministro da Fazenda, Joaquim Murinho.
- (c) buscou particularmente a diversificação de produtos agrícolas, buscando substituir o café pelo algodão, cacau e açúcar, como produtos básicos de nossa economia exportadora; como consequência ocorreram rebeliões contra o governo central, promovidas pela oligarquia cafeeira paulista.
- (d) orientou-se no sentido de promover a industrialização do país através de uma política de empréstimos e financiamentos.
- (e) visando a diminuir a dívida externa do Brasil, pagou a maior parte de nossos débitos no exterior, principalmente junto aos Estados Unidos.

4 Era então São Paulo uma cidade puramente paulista, hoje é uma cidade italiana!

Citado em Mário Carelli. *Carcamano & comendadores*. São Paulo: Ática, 1985.

Esta foi a expressão de surpresa de um popular carioca, de passagem por São Paulo em 1900, depois de uma ausência de trinta anos. Que fatores explicam essa transformação da São Paulo do início do século XX?

- (a) A falta de braços livres nacionais e a inadaptação dos ex-escravos ao trabalho na lavoura de café, exigindo a contratação de imigrantes assalariados.
- (b) A crença na superioridade cultural e racial dos trabalhadores europeus e a promoção da vinda de imigrantes sob o regime de colonato pelos cafeicultores paulistas.
- (c) A imigração italiana financiada pelos industriais paulistas, em face do alto preço da mão de obra nacional e os baixos salários aceitos pelos operários estrangeiros.
- (d) A índole pacífica e ordeira dos imigrantes e a superioridade das suas técnicas produtivas, oriundas das regiões mais desenvolvidas da Europa.
- (e) A intensa industrialização que o Brasil conheceu desde meados do século XIX, atraindo imigrantes originariamente para as zonas urbanas e industriais.

5 FGV Leia atentamente e julgue as afirmações a seguir.

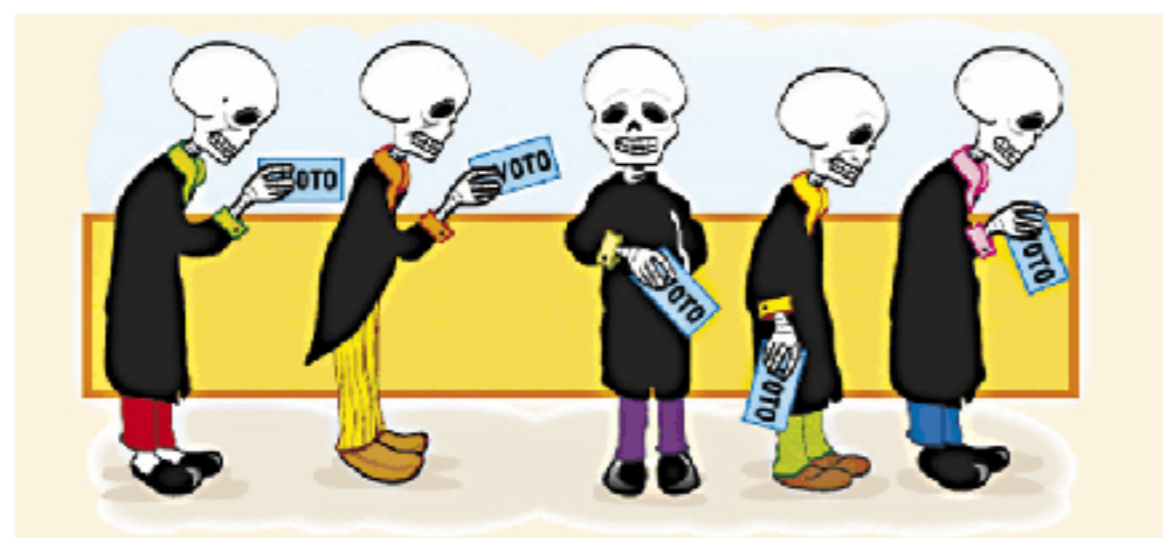
- I. Na Primeira República, a expressão “socialização de perdas” pode ser aplicada às sucessivas compras de excedentes da produção da indústria leve nacional por parte do governo.
- II. Apesar de seus limites regionais, a burguesia do café constituiu-se em uma classe articulada, capaz de expressar seus interesses através do PRP (Partido Republicano Paulista) e de suas associações de classe.
- III. Controlados por uma elite reduzida, os partidos republicanos decidiam os destinos da política nacional e indicavam os candidatos à presidência da República.

- IV. A República concretizou a autonomia estadual, dando plena expansão aos interesses de cada região. No plano político, houve a formação de partidos republicanos restritos a cada estado, sendo que fracassaram ou tiveram vida efêmera as tentativas de organização de partidos nacionais.
- V. A maioria da população brasileira votou, ao longo da Primeira República, para a escolha de seus representantes junto às Assembleias Legislativas, Câmara do Deputados, Senado e Presidência da República, sendo que o presidente eleito indicava os governadores.

Acerca da Primeira República (1889-1930), é correto apenas o afirmado em:

- (a) I, II e IV. (d) II, IV e V.
 (b) I, III e V. (e) III, IV e V.
 (c) II, III e IV.

6 PUC-MG Analise com atenção a seguinte charge.



Detalhe da charge: "Como se faz uma eleição", de Amaro. Revista da Semana, nº 495, 1909, Rio de Janeiro. Biblioteca Nacional.

Em relação às eleições da República Velha, a alternativa que melhor explica a charge é:

- (a) Os coronéis eram, muitas vezes, acusados de falsificação das atas eleitorais, de alistamento de defuntos ou de comprar os componentes da mesa eleitoral.
- (b) Pelo "voto de cabresto", o coronel garantia para seus candidatos o apoio dos que lhe deviam favores, pois o voto não era secreto.
- (c) Era prática comum, capangas ou jagunços, para servir a seus patrões, matar os adversários políticos, expulsar os indesejáveis ou ameaçar eleitores indecisos.
- (d) Para votar, o cidadão dirigia-se à mesa eleitoral, composta por indicação, que controlava as listas de presença e votação.
- (e) A estrutura de poder incluía coronéis, oligarquias estaduais e Governo Federal, estabelecendo-se no topo dessa pirâmide a política do Café com Leite.

7 Unifesp 2009 Nesse regime, [...] a verdadeira força política, que no apertado unitarismo do Império residia no poder central, deslocou-se para os Estados. A política dos Estados, isto é, a política que fortifica os vínculos de harmonia entre os Estados e a União é, pois, na sua essência, a política nacional. É lá, na soma dessas unidades autônomas, que se encontra a verdadeira soberania da opinião. O que pensam os Estados, pensa a União.

Campos Salles. "Mensagem" (3 de maio de 1902). In: Manifestos e mensagens. São Paulo: Fundap / Imprensa Oficial, 2007.

Ao defender a "política dos Estados" (ou Política dos Governadores) e associá-la às ideias de "harmonia", "soma" e "soberania da opinião", o então Presidente da República Campos Salles defendia:

- (a) o fim da autonomia dos estados e o início de um período de centralização política, que caracterizou a República como uma ditadura.
- (b) uma perspectiva de democratização para a recente República brasileira, impedindo que novos protestos políticos e armados irrompessem.
- (c) a relação diplomática com os demais países sul-americanos e se dispunha a obter alianças e acordos comerciais no exterior.
- (d) um pacto entre o Governo Federal e os Governos Estaduais, que teriam autonomia econômica, mas assegurariam apoio político ao presidente.
- (e) o modelo político adotado como capaz de democratizar o Brasil e de obter, sem lutas, a unidade política e territorial ainda inexistente.

8 Fuvest A expressão "política do café com leite" é muito utilizada para caracterizar a Primeira República no Brasil.

Sobre essa política, descreva:

- a) seu funcionamento;
 b) seu colapso na década de 1920.

9 Puccamp Analise trechos das Resoluções do Primeiro Congresso Operário do Brasil.

O 1º Congresso Operário aconselha o proletariado a organizar-se em sociedade de resistência econômica [...] sem abandonar a defesa, pela ação direta, dos rudimentares direitos políticos de que necessitam as organizações econômicas, a colocar fora do sindicato a luta política especial de um partido e as rivalidades que resultariam da adoção, pela associação de resistência, de uma doutrina política ou religiosa, ou de um programa eleitoral. O 1º Congresso Operário aconselha como meios de ação das sociedades de resistência ou sindicatos todos aqueles que dependem do exercício direto e imediato da sua atividade, tais como a greve parcial ou geral, a boicotagem, a sabotagem [...].

Edgar Rodrigues. Socialismo e sindicalismo no Brasil. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969. p. 120-8.

As ideias presentes nas resoluções do Primeiro Congresso Operário do Brasil, realizado em 1906, podem ser identificadas como sendo:

- (a) dos anarco-sindicalistas.
 (b) do Partido Comunista do Brasil.
 (c) do Partido Socialista Brasileiro.
 (d) dos positivistas.
 (e) do Partido Operário.

10 PUC-MG Analise com atenção o quadro a seguir.

Custo de vida, salários e produção industrial no Brasil			
Ano	Custo de vida	Salários	Produção industrial
1914	100	100	100
1915	108	100	118
1916	116	101	140
1917	128	107	197
1918	144	117	171
1919	148	123	209
1920	163	146	188

R.C. Simonsen. *A Evolução Industrial do Brasil*, apud O. Ianni, 1975, p. 62.

Tomando como referência os dados do quadro e o contexto da época, é correto afirmar, exceto:

- (a) A partir de 1914, as condições de vida dos trabalhadores pioraram bastante, aumentando os movimentos grevistas.
- (b) A produção industrial apresentou uma sensível queda, de 1914 a 1918, devido à redução das exportações em função da guerra.
- (c) Entre os anos de 1919 e 1920, houve uma elevação no custo de vida e dos salários, enquanto que a produção industrial apresentou uma queda.
- (d) Apesar da expansão industrial, o custo de vida, entre 1914 e 1916, elevou-se 16%, enquanto os salários subiram apenas 1%.
- (e) Durante o período da Primeira Grande Guerra, observa-se um gradativo aumento do custo de vida.

11 UEL Em 1912, José Maria, um beato e curandeiro, liderou um movimento de sertanejos entre os estados do Paraná e Santa Catarina, o Contestado, que persistiu até ser esmagado violentamente em 1916 por tropas governamentais. Sobre o Contestado, é correto afirmar:

- (a) Os sertanejos consideravam a República usurpadora e adotavam o ideal comunitário de vida, defendendo um mundo fraterno e a distribuição das terras que o Governo havia concedido a uma companhia ferroviária estrangeira.
- (b) Os posseiros das terras contestadas combatiam as práticas religiosas tradicionais como o casamento e as procissões.
- (c) Como na Revolta de Canudos, os sertanejos do Contestado desejavam a intervenção do Estado republicano na saúde e na educação comunitária.
- (d) O movimento inspirou-se nas revoltas dos camponeses durante a Revolução Francesa e atacou os símbolos da ação governamental, como os cartórios e as câmaras municipais.
- (e) Os sertanejos receberam o decisivo apoio dos setores intelectuais adeptos da difusão das ideias racistas no Brasil.

12 Ibmecc-RJ Guerra de Canudos (1893-1897) e Guerra do Contestado (1912-1916) foram duas grandes revoltas populares ocorridas durante a República Velha. Sobre elas são feitas as seguintes afirmativas:

- I. Ambas foram orientadas por lideranças de caráter messiânico.
- II. Os dois movimentos ocorreram na região Nordeste.

III. Ambas alcançaram os seus objetivos, apesar de duramente combatidas pelas forças republicanas.

Assinale:

- (a) Se apenas a afirmativa I for correta.
- (b) Se apenas a afirmativa II for correta.
- (c) Se apenas a afirmativa III for correta.
- (d) Se as afirmativas I e II forem corretas.
- (e) Se as afirmativas I e III forem corretas.

13 FGV O Partido Democrático (PD) surgiu na metade da década de 1920, em oposição ao Partido Republicano Paulista (PRP). Em essência, o PD buscava:

- (a) “desperrepizar” o Brasil, abolindo toda e qualquer influência do PRP e instituir o voto secreto, entre outras mudanças políticas.
- (b) ser uma alternativa socialista para a juventude operária descrente nos velhos ideais republicanos.
- (c) organizar o movimento operário e camponês para uma investida revolucionária e de caráter liberal no país.
- (d) confundir o eleitorado, pois, organizado basicamente por membros do PRP, suas propostas em nada diferiam, modificando-se apenas a composição de jovens em sua fileira partidária.
- (e) sensibilizar as camadas médias urbanas para uma ruptura com o Tenentismo, o PRP e os socialistas que controlavam o movimento operário.

14 Mackenzie A respeito do clima político e articulações que antecederam a Revolução de 1930, podemos afirmar que:

- (a) todas as oligarquias e oposições derrotadas nas eleições de 1930 aceitaram o resultado sem manifestar nenhuma reação.
- (b) Washington Luís tratou com muita diplomacia os opositores políticos, respeitando os aliancistas vitoriosos.
- (c) o Bloco Operário Camponês não foi atingido pela “degola política” praticada por Washington Luís.
- (d) o assassinato de João Pessoa não trouxe desdobramentos que resultaram na Revolução de 1930.
- (e) os tenentes e as lideranças civis da oposição contestaram o resultado das eleições, consideradas fraudulentas, articulando a revolução, que eclodiu após o assassinato de João Pessoa.

15 PUC-PR A crise da Bolsa de Nova Iorque, em 1929/1930, refletiu-se nos Estados Unidos e em todo o mundo, com exceção dos países componentes da URSS. No Brasil, a consequência política foi o(a):

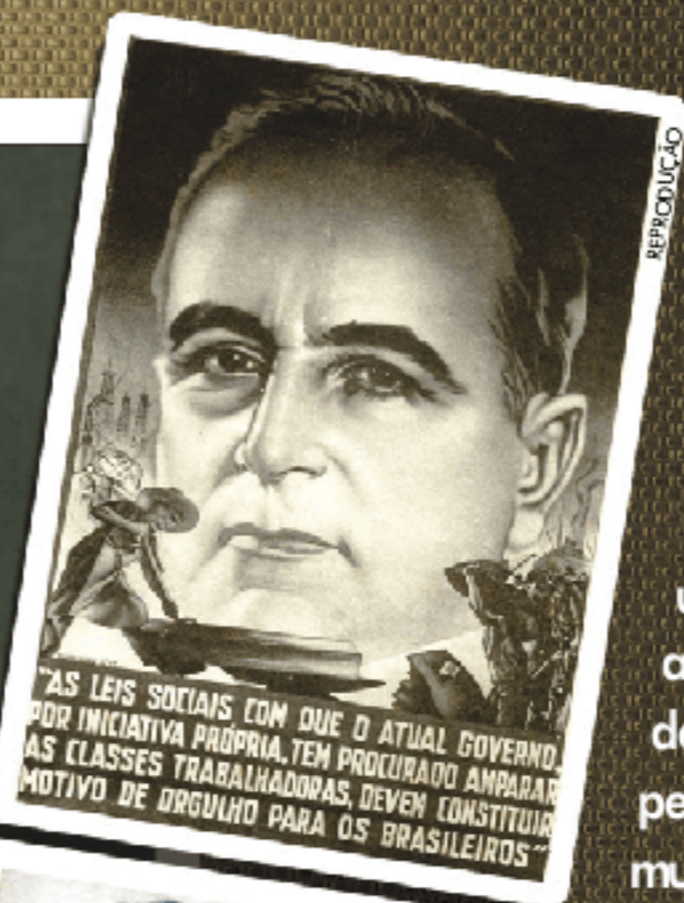
- (a) Revolução de 1930, que derrubou a República Oligárquica.
- (b) início da política do Café-com-Leite.
- (c) surgimento do Movimento Tenentista.
- (d) formação da Política dos Governadores.
- (e) revolta dos posseiros do Contestado.

16 A década de 1920 apresenta, como consequência das profundas transformações econômicas e políticas decorrentes da Primeira Guerra Mundial, uma autêntica revolução intelectual, rompendo com a estética tradicional. No Brasil, o rompimento ocorreu com a Semana de Arte Moderna de 1922. O que representou, do ponto de vista político, esta semana?

9

FRENTE 1

A era Vargas (1930-1945)



"AS LEIS SOCIAIS COM QUE O ATUAL GOVERNO, POR INICIATIVA PRÓPRIA, TEM PROCURADO AMPARAR AS CLASSES TRABALHADORAS, DEVEM CONSTITUIR MOTIVO DE ORGULHO PARA OS BRASILEIROS"



Poucos momentos da história do Brasil tiveram tamanha importância quanto os 15 anos da era Vargas. Trata-se de um período decisivo, no qual se manifestou uma autêntica transição de um modelo essencialmente agroexportador para um modelo urbano-industrial. É nesse período que se consuma uma mudança que a Proclamação da República não havia significado. Mais que isso, é nesse período que se forjaram as bases daquela que foi a tônica do relacionamento entre o Estado e os trabalhadores no Brasil a partir daí, qual seja, o Populismo. Essa prática política está presente em várias das atitudes de Vargas, aparentemente protetoras dos trabalhadores, mas que visavam apenas forjar uma relação de compromisso na qual os setores populares passariam a estar atrelados a um Estado essencialmente defensor das elites.

É preciso compreender que o Populismo firmou-se como forma de governo a partir do fim do Estado Novo. Entretanto, várias de suas características já estão presentes ao longo da era Vargas.

Também ocupará um espaço importante o jogo político que se manifestou até 1937 e ao final do Estado Novo, que apresentou um dos momentos de maior radicalização, inclusive ideológica, da vida brasileira.

O Governo Provisório (1930-1934)

Características gerais

Conforme vimos ao final do capítulo anterior, Washington Luís havia deixado o cargo para uma junta militar em 24 de outubro de 1930. Em 3 de novembro do mesmo ano, Getúlio Vargas assumia a presidência, provisoriamente, em nome do Exército, da Marinha e do povo. Dentro do governo liderado por Getúlio estavam os setores da Aliança Liberal e restava-lhe a impossível tarefa de satisfazer a todos.

Os tenentes foram contemplados na organização do novo governo. O poder central passaria a intervir diretamente nas províncias e contaria com a força dos “jovens militares” para essa tarefa. Juarez Távora passaria a coordenar a intervenção na região Norte e a delicada região de São Paulo estava sob a responsabilidade do tenente João Alberto Lins e Barros. Outros participantes da revolução ocuparam cargos no Ministério e dividiram suas responsabilidades com representantes das antigas oligarquias, excluída, evidentemente, a oligarquia paulista – ao menos nesse primeiro momento.

As medidas adotadas pelo governo provisório já anunciavam a tendência geral do governo Vargas. Congresso Nacional, Assembleias Estaduais e Câmaras Municipais foram dissolvidos; os governadores dos Estados foram substituídos por interventores indicados pelo governo central e, finalmente, novos ministérios foram criados (Educação e Saúde Pública, Trabalho, Indústria e Comércio).

elas cumpriam o importante papel de arbitragem entre os inúmeros grupos conflitantes nas diversas regiões.

Entretanto, somente a partir da análise mais clara acerca do caráter da constelação que apoiava Vargas, compreenderemos melhor o papel que o Estado passou a assumir a partir de 1930. Conquanto ainda se pudesse observar o predomínio oligárquico, as elites dominantes já não mais estavam sozinhas, da mesma forma que já não havia um único setor claramente hegemônico que pudesse, por si só, exercer o poder. Assim, abria-se espaço para a intermediação política, a qual só poderia ser feita a partir de um Estado forte e centralizador.

A ala mais radical do governo provisório coube aos tenentes, pois estes pensavam ser possível avançar na direção de seus propósitos a partir da intervenção estatal dirigida por Vargas. Contudo, é forçoso compreender a fraqueza ideológica do Tenentismo. Suas concepções oscilavam ante o caráter difuso de uma visão nacionalista desprovida de qualquer base mais sólida e a certeza de que somente um Estado forte, entenda-se com base no Exército, poderia realizar as reformas que o movimento de forma tão simplista reivindicava. Reivindicava a moralização das eleições, a definição de uma legislação trabalhista, a nacionalização dos bancos estrangeiros e das minas e avançava também algumas ideias que pressupunham o combate ao latifúndio e pouco além disso. A própria pobreza teórica do tenentismo explica suas várias ramificações, a partir dali. Se, por um lado, setores do Tenentismo acabaram indo em direção ao Comunismo, tal como o maior de seus nomes, Luís Carlos Prestes, outros tenderam ao Fascismo, simpatizando com os regimes totalitários que então surgiam na Europa. Foram esses setores, a chamada “direita” do Tenentismo, que deram origem ao Clube 3 de Outubro.

REPRODUÇÃO: VIN: BRASIL, 500 ANOS, EDITORA NOVA CULTURAL LTDA, PÁGINA 485



Fig. 1 Cartão-postal contendo desenho alegórico em homenagem à Revolução de 1930.



Fig. 2 A fragilidade teórica dos tenentes. Na charge da revista *O Careta*, comunistas e fascistas procuram atrair os tenentes.

O Estado avançava, com essas medidas, no sentido da centralização; porém, no momento em que foram adotadas,

Por sua fragilidade teórica, ao se engajarem na Revolução de 1930, os tenentes colocaram-se na condição de, uma vez parte dos vitoriosos, não terem qualquer programa definido a apresentar. Tornavam-se, assim, meros coadjuvantes do regime de Vargas, o qual, de forma extremamente sagaz, utilizou as características que lhe interessavam no Tenentismo: a defesa do Estado e o descompromisso com as velhas elites dirigentes. Tornavam-se eles, assim, ideais como interventores a serviço de Vargas.

A atitude de Vargas em relação à gama diferenciada de setores que o apoiavam foi sempre a de procurar o arbitramento, incluindo ainda setores populares e, mais tarde, a velha oligarquia paulista. Ao mesmo tempo em que contemplava ambos os setores do Tenentismo com cargos, Getúlio procurava acenar com o atendimento de velhas reivindicações dos trabalhadores e até mesmo reeditar a proteção ao setor cafeeiro – ainda o setor mais importante da economia do país. Com isso, procurava acumular prestígio para uma posição pessoal de força.

Com relação ao setor cafeeiro, Vargas encontrava-se em uma posição altamente delicada. Ao mesmo tempo em que esta ainda era a mais importante atividade econômica do país, sustentando, inclusive, os setores comercial, bancário, ferroviário e a incipiente indústria brasileira, a velha oligarquia paulista constituía-se em seu principal adversário político.

Assim, a proteção ao setor impunha sérios riscos, principalmente o de fortalecer uma camada ainda poderosa que poderia tentar recuperar o poder perdido em 1930. Por outro lado, sua política de apoio ao setor representava uma tentativa de eliminar tal foco de oposição.

Vargas optou por uma política que era quase a retomada da valorização do café da Velha República, promovendo a compra e o armazenamento dos estoques excedentes de café. Tal prática esbarrava no próprio momento de crise internacional e no fato de que outros países também se constituíam em produtores, aumentando a concorrência.

Com isso, estoques gigantescos se acumulavam, obrigando o governo a, já a partir de 1931, iniciar a queima da produção excedente.



Fig. 3 A queima de café no porto de Santos.

Tal política, embora onerosa, acabou gerando benefícios econômicos para o país, mantendo a economia relativamente estável, uma vez que permitia a sobrevivência não apenas do setor cafeeiro, mas também dos demais setores que lhe eram tributários. Dessa forma, houve o impedimento de que os efeitos da Grande Depressão da década de 1930 fossem ainda mais graves no país.

A Revolução Constitucionalista de 1932

O desconforto nas relações entre Vargas e a velha oligarquia paulista pode ser bem observado pela sucessão de interventores que Vargas foi obrigado a nomear para São Paulo, todos eles sofrendo a oposição das elites paulistas. Foi somente com a nomeação de Pedro de Toledo, em 1932, que a oligarquia

desse Estado obteve um interventor indicado por ela própria, fato que denotava certa fragilidade do governo central.

Ao mesmo tempo, reivindicações populares afloravam de modo intenso. O programa de governo incluía uma série de reformas ainda não realizadas, abrindo espaço para que os setores urbanos encampassem uma ampla luta por leis trabalhistas e pela convocação de uma Assembleia Constituinte. Com isso, o Partido Democrático, surgido de uma dissidência paulista, e que apoiara a Aliança Liberal em 1930, rompia com Vargas, tendendo a se aproximar do Partido Republicano Paulista (PRP), o velho partido da oligarquia paulista. Nascia a Frente Única Paulista (FUP), exigindo a imediata convocação de uma Constituinte. Assim, o projeto da oligarquia cafeeira de retomar o poder acabava fortalecido pelo apoio, até então impensável, dos setores populares de São Paulo.

Em maio de 1932, uma manifestação popular, favorável à convocação da Constituinte, em frente à sede da Legião Revolucionária de São Paulo, foi dissolvida a bala pela polícia varguista, resultando na morte de quatro estudantes: Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo. As iniciais desses nomes geraram a sigla MMDC que, a partir daquele momento, passou a ser a senha de um movimento que apontava, cada vez mais, na direção da luta pelo poder.

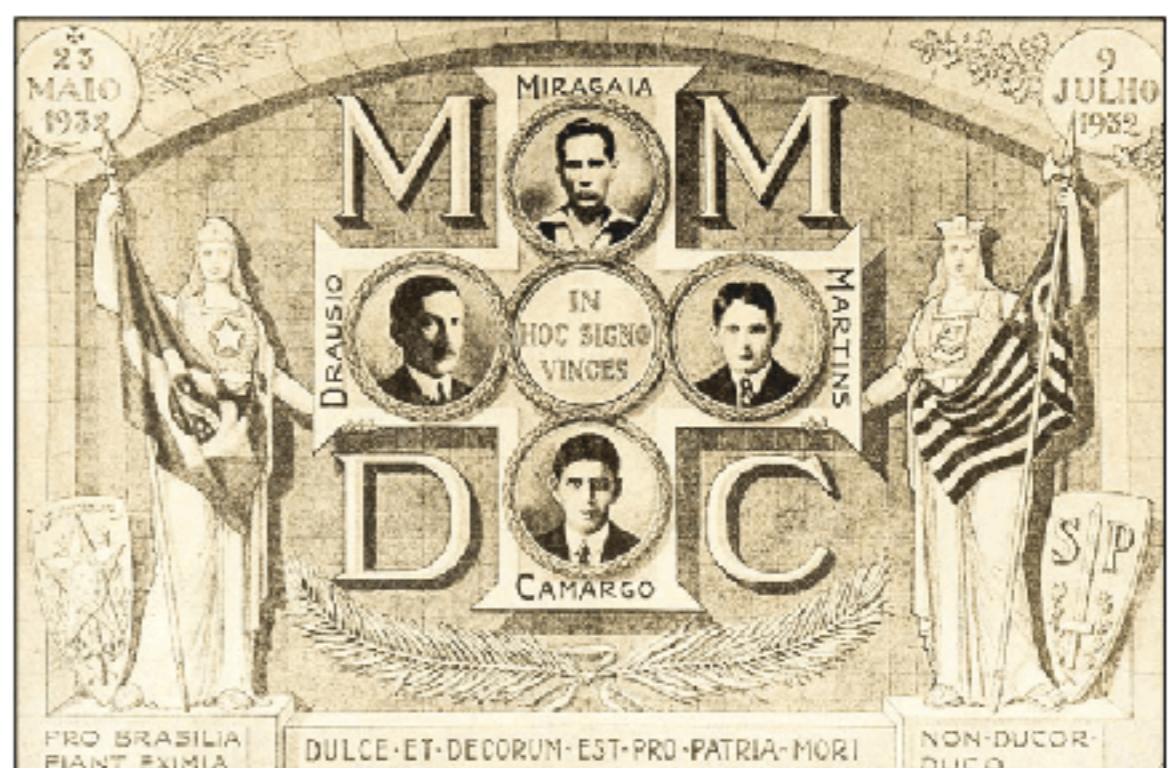


Fig. 4 Cartão-postal do movimento paulista aludindo aos quatro mártires.

Em 9 de julho de 1932, ocorreu a **insurreição** militar em São Paulo e no Mato Grosso, dando início a uma batalha que duraria três meses e levaria vários civis à morte. Ao final do movimento, o governo central saiu vitorioso da batalha e os diversos setores sociais envolvidos na revolução de São Paulo foram enquadrados, temporariamente, na nova ordem política. Em sua batalha contra o governo de Getúlio, os paulistas não conseguiram apoio nos Estados mais importantes que, embora simpáticos à causa constitucional, não estavam dispostos a se atrelar novamente à mais rica região do país ou a se descolarem daquela que parecia ser sua única opção em termos de efetivação de uma política que acomodasse a todos.

De qualquer forma, a vitória do governo varguista significou a consolidação da nova ordem política, abrindo a perspectiva de uma legitimação e acabando com seu caráter provisório.

Insurreição

Ato de se rebelar contra uma ordem estabelecida. Forte oposição.

A vitória do governo Vargas significou, também, uma adequação dos antigos tenentes. De acordo com as palavras do presidente, ele havia acabado com aqueles jovens rebeldes “promovendo-os a capitães”. É verdade que boa parte deles passou a obedecer às ordens do governo central e os que não se adaptaram desapareceram do cenário político ou, então, filiaram-se a outros agrupamentos. Enfim, o “espírito” de grupo que havia formado o Tenentismo deixava de existir.



Fig. 5 Cartaz de convocação dos paulistas à luta.

A Constituinte de 1933 e a nova Constituição

A repressão de Vargas à revolução chegou a ser surpreendente por sua brandura. Não apenas as prisões e atitudes mais duras foram pouquíssimas, como também, logo após a derrota do movimento, passou a acenar com algumas daquelas que eram as principais reivindicações dos revoltosos. Delineava-se assim uma característica da extraordinária astúcia de Vargas como estadista: era necessário primeiro eliminar definitivamente qualquer possibilidade de reerguimento da oligarquia paulista. Feito isso, ele tinha agora a necessária segurança para lançar mão de instrumentos formalmente democráticos, uma vez que já havia assegurado o controle total em suas mãos.

Assim, já em 1933, foi publicado um Código Eleitoral, instituindo o voto secreto e o feminino e criando a justiça eleitoral. Ao mesmo tempo, dava força à sua legislação trabalhista, que começava a se forjar, criando a figura dos deputados classistas, eleitos pelos sindicatos.

Vargas convocou, ainda em 1933, eleições para a Assembleia Constituinte, a qual aprovaria a Constituição publicada em 1934 que incorporou alguns elementos já aprovados anteriormente, aprofundando outros deles. Estabeleceu, também, garantias trabalhistas aos assalariados: férias remuneradas, aposentadoria, pensões, jornada de 8 horas, além de regulamentar o trabalho dos menores de idade.

O reconhecimento de um novo setor social merecedor de cuidados vinha acompanhado de algumas medidas sinalizadoras do fim da velha ordem. A empresa cafeeira conhecia o fim dos seus tempos de glória, tomando evidente que a riqueza obtida em São Paulo deveria ser aplicada em outros investimentos. O governo central, por sua vez, não poupou esforços para que esse novo direcionamento fosse feito sem demora.

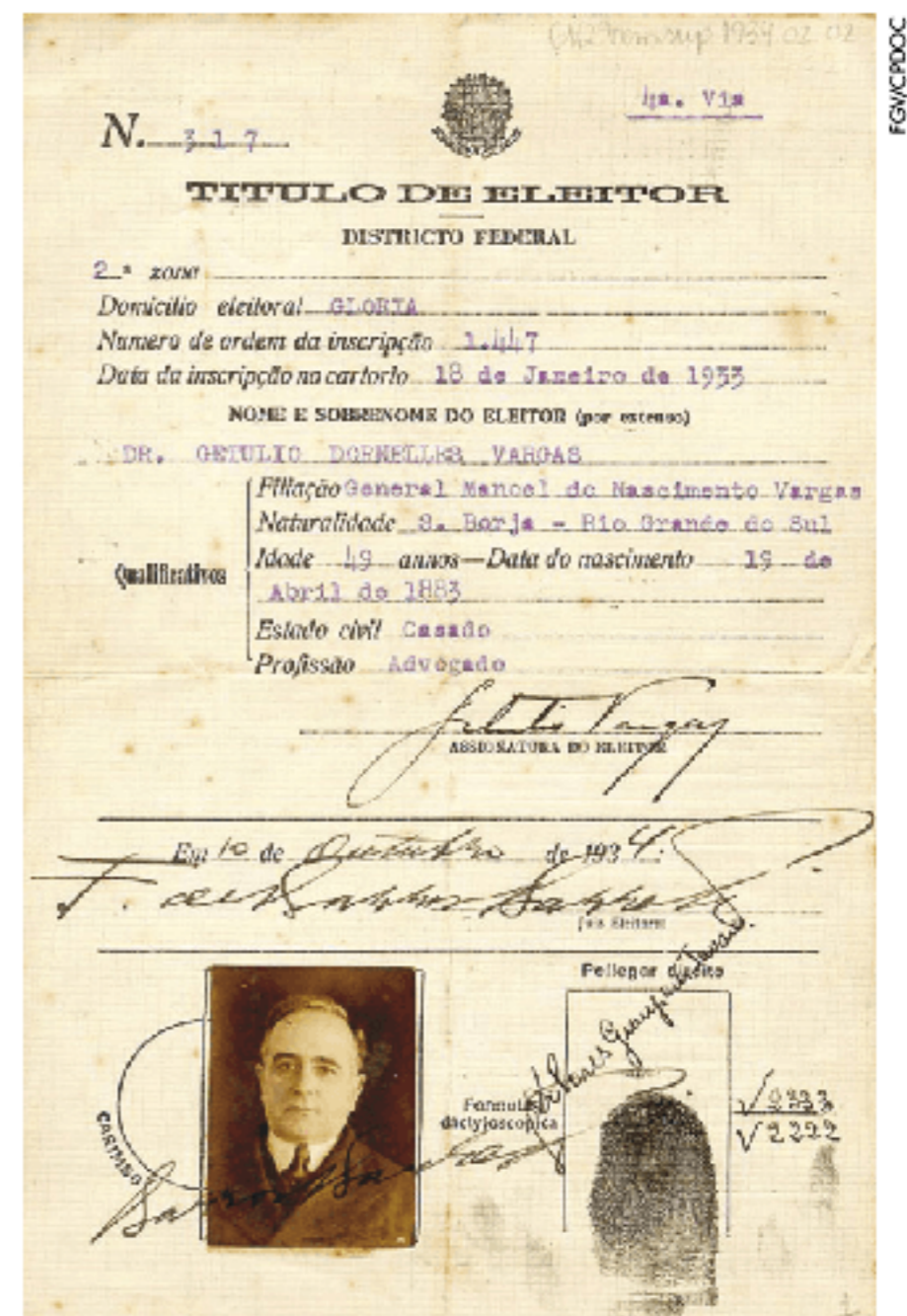


Fig. 7 Título eleitoral de Vargas.

Dessa forma, a Constituição apresentava uma tentativa de adaptar a ordem política à nova realidade do país, incorporando como seus elementos principais:

- manutenção do princípio federativo da Constituição de 1891, porém com a autonomia dos Estados fortemente reduzida;
- separação dos poderes, com ampla autonomia para o Executivo, o Legislativo e o Judiciário;
- incorporação da legislação eleitoral criada em 1933, com a bancada classista fazendo parte do Legislativo;
- criação de uma legislação trabalhista, incluindo a liberdade de organização sindical e a criação do Tribunal do Trabalho;
- possibilidade de nacionalização de empresas e de monopólio estatal sobre alguns setores;
- eleições diretas para os vários cargos do Executivo, sendo que as Disposições Transitórias estabeleciam que o primeiro presidente fosse eleito de forma indireta, pela própria Constituinte.



Fig. 6 Eleitora carioca vota na eleição para a Constituinte em 3 de maio de 1933. O voto feminino foi uma das inovações trazidas pela era Vargas.

Com isso, imediatamente após a promulgação da Constituição, Vargas foi eleito pela Assembleia Constituinte, iniciando a fase constitucional de seu governo.



Fig. 8 Charge de Belmonte, aludindo à posse de Vargas, eleito pela Constituinte.

O Governo Constitucional (1934-1937)

A polarização ideológica

Não podemos jamais dissociar os eventos ocorridos no Brasil de uma realidade mundial mais ampla, a qual irá, aqui, se manifestar de forma intensa, notadamente em períodos de grande tensão política, como foi a década de 1930.

Desde o final dos anos 1910, o movimento operário vinha ganhando corpo, em termos mundiais e também no Brasil. Esse crescimento não pode ser visto de forma desconexa ao grande evento da luta operária: a Revolução Russa de 1917. Essa revolução significou o resultado de um amplo ascenso operário, mas também ocupou a função de agente estimulador do **recrudescimento** da luta operária em todo o mundo. Foi diretamente sob seu estímulo que vimos o avanço da luta operária, inclusive no Brasil, como atestam a greve geral de 1917, a fundação do Partido Comunista e o espaço que as reivindicações populares vinham ganhando no país.

Assim, os primeiros anos da era Vargas conheceram um amplo crescimento do movimento operário e popular, o qual perdia seu caráter unicamente comunista, passando a assumir uma postura de movimento democrático, ante uma ameaça muito maior que rondava a cena política mundial: o crescimento do Nazifascismo.

O Fascismo vinha ganhando corpo na Europa desde a década de 1920, personificado em regimes como o de Mussolini, na Itália; e Salazar, em Portugal; e, já nos anos 1930, com a mais sombria das ameaças: Hitler, na Alemanha. Tal movimento caracterizava-se por uma postura totalitária, de uma visão de Estado marcada pelo forte intervencionismo, por um regime de partido único, e pelo Nacionalismo exacerbado que fletava, com maior ou menor intensidade, com o expansionismo militarista. Tratava-se da reação da burguesia dos países europeus arrasados pela Primeira Guerra Mundial, que buscava um Estado que amparasse seu reerguimento. Mas era também a reação burguesa, de um modo geral, contra o crescimento do movimento operário e a ameaça comunista.

Recrudescer

Crescer, aumentar, tornar-se mais intenso.



Fig. 9 A ascensão do Nazismo na Alemanha é um dos marcos do fortalecimento da direita e da ideologia ditatorial nos anos 1930.

No Brasil, a Ação Integralista Brasileira (AIB), liderada por Plínio Salgado, expressava radicalmente essa tendência. Tal como os congêneres europeus, esse movimento brasileiro apelava para o Nacionalismo, evocando símbolos nacionais. O grito de guerra da AIB era “anauê”, seu símbolo era um indígena e os integrantes usavam camisas verdes. Na defesa da nação, apresentavam-se, por um lado, inimigos do Comunismo e do Capitalismo; por outro, protetores da família e partidários da ordem. Os integralistas demonstravam sua força por meio de manifestações violentas e, para isso, chegaram a contar com o apoio do presidente Vargas para a proteção de seus comícios.



Fig. 10 Capa da revista integralista Anauê

Foi contra o crescimento da AIB e de sua influência junto a um governo cada vez mais centralizador que surgiu outro agrupamento, formado em oposição a Getúlio Vargas. Tratava-se da Aliança Nacional Libertadora (ANL), cujo nome indica a pretensão da defesa nacional, tal como faziam Getúlio e os integralistas. No entanto, para esse grupo, a “libertação” da nação ocorreria por meio da união dos setores assalariados e, por isso, a citada frente reunia sindicalistas, comunistas e socialistas, além dos setores liberais e democráticos que viam a ameaça representada pelo Fascismo. Seu principal objetivo era impedir o avanço dos fascistas no Brasil, tornando-se, assim, inimigos frontais da AIB. Constituíam-se ela, assim, no canal básico de expressão – principalmente do Partido Comunista, que passava a liderar essa frente de oposição a Vargas e ao Fascismo.

Por outro lado, há um aspecto interessante na forma como se organizaram no Brasil, tanto a ANL quanto o próprio PCB. Sua penetração sempre foi mais efetiva dentro das forças armadas do que no movimento operário propriamente dito. Talvez isso se explique pelo vácuo ideológico que marcou a organização militar brasileira. O anseio progressista e modernizador, apresentado por amplos setores dentro do Exército, desde a luta contra a Monarquia, jamais encontrou uma resposta efetiva nas várias ideologias que brotaram dentro dele, seja o Positivismo do fim do século XIX, ou o Tenentismo dos anos 1920 e 1930 do século XX. Assim, foi natural a inclinação de parcelas da oficialidade em direção à esquerda, até mesmo pelo caráter centralizador e autoritário que vinha marcando o Estado soviético, a grande referência da esquerda mundial.

Dessa forma, os sonhos de poder da ANL e do PCB dependiam de uma revolução que partisse dos quartéis para o restante da sociedade. Isso fica claro em uma frase de Luís Carlos Prestes na qual ele afirma: “... era muito mais fácil construir o partido dentro dos quartéis do que nas fábricas”.

Entretanto a atuação da ANL acabou servindo de pretexto justamente ao que ela afirmava querer evitar. Em novembro de 1935, explodiu um levante popular e militar no Rio Grande do Norte, impulsionado por setores da ANL, principalmente o Partido Comunista. Sob pretexto de conter a manifestação, uma intervenção militar controlou a região do levante, bem como as de Recife, Olinda e o Rio de Janeiro, perseguindo os integrantes da Aliança. O clima de instabilidade tomou conta de todas essas cidades e a “Intentona Comunista” foi responsabilizada por tal situação.

Assim, Getúlio utilizou a tentativa de golpe para justificar seu endurecimento político, decretando, já em 1935, o Estado de Sítio. No entanto, aproximava-se o período da sucessão presidencial que, segundo as regras constitucionais, deveria ser feita por meio de eleições. Todos sabiam que o pleito expressaria os conflitos que haviam marcado os anos anteriores e colocaria todos os adversários políticos frente a frente em uma disputa eleitoral.

Getúlio utilizaria o medo gerado pela Intentona para reeditar sucessivamente o Estado de Sítio, o qual lhe permitia manter a campanha presidencial sob seu estrito controle. Beneficiava-se do fato de, desde a Intentona, a ANL ter sido colocada na ilegalidade, o que eliminava uma oposição efetiva.



Fig. 11 Fac-símile do jornal *A Manhã*, da ANL, um dia após o levante de 1935.

O Golpe de 1937

Três eram os candidatos à sucessão presidencial. A oligarquia paulista lançou a candidatura de Armando de Salles Oliveira, apoiada pelo PRP e pelo PD, a qual representava uma postura mais liberal em relação ao centralismo de Vargas.

A segunda candidatura era a de José Américo de Almeida, o qual era apoiado pelos sindicatos varguistas, apresentando-se quase como o candidato oficial.

A terceira candidatura era a de Plínio Salgado, líder da AIB, e que congregava a chamada extrema direita, acalentando o propósito de obter o apoio do próprio Vargas.

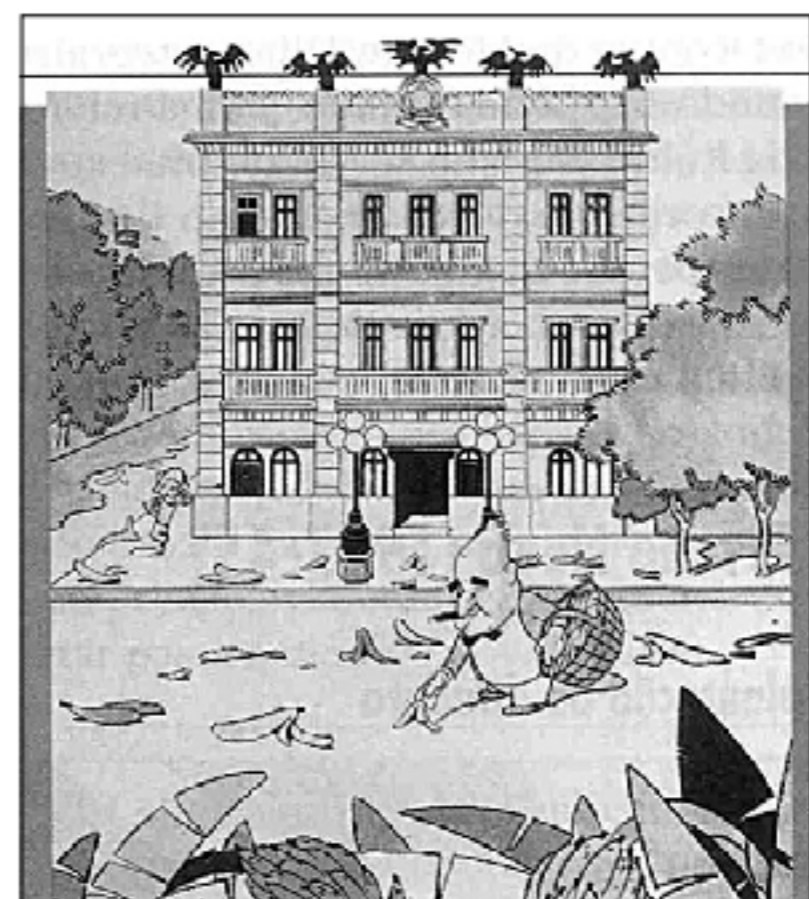


Fig. 12 Charge da revista *O Careta*, mostrando Vargas espalhando cascas de banana no caminho para o Palácio do Catete. Já era clara a percepção, em 1937, de que Vargas não desejava deixar o poder.

A conturbação do cenário político era agravada pela própria atitude de Vargas. Procurando manter-se equidistante das disputas partidárias, Vargas acenava seguidamente com a perspectiva de se manter no poder. Contava para isso com o apoio do Exército, o qual era fortemente dominado já pela ideologia anticomunista, acentuada após a Intentona, e que via em um Estado forte, diretamente apoiado nas forças armadas, uma arma em defesa da estabilidade.

A mesma postura sensibilizava vários setores de classe média e mesmo da elite, muito mais interessados na estabilidade e no combate ao Comunismo do que na manutenção da ordem constitucional.

Dessa forma, criava-se o cenário propício a um golpe de Estado. Para justificá-lo, Vargas alegou a existência de um plano de subversão idealizado pelos comunistas, o Plano Cohen, que incluía assaltos e assassinatos. Tal plano era absolutamente falso, tendo sido elaborado por um oficial do Exército. Seu único papel era o de criar o pretexto, se é que algum seria necessário, para um golpe, no qual o Congresso foi fechado, as eleições suspensas, bem como a Constituição. Estava armado o quadro para a ditadura varguista que se iniciou a partir dali.

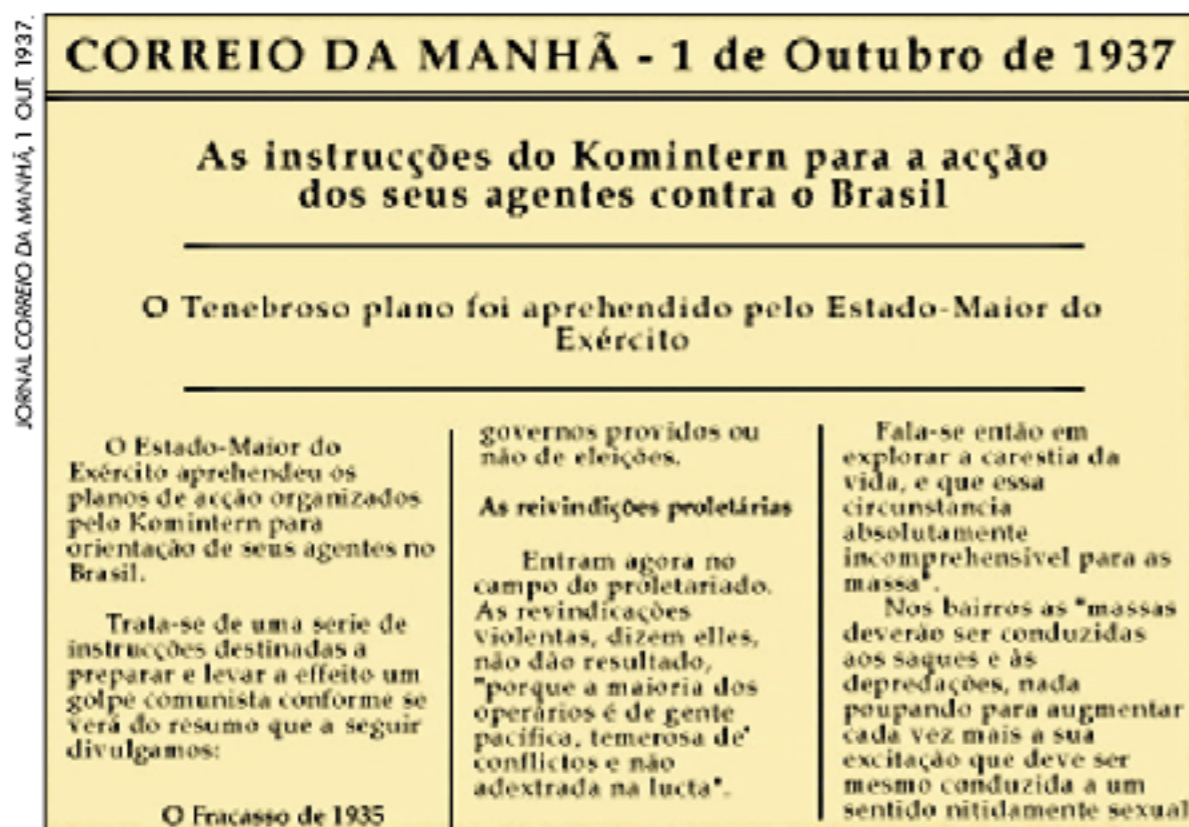


Fig. 13 Reprodução do jornal *Correio da Manhã*, de 1º de outubro de 1937, um dia após o anúncio da “descoberta” do suposto Plano Cohen.

O Estado Novo (1937-1945)

Características gerais: a formação da ditadura

O golpe de 10 de novembro de 1937 deu início à ditadura pessoal de Getúlio Vargas e a uma forma de organização política, denominada pela historiografia como **Estado Novo**. Apesar das semelhanças com o Nazismo e o Fascismo europeus e do apoio do grupo de Plínio Salgado, o novo governo de Vargas guarda diferenças importantes em relação aos regimes totalitários europeus.

Em primeiro lugar, o Estado Novo não se fundava na vitória de um partido. Aliás, todos os partidos foram dissolvidos a partir de um decreto do presidente, em 2 de dezembro daquele ano. Vargas rompeu, assim, com o apoio dos integralistas, colocando-os na ilegalidade.

Outra diferença importante em relação aos totalitarismos europeus é que o golpe de Vargas não se apoiou em nenhum organismo ou manifestação popular. Não existiam partidos e, tampouco, qualquer expressão de apoio vinda das camadas

mais baixas da população, ou seja, a mobilização popular, tão cara ao Nazifascismo, simplesmente não existia no regime varguista.

Por fim, o Estado Novo carecia de uma proposta ideológica bem-definida. Enquanto nazistas e fascistas combinavam as manifestações de nacionalismo com programas político-ideológicos que serviam para dar sustentação às ações do governo, o novo governo Vargas só contava com a Carta Constitucional de 1937, outorgada imediatamente após o golpe.



Fig. 14 Vargas lê a proclamação da Constituição de 1937.

A Carta brasileira era inspirada na polonesa e, por isso, foi popularmente chamada de Polaca. Apresentava-se como opção à desagregação política da República Velha, constituindo um Estado Novo baseado nas seguintes características:

- centralização total do poder nas mãos do presidente e de seus assessores, eliminando a autonomia dos estados e o princípio federalista na organização nacional;
- pouca definição sobre o raio de ação do poder central, deixando-o livre para a intervenção ilimitada;
- reorganização das instituições do Estado no campo social, visando o controle direto dos assalariados, por um lado, e a interferência estatal no chamado desenvolvimento econômico, por outro.

A Constituição Polaca foi desrespeitada sempre que necessário. A Constituição permitia qualquer tipo de intervenção ao presidente e ele violou as regras previstas sempre que considerou necessário. Governou e também legislou por meio de decretos, isto porque o Legislativo, que nunca chegou a ser eleito, poderia ser dissolvido pelo Executivo a qualquer momento.

Além disso, ao Executivo cabia o controle sobre as Forças Armadas, podendo afastar militares quando estes fossem considerados “ameaça aos interesses nacionais”. Também instituiu-se a prisão perpétua e a censura legal a todos os meios de comunicação.

Para “controlar” a economia, criou-se o Conselho da Economia Nacional. A ele cabia dar “assessoria técnica” ao presidente, regular os contratos coletivos de trabalho, verificar o desenvolvimento dos vários ramos da economia e fundar institutos de pesquisa para o desenvolvimento tecnológico.

Quanto à sucessão presidencial, previa-se que, em caso de vacância, o Conselho Federal elegeria um presidente provisório entre seus membros. O mandato seria de seis anos e a renovação deveria ser feita por um complexo colégio eleitoral, salvo determinações em contrário do presidente.

A Constituição deveria ser referendada por um plebiscito que, evidentemente, seria convocado por Getúlio Vargas, o que nunca aconteceu.

Não havia uma ideologia definida para fundamentar a organização do Estado Novo. No entanto, o aparelho burocrático foi altamente modernizado. Entre os novos órgãos formados, destacam-se o Dasp (Departamento Administrativo do Serviço Público) e o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda).

O Dasp encarregou-se de funções administrativas e, na prática, da intervenção nos estados da federação por meio de um sistema de interventorias criado por Vargas. Tal mecanismo baseava-se em uma nova camada de burocratas impostos às oligarquias regionais que deveriam representar o governo central. Substituídos por um esquema de rodízio, estes não chegavam a criar vínculos com os estados onde atuavam.

O DIP, por sua vez, cumpriu a função de censor e construtor da imagem pública do governo, utilizando-se de modernos meios de comunicação (rádio, imprensa, filmes e edições). Esse departamento foi responsável pela construção de uma verdadeira fobia ao comunismo no Brasil. Paralelamente, uma verdadeira polícia secreta do Estado Novo passaria a agir sob o comando do pró-nazista Felinto Müller, por sinal um ex-tenente e ex-membro da Coluna Prestes.

Quanto à legislação trabalhista, ela era cópia da *carta del lavoro*, da Itália fascista de Mussolini. Promovia o desenvolvimento das corporações, sindicatos de trabalhadores ou de empresários, totalmente subordinadas ao Estado pela ação do governo e pela dependência econômica. Proibia-se o direito de greve e as associações não filiadas ao sistema oficial. Assim, a lei reconhecia apenas um sindicato por profissão em nível local. As associações nacionais só seriam permitidas com autorização do Ministério do Trabalho, em casos excepcionais. Diretorias e estatutos dos sindicatos ficariam sob o controle direto do Ministério do Trabalho, que poderia intervir sobre eles. Com isso, as lideranças sindicais passavam a ser exercidas por elementos confiáveis ao regime. Nascia, assim, a figura do pelego, um dirigente sindical, teoricamente representante de uma classe, mas que, na verdade, seria uma espécie de correia de transmissão dos interesses do Estado para dentro do sindicato.

O Estado assumia, também, a bandeira do desenvolvimento econômico. Em crise, a agricultura havia deixado de crescer substancialmente. Apesar da boa vontade com relação à oligarquia cafeeira, o apoio governamental consistiu em comprar e queimar o estoque. Mas, agindo assim, abriu espaço para o investimento na indústria. Esta, portanto, desenvolvia-se patrocinada, principalmente, pelo Estado. Foram providenciados investimentos no sistema de crédito, política cambial protecionista de controle de preços, incentivos fiscais e tributários e contenção de salários. E, naqueles setores básicos para o desempenho industrial, nos quais, porém, o empresariado nacional manifestava-se incapaz de sustentar um investimento, o Estado criou empresas próprias. Estes foram os casos da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, e da Vale, para a exploração de minérios.

Por fim, vale frisar que o modelo varguista prescindia de partidos, mesmo daqueles que aparentemente trilhavam uma linha política semelhante à sua. Assim, Vargas procurou lentamente reduzir a influência dos Integralistas, os quais haviam aplaudido o golpe de 1937. Por isso, estes tentaram um golpe, em 1938, o **Putsch Integralista**, no qual eles tentaram tomar o Palácio da Guanabara e depor o presidente.

A reação do governo foi imediata. Todos os líderes foram presos, com Plínio Salgado exilado, e o Integralismo definitivamente extinto, assim como já havia feito com a ANL.

A Segunda Guerra Mundial e o Brasil

Sabemos que, enquanto transcorria o governo Vargas, os países europeus davam início à Segunda Guerra Mundial. Apesar de todos os paralelos feitos entre o Estado Novo e os totalitarismos europeus, o Brasil mostrou-se neutro durante a maior parte do conflito. A inclinação, quando ocorreu, foi favorável aos aliados (em campo oposto ao bloco Itália e Alemanha) e devido às pressões norte-americanas.



Fig. 15 Cartilha publicada pelo DIP. Observe a fusão entre os conceitos de Pátria, Estado e Nação, bem como o culto à figura do líder. Há aqui uma clara inspiração da ideologia fascista.

Durante os primeiros anos do conflito, Vargas valeu-se da dubiedade da sua posição. Se, por um lado, o governo brasileiro, com suas características autoritárias, apresentava certa semelhança ideológica com os países do Eixo, por outro lado a posição econômica brasileira atrelava-nos aos aliados.



Fig. 16 Congresso da Juventude Hitlerista, no Rio de Janeiro, em 1941.

Assim, Vargas manteve uma postura neutra, procurando, segundo alguns historiadores, negociar a participação brasileira de um lado ou de outro. O presidente ainda tinha que considerar as **dissensões** entre seus próprios aliados. Felinto Müller, chefe da polícia varguista, o General Dutra, chefe das forças armadas, Francisco Campos, ministro da Justiça, eram favoráveis ao Eixo, ao passo que nomes como Osvaldo Aranha, ministro do Exterior, eram favoráveis aos aliados.

Para os Estados Unidos, a participação brasileira era fundamental por várias razões, dentre as quais a necessidade de uma base no Atlântico Sul, onde seus aviões pudessem reabastecer em direção ao norte da África, além do patrulhamento dessa faixa do oceano e do rastreamento aéreo. Com isso, ao mesmo tempo em que Vargas pronunciava discursos saudando as vitórias do Eixo, incluindo a ocupação da França, e enviava sua filha para conferenciar com Hermann Goering, um dos principais líderes militares nazistas, os Estados Unidos procuravam seduzir o governo Vargas com um empréstimo a fundo perdido de vinte milhões de dólares, para iniciar a construção da usina siderúrgica de Volta Redonda e forçar uma definição brasileira em direção aos aliados, acenando ainda com promessas de que todo o material bélico e bases criadas pelos Estados Unidos no Brasil seriam, após a Guerra, propriedade brasileira, bem como a concessão de aviões, que iriam dar origem à Força Aérea Brasileira (FAB).

Um forte pretexto para a entrada do Brasil no conflito foi o afundamento de navios brasileiros por submarinos alemães, fato que colocou a opinião pública definitivamente ao lado dos aliados.

Foi assim que, em 21 de agosto de 1942, o Brasil declarou guerra à Itália e à Alemanha. Mas, só em 1944, já no final da guerra, enviou um contingente de 23 mil soldados para combater na Itália ao lado dos norte-americanos. Este contingente formou a Força Expedicionária Brasileira (FEB) e participou das batalhas de Monte Castelo e Montese.

Este fato alterou a situação interna no Brasil. O conflito internacional adquiria a forma de uma aliança dos países de regime democrático contra o nazismo e o fascismo. A posição de Vargas, cujas propostas para a organização do Estado inspiravam-se, em boa medida, no fascismo, acentuava contradições internas. A oposição falava em democracia partidária, liberdade de imprensa e liberdade de organização, elementos constantes na vida política dos aliados do Brasil na guerra.



Fig. 17 Fac-símile da primeira página do jornal *Folha da Noite*, anunciando a declaração de guerra.

Além do elemento ideológico, porém, a entrada efetiva dos Estados Unidos na guerra, a partir de 1942, abreviava o final do conflito: Hitler e Mussolini seriam derrotados em breve. Os ventos sopravam claramente na direção oposta ao nazifascismo e a diplomacia brasileira preocupava-se em estar posicionada do lado certo.



Fig. 18 Vargas e o presidente dos Estados Unidos, Franklin Roosevelt, em visita a Natal, em 1943.

Vargas percebeu cedo que o fim da guerra tornava impossível a manutenção de seu governo. Desde 1943, prometeu eleições quando o conflito internacional terminasse. A partir desse momento, sua política de redemocratização ganhou vulto e voltou-se para as massas urbanas, enfatizando as reformas sociais. Para

Dissensão

Desavença, conflito, disputa.

isso, ele tinha armas poderosas: todo o aparelho sindical liderado pelo Ministério do Trabalho (o ministro era Marcondes Filho, que lançou os sindicatos na defesa do “Pai dos Trabalhadores”) e o DIP, que trabalhou intensamente a nova imagem do presidente. Começava a política conhecida como **populismo**, tantas vezes retomada por lideranças brasileiras.

O fim da guerra e da Era Vargas

A efetiva derrota do Eixo consumou-se em abril de 1945. Conquanto a guerra ainda continuasse no Pacífico, com a luta entre os Estados Unidos e o Japão (luta que se estenderia até agosto, com a rendição japonesa após o bombardeio de Hiroshima e Nagasaki), já desde 1944 a vitória dos aliados estava garantida. O descontentamento com o autoritarismo do regime varguista vinha à tona e, no início de 1945, os protestos se avolumaram. A Associação dos Escritores pedia liberdade de imprensa por meio de um Congresso e da imprensa, fazendo com que o presidente cedesse, não vetando seus artigos. Em 28 de fevereiro de 1945, Vargas se adiantou à oposição e editou um Ato Adicional, prevendo a convocação de eleições em um prazo de 90 dias, com sufrágio universal.

Ao mesmo tempo, a vida partidária rearticulava-se. A União Democrática Nacional (UDN) havia sido formada em abril daquele ano e reunia toda a oposição liberal a Getúlio Vargas. Tratava-se dos apoiadores de Eduardo Gomes que fora lançado como candidato à presidência. Em julho, formou-se o PSD (Partido Social Democrático) para disputar o apoio das oligarquias, tendo o próprio Vargas como presidente honorário do partido. Esse partido lançou como candidato Eurico Gaspar Dutra, em um enorme comício no dia 1º de maio. Ficava clara a perspectiva de Vargas de buscar se apoiar nos setores populares, jogando com o prestígio da legislação trabalhista que ele criara e com a propaganda do DIP que agora o enaltecia como “o pai dos pobres”. Completando o quadro partidário, em agosto era fundado o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), impulsionado pelo Ministério do Trabalho, e também presidido por Getúlio Vargas. Ao mesmo tempo, voltava à legalidade o PCB, contando inclusive com a libertação de Luís Carlos Prestes.

articulava sua permanência no poder, lançando a campanha do Queremismo (“Queremos Vargas!”, frase que marcava todas as manifestações de massa do partido, propondo a convocação de uma Constituinte com Vargas no poder).

Mas a principal dessas surpresas era, sem dúvida, a posição do PCB e, principalmente, de Prestes. Este não apenas passara 10 anos preso, após a derrota da Intentona, como ainda tivera sua esposa, Olga Benario, alemã, de origem judia e grávida, entregue pela polícia varguista aos nazistas, nas mãos de quem, inclusive, viera a morrer. Dessa forma, causava enorme estranheza seu apoio a Vargas e à proposta do PTB, à qual o PCB aderiu com todas as forças. Na verdade, Prestes apenas seguia a orientação da 3ª Internacional, diretamente dirigida pelo Partido Comunista da União Soviética (PCUS), ao qual interessava consolidar sua posição junto aos países do leste europeu, dentro da divisão internacional definida nos tratados do pós-guerra. Assim, o PCUS impunha que os partidos comunistas do mundo inteiro procurassem, por todos os meios, impedir o ascenso popular, em troca da garantia de não intervenção dos Estados Unidos no leste europeu.

De qualquer forma, o Queremismo ganhava corpo, tomando as ruas das principais cidades, chegando a uma manifestação gigantesca em 3 de outubro, no Rio de Janeiro. Dessa forma, Vargas dava mostras de sua inegável habilidade política, procurando manter-se no poder, apoiado nos setores populares. Tal posição obviamente preocupava setores da elite e dos Estados Unidos, então claramente a nação hegemônica de um bloco capitalista já vivendo os primeiros anos da Guerra Fria.

Ao mesmo tempo, o Exército via com preocupação essa postura de Vargas, temendo uma guinada à esquerda. Esse temor ganhou corpo quando Vargas demitiu Felinto Müller da chefia da polícia do Distrito Federal, substituindo-o por seu irmão, Benjamin Vargas. Era uma clara atitude de Vargas no sentido de ceder às pressões dos setores democráticos que viam em Müller um remanescente da política ditatorial do Estado Novo. Diante dessa atitude, o candidato Dutra e o Ministro da Guerra, Góis Monteiro, depuseram o presidente em 29 de outubro de 1945.

Getúlio Vargas retirou-se para São Borja, deixando seu cargo nas mãos do presidente do Supremo Tribunal Federal, o ministro José Linhares. Este manteve as eleições marcadas para 2 de dezembro de 1945, quando Eurico Gaspar Dutra saiu vencedor.



Fig. 19 Olga Benario, esposa de Luís Carlos Prestes, presa e deportada para a Alemanha pelo regime varguista. Judia, comunista e condenada na Alemanha, Olga foi assassinada em um campo de concentração nazista.

As eleições foram marcadas para 2 de dezembro e os meses que se seguiram após a indicação das candidaturas foram tomados pela campanha eleitoral e por surpresas no cenário político brasileiro. O PTB passava a ser o agente pelo qual Vargas



Fig. 20 “Vargas pondo a viola no saco”. Charge publicada na revista *O Malho*, em 2 nov. de 1945.

Revisando

1 Embora tenham sido derrotados militarmente, os paulistas alardearam uma suposta vitória moral de sua revolução. Em que bases essa afirmação poderia ser feita?

2 Observe atentamente o cartaz da AIB e identifique nele alguns componentes da ideologia nazifascista que marcava o movimento.



Cartaz da AIB.

3 Que condições permitiram a Vargas a manutenção de uma política de neutralidade durante os primeiros anos da Segunda Guerra Mundial?

4 Que relação podemos estabelecer entre o fim da Segunda Guerra Mundial e a queda de Vargas?

Exercícios propostos

1 A questão social na era Vargas assumiu um perfil totalmente diferente do existente na República Velha, na medida em que:

- (a) o conflito de classes continuava sendo visto pelo governo como um "caso de polícia".
- (b) a questão social deveria ser racionalizada, controlada pelo Estado, para permitir o desenvolvimento seguro do capitalismo brasileiro.
- (c) o Estado permitiu total liberdade sindical, não interferindo mesmo nos sindicatos combativos.
- (d) a legislação trabalhista criada na época não tinha características paternalistas.
- (e) o avanço de direitos trabalhistas estendeu-se igualmente aos trabalhadores urbanos e rurais.

2 A Revolução Constitucionalista de 1932 mobilizou amplos setores de São Paulo contra o governo federal. Sobre esta revolta é correto afirmar que:

- (a) significou o levante da população paulista contra os desmandos do governo autoritário de Getúlio Vargas após o golpe do Estado Novo.
- (b) os paulistas pretendiam a imediata instalação de uma Assembleia Popular Constituinte, eleita livremente pela população e que defendesse uma solução socialista para os problemas brasileiros.
- (c) representou uma reação das oligarquias ao regime instalado em 1930, pretendendo restaurar o regime constitucional dominado pela "política dos governadores".
- (d) resultou de uma cisão entre as oligarquias paulistas a respeito do candidato a presidente nas eleições de 1934.

3 A Revolução de 1930 marcou um reordenamento da ação do Estado no domínio econômico e social, como se observa na (o):

- (a) intervenção direta do Estado em determinados setores produtivos, como a mineração e a siderurgia.
- (b) transferência das funções ligadas ao crédito agrícola e às exportações do Banco do Brasil para os bancos estaduais.
- (c) abertura do país a empresas estrangeiras nos setores de infraestrutura e indústria de base, considerados pontos de estrangulamento do processo de desenvolvimento.
- (d) abandono dos setores agrícolas tradicionais, que deixaram de contar com qualquer apoio do governo.
- (e) estabelecimento do princípio da livre negociação entre patrões e empregados, desaparecendo o papel de árbitro desempenhado pelo Estado.

4 **Ufes** Foi a ascensão das classes sociais urbanas, com a deposição do governo Washington Luís, em 1930, que criou novas condições sociais e políticas para a conversão do Estado Oligárquico em Estado Burguês. Esse foi o contexto em que o Governo Getúlio Vargas, nos anos 1930-1945, passou a pôr em prática novas diretrizes políticas quanto às relações entre assalariados e empregadores.

Octávio Ianni. *Estado e planejamento econômico no Brasil 1930-1970*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, p. 34.

Conforme o texto, novas diretrizes políticas passaram a nortear o governo Vargas, especialmente após 1937, quando foi decretado o Estado Novo, que intensificou a regulamentação das relações entre as classes patronais e os trabalhadores, no processo de industrialização vivido pelo Brasil no período posterior a 1930. O espírito dessa intervenção estatal se expressa na:

- (a) negação de práticas valorizadas pelo fascismo, como o corporativismo e a máquina de propaganda.
- (b) tentativa de aproximar a política trabalhista, cada vez mais, dos integralistas, com vistas a aliciar Plínio Salgado para a chefia do PTB.
- (c) busca da harmonia social caracterizada pelo fortalecimento do Estado, que passa a tutelar as divergências e conflitos baseados em interesses particularistas.
- (d) valorização exclusiva dos trabalhadores nacionais, objetivando dar-lhes a oportunidade de alcançar o poder e assim fazer prevalecer sua ideologia, conforme legislação que previa expulsão dos judeus e outros estrangeiros, residentes no Brasil.
- (e) concessão do direito de greve aos trabalhadores e do *lockout* aos empresários, com o fim de dirimir conflitos trabalhistas.

5 Escreva a soma dos itens corretos.

A Revolução de 1930, no Brasil, teve como objetivos:

- 01 enfraquecer a aliança conhecida como “café com leite”.
- 02 diminuir o poder político dos estados de São Paulo e Minas Gerais.
- 04 aumentar o poder político dos grupos industriais do Brasil.
- 08 alterar a sucessão de presidentes, representantes da “aristocracia rural”.

Soma =

6 A Revolução de 1930, no Brasil, envolve inúmeras controvérsias a respeito do que realmente significou e das forças políticas que a promoveram. Todavia, sobre um de seus aspectos, há uma concordância generalizada, ou seja, a de que ela:

- (a) marcou uma profunda alteração nas relações entre as classes sociais, permitindo a ascensão dos setores populares ao poder.
- (b) contou com o apoio incondicional do Partido Comunista, consubstanciado na adesão de seu principal líder, Luís Carlos Prestes.
- (c) teve na Aliança Liberal uma frente ampla, antioligárquica, liderada pela vanguarda do Movimento Operário.
- (d) propiciou uma nova ordenação política do Estado, permitindo a participação política de novos setores econômicos e sociais.
- (e) Nenhuma das alternativas anteriores.

7 A década de 1930 trouxe importantes transformações à vida política da sociedade brasileira. Como exemplo dessas mudanças, pode-se citar:

- (a) a criação de partidos políticos nacionais, tais como o Partido Social Democrático (PSD), a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), configurando-se um sistema representativo.
- (b) o surgimento de partidos de base estadual, os partidos republicanos (PRs) confrontando-se com o autoritarismo do governo central e garantindo a participação política dos trabalhadores rurais.
- (c) a polarização de ideologias na vida política, como entre a Aliança Nacional Libertadora (ANL), liderada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), e a Ação Integralista Brasileira (AIB), de tendências fascistas.
- (d) a implantação do bipartidarismo parlamentarista de tipo inglês, com os partidos Liberal e Conservador revezando-se no poder, e a introdução de reformas políticas, como o voto distrital e o voto qualificado (por nível de instrução).

8 De profundos reflexos no desenvolvimento histórico do Brasil, existe um episódio conhecido pelo nome de Plano Cohen, que consiste:

- (a) na coligação de forças imperialistas que visavam impedir a Proclamação da República nos fins do século XIX.
- (b) num documento forjado, denunciando uma fantasiosa implantação do comunismo no Brasil, a fim de justificar um golpe de Estado para o continuismo de Getúlio Vargas no poder.
- (c) no conjunto de propostas feitas pelos generais recém-chegados da Europa, ao fim da Segunda Guerra Mundial, para a volta do Estado democrático no Brasil, dominado pela ditadura Vargas.
- (d) nas transformações administrativas necessárias à interiorização da capital para Brasília.
- (e) Nenhuma das alternativas anteriores.

9 UFMG (Adapt.) Leia o texto.

Os deputados das profissões serão eleitos na forma da lei ordinária, por sufrágio indireto das associações profissionais, compreendidas para este efeito, com os quatro grupos afins respectivos, nas quatro divisões seguintes: lavoura e pecuária; indústria; comércio e transportes; profissões liberais e funcionários públicos.

Brasil. Constituição de 1934.

A partir desse texto, pode-se afirmar que a Constituição brasileira de 1934 teve como um de seus elementos inspiradores o:

- (a) anarquismo.
- (b) comunismo.
- (c) corporativismo.
- (d) sindicalismo.
- (e) socialismo.

10 A campanha presidencial, de que tivemos, apenas, um tímido ensaio, não podia, assim, encontrar, como efetivamente não encontrou, repercussão no país. Pelo seu silêncio, a sua indiferença, o seu desinteresse, a Nação pronunciou julgamento irrecorrível sobre os artifícios e as manobras a que se habituou a assistir periodicamente, sem qualquer modificação no quadro governamental que se seguia às contendas eleitorais. Todos sentem, de maneira profunda, que o problema de organização do Governo deve processar-se em plano diferente e que a sua solução transcende os mesquinhos quadros partidários. [...] A gravidade da situação que acabo de escrever em rápidos traços está na consciência de todos os brasileiros. Era necessário e urgente optar pela continuação desse estado de coisas ou pela continuação do Brasil. Entre a existência nacional e a situação de caos, de irresponsabilidade e desordem em que nos encontrávamos, não podia haver meio-termo ou contemporização. [...]

Fala de Getúlio Vargas, lida no Palácio Guanabara e irradiada para todo o Brasil, na noite de 10 de novembro de 1937.

Com relação ao quadro político no qual esta fala se insere, assinale a alternativa incorreta.

- (a) Foi marcado por uma intensa radicalização que já se manifestava desde o início do governo constitucional de Vargas.
- (b) A decretação do Estado de Sítio e da ilegalidade da ANL seguiram-se à Intentona de 1935, a qual Vargas usou como pretexto para o endurecimento do regime.
- (c) Esta fala é uma justificativa para o golpe que suspendeu a Constituição e marcou a instalação do Estado Novo.
- (d) Uma das razões para esta atitude de Vargas foi a crescente pressão para que o Brasil rompesse com os países do Eixo e aderisse aos aliados, fato que enfraqueceria o modelo político varguista.
- (e) A ditadura que Vargas implanta a partir daí é apenas um coroamento de todo um processo crescentemente autoritário que se estendia desde a Revolução de 1930.

11 Unesp Neste mesmo mês, três mil integralistas – a “luz da nova era”, segundo seu chefe, Plínio Salgado – promovem seu segundo Congresso Nacional ... Sob o ridículo das saudações, da indumentária, dos rituais, havia planos concretos de influir no processo de decisão política. Além dos gestos e dos textos, eles saíam às ruas. Aparentemente, a Lei de Segurança Nacional se dirigia aos camisas verdes. Na realidade, o que visava eram as ameaças de mobilização ... como a da Aliança Nacional Libertadora.

Paulo Sérgio Pinheiro. *Estratégia da ilusão*.

- a) A que período de nossa história correspondem os fatos mencionados no texto?
- b) Caracterize de maneira sumária o movimento chefiado por Plínio Salgado.

12 Fuvest Os benefícios que conquistastes devem ser ampliados aos operários rurais, aos que insulados nos sertões, vivem distantes das vantagens da civilização. Mesmo porque, se não o fizermos corremos o risco de assistir ao êxodo dos campos e superpovoamento das cidades – desequilíbrio de consequências imprevisíveis, capaz de enfraquecer ou anular os efeitos da campanha de valorização integral do homem brasileiro, para dotá-lo de vigor econômico, saúde física e energia produtiva.

Getúlio Vargas, discurso de 1º de maio de 1941.

- a) A quais “benefícios” se refere o presidente Vargas?
- b) Posteriormente, quando os “benefícios” foram estendidos aos trabalhadores rurais, essas medidas, além de não impedirem o êxodo, também não eliminaram a miséria. Por quê?

13 Durante o Estado Novo (1937-1945), governado por Getúlio Vargas, o Brasil criou uma imagem de harmonia entre o povo e o governo e entre as diferentes classes sociais. A respeito, julgue os itens.

- Foi utilizada a repressão através da violência, dirigida em nível nacional por Filinto Müller, chefe da polícia.
- Foi observado o respeito a alguns princípios democráticos como a preservação dos partidos de diferentes ideologias.
- Ocorreram concessões de caráter paternalístico e demagógico.
- O programa político “A Hora do Brasil” foi criado para divulgar o que o governo pretendia e é um exemplo da utilização da propaganda pelo governo.

14 UFPR Construiremos uma pátria nova onde grandes e pequenos tenham vez, onde todos os seus filhos participem igualmente! A revolução que fizemos foi fruto da vontade do povo, que agora é senhor do seu destino. [...] Não haverá lugar para corruptos que roubam o dinheiro do povo, não haverá lugar para o desrespeito à lei, para favores políticos, para a injustiça e a farsa.

Getúlio Vargas.

Correlacione o texto anterior com os conhecimentos históricos e identifique as respostas corretas.

- 01 O texto anterior refere-se à revolução de 1964, liderada por Getúlio Vargas, cujos objetivos eram acabar com a corrupção, o desrespeito à lei e com os desmandos do projeto de implantação de uma República Sindicalista.
- 02 A Revolução a que Getúlio se refere é a Revolução de 1930. Apesar da promessa, o povo pouco se beneficiou dos resultados dos acontecimentos porque o movimento revolucionário apenas promoveu uma alternância dos grupos dominantes no poder.
- 04 A Revolução de 1930 abriu a possibilidade da participação do povo pelo voto direto e universal, garantido pela Constituição de 1930.

- 08 A promessa de participação não passou do discurso, pois, ao assumir o poder em 30 de dezembro de 1930, o que ocorreu foi a nomeação de interventores, em sua maioria oriundos do movimento tenentista, para governar os Estados da República.
- 16 Ao longo da década de 1930, os fatos desmentiram o discurso de Vargas. Apesar das tentativas de participação tanto de associações e clubes quanto de movimentos revolucionários, Getúlio, gradativamente, foi centralizando o poder, processo que culminou com o Golpe de Estado de 1937, dando início ao período conhecido como Estado Novo.
- 32 Na Revolução de 1964, Getúlio Vargas é logo destituído do poder pelos militares, que o substituem pelo marechal Humberto de Alencar Castello Branco e rompem com a promessa de participação popular, iniciando-se o período de intensa restrição às liberdades políticas.

Soma =

15 Em 1945, a ditadura do Estado Novo chegava ao fim. Getúlio Vargas, governante deposto, no entanto, antes de abandonar o poder, participou ativamente da reorganização partidária do país, tornando-se mentor de dois partidos que disputaram o poder durante todo o período da chamada “República Populista”. Os partidos criados por Getúlio Vargas em 1945 foram:

- (a) o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), com base sindical, e o PDS (Partido Democrático Social), com base na oligarquia cafeeira.
- (b) a UDN (União Democrática Nacional), agrupamento de cunho conservador, e o PDC (Partido Democrata Cristão), basicamente de classe média.
- (c) o PSD (Partido Social Democrático) de base burocrática e oligárquica, e o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), com base sindical e populista.
- (d) a UDN (União Democrática Nacional), de base oligárquica e de classe média, e o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), de base sindical.
- (e) o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), de base sindical, e o PDC (Partido Democrata Cristão), de classe média.

16 Entre as alternativas a seguir apenas uma não se relaciona com a era Vargas. Assinale-a.

- (a) Censura à imprensa e violenta repressão política durante o Estado Novo.
- (b) Construção da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda e fundação da Petrobras.
- (c) Centralização de poderes e Revolução Constitucionalista de 1932.
- (d) Atendimento aos interesses das elites agrárias e industrial e às reivindicações dos trabalhadores, atenuando o conflito entre o capital e o trabalho.
- (e) Alinhamento aos Estados Unidos/Otan no contexto da Guerra Fria e abertura às multinacionais.

17 UFJF As citações que se seguem são trechos extraídos de sambas de um mesmo compositor. Elas expressam, do ponto

de vista cultural, as transformações políticas e sociais ocorridas em um determinado momento da história do Brasil, quando, por influência do Estado, a música popular transita do culto à malandragem, à apologia do cidadão trabalhador. Leia as citações e, em seguida, indique o contexto em que ocorre tal mudança.

*Meu chapéu de lado
Tamanco arrastando,
Lenço no pescoço,
Navalha no bolso,
Eu passo gingando,
Provoco e desafio,
Eu tenho orgulho de
ser vadio
[...]*

Wilson Batista. *Lenço no pescoço*.

*Quem trabalha é que tem razão
Eu digo e não tenho medo de errar [...]
Antigamente eu não tinha juízo
Mas resolvi garantir meu futuro
Vejam vocês:
Sou feliz, vivo muito bem
A boêmia não dá camisa a ninguém.
[...]*

Ataulfo Alves. *O bonde de São Januário*.

- (a) Décadas de 1910 e 1920, quando se intensifica o êxodo urbano, provocado pela difusão da pequena propriedade.
- (b) Décadas de 1930 e 1940, quando é criada a legislação trabalhista reunida na CLT (Consolidação da Leis Trabalhistas).
- (c) Décadas de 1950 e 1960, quando o Brasil vive um surto de prosperidade e de redistribuição da renda.
- (d) Décadas de 1970 e 1980, quando uma profunda recessão leva o movimento sindical às ruas, especialmente para exigir emprego para todos.

18 Em 1937, Getúlio Vargas dava o golpe, suspendendo as eleições e a Constituição e instalando no Brasil o regime conhecido como Estado Novo. Sobre esse golpe e esse regime, não seria correto afirmar que:

- (a) teve como pretexto o chamado “Plano Cohen”, um suposto plano dos comunistas para tomar o poder.
- (b) instalou no país uma ditadura, a qual, embora com especificidades, apresentava característica fortemente inspirada no fascismo europeu.
- (c) a nova Constituição, outorgada em 1937, apresentava o fortalecimento do Executivo, a proibição de greves, a pena de morte entre outros elementos.
- (d) o Ministério do Trabalho foi extinto, resgatando a liberdade dos sindicatos.
- (e) nem mesmo os integralistas, cujo projeto político era extremamente semelhante ao regime criado por Vargas, obtiveram liberdade de atuação, com a AIB sendo colocada na ilegalidade em 1938.

19 A política econômica desenvolvida por Getúlio Vargas entre 1930 e 1945 caracterizou-se:

- (a) pelo desenvolvimento da agricultura, da educação e pelo liberalismo econômico.
- (b) pela industrialização, pelo nacionalismo econômico e pela intervenção do Estado na economia.
- (c) pelo oferecimento de garantias e facilidades às empresas estrangeiras que aqui quisessem instalar fábricas de automóveis, caminhões e tratores, pela busca de fontes alternativas de energia e pelo reforço ao setor agrícola.
- (d) pela regulamentação da Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus), pela proposição do PED (Programa Estratégico de Desenvolvimento) e pela criação da Sudeco (Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste).
- (e) pelo acordo Brasil – Bolívia (fornecimento de gás), pela instalação da Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana e pelo combate à inflação.

20 Ufes

Deixa Lisboa o contingente da FEB

O público apinhou o cais e as elevações da capital portuguesa para despedir-se dos soldados brasileiros – Dois “pracinhas” ficaram em terra – Marcada para o dia 17 a chegada ao Rio.

O Globo, 5 set. 1945.

Em plena Segunda Guerra Mundial e durante o governo autoritário do Estado Novo, o presidente Vargas assinou o decreto que levou o Brasil a entrar nesse conflito, de cujo término neste ano de 1995 se comemora o cinquentenário. A participação do Brasil foi por meio da FEB, composta por soldados brasileiros. Explique como tal participação e, posteriormente, o fim da Guerra, com a vitória dos aliados, contribuíram para o término do Estado Novo no Brasil.

21 *Banana is my business.*

Carmem Miranda.

Um importante elemento das relações Brasil/Estados Unidos durante a segunda Guerra Mundial foi a aproximação cultural entre esses dois países. Um evento característico desse intercâmbio foi:

- (a) a criação de um Parque Disney em Santa Catarina.
- (b) a criação do personagem Zé Carioca por Walt Disney.
- (c) a abertura da Semana de Arte Moderna em São Paulo.
- (d) o surgimento do “Cinema Novo”, com Gláuber Rocha.
- (e) a abertura às importações de carros americanos.

22 Em 1937, ocorreu o golpe de estado liderado por Getúlio Vargas, iniciando o período conhecido como Estado Novo (1937-1945). Sobre o Estado Novo é correto afirmar que:

- (a) foi caracterizado pela ascensão política da Ação Integralista Brasileira à direção do estado varguista, através da nomeação do fascista Plínio Salgado como primeiro-ministro.
- (b) representou a ascensão política do movimento tenentista à direção do estado varguista, através de sua principal liderança, Luís Carlos Prestes, nomeado ministro da Guerra.
- (c) significou a implementação da ditadura varguista, sob influência das ideias corporativistas e autoritárias do regime fascista.
- (d) surgiu sob a influência do nazifascismo, implementando uma forte política de segregação racial, com a criação de campos de concentração no território federal do Amapá.
- (e) favoreceu o processo de fortalecimento dos sindicatos livres e movimentos populares, principal base social de sustentação política do varguismo.

23 Getúlio Vargas, no Brasil, e Juan Domingo Peron, na Argentina, encarnam a melhor expressão do fenômeno fascista na América Latina. Esse período é caracterizado pela:

- (a) planificação da economia por parte do Estado, visando ao desenvolvimento do setor agrário e ao fortalecimento do Poder Executivo apoiado nas decisões do Legislativo.
- (b) marginalização dos setores dominantes, considerados um entrave ao programa de privatização de empresas estatais e ao desenvolvimento da industrialização do país.
- (c) radicalização política que culminará com a proibição de funcionamento de todos os sindicatos e o estabelecimento da censura à imprensa escrita.
- (d) conservação e fortalecimento do capitalismo através de investimentos no setor privado e pela participação de setores urbanos no processo de legitimação do Estado autoritário.
- (e) intervenção do Estado em assuntos econômicos, supressão de liberdades individuais, corporativismo, dissolução dos partidos políticos e pela mística nacionalista.

24 Na tentativa de justificar o processo de privatizações, o governo federal tem afirmado que o ciclo de desenvolvimento econômico caracterizado pela chamada “era Vargas” chegou ao seu fim. Qual dos fatos abaixo não se enquadra no conjunto de medidas econômicas adotadas durante os dois governos de Getúlio Vargas?

- (a) Criação da Companhia Siderúrgica Nacional
- (b) Criação da Vale
- (c) Criação da Correção Monetária
- (d) Criação da Petrobras
- (e) Criação da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT

TEXTOS COMPLEMENTARES

Carta de Monteiro Lobato a Getúlio Vargas, sobre investimentos estrangeiros no Brasil

Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas:

Meditei longamente sobre as ideias que V. Ex. me manifestou, dum serviço de propaganda que fomente a entrada de capitais estrangeiros.

A razão da fuga do capital estrangeiro reside nos obstáculos que nós mesmos criamos, e o meio de restabelecer a corrente interrompida se resume pura e simplesmente na remoção desses obstáculos.

Houve uma onda de furor nacionalístico, das melhores intenções possíveis, mas vesgo, que impregnou as principais leis da República Nova dum franca hostilidade ao capital estrangeiro, como se fosse possível a qualquer país da América do Sul fazer qualquer coisa sem ele. Desde que não possuamos capital acumulado e o desenvolvimento dum país de grande território como o nosso não dispensa o concurso de grandes capitais de fora, a política a seguir é justamente a contrária da adotada. Trancar o país a essa cooperação, ou esperar que mesmo hostilizado o capital estrangeiro humildemente nos procure, contemplando-se com a honra de estar empatado no Brasil, é ideia que tem tanto de ingênuo como de desassisado.

Certas leis ultimamente feitas constituem sérios atentados contra o futuro do Brasil. O Código das Águas, por exemplo, impedirá em absoluto que demos um só passo daqui por diante no aproveitamento das nossas quedas-d'água. A energia potencial hidrelétrica do Brasil está avaliada em 15.000.000 HP e dela só foram aproveitados 500.000 cavalos – isso graças ao capital estrangeiro que entrou em cena. Sem ele não teríamos aproveitado senão uma parcela mínima desse total. Mas já agora os 14.500.000 cavalos restantes ficarão perpetuamente inaproveitados, porque o Código de Águas trancou tudo.

O erro dos nacionalistas está na unilateralidade de visão. Enciumados com os justíssimos lucros que o capital estrangeiro tira das suas inversões entre nós, esquecem de examinar a outra concha da balança: o enorme lucro indireto que essas inversões proporcionam ao país. No caso da Light, por exemplo. Que vale o que essa companhia recebe como lucro do seu avultadíssimo empate de capital aqui, diante dos lucros imensos, indiretos, que os serviços por ela criados nos asseguram? Que seria do Rio ou de São Paulo sem a Light? Estariam no que eram – duas grandes aldeias. Poderíamos nós, com os nossos próprios recursos de capital, criar o aparelhamento de serviço que a Light criou nessas duas cidades? Está claro que não. Logo, tanto o Rio como São Paulo devem o desenvolvimento que atingiram a essa companhia – e se não o desvessem a ela devê-lo-iam a outra qualquer companhia estrangeira que em lugar da Light houvesse realizado a mesma obra. A nós é que nunca o deveriam, porque nós, com os nossos escassíssimos recursos de capital ouro, jamais poderíamos criar semelhante aparelhamento. Mas a vesguice do nacionalismo econômico esquece de computar esse lucro indireto máximo, que é nosso, para só ver os lucros diretos da Light – justíssima remuneração, aliás, da sua tremenda aplicação de capital.

O mal provém de que essas leis foram formuladas pela burocracia parasitária dos Ministérios, a qual só cuida de atender aos

seus interesses de classe. A burocracia entre nós, dá-se ao topete de confundir-se com o Estado e a Nação. Faz leis sobretudo para si, simulando que as faz para o país.

Uma lei tem de ser um sábio sistema de equilíbrio que atenda aos interesses de todas as partes com o mínimo de mal para cada uma. Só assim atenderá ao interesse público, ou geral, visto como este interesse geral, ou do todo, não passa da soma dos interesses das partes. O que lesa o interesse dum parte lesa *ipso facto* o interesse do todo, que é o total das partes. Pois bem: nossas leis são precipuamente feitas para atender aos interesses dum parte intrujona, dum parte que não é parte – a burocracia parasitária e invasora. Daí o se mostrarem tão nocivas ao desenvolvimento do país.

O Brasil está cada vez mais pobre, mais derreado, mais desanimado. Quem avança pelo interior espanta-se da nossa miséria chinesa. Daí a revolta das almas e esses fermentos de agitação social referente de todos os lados (integralismo, pátria-novismo, comunismo etc.). Sintomas do mal-estar geral, da miséria crescente do povo. Miséria crescente, sim... Desesperado de qualquer melhoria, o povo enche-se de rancor contra os que estão de cima economicamente, e torna-se subversivo. Não podendo melhorar de sorte sonha em rebaixar até si “os que estão bem”. O raciocínio popular é extremamente simplista: “Já que não consigo melhorar de sorte, ou subir, farei que desçam os que estão de cima para que também se atolem na minha miséria”. E como a onda cresce, acabará destruindo tudo. A repressão policial nada vale. Nunca houve país de mais intensa e feroz repressão do que a Rússia – e também em Roma, seita religiosa nenhuma foi tão brutalmente perseguida como o cristianismo.

O remédio contra os desesperos extremistas tem de ser econômico. No dia em que a situação econômica melhora e o homem do povo se sente desafogado, sua ambição renasce – e em vez de sonhar em derrubar os que estão de cima, procura subir até eles. Está, ou sente-se com o caminho livre.

O meio de destruir os fermentos extremistas é um só – bom senso econômico, restauração da prosperidade.

A Revolução de 1930 foi apenas política – e é dum revolução econômica que o Brasil precisa. Porque V. Ex.^a, que chefiou com tanto sucesso a revolução política, não chefiou também a revolução econômica?

Cumprê acentuar que essa revolução tem de vir, mais ano, menos ano, imposta pelo instinto de conservação do povo brasileiro. Por que então perder tempo com protelações e aspirinas de emergência, simplesmente dilatórias? O que tem de ser feito amanhã sob a pressão cruel da necessidade, faça-se hoje, com ponderação e cálculo.

V. Ex.^a é tido como profundamente cético e se assim é deve estar a rir-se da minha ingenuidade.

Devo frisar, entretanto, que venho sendo tristemente profético nas minhas ingenuidades. Em carta ao presidente Bernardes, em 1925, previ ingenuamente o fim da República Velha em vista da resistência do PRP em aceitar a rampa do voto secreto. Em carta ao presidente Washington, da América, previ o desastre do seu quadriênio

a coincidir com o desabamento dos andaimes da valorização do café. E nesta carta ao presidente Getúlio Vargas, o mesmo ingênuo atreve-se a prever uma longa fase de angustiosas calamidades para o Brasil, culminando em guerra interna e desmembramento, caso a revolução econômica não seja promovida a tempo.

Sei que me torno importuno com o meu cassandrismo; mas uma injunção de dever moral me impele sempre a dizer a quem pode influir no curso dos acontecimentos, o que penso e o que a minha intuição pressente.

Por isso enviei a V. Ex^a, semanas atrás, uma exposição sobre o caso do petróleo, com denúncias do Serviço Geológico cuja política está permitindo a capciosa implantação aqui desse odioso polvo chamado Standard Oil. O México deixou que o polvo lhe entrasse em casa – e pagou com rios de sangue a imprudência. A Bolívia deixou que ele metesse lá dentro um tentáculo – e já está pagando com sangue o deslize. O mesmo sucederá entre nós, se o Serviço Geológico persistir em embaraçar as iniciativas nacionais pró-petróleo e ao mesmo tempo ajudar à socapa o trabalho da Standard – consistente, como o confessou o chefe dos serviços geológicos da Standard Oil of Argentina em carta de que transcrevi trecho, em “acaparar as nossas terras potencialmente petrolíferas para manter o Brasil em estado de escravidão”.

V. Ex^a mandou essa exposição ao Ministro da Agricultura para exame, e ele muito naturalmente a submeterá aos incriminados para que falem a respeito. É por isso que eu disse a V. Ex^a que não acreditava

em ministros – esse eterno efêmero manipulado pelo vitalício. Se a justiça americana, diante das tremendas acusações que pesavam sobre Hauptmann, como autor do rapto do pequeno Lindbergh, cometesse a ingenuidade de pedir a Hauptmann um parecer sobre o caso, está claro que esse monstro se pintaria como um anjo de inocência. É como o Serviço Geológico vai apresentar-se para o ministro – e tudo continuará na mesma até que a Standard haja acaparado todas as nossas estruturas potencialmente petrolíferas. A atitude do ministro parece-me que devia ser pedir ao acusador as provas da acusação.

Dr. Getúlio: eu tenho a desgraça de ser sincero e ingenuamente franco num mundo onde só vale a mentira e a astúcia. Perdoe-me, pois. Cumpri meu dever mandando aquela exposição e agora vou cumprir outro depondo nas mãos de V. Ex^a um rápido esboço da revolução econômica que, ao meu ver, o Brasil está clamando em gemidos.

Haveria uma coisa a fazer, se V. Ex^a ponderasse sobre essas ideias e as aceitasse. Eu poderia congregiar grandes nomes, os maiores nomes nacionais, e formar um grande movimento, antecipando-se assim, conscientemente, ao que fatalmente há que vir um dia de maneira irresistível.

E creia V. Ex^a que não o importunarei mais com as minhas ingenuidades.

Com todo o respeito, e lealmente,

Monteiro Lobato.

Discurso-manifesto de Getúlio Vargas (10 nov. 1937)

À NAÇÃO

O homem de Estado, quando as circunstâncias impõem uma decisão excepcional, de amplas repercussões e profundos efeitos na vida do país, acima das deliberações ordinárias da atividade governamental, não pode fugir ao dever de tomá-la, assumindo, perante a sua consciência e a consciência dos seus concidadãos, as responsabilidades inerentes à alta função que lhe foi delegada pela confiança nacional.

[...]

A contingência de tal ordem chegamos, infelizmente, como resultante de acontecimentos conhecidos, estranhos à ação governamental, que não os provocou, nem dispunha de meios adequados para evitá-los ou remover-lhes as funestas consequências.

[...]

Contrastando com as diretrizes governamentais, inspiradas sempre no sentido construtivo e propulsor das atividades gerais, os quadros políticos permaneciam adstritos aos simples processos de aliciamento eleitoral.

[...]

Para comprovar a pobreza e desorganização da nossa vida política, nos moldes em que se vem processando, aí está o problema da sucessão presidencial, transformado em irrisória competição de grupos, obrigados a operar pelo suborno e pelas promessas demagógicas, diante do completo desinteresse e total indiferença das forças vivas da Nação. Chefes de governos locais, capitaneando desassossegos e oportunismo, transformaram-se, de um dia para outro, à revelia da vontade popular, em centros de decisão política, cada qual decretando uma candidatura, como se a vida do país,

na sua significação coletiva, fosse simples convencionalismo, destinado a legitimar as ambições do caudilhismo provinciano.

[...]

Acresce, ainda, notar que, alarmados pela atoarda dos agitadores profissionais e diante da complexidade da luta política, os homens que não vivem dela, mas do seu trabalho, deixam os partidos entregues aos que vivem deles, abstendo-se de participar da vida pública, que só poderia beneficiar-se com a intervenção dos elementos de ordem e de ação construtora.

[...]

Colocada entre as ameaças caudilhescas e o perigo das formações partidárias sistematicamente agressivas, a Nação, embora tenha por si o patriotismo da maioria absoluta dos brasileiros e o amparo decisivo e vigilante das forças armadas, não dispõe de meios defensivos eficazes dentro dos quadros legais, vendo-se obrigada a lançar mão, de modo normal, das medidas excepcionais que caracterizam o estado de risco iminente da soberania nacional e da agressão externa. Essa é a verdade, que precisa ser proclamada, acima de temores e subterfúgios.

[...]

Para reajustar o organismo político às necessidades econômicas do país e garantir as medidas apontadas, não se oferecia outra alternativa além da que foi tomada, instaurando-se um regime forte, de paz, de justiça e de trabalho. Quando os meios de governo não correspondem mais às condições de existência de um povo, não há outra solução senão mudá-los, estabelecendo outros moldes de ação. A Constituição hoje promulgada criou uma nova estrutura legal, sem alterar o que se considera substancial

nos sistemas de opinião: manteve a forma democrática, o processo representativo e a autonomia dos Estados, dentro das linhas tradicionais da federação orgânica.

[...]

Prestigiado pela confiança das forças armadas e correspondendo aos generalizados apelos dos meus concidadãos, só acedi em sacrificar o justo repouso a que tinha direito, ocupando a posição em que me encontro, com o firme propósito de continuar servindo à Nação.

[...]

Considerando de frente e acima dos formalismos jurídicos a lição dos acontecimentos, chega-se a uma conclusão iniludível, a respeito da gênese política das nossas instituições: elas não corresponderam, desde 1889, aos fins para que se destinavam.

[...]

Passando do Governo propriamente dito ao processo da sua constituição, verificava-se, ainda, que os meios não correspondiam aos fins. A fase culminante do processo político sempre foi a da escolha de candidato à Presidência da República. Não existia mecanismo constitucional prescrito a esse processo.

Como a função de escolher pertencia aos partidos e como estes se achavam reduzidos a uma expressão puramente nominal, encontrávamo-nos em face de uma solução impossível, por falta de instrumento adequado. Daí, as crises periódicas do regime, pondo, quadrienalmente, em perigo a segurança das instituições.

Era indispensável preencher a lacuna, incluindo na própria Constituição o processo de escolha dos candidatos à suprema investidura, de maneira a não se reproduzir o espetáculo de um corpo político desorganizado e perplexo, que não sabe, sequer, por onde começar o ato em virtude do qual se define e afirma o fato mesmo da sua existência.

A campanha presidencial, de que tivemos, apenas, um tímido ensaio, não podia, assim, encontrar, como efetivamente não encontrou, repercussão no país. Pelo seu silêncio, a sua indiferença, o seu desinteresse, a Nação pronunciou julgamento irrecorrível sobre os artifícios e as manobras a que se habituou a assistir periodicamente, sem qualquer modificação no quadro governamental que se seguia às contendas eleitorais. Todos sentem, de maneira profunda, que o problema de organização do Governo deve processar-se em plano diferente e que a sua solução transcende os mesquinhos quadros partidários, improvisados nas vésperas dos pleitos, com o único fim de servir de bandeira a interesses transitória e agrupados para a conquista do poder.

A gravidade da situação que acabo de escrever em rápidos traços está na consciência de todos os brasileiros. Era necessário e urgente optar pela continuação desse estado de coisas ou pela continuação do Brasil. Entre a existência nacional e a situação de caos, de irresponsabilidade e desordem em que nos encontrávamos, não podia haver meio termo ou contemporização. Quando as competições políticas ameaçam degenerar em guerra civil, é sinal de que o regime constitucional perdeu o seu valor prático, subsistindo, apenas, como abstração. A tanto havia chegado o país. A complicada máquina de que dispunha para governar-se não funcionava. Não existiam órgãos apropriados através dos quais pudesse exprimir os pronunciamentos da sua inteligência e os decretos da sua vontade.

Restauremos a Nação na sua autoridade e liberdade de ação: na sua autoridade, dando-lhe os instrumentos de poder real e efetivo com que possa sobrepor-se às influências desagregadoras, internas ou externas; na sua liberdade, abrindo o plenário do julgamento nacional sobre os meios e os fins do Governo e deixando-a construir livremente a sua história e o seu destino.

Getúlio Vargas. In: *Correio da Manhã*, 11 nov. 1937.

RESUMINDO

Os anos da chamada era Vargas foram diretamente marcados pela realidade internacional que antecedeu à Segunda Guerra Mundial e ao seu próprio desenrolar. Assim, o avanço das ideias nazifascistas foi acompanhado no Brasil por uma trajetória cada vez mais autoritária do regime de Vargas, culminando com o estabelecimento da ditadura do Estado Novo. Mais do que isso, a eclosão da guerra e as vitórias iniciais da Alemanha nazista foram largamente utilizadas por Vargas como elemento de justificativa do seu regime.

Da mesma forma, a entrada do Brasil na guerra, ao lado dos aliados, fato inevitável ante a dependência brasileira dos Estados Unidos e da Inglaterra, além do isolamento em que o país ficaria caso aliasse-se à Alemanha nazista, tornou inviável a manutenção do Estado Novo, obrigando o início de uma democratização que apontava, necessariamente, para o fim da era Vargas. Não por acaso, a queda de Vargas deu-se após o final da guerra com a vitória dos aliados.

Em um outro nível de abordagem, vemos que o ideário político internacional refletiu-se no Brasil também por meio da polarização ideológica que marcou os anos entre 1934 e 1937. O conflito entre ANL e AIB sintetiza vários dos componentes dos debates políticos que dominaram a cena internacional nos anos que antecederam à Segunda Grande Guerra.

Da mesma forma, vemos que o modelo de desenvolvimento brasileiro durante a era Vargas foi fortemente calcado no ideário fascista de utilização do Estado como condutor da vida econômica e de árbitro dos conflitos sociais. Ao mesmo tempo, o trabalhismo varguista, copiado da *Carta del Lavoro* da Itália fascista, neutralizava a independência dos trabalhadores, incorporando-os ao projeto político do Estado.

Também os efeitos do final da guerra, manifestam-se no Brasil como um reflexo da conjuntura internacional. Como veremos nos capítulos seguintes, a Guerra Fria, o debate entre nacionalismo econômico ou abertura do país ao grande capital e o avanço da esquerda – elementos decisivos do cenário político mundial – determinaram os rumos da vida política do Brasil.

Por outro lado, e independentemente de suas vinculações com a realidade internacional, a era Vargas foi diretamente responsável pela criação de um novo modelo econômico e social no país. É a partir dela que a velha realidade colonial centrada no modelo rural, agroexportador e latifundiário começou a ser superada, abrindo caminho para um novo país, cada vez mais urbano e que não mais podia deixar de lado as questões representadas por um numeroso proletariado e por uma classe média cada vez mais significativa em termos econômicos e políticos.

■ QUER SABER MAIS?



FILMES

- **Senta a Pua!** Direção de Erik de Castro. Brasil, 1999.

Trata-se de um documentário que, a partir de entrevistas, imagens de arquivo, fotos e ilustrações, recupera a história do Primeiro Grupo de Aviação de Caça do Brasil, que no dia 6 de outubro de 1944 desembarcou no porto de Livorno, na Itália, para participar da Segunda Guerra Mundial. O grupo era formado por 49 pilotos e 417 homens de apoio.

- **Olga.** Direção de Jayme Monjardim. Brasil, 2004.

Baseado na obra do escritor e jornalista Fernando Morais, o filme toma a história dramática de Olga Benario, militante comunista alemã e mulher de Luís Carlos Prestes, para traçar um belo panorama do cenário político brasileiro e mundial durante os anos 1930 e a Segunda Guerra.

Exercícios complementares

1 Fuvest *Vitoriosa a revolução, abre-se uma espécie de vazio de poder por força do colapso político da burguesia do café e da incapacidade das demais frações de classe para assumi-lo, em caráter exclusivo. O Estado de compromisso é a resposta para esta situação. Embora os limites da ação do Estado sejam ampliados para além da consciência e das intenções de seus agentes, sob o impacto da crise econômica, o novo governo representa mais uma transação no interior das classes dominantes, tão bem expressa na intocabilidade sagrada das relações sociais no campo.*

Boris Fausto. *A revolução de 1930: historiografia e história.*

- Explicite o que o autor apresenta como “Estado de compromisso”.
- Qual a relação entre o “Estado de Compromisso” e a “intocabilidade sagrada das relações sociais no campo”?

2 O governo instalado com a Revolução de 1930 distinguiu-se do Estado Oligárquico por promover:

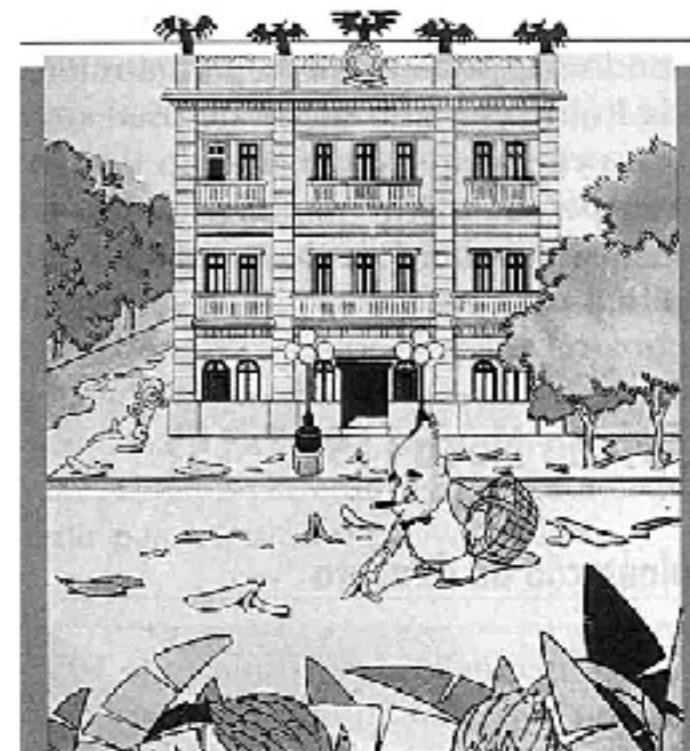
- o modelo liberal defendido pelo Partido Democrático, porta-voz da classe média paulista.
- uma economia exclusivamente agroexportadora e a descentralização das decisões econômico-financeiras.
- as reformas preconizadas pelos tenentes, sobretudo a partir de 1932.
- a industrialização, tendo como suporte o aparelho do Estado, as Forças Armadas e a aliança entre burguesia e setores do operariado.
- o declínio do projeto de industrialização, devido aos conflitos entre capital e trabalho não mediados pelo governo.

3 UFV Observe atentamente as figuras a seguir. Elas reproduzem cartazes utilizados para motivar a participação popular na Revolução Constitucionalista de 1932.



Aponte os elementos da conjuntura política nacional que motivaram esse processo revolucionário, ressaltando algumas de suas características.

4 Uerj Observe a ilustração a seguir.



Apud C. Vicentino e G. Dorigo. *História do Brasil.* São Paulo: Scipione, 1997. Fonte: J. Careta Carlos, 30 jan. 1937.

Na caricatura, referente ao período 1934-1937, vê-se o presidente Getúlio Vargas, em frente ao Palácio do Catete, espalhando cascas de banana, que podem ser interpretadas como armadilhas.

Identifique um objetivo político de Vargas expresso nessa caricatura.

5 Luís Carlos Prestes fundou, em 1935, a Aliança Nacional Libertadora, frente de oposição ao fascismo e ao imperialismo, que se confrontava no plano interno com a organização criada pelo escritor Plínio Salgado, a Ação Integralista Brasileira, de declarada inspiração fascista cujo programa político propunha:

- combate ao comunismo, extração dos partidos políticos, nacionalismo extremado e fiscalização das atividades artísticas.
- instauração de um governo popular, Estado onipotente, ampliação das liberdades civis e hegemonia de um único partido.
- suspensão do pagamento da dívida do Brasil, ampliação das liberdades civis, nacionalização das empresas imperialistas e reforma agrária.

- (d) proteção aos pequenos e médios proprietários de terras, combate ao comunismo, pluripartidarismo, suspensão do pagamento da dívida do Brasil.
- (e) como lema, “Deus, Terra, Trabalho e Família”, nacionalização das empresas estrangeiras, governo das elites esclarecidas e reforma agrária.

6 FEI A década de trinta foi marcada por uma crescente polarização política no Brasil e no mundo. No Brasil, surgiram dois grupos políticos antagônicos, a Aliança Nacional Libertadora (ANL) e a Ação Integralista Brasileira (AIB). Sobre estes grupos, é incorreto afirmar que:

- (a) Vargas se apoiou na ANL para dar um golpe de Estado e instaurar o regime do Estado Novo, com muitas características comunistas.
- (b) a ANL contava com apoio de intelectuais de várias tendências, com predomínio de membros ligados ao Partido Comunista (clandestino).
- (c) a AIB representava os ideais fascistas no país.
- (d) fazia parte da plataforma política da ANL a defesa da nacionalização das multinacionais e do cancelamento do pagamento da dívida externa.
- (e) os integralistas defendiam um Estado centralizado e forte com o objetivo de manter a ordem nacional.

7 UFBA [...] De março de 1931 a fevereiro de 1940, foram decretadas mais de 150 leis novas de proteção social e de regulamentação do trabalho em todos os seus setores.

Não se tratava apenas de realizações em matéria de previdência e trabalho, mas da valorização deliberada do trabalhador nacional, relacionada às questões jurídicas e seus aspectos sociais.

A Constituição de 34 já refletia essa transformação no país. Coube, porém, ao Estado Novo resolver os conflitos entre o capital e o trabalho. O art. 136 da Carta de 37 determina que o trabalho é um dever social, tendo direito à proteção especial do Estado. [...]

Bercito, p. 63.

Com base no texto anterior e nos conhecimentos sobre o assunto, indique aspectos do trabalhismo getulista.

- 01 Sindicalismos de resultados, em que as conquistas econômicas prevalecem sobre as políticas e ideológicas.
- 02 Oficialismo, como instrumento de manipulação das massas e montagem de um arcabouço institucional controlado pelo Estado.
- 04 Corporativismo, na medida em que propunha a união das classes produtoras em categorias profissionais, sob fiscalização estatal.
- 08 Assistencialismo, visando a despolitizar os sindicatos, retirando-lhes o caráter de fórum representativo da classe trabalhadora.
- 16 Sindicalismo, “pelego”, atrelado ao Estado, impedindo a livre organização dos trabalhadores na defesa dos seus interesses e direitos.
- 32 Internacionalismo, na medida em que enfatiza os interesses comuns dos trabalhadores das diferentes nações.

Soma =

8 O Estado Novo (1937-1945) constituiu-se num período ditatorial da história brasileira. Sob esse aspecto é correto afirmar que:

- 01 foi um período regido por uma constituição autoritária, em que o Executivo controlava o Legislativo e o Judiciário, sendo suprimidos os partidos políticos.
- 02 o Estado Novo de Getúlio Vargas baseou-se em burocracia complexa e centralizadora, com intervenção do Estado na economia e nos sindicatos.
- 04 o Estado autoritário teve como uma de suas preocupações a garantia da liberdade de imprensa e de opinião.
- 08 o único ato de oposição ao Estado Novo foi o movimento conhecido como “Revolução Constitucionalista”, começada em São Paulo.
- 16 para limitar e controlar o poder nos Estados, Getúlio Vargas nomeou “interventores”.

Soma =

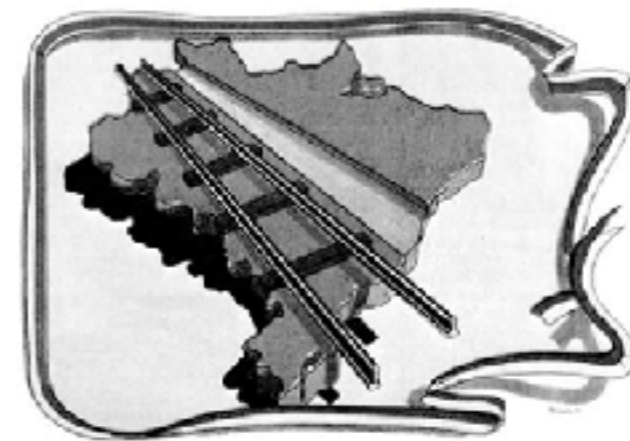
9 PUC-Rio *O Rádio é o maior fator de expansão cultural e educação cívica dos nossos tempos, pois com a facilidade de penetração e a rapidez de divulgação das ideias, vencendo o espaço e o tempo, para atingir os mais longínquos rincões da terra brasileira, leva em suas ondas misteriosas e encantadoras a palpitação e a certeza do progresso, divulgando os acontecimentos marcantes da civilização que se verificam nos centros mais adiantados do mundo, mantendo unidos, pelo contato direto e permanente de seus elementos vitais, os pontos mais afastados do território pátrio.*

Décio Pacheco Silveira. Revista *Cultura Política*, 1941.

O surgimento de novos meios de comunicação social no decorrer do século XX possibilitou, em escala crescente, a circulação mais acelerada de informações, valores e ideias. No caso brasileiro, foram, de forma recorrente, instrumentos utilizados pelo Estado na concretização de seus projetos políticos.

Relacione duas ideias contidas no texto ao projeto político do Estado Novo (1937-1945).

10 Uerj A ilustração a seguir e a canção composta por Ataulfo Alves e Felisberto Martins foram importantes instrumentos da propaganda do governo Vargas.



Nosso Século: 1930-1945. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

É negócio casar

O Estado Novo veio
 Para nos orientar
 No Brasil nada falta
 Mas precisa trabalhar
 Tem café, petróleo e ouro
 Ninguém pode duvidar

*E quem for pai de quatro filhos
O presidente manda premiar
É negócio casar*

Citado por N. Piletti. *História do Brasil*. São Paulo: Ática, 1997.

- Identifique o papel da propaganda no governo de Getúlio Vargas.
- Indique duas características econômicas do período do Estado Novo.

11 No Brasil, a CLT – Consolidação das Leis do Trabalho – foi criada pelo decreto 5.452, de 1943, em meio ao governo de Getúlio Vargas, para reunir e sistematizar as leis trabalhistas existentes no país. Tais leis representaram a:

- conquista evidente do movimento operário sindical e partidariamente organizado desde 1917, defensor de projetos socialistas e responsável pela ascensão de Vargas ao poder.
- participação do Estado como árbitro na medição das relações entre patrões e trabalhadores de 1930 em diante, permitindo a Vargas propor a racionalização e a despolitização das reivindicações trabalhistas.
- inspiração notadamente fascista, que orientou o Estado Novo desde sua implantação em 1937, desviando Vargas das intenções nacionalistas presentes no início de seu governo.
- atuação controladora do Estado brasileiro sobre os sindicatos e associações de trabalhadores, permitindo a Vargas, a partir de 1934, o primeiro partido político de massas da história brasileira.
- pressão norte-americana, que se tomou mais clara após 1945, para que Vargas controlasse os grupos anárquicos e socialistas presentes nos movimentos operário e camponês.

12 UFF O Estado Novo, identificado à primeira grande experiência autoritária brasileira, terminou em 1945, quando, então, verificou-se a chamada redemocratização.

- Associe o fim do Estado Novo ao da Segunda Guerra Mundial.
- Explique por que a redemocratização brasileira de 1945 pode ser analisada, ao mesmo tempo, como ruptura e como continuidade.

13 UFRJ *Atarefa de governar faz-se, a cada dia, mais complexa e difícil. Os clássicos postulados de manutenção e garantia dos pactos sociais sofreram profundas modificações. Já não basta assegurar a ordem e a continuidade administrativa. É preciso controlar as forças econômicas, corrigir as desigualdades de classe e obstar, por vigilância constante, a contaminação do organismo político pelas infiltrações ideológicas que apregoam o ódio e fomentam a desordem. Conduzir uma nação, em momento de tamanhas apreensões, só o pode e deve fazer quem seja capaz de tudo sacrificar pela felicidade comum.*

Discurso de Getúlio Vargas, proferido a 7 de setembro de 1938, citado em *Getúlio Vargas – As diretrizes da nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, s/d.

Passou a época dos liberalismos imprevidentes, das democracias estéreis, dos personalismos inúteis e semeadores da desordem. À democracia política substitui a democracia econômica, em que o poder, emanado diretamente do povo e instituído para defesa

do seu interesse, organiza o trabalho, fonte do engrandecimento nacional e não meio de fortunas privadas. Não há mais lugar para regimes fundados em privilégios e distinções; subsistem, somente, os que incorporam toda a Nação nos mesmos deveres e oferecem, equitativamente, justiça social e oportunidades na luta pela vida.

Discurso de Getúlio Vargas, proferido a 11 de junho de 1940, citado em *Getúlio Vargas – As diretrizes da nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, s/d.

Os trechos dos documentos citados referem-se às diretrizes políticas gerais do Estado Novo brasileiro (1937-1945).

Retire dos documentos duas proposições estado-novistas. Explique-as.

14 *Já não somos um país exclusivamente agrário. Não vamos continuar esmagados pelo peso das compras de produtos industriais no exterior! Ferro, carvão e petróleo são a base da emancipação econômica de qualquer país. Produziremos tudo isso e muito mais.*

Getúlio Vargas.

Assinale a alternativa que define esse projeto desenvolvido no Brasil e em vários outros países.

- Desigualdades de origem geográficas e históricas que levaram, muitas vezes, os países menos favorecidos a proteger suas economias e a adotar o modelo de substituição de importações.
- Estratégia utilizada pelas burguesias nacionais, em ascensão nos países periféricos, para viabilizar a tomada do poder político e a consequente queda das oligarquias latifundiárias.
- Necessidade de superar o passado agroexportador a qual culminou com a elevação do parque industrial de algumas economias do Terceiro Mundo aos padrões dos países centrais do sistema capitalista.
- A solução encontrada pelos países em desenvolvimento para impedir que a expansão do imperialismo atingisse suas atividades econômicas e implantasse a divisão internacional do trabalho em moldes ainda coloniais.

15 O regime político conhecido como Estado Novo, implantado por golpe do próprio presidente Getúlio Vargas, em 1937, pode ser associado à (ao):

- radicalização política do período representada pela Aliança Nacional Libertadora, de orientação comunista, e pela Ação Integralista Brasileira, de origem fascista.
- modernização econômica do país e seu conflito com as principais potências capitalistas do mundo, que tentavam lhe barrar o desenvolvimento.
- ascensão dos militares à direção dos principais órgãos públicos, porque já se delineava o quadro da Segunda Guerra Mundial.
- democratização da sociedade brasileira, em decorrência da ascensão de novos grupos sociais, como os operários.
- retorno das oligarquias agrárias ao poder, restaurando-se a federação nos mesmos moldes da República Velha.



Frente 2

7

FRENTE 2

A América no século XIX



Nathaniel Currier e James M. Ives. *A Batalha de Gettysburg*. Litografia. Biblioteca do Congresso, Estados Unidos.

Neste capítulo, iremos estudar a evolução política do continente americano ao longo do século XIX. Essa análise exclui nosso país, pois uma análise muito mais detalhada é feita nos capítulos referentes à História do Brasil. Em nosso estudo, dois temas ganham destaque: o processo de independência das antigas colônias espanholas e a Guerra de Secessão nos Estados Unidos.

Quanto ao primeiro tema, é fundamental perceber dois elementos básicos: o primeiro refere-se ao fato de a independência da América espanhola ter contado, diferentemente do Brasil, com ampla participação popular, o que motivou o surgimento de mecanismos políticos, de certa forma mais permeáveis. Já o segundo diz respeito à própria forma como se processou a luta pela independência nos antigos domínios espanhóis, o que acabou motivando uma intensa fragmentação territorial, fato também distinto do que ocorreu aqui.

Em relação à Guerra de Secessão americana, mais que um conflito entre Norte e Sul, ela se constitui em um episódio entre dois momentos históricos distintos. De um lado, a herança colonial representada pelo modelo sulista; e de outro, a luta pela expansão capitalista pretendida pela burguesia do Norte. Foi a vitória nortista que marcou a consolidação capitalista nos Estados Unidos e permitiu que estes se tornassem, nas décadas seguintes, a grande potência mundial.

A independência da América espanhola

Antecedentes: o panorama europeu e colonial

Não podemos dissociar o processo de independência das colônias espanholas na América do quadro mais amplo e complexo que envolve não apenas as realidades europeia e americana, mas também as profundas contradições que o sistema Colonial passa a apresentar e enfrentar a partir do século XVIII.

Para uma melhor compreensão dos eventos que levaram à independência da América espanhola, é necessário que retornemos ao início do século XVIII e às lutas políticas que marcaram a Espanha nesse período. Pouco antes da virada do século, no ano de 1700, o rei Carlos II da Espanha morreu sem deixar herdeiros diretos ao seu trono. Por testamento, ele havia legado o trono espanhol ao neto de Luís XIV, da França. O conflito entre os Bourbon e os Habsburgo, que até então detinham o trono da Espanha, vinha sendo foco de profundas tensões políticas na Europa. Estas remontavam à Guerra dos 30 Anos (1618-1648) e haviam ganhado corpo durante o reinado de Luís XIV.

Em uma tentativa de impedir o fortalecimento dos Bourbon, Inglaterra, Áustria e o Eleitorado do Brandeburgo (um dos principais Estados que compunham o Sacro Império, também nas mãos dos Habsburgo) uniram-se contra as pretensões de Luís XIV, dando origem à Guerra de Sucessão do Trono Espanhol, que se estendeu de 1702 a 1713. De certo modo, não chegou a haver um vencedor nessa guerra. Luís XIV conseguiu impor seu neto como rei da Espanha, com o nome de Filipe V. Entretanto, para ser aceito no trono espanhol pelos países opositores, Filipe V teve que permitir à Inglaterra um comércio limitado com as colônias espanholas na América, por meio dos **navios de permissão**. Filipe também teve de ceder à Inglaterra a região de Gibraltar e o direito de vender, por meio do *asiento*, escravos nas colônias controladas pela Espanha.

SAIBA MAIS

O *asiento*

O *asiento* era uma permissão, cedida pela Coroa espanhola, ao chamado contratador. Essa pessoa recebia o direito de comercializar escravos africanos nas colônias instaladas na América.

O efeito imediato dessas concessões foi um aumento intenso da presença inglesa na América espanhola, muito além dos limites estabelecidos nos acordos, o que acabou reduzindo o controle espanhol sobre suas próprias colônias.

Além disso, o século XVIII trouxe consigo uma nova realidade, na qual o Antigo Regime começava a dar sinais de esgotamento na Europa, recebendo um número crescente de críticas. Com isso, as ideias iluministas, fundadas nos princípios da liberdade política e econômica e da igualdade social, ganhavam corpo. E, por um processo de expansão natural, chegavam às colônias, alimentando os anseios de liberdade e independência.

A situação econômica na América espanhola também apresentava sensíveis mudanças, que tiveram um efeito direto na luta pela independência. A decadência da mineração abriu espaço para o crescimento da agricultura e da pecuária. Com isso, uma nova elite surgia na América espanhola, formada pelos *criollos* (aristocracia de origem espanhola, mas que por serem nascidos na América não tinham direito a qualquer participação nos órgãos administrativos), confrontando com a supremacia político-administrativa dos *chapetones* (espanhóis de nascimento, que na América detinham o monopólio da administração). Assim, surgia o primeiro e decisivo ingrediente na luta contra a metrópole: uma elite econômica que tinha na independência a única forma de chegar ao poder político.

Dessa forma, os anseios de liberdade na América espanhola vinham pontuando as relações entre colônias e metrópole desde meados do século XVIII. Em uma tentativa de amenizar o confronto, o rei Carlos III (1759-1788) liberalizou em vários níveis essa relação. Ao criar os *cabildos abiertos*, permitiu a participação dos *criollos* nesses órgãos de administração local, buscando reduzir sua insatisfação. Também deu às colônias alguma liberdade comercial, com o mesmo objetivo e também buscando alimentar seu crescimento.

Entretanto, tais medidas não surtiram os efeitos desejados. A insatisfação da elite *criolla* não diminuiu e ainda foi acompanhada por revoltas de outros setores da população. Em 1780, o inca *Tupac Amaru* conduziu uma revolta indígena de grandes proporções que se alastrou do Peru para várias outras regiões da América do Sul. A violenta repressão espanhola, com o líder inca sendo morto e esquartejado publicamente, não impediu que o saldo fosse dos mais terríveis: mais de 80 mil mortos e um sentimento cada vez mais intenso de revolta contra a metrópole.

A década de 1770 trouxe também a Guerra de Independência das colônias inglesas da América do Norte, que foram vitoriosas já em 1781. A vitória dos antigos colonos ingleses significou não apenas um fortalecimento das ideias iluministas, como, também, um forte estímulo para as demais colônias que também lutavam por sua libertação.

Era essa a realidade conturbada que marcava as colônias espanholas no início do século XIX. Tal situação foi amplamente agravada pelas Guerras Napoleônicas na Europa.

Um dado crucial nesse processo foi o decreto de Napoleão, em 1807, que instituiu o Bloqueio Continental como forma de estrangular economicamente a Inglaterra. Alegando que o comércio inglês com as colônias espanholas feria o Bloqueio, e também como forma de coibir o contrabando inglês no sul da Espanha, Napoleão decidiu, em 1808, invadir o território espanhol. Com isso, o velho rei Carlos IV foi forçado a abdicar em favor de seu filho, Fernando VII. Este, por sua vez, foi substituído no trono por José I, irmão de Napoleão Bonaparte.

REPRODUÇÃO



Fig. 1 Fortaleza de São Felipe de Barajas em Cartagena, atual Colômbia. Aqui os espanhóis obtiveram uma importante vitória, em 1741, contra os ingleses que buscavam ampliar sua presença na América.

Enquanto na Espanha um exército francês de 200 mil homens tentava garantir o trono de José I contra uma guerrilha espanhola, que contava com apoio militar inglês, a agitação política atingia as colônias. Foi esse o quadro que marcou o início da luta efetiva pela independência na América espanhola.

O início das guerras de independências

No início do século XIX, a população da América espanhola ultrapassava os 22 milhões de habitantes. Destes, mais de 12 milhões eram indígenas, 6 milhões mestiços, 3 milhões *criollos*, e perto de 1 milhão eram escravos negros. O grupo dirigente compunha-se de quase 300 mil *chapetones*, a elite administrativa colonial.



Fig. 2 A Catedral de Lima, erguida em 1535. Lima era o mais importante centro cultural e econômico da América espanhola.

Aos *chapetones*, como defensores dos interesses espanhóis, interessavam a manutenção do Pacto Colonial, enquanto os *criollos* tinham na independência sua única forma de obter o poder político e a liberdade econômica desejada.

Os *chapetones* dividiam-se – sendo que alguns apoiavam os Bourbon espanhóis depostos – e a minoria permaneceu leal à Coroa. Esse fato fragilizou demais a estrutura administrativa colonial, e muitos *criollos* viram aí sua oportunidade de emancipação.

Contando com o enfraquecimento do domínio metropolitano, dadas as lutas dentro da Espanha e a desordem administrativa nas colônias, os *criollos* passaram a organizar, a partir dos *cabildos*, as **Juntas Governativas**. Dessa forma, assumiram de fato o poder administrativo. Essa situação perdurou de 1810 a 1814. Somente o caos que se instalava na Europa, em função das Guerras Napoleônicas, permitiu que esses governos mantivessem o poder por tanto tempo. Não havia qualquer objetivo político definido, nem qualquer unidade na luta. Mais que isso, havia um temor por parte das elites *criollas* com relação à participação popular e suas reivindicações. Tudo isso tornava a luta extremamente frágil.

Ainda assim, essa primeira fase da luta alastrou-se por várias regiões do domínio espanhol na América.

Em 1810, no México, ocorreu um levante indígena de largas proporções, liderado por Miguel Hidalgo e pelo padre Morellos. Essa rebelião chegou a proclamar a independência. Foi um movimento radical popular, que propunha reformas sociais, o fim da

servidão indígena e a igualdade entre os cidadãos, o que levou *criollos* e *chapetones* a unirem-se para combatê-lo. Embora o levante tenha sido liquidado em 1813, com a morte dos líderes, a luta continuou como uma revolta popular permanente, mas de menores proporções, chefiada por Vicente Guerrero.

Em 1811, o *criollo* Francisco Miranda proclamou a independência da Venezuela, mas foi derrotado no ano seguinte pelo exército espanhol. Preso, Miranda foi enviado para Cádiz, onde morreu. Simón Bolívar retomou a luta em 1813, mas não obteve sucesso, o que o fez esperar melhores oportunidades.

O Paraguai foi o único que conseguiu sua efetiva independência, em 1811, sob a liderança do *criollo* José Francia. Essa conquista deu-se graças à sua condição geográfica de isolamento, distante das áreas centrais do interesse e do poder espanhol.

Em 1814, entretanto, Napoleão era derrotado na Europa. A esta derrota seguiu-se o Congresso de Viena e todo o quadro de restauração europeia. José Bonaparte foi deposto do trono espanhol e Fernando VII reconduzido ao poder. Com isso, iniciou-se uma ação intensa do governo espanhol, no sentido de reconquistar o domínio sobre suas colônias. A aliança entre a Inglaterra e a nova Monarquia da Espanha, com o objetivo de varrer os resquícios da Era Napoleônica na Europa, impediu que a Inglaterra auxiliasse, por qualquer meio, a luta pela independência das colônias espanholas.

Dessa forma, as lutas coloniais acabaram em graves derrotas, sendo essa primeira fase comumente chamada de **Revolução Malograda**.



Fig. 3 Jean Baptiste Isabey. O Congresso de Viena, 1819. Museu do Louvre, Paris.

A Revolução Vitoriosa

Entre 1817 e 1825, retomou-se a luta pela independência das colônias espanholas, dessa vez de uma forma bem-sucedida. Três razões básicas explicam o sucesso desse período, comparado com o fracasso das tentativas ocorridas entre 1810 e 1814. Primeiro, a elite *criolla*, nas várias regiões, uniu-se em torno de um objetivo comum: assumir o controle de seus respectivos países, fazendo o mínimo possível de concessões aos setores populares. Eliminava-se, dessa forma, o risco de que a luta pela independência abrisse espaço para movimentos como o do México, em 1810. Segundo, entre 1820 e 1823, a Espanha foi palco de agitações revolucionárias liberais, o que dificultou o envio regular de tropas para a América. Por fim, a Inglaterra

empenhou-se na ajuda econômica e militar aos *criollos*, desejando ampliar seus mercados e sua área de influência.

Simón Bolívar, que ficou conhecido como *O Libertador*, partiu de Caracas, na Venezuela, e dirigiu-se à Bolívia, enquanto San Martín subia da Argentina para o Peru. Líderes *criollos* regionais, como Sucre e O'Higgins, auxiliaram no processo.

A conquista da emancipação foi facilitada pela superação das divergências políticas entre os dois principais líderes *criollos*. Bolívar era adepto de uma América republicana e unida, enquanto San Martín defendia uma fórmula monárquica constitucional. No encontro de Guayaquil, em julho de 1832, San Martín renunciou a todos os seus cargos e abandonou a vida pública. Com isso, Bolívar assumiu o comando supremo das forças rebeldes.

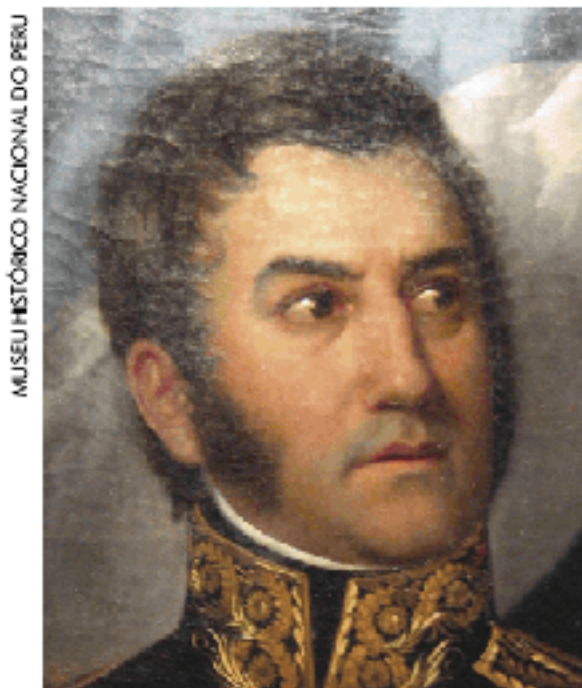


Fig. 4 General San Martín. Museu Histórico Nacional do Peru.

No México, o general Agustín de Iturbide aliou-se a Guerrero e, por meio do Plano de Iguala, proclamou a independência, em 1821, assumindo o trono imperial como Agustín I. O plano estabelecia a igualdade de direitos entre *criollos* e espanhóis, a supremacia do Catolicismo, a inviolabilidade da propriedade e um governo monárquico. Em 1824, um levante republicano derrubou a Monarquia, e o general Guadalupe Vitória tomou-se o primeiro presidente do país.

Do Império Colonial espanhol restaram apenas as ilhas de Cuba e Porto Rico, que só conquistariam sua independência durante a Guerra Hispano-Americana (1898).

Os novos Estados

A característica mais marcante do processo de independência da América espanhola é a fragmentação política que dele resultou. Nenhum dos antigos vice-reinos conservou sua integridade territorial. Ao contrário, eles se repartiram em vários países independentes.

Os esforços de Bolívar no Congresso do Panamá (1826) para constituir uma América Latina unida e forte fracassaram. O vice-reino do Rio da Prata deu origem à Argentina, ao Uruguai (1828) e ao Paraguai. O vice-reino do Peru, ao Peru, Chile e Bolívia. Venezuela, Colômbia e Equador se originaram do vice-reino de Nova Granada. Finalmente, o vice-reino de Nova Espanha fez surgir o México e as Províncias Unidas da América Central (1824), que, a partir de 1838, dividiram-se em pequenas repúblicas: Guatemala, Honduras, El Salvador, Nicarágua e Costa Rica.

Várias razões explicam essa fragmentação. A própria estrutura administrativa colonial, que vetava aos *criollos* o acesso aos altos postos administrativos, contribuiu para habituá-los a

formas de poder local ou, quando muito, regional. E o processo de independência, paulatino, favoreceu a consolidação do poder regional em detrimento de um projeto nacional, que na maior parte das vezes era impossível de se visualizar.



Fig. 5 Simón Bolívar representou o sonho de uma América unida.

Havia, ainda, grandes interesses internacionais em jogo. À Inglaterra, interessava a existência de pequenos países, onde seria mais fácil conseguir vantagens econômicas. Os Estados Unidos, expandindo-se para oeste, não queriam encontrar um México forte e unido. E o Brasil, monárquico e escravista, não desejava um vizinho forte que fosse seu oposto, republicano e com trabalho livre, na área platina.



Dessa forma, os Estados que se originaram da América espanhola dividiram-se em várias repúblicas, sob o controle da elite *criolla*. Esses países passaram a exportar matérias-primas e produtos tropicais e importar industrializados ingleses. Com isso, não alteraram estruturalmente suas bases econômicas.

Politicamente, esses Estados tiveram enorme dificuldade em implantar administrações centralizadas, em razão da influência dos *caudillos*. Esses chefes locais, originários das forças militares que lutaram pela independência, passaram a disputar o poder em suas regiões usando meios violentos e produzindo um quadro de anarquia e instabilidade política.

Os Estados Unidos no século XIX

Após sua independência, os Estados Unidos da América mantiveram uma postura isolacionista em relação aos conflitos europeus, buscando consolidar sua posição no continente. A postura foi bastante benéfica, pois o país pôde alimentar seu crescimento econômico e receber uma grande migração, que fez sua população dobrar. Da época da independência até 1810, o número de habitantes passou de 3,5 milhões para mais de 7 milhões.

A compra do vasto Estado da Louisiana, em 1803, por 15 milhões de dólares, contribuiu muito para essa consolidação. A região, que pertencia à França, foi recuperada durante as Guerras Napoleônicas, em 1801. Entretanto, temendo perdê-la para a Inglaterra e envolvido em intermináveis guerras, Napoleão resolveu vendê-la aos Estados Unidos. Embora praticamente despovoado, esse território foi fundamental para acomodar essa onda migratória, além de dar ao país acesso às férteis terras agricultáveis ao longo do rio Mississippi e, através do porto de Nova Orleans, ao golfo do México.

Por outro lado, a atitude isolacionista norte-americana teve que ser revista a partir de 1810. As Guerras Napoleônicas, o bloqueio inglês no Atlântico e o Bloqueio Continental francês atrapalharam o crescente comércio com a América Latina e a França. Além disso, a Inglaterra, prejudicada pelo Bloqueio Continental, buscava consolidar seu comércio com algumas áreas, indo contra a concorrência representada pelos Estados Unidos no Caribe. As pressões inglesas para barrar o acesso norte-americano a essas áreas cresceram a ponto de deflagrar a Segunda Guerra de Independência (1812-1814). Travada em nome da “liberdade de navegação e comércio”, a guerra, encerrada pela Paz Eterna de Gand (1814), apesar de não ter implicado em alterações territoriais, teve enormes consequências para os Estados Unidos.

A Expansão para oeste

A guerra de 1812-1814, fixando a fronteira norte entre os Estados Unidos e o Canadá inglês, bloqueou o antigo desejo norte-americano de anexar o território canadense. Com isso, os americanos dirigiram seu expansionismo para oeste, onde uma enorme área estava parcamente ocupada por tribos indígenas e colonos do México.

Embora tivesse um sentido econômico indisfarçável, a expansão para oeste encontrou respaldo na tese do **Destino Manifesto**, segundo a qual “Deus havia destinado aos colonos

brancos todo o continente, dando-lhes a missão de estender a civilização até o oceano Pacífico, impondo-se sobre as raças inferiores de índios, mestiços e mexicanos”.

O Destino Manifesto popularizou a ideia da fronteira, segundo a qual os pioneiros que expandiam a nação, aventurando-se por terras selvagens e desconhecidas, forjavam as características básicas da civilização norte-americana: o igualitarismo, o individualismo, o espírito democrático e o espaço para a livre iniciativa. É interessante observar que os grandes heróis retratados pela historiografia norte-americana encarnam este “espírito da fronteira” (David Crocket, Daniel Boone, Buffalo Bill, os generais Custer e Sheridan, o presidente Lincoln, entre outros).



Fig. 6 John Gast. *Progresso americano*, 1872. A figura faz alusão ao Destino Manifesto como uma figura divina, normalmente identificada como Columbia, guiando a ação civilizatória dos pioneiros e afugentando índios e animais selvagens.

Influenciado por essa ideia de “destino”, o presidente James Monroe (1817-1825) estabeleceu a Doutrina Monroe (1823) que, através da frase “A América para os americanos”, claramente reservava territórios para o exclusivo imperialismo dos Estados Unidos. Fosse pelo domínio econômico ou pelo intervencionismo, que podia dispor até de força militar, os americanos impunham uma presença crescente no continente.

Dessa forma, por meio de compra de territórios, anexação ou mesmo guerra de conquista, os Estados Unidos alcançaram as costas do Pacífico no final da década de 1840, transformando-se em um país continental.

A Flórida foi comprada da Espanha em 1819. O Texas, que em 1836 conquistara sua independência do México por meio de uma revolta de colonos norte-americanos, foi anexado em 1845. O território do Oregon, na costa norte do Pacífico, foi cedido pela Inglaterra em 1846, de modo a acabar com uma longa disputa judicial. Por fim, a vitória na Guerra Mexicana (1846-1848), pelo Tratado de Guadalupe Hidalgo (1848), permitiu a anexação de um território de 2 milhões de quilômetros quadrados, que deu origem aos estados de Nevada, Novo México, Arizona, Califórnia e Utah.



Em 1867, o México teve que ceder, em troca de US\$ 10 milhões, uma área, atualmente, entre os estados do Arizona e do Novo México, conhecida como Faixa de Gadsden.

A expansão acelerou o desenvolvimento dos Estados Unidos. A posse da Flórida permitiu a chegada ao Mar das Antilhas e o relacionamento com os mercados da América Central. A costa do Pacífico vivenciou grande impulso populacional durante a chamada Corrida do Ouro (1848 a 1850), quando centenas de milhares de pessoas chegaram à região. O controle dessa área lançou as bases para o acesso direto aos mercados do Oriente. A imigração acelerou, fazendo com que o país contabilizasse mais de 31 milhões de habitantes em 1860, ocasião em que já existiam mais de 50 mil quilômetros de ferrovias. O *Homestead Act*, de 1862, que transformava a posse de terras em propriedade legal após três anos de cultivo, possibilitou o povoamento do Centro-Oeste.

A expansão implicou, também, na democratização do processo eleitoral. Andrew Jackson, herói da Segunda Guerra de Independência, agrupando pequenos agricultores e membros da camada média urbana, conseguiu eleger-se presidente (1829-1837) e deu origem ao Partido Democrata. Sua eleição marcou o início de uma forte mudança no panorama socio-político da América, abrindo espaço à ascensão de todo um setor médio, beneficiado pelas transformações de cunho capitalista que o país começava a conhecer. Jackson aboliu o voto censitário, estabelecendo o sufrágio universal masculino, e instituiu o *spoil system*, política segundo a qual os membros do partido vencedor ocupavam todos os cargos administrativos. O domínio político-partidário dos *whigs*, cujos membros eram latifundiários da alta burguesia do Leste, estava, assim, encerrado.

A questão da escravidão

Os Estados Unidos, desde a época da independência, conviviam com uma realidade econômica dupla: uma área urbanizada ao norte, que se industrializava, com economia diversificada, baseada no trabalho livre; ao sul, uma região agrícola e monocultora, baseada no trabalho escravo.

Essa contradição, evidenciada pela existência de dois sistemas econômicos dentro de um mesmo país, foi minimizada pela expansão para oeste, realizada por ambas as partes. O equilíbrio era mantido por meio do Acordo do Mississippi (também conhecido como Acordo *Townsend*), de 1820, que estabelecia o limite norte da escravidão ao longo do paralelo 36° 40'.

A conclusão da expansão, com a conquista do litoral do Pacífico, trouxe à tona o problema. A Califórnia, que havia sido um território mexicano, mesmo estando incluída abaixo do paralelo limite da escravidão, foi admitida na União como um estado não escravista em 1849. Essa admissão deu-se por duas razões: primeiro, porque o México abolira formalmente a escravidão em 1824; sua população era composta de índios aculturados e de descendentes de espanhóis. Em segundo lugar, a descoberta de ricas jazidas auríferas, em 1848, atraía para a região uma multidão de colonos brancos.

A questão foi contornada com o Compromisso Clay (1850), que deixava aos habitantes de cada novo Estado a decisão sobre a escravidão. Mas, em 1856, o novo Estado do Kansas, mesmo tendo optado pela escravidão, foi palco de violenta guerra civil entre escravistas e abolicionistas, que só se encerrou com a intervenção de tropas federais. Em 1859, o escravo John Brown apoderou-se de um arsenal do exército e tentou provocar uma revolta de escravos na Virgínia. Enforcado, transformou-se em um mártir do abolicionismo.



Fig. 7 Mercado de escravos em Washington.

A luta pela abolição tomava conta da opinião pública. Em 1847, foi estabelecido na África o Estado da Libéria, para receber de volta os escravos libertos. Em 1852, foi publicado o romance abolicionista *A Cabana do Pai Tomás*, com forte conteúdo melodramático, que vendeu 300 mil exemplares em apenas 1 ano. Fundavam-se, por todo o Norte, clubes e associações abolicionistas, que congregavam milhões de pessoas. Militantes insuflavam fugas de escravos, encaminhando-os para o Canadá por meio de uma ferrovia subterrânea. A convivência entre Norte e Sul aproximava-se rapidamente do ponto de ruptura.

Mas a questão era mais complexa. O Norte, industrializado, necessitava de uma política protecionista para consolidar e expandir sua industrialização. Além disso, desejava acesso ao mercado sulista, dominado pelos ingleses, e a transferência do escravo como mão de obra barata em suas fábricas. O Centro-oeste era a área que abastecia o Norte com produtos agrícolas e comprava a produção de suas indústrias, tornando o Sul um corpo estranho dentro do sistema econômico em desenvolvimento.

O Sul, exportando especialmente algodão para a Inglaterra e importando industrializados ingleses, insistia na manutenção do câmbio livre. Mesmo proibido de forma oficial desde 1815, o tráfico escravista persistiu como contrabando até 1860. Esse fluxo, aliado à sistemática reprodução dos escravos, ainda não era suficiente para atender à crescente demanda, fazendo o custo da mão de obra elevar-se continuamente, o que impedia que os plantadores sulistas abrissem mão de seu maior patrimônio.



Fig. 8 Escravos durante colheita em um campo de algodão no sul dos Estados Unidos.

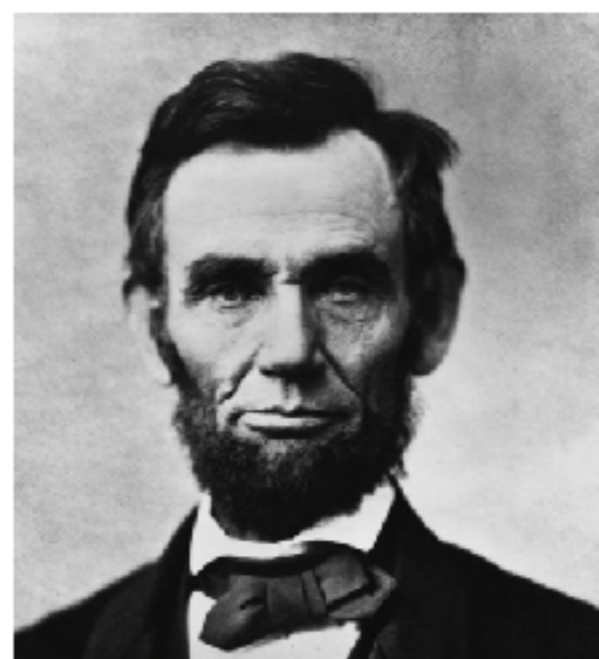
É importante salientar que a reprodução de escravos chegou a ser uma atividade organizada e altamente lucrativa para alguns latifundiários. Houve, inclusive, a criação de fazendas, cujo objetivo primordial era esse. O próprio termo empregado para designá-las, **haras**, dá uma clara mostra do que a escravidão representou em termos de destruição da própria dignidade humana.

Entretanto, o Sul tinha consciência de sua importância econômica. A expansão para oeste dera-lhe acesso às férteis terras agricultáveis ao longo do Mississippi, fazendo suas exportações de algodão, que em 1810 correspondiam a 22% do valor da produção nacional, elevarem-se a 57% em 1860, sendo que a produção de algodão praticamente dobrava de dez em dez anos. Com base nessa contribuição, os estados sulistas ficaram convencidos de que podiam dirigir a política econômica dos Estados Unidos, ressentindo-se com a intromissão do Norte no que consideravam seu tradicional modo de vida.

A questão da escravidão acabou adquirindo um caráter geográfico, dividindo Norte e Sul, estimulando muito as tendências de autonomia sulistas e mesmo a ideia de separação. Na década de 1860, as tensões, há muito em ebulição, explodiram.

A Guerra de Secessão

Em 1860, Abraham Lincoln, do Partido Republicano, agremiação que desde 1854 apoiava a causa do abolicionismo, elegeu-se presidente com uma plataforma de elevar as tarifas protecionistas e manter a União a qualquer preço. O Partido Democrata, embora fosse mais forte, dividiu-se entre Norte e Sul, por conta da escravidão, e acabou sendo derrotado.



ALEXANDER GARDNER/LIBRARY OF CONGRESS

Fig. 9 Abraham Lincoln, 16º presidente americano e abolicionista.

Embora a questão da escravidão tenha despertado todo um lado emocional, e tenha sido usada pelos nortistas para dar à sua luta um caráter humanitário, é importante lembrar que ela não foi a única nem mesmo a principal causa da guerra. O próprio Lincoln chegou a afirmar que se a manutenção da escravidão fosse suficiente para impedir a guerra, ele nada teria feito para extingui-la. Entretanto, havia causas mais profundas que levaram ao conflito. Tratava-se, enfim, de uma luta entre dois modelos diametralmente opostos. De um lado, um projeto

Congregar

Reunir pessoas.

Insuflar

Despertar insatisfação ou revolta.

Haras

Tipo de fazenda voltada para a criação, treino e aprimoramento de raças de cavalos.

semicolonial representado pelo Sul, de manutenção da velha estrutura monocultora, latifundiária, escravista e dependente; de outro, a luta do Norte pela industrialização, impondo não apenas o fim da escravidão, como também o protecionismo alfandegário e um Estado vinculado aos interesses da indústria. Foi, no dizer de um historiador, uma guerra entre o século XVIII e o século XX, travada no século XIX.

Em dezembro de 1860, antes da posse de Lincoln, o estado da Carolina do Sul desligou-se da União. Seu exemplo foi seguido pelos estados do Alabama, Tennessee, Arkansas, Mississippi, Geórgia, Flórida, Virgínia, Carolina do Norte, Louisiana e Texas, que formaram, em fevereiro de 1861, os Estados Confederados da América, com capital em Richmond, na Virgínia. Jefferson Davis foi nomeado presidente provisório do novo país, que se dispunha a defender seu direito de secessão. A insistência de Lincoln em manter a União tornou a guerra inevitável.

A relação de forças era amplamente favorável à União. Industrializada, com economia diversificada e ampla rede ferroviária, tinha uma população de 20 milhões de habitantes. A Confederação era basicamente agrária e com poucas indústrias. De sua população de 11 milhões de habitantes, 3,5 milhões eram escravos.

Mesmo com essa diferença, a guerra durou de 1861 a 1865, período em que se destacaram os generais Robert Lee, da Confederação, e Ulisses Grant e Willian Sherman, da União.

Mais de 2,5 milhões de homens foram mobilizados em uma guerra em que se utilizaram recursos técnicos modernos, como o fuzil de repetição, as trincheiras, os navios couraçados, as ferrovias e o telégrafo. Tratou-se, também, de uma guerra total não só contra os exércitos adversários, mas também contra sua população, como forma de diminuir sua capacidade econômica e minar sua vontade de lutar.

Em setembro de 1862, o governo da União aboliu a escravidão apenas nos Estados Confederados, visando desorganizar a base de sua economia ao incentivar fugas em massa de escravos. Além disso, a medida buscava agradar a opinião pública europeia. O primeiro objetivo não foi alcançado, mas o segundo sim: a ajuda anglo-francesa cessou, fato que agravou ainda mais a situação da Confederação, submetida a um bloqueio pela marinha da União.

Em abril de 1865, a Confederação rendeu-se. O Sul estava totalmente arrasado pela guerra civil, que causou mais de 600 mil mortes.

A consolidação do desenvolvimento

Em 14 de abril de 1865, cinco dias após a vitória, Lincoln foi assassinado por John Wilkes Booth, um escravista fanático. O homicídio fez desaparecer a moderação dos nortistas vencedores com relação aos vencidos: o Sul foi realmente tratado como terra conquistada e suportou a ocupação militar até 1877. Em virtude disso, permanece até hoje como área agrícola e, relativamente, a mais atrasada do país.

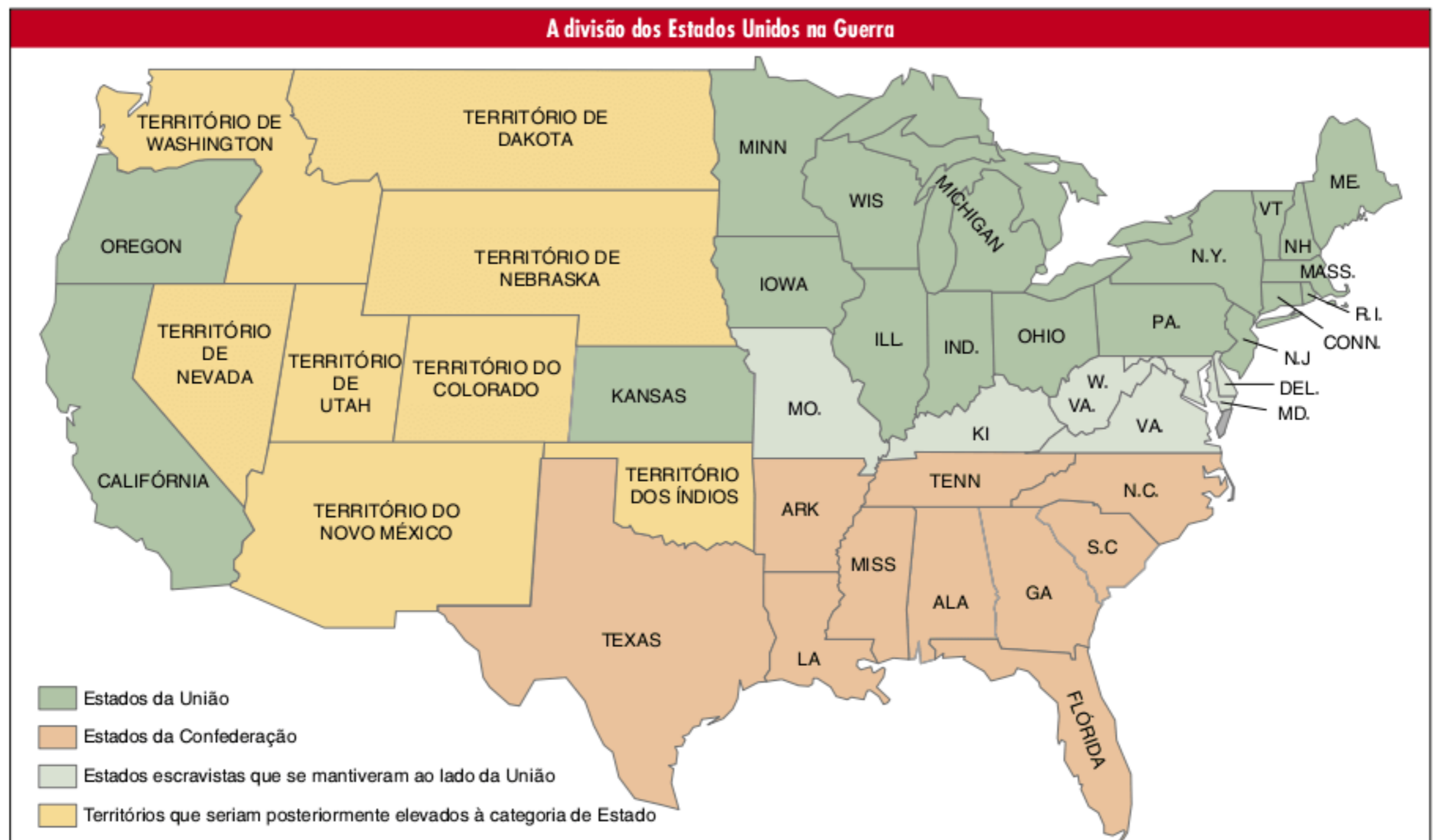
O final da Guerra de Secessão permitiu a aceleração do desenvolvimento econômico norte-americano pela ampliação do mercado interno e pelo estabelecimento de medidas protecionistas e incentivadoras à industrialização. Essas medidas comerciais logo assumiram a forma de grandes trustes.

Secessão

Divisão, separação de uma unidade política para constituir outra.

Trustes

Prática empresarial em que várias empresas, que já detêm a maior parte de um mercado, se ajustam ou se fundem para assegurar seu controle.



A imigração acelerou e o país atingiu 63 milhões de habitantes em 1890. Na virada do século, os Estados Unidos já contabilizavam uma população de mais de 80 milhões. As ferrovias assumiram uma proporção intercontinental, atravessando o país de leste a oeste.

Mas a população negra não se beneficiou desse surto de progresso. A abolição total da escravatura só ocorreu em janeiro de 1865, no final da guerra. Embora estivessem livres, os negros não encontraram nenhum tipo de ajuda ou assistência por parte do governo. Com isso, manteve-se a desigualdade social e o negro continuou marginalizado. Diversos grupos de escravos libertos migraram para as cidades industriais do Norte, onde precisaram enfrentar a concorrência dos imigrantes europeus que chegavam em número crescente. Os que permaneceram no Sul acabaram privados de direitos políticos e perseguidos por associações radicais racistas, como a **Ku Klux Klan**, fundada em 1867, em Nashville, no Tennessee.



Fig. 10 Integrantes da Ku Klux Klan durante manifestação em Washington, em 1928.

Depois da guerra, o expansionismo foi retomado com uma dimensão extracontinental. Em 1867, o Alasca foi comprado da Rússia. Em 1896, o Havai foi anexado, após uma revolta de comerciantes norte-americanos contra o legítimo governo nativo das ilhas.

Em 1898, os Estados Unidos intervieram na luta que os cubanos, sob a liderança de José Martí, travavam contra a

Espanha pela independência da ilha, deflagrando a Guerra Hispano-Americana. A guerra permitiu a conquista de Porto Rico, de Guam e das Filipinas. Cuba transformou-se em um protetorado norte-americano, cedendo a soberania da área de Guantánamo, onde foi construída uma base naval, e tendo que incluir em sua Constituição, de 1901, a Emenda Platt, segundo a qual os Estados Unidos tinham o direito de intervir no país.



Fig. 11 A zona do canal do Panamá. Seu domínio pelos Estados Unidos foi um dos maiores símbolos do Imperialismo norte-americano sobre o restante da América.

Consolidava-se, assim, uma atitude muito mais agressiva dos Estados Unidos em relação aos seus vizinhos da América Latina. Essa política ficou conhecida como **Doutrina Roosevelt** ou como **Corolário Roosevelt à Doutrina Monroe**. Trata-se de uma postura que mantinha os mesmos princípios da Doutrina Monroe, porém pressupondo uma ação mais efetiva, inclusive em termos militares. Sua característica básica foi descrita, de forma pitoresca, pelo presidente Theodore Roosevelt (1901-1908): “falar macio, mas ter sempre um porrete bem grande nas mãos”. Dessa frase deriva o nome com que a política externa norte-americana ficou mais conhecida: *Big Stick Policy* ou Política do Grande Porrete. Dessa forma, estava estabelecida a hegemonia dos Estados Unidos sobre a América Latina, abrindo caminho à transformação do país na principal potência capitalista ao longo do século XX.

Corolário

Verdade que decorre de outra.

Revisando

1 Que relação pode-se estabelecer entre o Congresso de Viena e o malogro da maioria dos movimentos de independência na América espanhola em um primeiro momento?

2 O que foi e o que explica o fenômeno do caudilhismo nas nações independentes oriundas da antiga América espanhola?

3 A questão da escravidão é vista usualmente como a causa decisiva para a eclosão da Guerra de Secessão nos Estados Unidos. Com base em seus conhecimentos, fale sobre ao menos uma outra razão que acentuou a rivalidade entre o Norte e o Sul.

4 Estabeleça uma comparação entre a Doutrina Monroe e a *Big Stick Policy*, cuja designação correta é **Corolário Roosevelt à Doutrina Monroe**.

Exercícios propostos

1 A independência das colônias espanholas da América deveu-se a diversos fatores. Assinale a opção na qual todos os fatores relacionados contribuíram para essa independência.

- (a) Política mercantilista da Espanha; influência da independência brasileira; interesse dos Estados Unidos no comércio das colônias espanholas.
- (b) Monopólio comercial em benefício da metrópole; desigualdade de direitos entre os *criollos* e os *chapetones*; enfraquecimento da Espanha pelas Guerras Napoleônicas.
- (c) Influência das ideias políticas de Maquiavel; auxílio militar brasileiro à independência dos territórios vizinhos; exemplo da independência dos Estados Unidos.
- (d) Liberalismo político e econômico, adotado pelas cortes espanholas; enfraquecimento do governo espanhol por causa da intervenção militar francesa; política do Congresso de Viena favorável à independência das colônias.
- (e) Interesse econômico da Inglaterra na independência das colônias; política de suspensão das restrições às colônias, seguida pelo governo de José Bonaparte; aliança entre *chapetones* e *criollos* para promover a independência.

2 O movimento de emancipação latino-americano foi deflagrado:

- (a) pela ocupação da Espanha por Napoleão e a consequente deposição do rei Fernando VII.
- (b) quando os *criollos* aderiram ao pan-americanismo do Congresso de Caracas, de 1810.

- (c) quando a Junta de Salvação Pública do vice-Reinado de Nova Granada levou à frente a guerra contra os “estrangeiros espanhóis”.
- (d) pela Lei Aberdeen, proibindo o tráfico negreiro para as terras castelhanas da América.
- (e) pela vitória inglesa na luta contra Napoleão.

3 O sucesso dos movimentos de independência na América espanhola pode ser atribuído:

- (a) ao apoio militar emprestado pela Inglaterra à organização de milícias indígenas.
- (b) à atuação do alto clero, descontente com as atitudes da metrópole.
- (c) à unidade entre *criollos* e *chapetones*, que se constituíram em força decisiva enquanto oposição ao governo espanhol.
- (d) às constantes rebeliões de escravos negros que desmoralizavam a administração espanhola.
- (e) à insatisfação crescente dos proprietários coloniais com as restrições do Pacto Colonial.

4 No início do século XIX, a América hispânica, inspirada nas ideias liberais do Iluminismo, travou sua guerra de independência vitoriosa contra o Colonialismo espanhol. Assinale uma consequência importante dessa luta.

- (a) A unidade continental americana, sonhada por Bolívar em termos econômicos.
- (b) A manutenção do monopólio comercial, prática econômica vigente desde os tempos coloniais.

- (c) A vitória dos movimentos de independência liderados pelos mestiços ligados ao pequeno comércio e ao artesanato.
- (d) O desenvolvimento da ideia do Liberalismo econômico, favorecendo a industrialização e a livre-concorrência.
- (e) A fragmentação política com governo de caudilhos militares e dependência econômica ao capitalismo industrial inglês.

5 As antigas colônias espanholas na América Latina não conseguiram sobreviver dentro de uma unicidade política, acabando por fracionar-se em torno de polos econômicos e políticos liderados:

- (a) pelos espanhóis, que não respeitando a subida de José Bonaparte ao trono da Espanha, proclamaram a república.
- (b) pelos indígenas, cansados da exploração colonial.
- (c) pelos mestiços que viviam explorados e que, tendo tomado consciência da sua miséria, lideraram a formação de juntas governativas regionais.
- (d) pelos *criollos* que almejavam o poder político, criando uma constelação de movimentos que não obedeciam a um comando geral, apesar dos esforços de alguns libertadores.
- (e) pelo clero, uma vez que a Igreja no século XIX norteava-se pelo princípio de “dividir para governar”.

6 Sobre o processo de independência da América espanhola, é possível afirmar que:

- (a) diferentemente do Brasil, a longa luta, que teve importante participação popular, fez emergir interesses sociais conflitantes.
- (b) a Espanha, sob domínio francês, ficou de mãos atadas, sem poder intervir no combate aos rebeldes.
- (c) a participação maciça de escravos ao lado dos rebeldes, contrastou com a apatia das massas indígenas.
- (d) a Igreja Católica e os comerciantes abastados assumiram posições idênticas, favoráveis à Coroa espanhola.
- (e) os acordos políticos, levados à frente pelas elites, garantiram aos menos privilegiados as reformas sociais pelas quais tinham lutado.

7 O caudilhismo como fenômeno característico das sociedades latino-americanas após a independência foi a expressão:

- (a) das mudanças radicais pelas quais a estrutura fundiária e a economia dessa região passaram com a independência.
- (b) do aumento da importância política das camadas médias urbanas com a industrialização.
- (c) do surgimento de um proletariado politicamente forte, decorrente do desenvolvimento industrial.
- (d) da aliança da burguesia nacional emergente politicamente com os interesses do capitalismo internacional.
- (e) da manutenção da estrutura fundiária concentrada e de uma economia voltada para o exterior.

8 Na América espanhola, os movimentos de independência foram estimulados pela:

- (a) transferência do poder político dos *criollos* para os *chape-tones*, eliminando os vínculos que uniam as colônias espanholas à metrópole.

- (b) desarticulação do poder monárquico na Espanha com as Guerras Napoleônicas.
- (c) manutenção do Pacto Colonial, elemento principal da prática do livre-comércio.
- (d) ausência de reforma administrativa de caráter mercantilista.
- (e) ação da população mestiça, que liderava os movimentos emancipacionistas.

9 Sobre a independência da América Latina, podemos afirmar, exceto que:

- (a) foi um movimento espontâneo das elites *criollas* contra a dominação espanhola, sem nenhuma influência externa.
- (b) após a conquista da independência, os mestiços e indígenas passaram a ter direitos civis, por causa da luta contra o domínio espanhol.
- (c) Simón Bolívar, um dos principais libertadores da América, defendia a integração latino-americana, como forma de evitar a dependência econômica e política com relação aos Estados Unidos e à Inglaterra.
- (d) os *criollos* implantaram governos republicanos e aboliram a escravidão por influência dos iluministas e pelo caráter da conquista da independência.
- (e) a Inglaterra apoiou a independência latino-americana a fim de afastar a influência dos Estados Unidos.

10 UEL Na criação dos Estados nacionais latino-americanos, após a emancipação, as elites dirigentes hesitaram quanto à forma institucional de governo a ser implantada: Monarquia Constitucional ou República. É correto afirmar que a forma republicana, implantada pela maioria desses países:

- (a) estabeleceu uma estrutura política, marcadamente liberal e representativa. O presidente era eleito por voto indireto e podia ser destituído por corrupção.
- (b) era presidencialista ou parlamentarista quanto à forma de governo. Em todas elas foi adotada uma carta onde os direitos dos cidadãos foram garantidos.
- (c) era acentadamente conservadora e autoritária. Em todas elas, a massa popular foi afastada pela adoção, por exemplo, do voto censitário.
- (d) era tão liberal e democrática quanto a norte-americana. Em todas elas, a participação das camadas populares foi ampliada pela adoção do voto universal.
- (e) manifestava a oposição entre o Liberalismo e o Centralismo. A posição dos republicanos era limitar o poder do governo central em favor dos direitos particulares.

11 Fuvest Simón Bolívar escreveu na conhecida Carta da Jamaica, de 1815:

Eu desejo, mais do que qualquer outro, ver formar-se na América [Latina] a maior nação do mundo, menos por sua extensão e riquezas do que pela liberdade e glória.

Sobre essa afirmação, podemos dizer que:

- (a) tal utopia da unidade, compartilhada por outros líderes da independência, como San Martín e O'Higgins, não vingou por ineficiência de Bolívar.

- (b) inspirou a união entre Bolívia, Colômbia e Equador, que formaram, por mais de uma década, uma única nação, fragmentada, em 1839, por problemas políticos.
- (c) Bolívar foi o primeiro a pensar na possibilidade da unidade, ideia posteriormente retomada por muitos políticos e intelectuais latino-americanos.
- (d) essa ideia, de grande repercussão entre as lideranças dos movimentos pela independência, foi responsável pela estabilidade da unidade centro-americana.
- (e) Bolívar foi uma voz solitária nestes quase 200 anos de independência latino-americana, ausentando-se tal ideia dos debates políticos contemporâneos.

12 A Guerra de Sucessão espanhola e o Tratado de Utrecht representaram:

- (a) a grande penetração inglesa nos mercados da América espanhola através dos navios de permissão e do *asiento* do tráfico negreiro.
- (b) o afastamento de Filipe V e sua substituição por Carlos II, o que atendia aos interesses franco-espanhóis.
- (c) a cessão de Terra Nova e Acádia à França, tornando-se esta a grande rival da Inglaterra na América do Norte.
- (d) a retomada dos Países Baixos pela Espanha, além de Gibraltar e Minorca, consagrando o poderio espanhol no mundo europeu.
- (e) o fim dos conflitos coloniais e a vigência do princípio da legitimidade no reconhecimento das independências das novas nações.

13 PUC-MG As Guerras Napoleônicas de fins do século XVIII e princípios do século XIX provocaram um grande impacto na América Ibérica porque, exceto:

- (a) a França napoleônica passou a exercer um controle direto sobre quase toda a Península Ibérica.
- (b) o comércio britânico com muitas regiões da América Ibérica veio a se expandir e, mais tarde, a se consolidar.
- (c) a transferência da Corte Joanina e de seu governo para o Brasil criou o cenário no qual emergiu a independência.
- (d) as lideranças nativas vão assumir o mando político em virtude da situação observada em Portugal e Espanha.

14 Em 1753, pouco depois da independência americana, ocorre uma rebelião no Peru, chefiada por José Gabriel Tupac Amaru, que, além de reivindicar liberdade para os povos indígenas, pretendia a:

- (a) definição dos limites territoriais do Peru com a anexação da Bolívia.
- (b) fixação de um protetorado dirigido por um conselho de colonizadores e de *criollos*.
- (c) constituição de uma República federativa nos moldes da dos Estados Unidos.
- (d) elaboração de um Estado único para toda a região da América Latina.
- (e) criação de um Estado indígena independente.

15 A história dos países latino-americanos, apesar de distinta, tem muito em comum. Assinale a alternativa que confirma este enunciado.

- (a) O atraso na industrialização tornou essa região dependente dos fornecedores.
- (b) A industrialização da América Latina deu-se de forma homogênea, acompanhando as conjunturas de crescimento econômico dos Estados Unidos.
- (c) As migrações internas nos países da América Latina têm contribuído para uma história comum de desenvolvimento tecnológico.
- (d) As guerras de independência na América Latina foram simultâneas contra as metrópoles e, na metade do século XIX, todas as nações haviam se transformado em repúblicas livres da escravidão.
- (e) A economia dos países da América Latina está voltada para o seu próprio mercado interno.

16 Sobre o processo de independência das colônias europeias da América, é correto afirmar que:

- 01 o Brasil foi o único país americano a viver, após a independência, um Período monárquico.
- 02 os Estados Unidos da América jamais se interessaram pela independência das colônias espanhola e portuguesa na América ou pelos destinos dos países recém-formados.
- 04 na década de 1810, ao mesmo tempo em que diversas regiões da América Latina buscavam tornar-se independentes da Espanha, os Estados Unidos lutavam contra a Inglaterra para consolidar a sua independência.
- 08 no México, a luta pela independência tem início com a sublevação de indígenas e mestiços conduzidos por religiosos.
- 16 depois da independência, a América espanhola acabou fragmentando-se politicamente, apesar da organização da República da Grã-Colômbia, das Províncias Unidas de Centro América e das Províncias Unidas da América do Sul.

Soma =

17 A partir do segundo quartel do século XIX, as antigas colônias espanholas na América buscaram estabilizar-se tanto política quanto economicamente. Nesse contexto, podemos afirmar que:

- (a) a penetração dos Estados Unidos na região, através da Doutrina Monroe, conseguiu garantir uma unidade regional.
- (b) a supremacia da Argentina sobre os demais países da região platina transformou-a em superpotência regional.
- (c) a entrada do capital estrangeiro possibilitou aos países latino-americanos montarem uma sólida infraestrutura econômica.
- (d) o México destacou-se dos países vizinhos por ter implantado um regime republicano sólido, que buscava atender às massas camponesas empobrecidas.
- (e) a característica política mais importante foi o caudilhismo, com o poder concentrado nas mãos dos grandes proprietários rurais.

18 Estabeleça uma comparação entre os processos de independência na América espanhola e no Brasil, demonstrando de que forma a maneira como se deu a luta pela independência, em ambos os casos, definiu as características políticas assumidas pelos novos países latino-americanos.

19 A ideia da “fronteira”, muito presente na historiografia norte-americana, costuma ser utilizada para:

- (a) explicar algumas das características básicas da civilização norte-americana (igualitarismo, individualismo, espírito aristocrático, espaço aberto à livre-iniciativa).
- (b) indicar o chamado “Destino Manifesto” da nação norte-americana: a ocupação de toda a América do Norte e o avanço sobre Cuba, Porto Rico, Panamá e Caribe.
- (c) chamar a atenção sobre a epopeia da expansão das estradas de ferro transcontinentais rumo ao Pacífico.
- (d) justificar a aquisição do território do Alasca e a incorporação dos imensos territórios do México, após a derrota deste último, em 1848.
- (e) significar a posição heroica dos colonos ingleses, nos primeiros tempos da colonização, nos limites do mundo ocidental e às voltas com a hostilidade dos índios e escravos fugitivos.

20 Unicamp Tanto nos Estados Unidos como no Brasil, a política rural estava ligada a uma certa concepção de trabalho. Mas, enquanto a Lei Brasileira de 1850 dificultava a obtenção de terra pelo trabalhador livre, o Homestead Act de 1862, nos Estados Unidos, doava terra a todos os que desejassem nela se instalar.

Emília Viotti da Costa. *Da Monarquia à República*. Brasiliense, 1985. (Adapt.).

- a) Compare as políticas de acesso à terra nos Estados Unidos e no Brasil na segunda metade do século XIX, mostrando no que diferem.
- b) Qual o impacto dessas políticas para o desenvolvimento agrícola e industrial no Brasil e nos Estados Unidos?

21 A Guerra de Secessão, nos Estados Unidos, iniciada em 1861, e considerada a primeira guerra moderna, pode ser explicada por:

- (a) divergências no Congresso Federal sobre as definições dos direitos dos escravos libertos.
- (b) antagonismo entre o Norte e o Sul decorrente de formas de organização econômica e social diversas.
- (c) desavenças relacionadas com a tolerância religiosa decorrente da união de Igreja e Estado em alguns estados do Sul.
- (d) divergências quanto às questões de organização política dos Estados republicanos.
- (e) conflitos históricos gerados pela maneira de tratar a população indígena do Oeste.

22 Acerca dos Estados Unidos, é incorreto afirmar que:

- (a) obteve o reconhecimento de sua independência em 1783, e na mesma década viu promulgada sua Constituição.
- (b) o país foi devastado pela Guerra Civil (1861-1865), colocando em combate duas sociedades distintas: a do Norte,

manufatureira e rapidamente direcionando-se para a industrialização; e a do Sul, agrária de exportação.

- (c) no século XIX, observou-se a aceleração da ocupação de seu território através de migrações internas e europeias, da compra da Louisiana e da anexação do Novo México.
- (d) em 1860, o Sul detinha apenas 15% da capacidade industrial nacional, sendo que apenas 5% dos escravos eram empregados fora das lavouras.
- (e) a abolição definitiva da escravidão ocorreu apenas em 1885, sendo um dos últimos países do mundo a adotar tal procedimento.

23 A expansão territorial dos Estados Unidos, ao longo do século XIX, caracterizou-se por um forte sentimento nacionalista. Sobre essa expansão, podemos afirmar que:

- (a) encerrou as divergências entre o Norte e o Sul, quanto à utilização da mão de obra escrava.
- (b) retardou o crescimento demográfico da população norte-americana.
- (c) priorizou a mineração em detrimento das atividades industriais e agrícolas.
- (d) acarretou o fortalecimento político da representação nortista no Congresso norte-americano.
- (e) impediu a emigração por causa da política de defesa das fronteiras do país.

24 Unesp 2000 A Ku Klux Klan foi organizada para segurança própria... o povo do Sul se sentia muito inseguro. Havia muitos nortistas vindos para cá (Sul), formando ligas por todo o país. Os negros estavam se tornando muito insolentes e o povo branco sulista de todo o estado de Tennessee estava bastante alarmado.

Entrevista de Nathan Bedford Forrest ao *Jornal de Cincinnati*, Ohio, 1868.

A leitura desse depoimento, feito por um membro da Ku Klux Klan, permite entender que essa organização tinha por objetivo:

- (a) assegurar os direitos políticos da população branca, pelo voto censitário, eliminando as possibilidades de participação dos negros nas eleições.
- (b) impedir a formação de ligas entre nortistas e negros, que propunham a reforma agrária nas terras do sul dos Estados Unidos.
- (c) unir os brancos para manter seus privilégios e evitar que os negros, com apoio dos nortistas, tivessem direitos garantidos pelo governo.
- (d) proteger os brancos das ameaças e massacres dos negros, que criavam empecilhos para o desenvolvimento econômico dos estados sulistas.
- (e) evitar confrontos com os nortistas, que protegiam os negros quando estes atacavam propriedades rurais dos sulistas brancos.

25 Ao final da Guerra de Secessão, a Constituição dos Estados Unidos sofreu a XIII Emenda, que aboliu a escravidão. Os brancos sulistas:

- (a) abatidos, emigraram em massa, para não conviver com os negros em condições de igualdade política e social.

- (b) inconformados com a concessão de direitos aos negros, desenvolveram a segregação racial e criaram sociedades secretas que os perseguiam.
- (c) arruinados, tiveram suas terras submetidas a uma reforma agrária e distribuídas aos ex-escravos.
- (d) desanimados, abandonaram a agricultura e voltaram para a indústria, a fim de se integrarem à prosperidade do Capitalismo do Norte.
- (e) recuperados, substituíram as plantações de algodão por café, contratando seus ex-escravos como assalariados.

26 Dentre os antagonismos políticos que levaram à Guerra Civil, está a:

- (a) manutenção, pela sociedade sulista, do regime de escravidão, o que impedia a ampliação do mercado interno para o escoamento da produção industrial nortista.
- (b) opção do Norte pela produção agrícola em larga escala voltada para o mercado externo, o que chocava com a concorrência sulista que tentava a mesma estratégia.
- (c) necessidade do Sul de conter a onda migratória da população nortista para seus territórios, o que ocorria em função da maior oferta de trabalho e da possibilidade do exercício da livre-iniciativa.
- (d) ameaça exercida pelos sulistas aos grandes latifundiários nortistas, o que se devia aos constantes movimentos em defesa da reforma agrária naquela região em que havia concentração da propriedade da terra.
- (e) adesão dos trabalhadores sulistas ao movimento trabalhista internacional, o que ameaçava a estabilidade das relações trabalhistas praticadas no Norte.

27 Fuvest Entre as mudanças ocorridas nos Estados Unidos, após a Guerra de Secessão (1861-1865), destacam-se:

- (a) a garantia de direitos civis e políticos aos negros, incluindo o direito ao sufrágio universal, e o reconhecimento da cidadania dos imigrantes recém-chegados.
- (b) a consolidação da unidade nacional, a chegada de novas levas de imigrantes, o aumento do mercado interno e um grande desenvolvimento industrial.
- (c) graves desentendimentos em relação às fronteiras com o México, levando a uma nova guerra, na qual os Estados Unidos ganharam metade do território mexicano.
- (d) o incentivo à vinda de imigrantes e a definitiva ocupação do Oeste, cujas fronteiras, em 1865, ainda estavam nas Montanhas Rochosas.
- (e) o empobrecimento e a humilhação do Sul, que, derrotado pelo Norte, foi alijado das esferas do poder federal e teve sua reconstrução impedida.

28 Fuvest *Pobre México! Tão longe de Deus e tão perto dos Estados Unidos!* Comente um caso de atuação dos Estados Unidos com relação ao México que dê razão a esse lamento irônico de um bispo mexicano.

29 Todas as alternativas contêm razões econômicas responsáveis pela eclosão da Guerra Civil americana, exceto:

- (a) A disputa entre as ideias protecionistas do Norte e o livre-cambismo proposto pelo Sul.
- (b) O aguçamento das contradições gerado pela conquista do Oeste, quando surgiram novos Estados.
- (c) O desequilíbrio da balança comercial americana provocado pela crise no sistema de transportes de mercadorias do Norte para o Sul.
- (d) O grande obstáculo à ampliação do mercado consumidor representado pela permanência da estrutura escravista.
- (e) Os profundos contrastes econômicos entre o norte industrial e o sul agroexportador.

30 No início do governo Abraham Lincoln, os Estados Unidos apresentavam-se divididos e, nas palavras desse presidente, o país era “uma casa dividida contra si mesma”, uma vez que:

- I. os sulistas, favoráveis ao sistema escravista, reagiram com hostilidade à eleição de um presidente contrário à expansão desse sistema.
- II. a secessão sulina era um rude golpe para o país, face ao caráter complementar das economias do Norte e do Sul.
- III. os Estados nortistas não abriram mão da política livre-cambista, condenada pelo Sul protecionista.
- IV. divididos internamente, os Estados Unidos não poderiam prosperar economicamente e enfrentar desafios externos.

Assinale se estão corretas apenas:

- (a) I e IV. (c) II e IV. (e) I, II e IV.
- (b) I e III. (d) I, II e III.

31 Unesp *A aristocracia sulista estava vinculada, em primeira instância, ao mercado mundial, ao estilo latino-americano; do trabalho de seus escravos provinha 80% do algodão utilizado nas tecelagens europeias. Quanto ao protecionismo industrial, o norte somou a abolição da escravatura; a contradição eclodiu com a guerra.*

Eduardo Galeano. *As veias abertas da América Latina*.

- a) Apresente o nome do conflito que marcou profundamente a história dos Estados Unidos no século XIX.
- b) Esclareça por que as questões protecionistas e livre-cambistas contribuíram para aumentar a discórdia entre nortistas e sulistas.

32 Observe o mapa a seguir.



Explique:

- que fatores contribuíram para a configuração territorial alcançada pelos Estados Unidos no século XIX?
- como foram realizadas as cessões de territórios mexicanos para os Estados Unidos?

33 A Doutrina Monroe tinha por objetivo:

- montar uma infraestrutura econômica nos países latino-americanos, assegurando o desenvolvimento industrial e a autodeterminação dos povos.
- implementar o papel dos Estados Unidos como nação guardiã da América, com o direito de intervir no continente americano.
- criar a Liga das Nações para medir conflitos e evitar futuros choques entre os países da América, assegurando à OEA o direito de intervir militarmente.
- barrar a penetração das ideias comunistas na América, reforçando a ligação dessas regiões com o Capitalismo, através da Aliança para o Progresso.
- consolidar a “Doutrina de Segurança Nacional” e apoiar militares nos governos dos países latino-americanos nas décadas de 1960 e 1970.

34 Sobre os Estados Unidos, durante o século XIX, pode-se corretamente afirmar que:

- a compra da Louisiana da Espanha e a anexação da Flórida foram os marcos iniciais da expansão.
- o reconhecimento da independência do Texas, em 1836, e sua expansão, em 1845, foram causas da Guerra Mexicana de (1846-1848).
- a aquisição do Oregon, em 1846, território inglês, implicou no estabelecimento definitivo da fronteira norte dos Estados Unidos/Canadá.
- a compra do Alasca, em 1867, implicou em um imediato impulso para a economia norte-americana, por causa das suas grandes jazidas petrolíferas.
- a anexação das ilhas havaianas, em 1896, resultou de uma revolta de comerciantes norte-americanos com apoio do governo dos Estados Unidos.
- a intervenção norte-americana na luta cubana pela independência da Espanha, em 1898, acabou transformando a ilha na primeira colônia dos Estados Unidos no Caribe.
- a Guerra Hispano-Americana, de 1898, deu aos Estados Unidos o controle sobre Porto Rico no Caribe, e sobre Guam e as Filipinas no Pacífico.

Soma =

TEXTOS COMPLEMENTARES

Caudilhismo

Termo de origem espanhola, empregado para designar regime político existente na maior parte dos países da América do Sul na primeira metade do século XIX e parte da segunda. O nome decorre das chefias que dividem o poder, geralmente de origem militar e provenientes, igualmente, da desmobilização dos exércitos ocorrida nas guerras de independência contra o domínio espanhol.

Os caudilhos, nome pelo qual essas lideranças são identificadas, eram pessoas não raro dotadas de pouca instrução, o que era compensado, porém, pela eficácia e pelo carisma com que conduziam seus comandados. O caudilhismo é exercido, a um só tempo, de maneira patriarcal e autoritária, refletindo-se na adesão ampla e incondicional dos liderados, homens e mulheres, sem qualquer programa político definido. O caudilhismo possui uma tendência inata a se transformar em ditadura e, a exemplo dos

tiranos gregos, procura estabelecer vinculações ou pactos com os Estados que praticam esse regime. O termo tem sido empregado na América Latina para indicar, também, lideranças regionais, sem que tenha, entretanto, qualquer aproximação sociológica com o coronelismo, uma das formas mais consistentes, em determinada época, do mandonismo regional brasileiro. Na Espanha, a ditadura franquista foi oficialmente institucionalizada como manifestação declarada de caudilhismo. Seu chefe, o general Franco (1892-1975), era abertamente chamado de caudilho.

Durante a guerra civil, que ensanguentou aquele país, o lema das forças antirrepublicanas era: “uma fé, uma pátria, um caudilho”. O termo caudilho foi também usado para identificar os conquistadores espanhóis do novo mundo, sem, neste caso, expressar o aprofundamento político e sociológico que tem modernamente.

Antonio Carlos do Amaral Azevedo. *Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos*. (Colaboração de Rodrigo Lacerda) 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 96.

A América pós-independência

[...] Ao ataque de lança ou golpes de facão, foram os expropriados os que realmente combateram, quando despontava o século XIX, contra o poder espanhol nos campos da América Latina. A independência não os recompensou: traiu as esperanças dos que tinham derramado seu sangue. Quando a paz chegou, com ela se reabriu uma época de cotidianas desditas. Os donos da terra e os

grandes mercadores aumentaram suas fortunas, enquanto se ampliava a pobreza das massas populares oprimidas. Ao mesmo tempo, e ao ritmo das intrigas dos novos donos da América Latina, os quatro vice-reinados do Império espanhol se quebraram em pedaços e múltiplos países nasceram como cacos da unidade nacional pulverizada. A ideia de “nação” que o patriciado latino-americano

engendrou parecia-se demasiado à imagem de um porto ativo, habitado pela clientela mercantil e financeira do Império britânico, com latifúndios e socavões à retaguarda. A legião de parasitas que recebera os comunicados da guerra de independência, dançando o minueto nos salões das cidades, brindava pela liberdade de comércio em taças de cristais britânicos.

Puseram na moda as mais altissonantes palavras de ordem da burguesia europeia: nossos países punham-se ao serviço dos industriais ingleses e dos pensadores franceses. Porém, qual “burguesia nacional” era a nossa, formada pelos donos de terras, os grandes traficantes, comerciantes e especuladores, os políticos de fraque e doutores sem raízes? A América Latina logo teve suas constituições burguesas muito envernizadas de Liberalismo, mas

não teve, em compensação, uma burguesia criadora, no estilo europeu ou norte-americano, que se propusesse à missão histórica do desenvolvimento de um Capitalismo nacional pujante.

As burguesias destas terras nasceram como simples instrumentos do Capitalismo internacional, prósperas peças da engrenagem mundial que sangrava as colônias e semicolônias. Os burgueses de vitrina, agiotas e comerciantes, que açambarcaram o poder político, não tinham o menor interesse em impulsionar a ascensão das manufaturas locais, já mortas ao nascer quando o livre-cambismo abriu as portas à avalanche de mercadorias britânicas.

Eduardo Galeano. *As veias abertas da América Latina*. 24 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987. p. 128-9.

O desencanto de um revolucionário

Durante vinte anos tive o poder e tirei umas poucas conclusões inquestionáveis: 1. A América é ingovernável por nós. 2. Quem serve à causa da revolução perde tempo. 3. A única coisa a fazer na América é emigrar. 4. Este país cairá infalivelmente nas mãos de um bando desenfreado de tiranos mesquinhos de todas as raças e cores,

que não merecem consideração. 5. Devorados por todos os crimes e aniquilados pela ferocidade, seremos desprezados pelos europeus. 6. Se fosse possível que parte do mundo voltasse ao caos primitivo, essa parte seria a América.

Simón Bolívar.

Discurso de Lincoln no campo de Gettysburg

Há 87 anos, os nossos pais deram origem neste continente a uma nova Nação, concebida na Liberdade e consagrada ao princípio de que todos os homens nascem iguais.

Encontramo-nos atualmente empenhados numa grande guerra civil, pondo à prova se essa Nação, ou qualquer outra Nação assim concebida e consagrada, poderá perdurar. Eis-nos num grande campo de batalha dessa guerra. Eis-nos reunidos para dedicar uma parte desse campo ao derradeiro repouso daqueles que, aqui, deram a sua vida para que essa Nação possa sobreviver. É perfeitamente conveniente e justo que o façamos.

Mas, numa visão mais ampla, não podemos dedicar, não podemos consagrar, não podemos santificar este local. Os valentes homens, vivos e mortos, que aqui combateram já o consagraram muito além do que nós jamais poderíamos acrescentar ou diminuir com os nossos fracos poderes.

O mundo muito pouco atentarà, e muito pouco recordará o que aqui dissermos, mas não poderá jamais esquecer o que eles aqui fizeram.

Cumpra-nos, antes, a nós, os vivos, dedicarmo-nos hoje à obra inacabada até este ponto tão insignemente adiantada pelos que aqui combateram. Antes, cumpra-nos a nós, os presentes, dedicarmo-nos à importante tarefa que temos pela frente – que estes mortos veneráveis nos inspirem maior devoção à causa pela qual deram a última medida transbordante de devoção – que todos nós aqui presentes solenemente admitamos que esses homens não morreram em vão, que esta Nação com a graça de Deus venha gerar uma nova Liberdade, e que o governo do povo, pelo povo e para o povo jamais desaparecerá da face da terra.

Abraham Lincoln. *The Gettysburg Address*.

Imigração, expansão e contradições entre o norte e o sul dos Estados Unidos

[...] o número de imigrantes dos Estados Unidos se elevou de 152 mil em 1820-1830, para 559 mil em 1831-1840, para 1,713 milhão em 1841-1850 e para 2,598 milhões em 1851-1860; manteve-se ao redor deste nível nas duas décadas seguintes, mas alcançou 5,247 milhões em 1881-1890 e 8,975 milhões em 1901-1910. [...] A grande maioria dos imigrantes europeus era constituída por artesãos empobrecidos, camponeses arrancados de suas terras ou operários desempregados. Gente, portanto, sem recursos, que frequentemente já chegava a Nova York devendo as despesas da viagem e tinha, portanto, urgência de encontrar trabalho assalariado para pagar suas dívidas e amearhar o suficiente para prosseguir viagem para o Oeste.

Graças ao baixo custo dos alimentos (provenientes das fértilíssimas terras do Oeste) e à relativa escassez de mão de obra, os salários eram bem mais altos do que na Europa. Thomas Mooney, um viajante irlandês, relatava em 1850: “O menor salário nos Estados Unidos por um dia de trabalho de um operário não qualificado é setenta centavos [...] e você pode obter alimentação, alojamento e roupa limpa de bom nível por dois dólares e meio por semana. [...] você pode, tão logo entre num emprego regular, economizar o preço de um acre e meio do melhor solo do mundo cada semana e, em menos de um ano, você terá bastante dinheiro para ir ao Oeste e formar uma fazenda de oitenta acres que será sua para sempre” (citado em Faulkner, 1928. pp. 131-2).

Mas quando a imigração alcançou o nível de mais de 200 mil por ano (e o apoio do Oeste à União na Guerra Civil era crucial), foi aprovado, em 1862, o *Homestead Act*, que assegurava a cada colonizador 160 acres livres de qualquer despesa, desde que pudesse provar que residia nela por 5 anos ao menos.

Possivelmente, o volume de imigrantes era já suficiente para que o capital industrial do Leste pudesse abrir mão do ano de trabalho assalariado necessário, até aquele momento, para amealhar

o capital necessário para a compra da terra, de acordo com a estimativa de Mooney.

Desta maneira, formou-se ao mesmo tempo, um campesinato livre no Oeste e um proletariado urbano no Leste dos Estados Unidos. Mas como ambas as classes provinham da imigração europeia, é claro que sua formação resultava da decomposição do artesanato e do campesinato pela Revolução Industrial no Velho Continente.

Paul Singer. *A formação da classe operária*. São Paulo: Atual, 1985. p. 36-7.

RESUMINDO

A evolução do continente americano, ao longo do século XIX, apresentou duas realidades totalmente distintas, cuja diferenciação é decisiva para a compreensão dos destinos dos vários países que surgiram após o processo de independência.

De um lado, as nações da antiga América Ibérica que, incluindo o Brasil, não tiveram nos seus processos de independência um projeto de superação do passado colonial. Mesmo propostas revolucionárias e distantes da característica comum a esses movimentos, como foi o caso da independência do Haiti, esbarraram na incapacidade de superar o passado colonial. Nem sequer a perspectiva traçada por Simón Bolívar, de buscar uma unidade entre as jovens nações da América espanhola, foi capaz de reverter a tendência natural a esses movimentos: a de basicamente reproduzir a dominação das velhas elites coloniais, agora em um espaço mais amplo enquanto Estados independentes.

Por outro lado, os Estados Unidos apresentaram uma perspectiva muito mais capitalista, criando condições para um desenvolvimento interno em um plano impensável para os países da América Ibérica. É significativo e emblemático que, no mesmo ano em que foi aprovado o *Homestead Act* nos Estados Unidos, tenha sido aprovada a Lei de Terras no Brasil. Ambas as leis dão conta das diferenças de postura entre as várias elites. Se, por um lado, os Estados Unidos buscaram criar condições para a expansão interna, o Brasil, por sua vez, criava mecanismos capazes de perpetuar o domínio das velhas elites e excluir eventuais setores emergentes, como ex-escravos e imigrantes.

Nos Estados Unidos, a Guerra de Secessão representou a consolidação desse processo de expansão capitalista. Mais que uma guerra entre Norte e Sul, a guerra civil foi o resultado de um confronto entre o modelo capitalista que se desenvolvia e os resquícios do passado colonial que permanecia vivo na América do Sul.

■ QUER SABER MAIS?



FILMES

■ *E o Vento Levou*. Direção de Victor Fleming. MGM, 1939. 241 min. Colorido, legendado.

■ *Amistad*. Direção de Steven Spielberg. Dreamworks, 1997. 155 min. Colorido, legendado.

Exercícios complementares

1 Uerj 2009 O mapa político apresentado ao lado demonstra a fragmentação ocorrida na América colonial espanhola, a partir dos movimentos de independência. Esse processo resultou não só de fatores internos, mas também de fatores externos às colônias, como a tentativa de restauração levada a cabo pela Santa Aliança, utilizando como regra básica o princípio de legitimidade enunciado no Congresso de Viena (1814-1815).

Cite duas consequências políticas ou territoriais para a Europa pós-napoleônica da utilização do princípio de legitimidade. Em seguida, explique a influência desse princípio nas lutas pela independência das colônias espanholas na América.



2 Uerj 2007 *Veja, se eu sair à rua e disser ao primeiro homem que encontrar “siga-me”, ele me seguirá.*

Juan Facundo Quiroga.

A frase, do general e político argentino do século XIX, traduz muito bem o caráter do caudilhismo, que marcou a vida política das ex-colônias espanholas na América após os processos de emancipação.

Estabeleça a relação existente entre o fracionamento político-territorial das colônias espanholas na América após suas independências e o surgimento do caudilhismo. Em seguida, indique um fator econômico ou social que explique a constituição desse fenômeno na região.

3 Ibmecc-SP 2009 A expansão napoleônica no século XIX influenciou decisivamente vários acontecimentos históricos no período. Dentre esses acontecimentos, podemos destacar:

- a Independência dos Estados Unidos. Com a atenção da Inglaterra voltada para as batalhas com a Marinha napoleônica, os colonos americanos declararam sua independência, vencendo rapidamente os ingleses.
- a formação da Santa Aliança, um pacto militar entre Áustria, Prússia, Inglaterra e Rússia que evitou a eclosão de movimentos revolucionários na Europa e impediu a independência das colônias espanholas e inglesas na América.
- a Independência do Brasil. Com a ocupação de Portugal pelas tropas napoleônicas, houve um enfraquecimento da Monarquia portuguesa que culminou com as lutas pela independência e o rompimento de d. Pedro I com Portugal.
- a Independência das colônias espanholas. Em 1808, a Espanha foi ocupada pelas tropas napoleônicas ao mesmo tempo em que se difundiam os ideais liberais da Revolução Francesa que inspirou as lutas pela independência.
- o Congresso de Viena. A França de Napoleão assinou um pacto com a Áustria, Inglaterra e Rússia, cujo objetivo maior era estabelecer uma trégua e reorganizar todo o mapa europeu.

4 FGV 2009 Na Carta da Jamaica, de 1815, [Simón Bolívar] escreveu:

Eu desejo, mais do que qualquer outro, ver formar-se na América a maior nação do mundo, menos por sua extensão e riquezas do que pela liberdade e glória.

Flavio de Campos e Renan Garcia Miranda. *Oficina de História – história integrada.*

A intenção de uma América hispânica independente e formando um único país, entre outros motivos, não prevaleceu em razão:

- de um acordo entre franceses e ingleses, assinado no Congresso de Viena.
- do interesse espanhol em enfraquecer o poderoso vice-reinado da Nova Granada.
- dos fortes e decisivos interesses ingleses, norte-americanos e das próprias elites locais da América.
- da deliberada ação do Brasil, preocupado com a formação de um poderoso Estado na América.
- das tensões entre as elites do México e Peru, que disputavam a hegemonia sobre a América.

5 Ibmecc-RJ 2009 (Adapt.) Ao longo do século XIX, as colônias espanholas obtiveram as suas independências, resultado, principalmente:

- do apoio decisivo, inclusive militar, que receberam da França.
- da aliança entre *criollos* e *chapetones*, fundamental para enfrentar a resistência espanhola.
- da manutenção da escravidão, eliminando um fator de apoio à política espanhola no continente.
- do apoio da Igreja, descontente com a adesão espanhola ao movimento reformista.
- da insatisfação geral causada, especialmente junto à elite, pela manutenção do Pacto Colonial.

6 PUC-SP 2009 As independências políticas na América assumiram diversas formas. Sobre elas, é possível afirmar que a:

- do Haiti, em 1804, foi a única que contou com participação escrava e levou à abolição da escravidão e à organização de um governo de colaboração entre os negros haitianos e os ex-colonizadores franceses.
- de Cuba, em 1898, foi a última dentre as posses coloniais da Espanha na América e levou à anexação da ilha caribenha ao território dos Estados Unidos, com quem Cuba já comercializava desde o início de sua colonização.
- dos Estados Unidos, em 1776, foi a primeira emancipação nas Américas e levou à adoção de um modelo federalista que reconhecia as diferenças políticas e econômicas entre as ex-colônias do sul e do norte do litoral atlântico.
- da Argentina, em 1816, foi a responsável pela fragmentação política do antigo vice-reino do Rio da Prata e levou à libertação imediata das terras do Chile até o México e à expulsão da Espanha do continente americano.
- do Brasil, em 1822, foi a única que contou com a aceitação imediata do colonizador e levou à adoção de uma Monarquia que unificava os reinos de Portugal e do Brasil sob uma mesma base constitucional.

7 Unicamp *A guerra civil americana afetou diretamente a indústria têxtil inglesa. A carência de matéria-prima levou a Inglaterra a incentivar o cultivo do algodão em várias partes do mundo. Em 1861, chegaram remessas de sementes de algodão a São Paulo, distribuídas pela Associação para Suprimento do Algodão de Manchester. Em 1863, foram enviados os primeiros sacos produzidos nas terras do coronel Manoel Lopes de Oliveira. Os relatórios confirmaram a boa qualidade do algodão paulista.*

Alice Canabrava. *O algodão em São Paulo – 1861-75.* São Paulo, T.A. Queiroz Editor, 1984. p. 3-11. (Adapt.).

- Explique por que se pode considerar a guerra civil americana uma experiência decisiva para o Capitalismo nos Estados Unidos.
- A partir do texto, quais os vínculos entre a agricultura paulista e a indústria inglesa?

8 Fuvest De puramente defensiva, tal qual era, em sua origem, a Doutrina Monroe, graças à extensão do poder norte-americano e às transformações sucessivas do espírito nacional, converteu-se em verdadeira arma de combate sob a liderança de Teodoro Roosevelt. Barral-Montferrat, 1909.

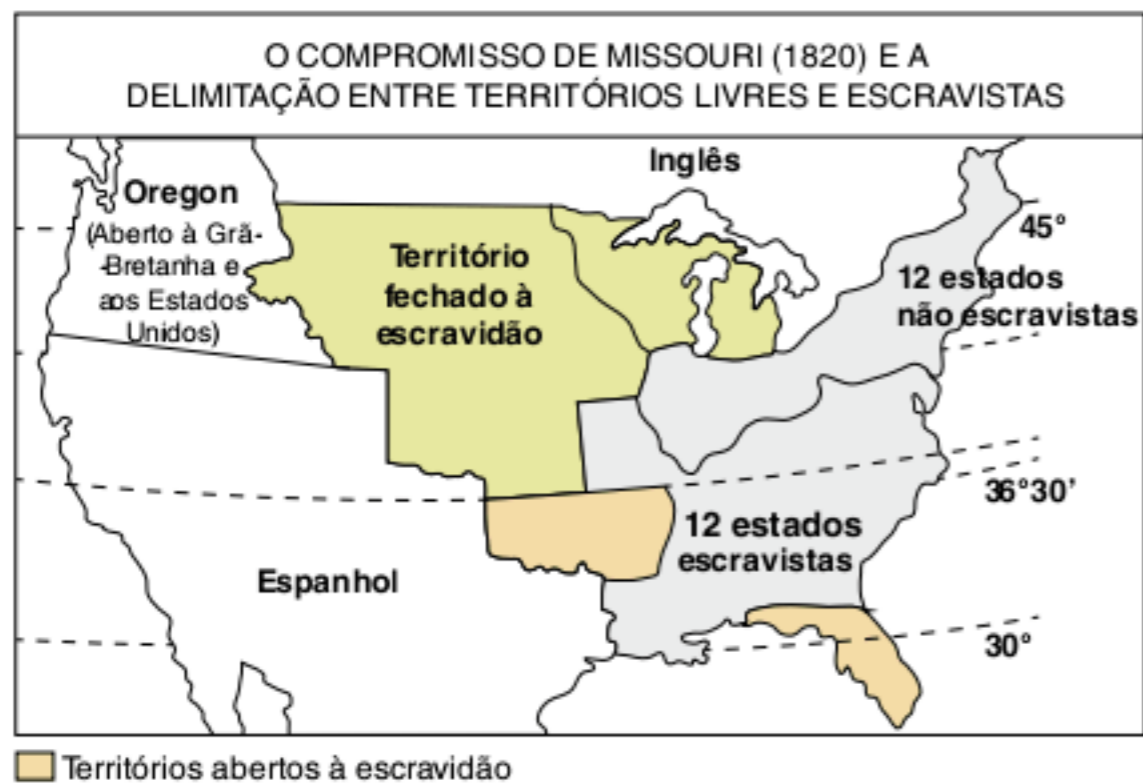
- Qual a proposta da Doutrina Monroe?
- Explique a razão pela qual a doutrina se “converteu em arma de combate sob a liderança de Teodoro Roosevelt”. Exemplifique.

9 Unicamp 2009 Nos Estados Unidos da década de 1870, o projeto político sulista de excluir os negros venceu. Os Republicanos Radicais ficaram isolados em sua defesa dos negros e tiveram que enfrentar a oposição violenta do terrorismo branco no sul. A Ku Klux Klan, formada por veteranos do exército confederado, virou uma organização de terroristas, perseguindo os negros e seus aliados com incêndios, surras e linchamentos. A depressão de 1873 apressou o declínio dos Republicanos Radicais, que sentiram a falta do apoio financeiro dos bancos. Para o público, a corrupção tolerada pelos Republicanos Radicais agora parecia um desperdício inaceitável.

Peter Louis Eisenberg. *Guerra Civil Americana*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 102-105. (Adapt.).

- De acordo com o texto, aponte dois fatores que levaram à vitória do projeto de exclusão dos negros no sul dos Estados Unidos após a Guerra de Secessão.
- Quais foram as causas da Guerra de Secessão?

10 Uerj



L. Koshiha & D. M. F. Pereira. *Américas: uma introdução histórica*. São Paulo: Atual, 1992.

O motivo que levou à assinatura do compromisso de Missouri, apresentado graficamente acima, está expresso em:

- controle do apoio do Norte capitalista à luta abolicionista no Sul.
- defesa dos territórios escravocratas diante do expansionismo capitalista do Norte.
- ampliação do comércio entre o Norte manufatureiro e o Sul produtor de matérias-primas.
- manutenção do equilíbrio de poder entre representantes congressistas escravistas e não escravistas.

11 UFMG Leia este trecho de documento.

Odeio-a porque impede a nossa República de influenciar o mundo pelo exemplo da liberdade; oferece possibilidade aos inimigos das instituições livres de taxar-nos, com razão, de hipocrisia e faz com que os verdadeiros amigos da liberdade nos olhem com desconfiança. Mas, sobretudo, porque obriga tantos entre nós, realmente bons, a uma guerra aberta contra os princípios da liberdade civil.

Discurso de Abraham Lincoln, em 1859.

Nesse trecho de discurso, Abraham Lincoln, que seria eleito presidente dos Estados Unidos no ano seguinte, faz referência:

- à política de segregação racial existente nos estados do sul dos Estados Unidos, que gerou a formação de organismos voltados ao extermínio dos negros, à destruição de suas propriedades e a atentados constantes contra suas comunidades.
- à posição dos estados do Sul de defesa intransigente de tarifas protecionistas, o que levava os Estados Unidos a comprometerem a crença na liberdade de mercado, numa conjuntura de predomínio do Capitalismo liberal.
- à questão da escravidão, que levou a uma guerra civil, nos Estados Unidos, entre o Norte, industrializado, e o Sul, que lutava para preservar a mão de obra escrava nas suas plantações de produtos para a exportação.
- à defesa, pelos imigrantes, do extermínio dos índios nas terras conquistadas a oeste, especialmente após a edição do *Homestead Act*, visando ao desenvolvimento da agricultura e da pecuária naquelas áreas.

12 UFV Os Estados Confederados podem adquirir novo território. [...] Em todos esses territórios, a instituição da escravidão negra, tal como ora existe nos Estados Confederados, será reconhecida e protegida pelo Congresso e pelo governo territorial; e os habitantes dos vários Estados Confederados e Territórios terão o direito de levar para esse território quaisquer escravos legalmente possuídos por eles em quaisquer Estados ou Territórios dos Estados Confederados [...].

EUA (1861). *Constituição dos Estados Confederados da América*. Art. IV, seção 3, 1861.

O texto reflete um dos pontos centrais de discórdia que geraram a Guerra Civil Americana. Esta guerra civil foi o resultado:

- da ação imperialista americana que, a partir da Doutrina Monroe, passou a intervir na América Latina.
- da luta entre os colonos e a Metrópole Inglesa, o que redundaria na independência dos Estados Unidos.
- da Grande Depressão, intensificando a pobreza e o desemprego nas grandes cidades americanas.
- da luta pelos direitos civis, particularmente dos negros, forçando uma reinterpretação da Constituição Americana.
- da oposição dos interesses dos Estados do Sul e do Norte em torno da questão da escravidão e da expansão para o Oeste.

Ideias e movimentos sociais e políticos no século XIX

8

FRENTE 2



André Adolphe Eugène Disderi. *Barricades devant la Madeleine* (Barricadas em frente a Madeleine), 1871. Fotografia. O enfrentamento entre proletariado e a burguesia em um dos seus momentos mais agudos no século XIX, a Comuna de Paris.

“O século XIX é o grande século da burguesia”. Essa afirmação tem sido largamente repetida pelos historiadores que procuram traçar a evolução do Capitalismo e que veem nesse período o momento fundamental de consolidação da atividade industrial, do poder político burguês e no qual esta classe expandiu o Capitalismo para áreas até então distantes dos centros fundamentais de interesse econômico, forjando o mundo todo à sua imagem.

Paralelamente a isso, a própria consolidação do Capitalismo trouxe, como contrapartida, a consolidação do proletariado urbano enquanto classe social. Assim, ao mesmo tempo em que se verifica a supremacia burguesa, temos também a ação política do proletariado ganhando um peso cada vez maior.

Por isso, ao analisarmos o século XIX, partindo da ordem estabelecida no Congresso de Viena até os primeiros anos do século XX, quando eclodiu a Primeira Guerra Mundial, há a clara necessidade de ampliarmos nossa ótica para além dos interesses e ações de uma classe que estava se firmando. Nenhuma análise do período poderá ser feita desprezando-se a divisão social vigente na época (burgueses e proletários), tanto no plano das ações efetivas quanto das ideias políticas presentes no período.

O pensamento social e político ligado à burguesia: o Liberalismo

O pensamento liberal foi consolidado no final do século XVII, quando ocorreu na Inglaterra a Revolução Gloriosa, e ganhou no século XVIII um corpo definido e de importância capital como grande vertente política e econômica do Iluminismo. Esse mesmo pensamento assumiu no século XIX uma configuração mais sólida, **erigindo-se** como base essencial do pensamento burguês.

É interessante notar que a experiência prática da luta da burguesia surgiu com a Revolução Francesa e teve o efeito de **depurar** o pensamento liberal. Nesse processo, sedimentou as ideias como expressão única dos interesses burgueses e eliminou habilmente os elementos do Liberalismo que pudessem constituir espaços para reivindicações de caráter popular.

Dessa forma, as ideias de liberdade econômica e defesa intransigente da propriedade privada assumem um lugar central no ideário liberal do século XIX. Mais que isso, o princípio da igualdade social é agora relativizado, limitando-se ao princípio da igualdade jurídica de nascimento, ou seja, eliminando os privilégios definidos pelo nascimento, típicos do Antigo Regime. Tem início a edificação de uma sociedade estratificada a partir do grau de riqueza, inclusive no que se refere aos direitos de participação política. Não nos esqueçamos que em todos os modelos de Estado criados a partir de revoluções liberais instituiu-se o voto censitário.

Da mesma forma, *A Riqueza das Nações*, obra de Adam Smith (1723-1790), passa a ser a grande referência do pensamento burguês, na medida em que defende a plena liberdade econômica e a não intervenção do Estado na economia, elementos claramente consoantes com o primado do caráter inviolável da propriedade. Paralelamente a isso, a chamada Escola Clássica da economia conheceu ao longo do século outros teóricos de peso com formulações igualmente interessantes.

Thomas Malthus (1766-1834), em sua obra *Ensaio sobre a população*, traçou uma visão na qual o progresso não seria tão ilimitado quanto previam as ufanistas formulações liberais. Para ele, a natureza impunha limites ao progresso, porque enquanto a população crescia em progressão geométrica, a produção de alimentos aumentaria em progressão aritmética. Portanto, Malthus entendia que era preciso controlar a natalidade e limitar o assistencialismo aos menos desfavorecidos, para evitar o crescimento populacional e o conseqüente aumento da miséria.



Fig. 1 Thomas Malthus: suas concepções apresentam a visão mais pessimista sobre o futuro reservado ao Capitalismo e às camadas mais pobres da população.

David Ricardo (1772-1823), na obra *Princípios da Economia Política*, desenvolveu a teoria do trabalho como fonte de valor, argumentando que o preço da força de trabalho seria equivalente ao mínimo necessário à subsistência do operário. Firmava-se assim um pensamento de que o lucro capitalista seria diretamente proporcional ao nível de exploração imposto sobre os trabalhadores, o que contribuiu para o agravamento das condições de vida daquela classe. Convém lembrar que a teoria do **valor trabalho** é um dos pontos de partida para a análise de Marx a respeito dos mecanismos de acumulação capitalista e de sua conclusão da **irreformabilidade** do Capitalismo, como veremos no item a seguir.

O pensamento social e político ligado ao proletariado Os socialismos utópicos

A profunda miséria e a exploração da classe trabalhadora motivaram o surgimento de uma série de concepções e teorias que buscavam amenizar essas condições. Entretanto, em um primeiro momento, essas teorias careciam de uma base teórica mais sólida, constituindo-se essencialmente em propostas motivadas pela angústia que a condição dos trabalhadores provocava, sem um compromisso maior com sua aplicabilidade. Além disso, os chamados socialistas utópicos jamais conseguiram um total desatrelamento dos princípios liberais. Pensavam ser possível estabelecer um compromisso entre as classes sociais antagônicas, a burguesia e o proletariado, que minimizasse a exploração econômica dentro do Capitalismo. Atacavam a grande propriedade, mas muitas vezes louvavam a pequena. Na verdade, elaboraram modelos idealizados, repletos de ideias românticas, o que justifica sua denominação.

Saint-Simon (1760-1825), um dos principais expoentes dessa forma de pensamento, propunha uma sociedade sem ociosos, com a exclusão de militares, clero e nobreza. Em sua obra *Cartas de um habitante de Genebra*, propôs seu modelo de sociedade ideal, na qual as três classes vislumbradas por ele (os sábios, os proprietários e os sem-posses) seriam governados por um conselho de sábios e artistas.

Charles Fourier (1772-1837) imaginava a sociedade organizada em fazendas agroindustriais coletivas, chamadas **falanstérios**, utilizando um sistema que excluía as diferenças entre os cidadãos. Nos falanstérios, os meios de produção eram de propriedade coletiva e os indivíduos tinham amplas liberdades.

Robert Owen (1771-1858) buscou a criação de uma comunidade ideal, com absoluta igualdade. Na Escócia, aplicou uma série de transformações em uma grande corporação fabril da qual era proprietário. Reduziu para dez horas diárias a jornada de trabalho, instituiu um fundo de pensão para os trabalhadores, criou escolas, creches e centros de lazer. Até então, essas medidas eram impensáveis nas relações trabalhistas. Chegou a

Erigir

Fundar, constituir.

Depurar

Aprimorar.

Irreformabilidade

Impossibilidade de se efetuar algum tipo de reforma.

residir alguns anos nos Estados Unidos, onde formou a comunidade de *New Harmony*. Lá, não havia dinheiro: as pessoas recebiam vales correspondentes às horas trabalhadas, trocando-os por bens produzidos no próprio local. Suas cooperativas acabaram falindo e, no final da vida, ele trabalhou exaustivamente pela organização dos sindicatos ingleses (*trade unions*).



Fig. 2 F. Bate. *New Harmony*, 1838. Gravura.

É interessante notar que a trajetória de Owen, incluindo sua falência, comprova a inviabilidade dessas concepções. O exemplo de *New Harmony* serviu também como argumento para demonstrar a natureza irreformável do Capitalismo e, por fim, como fato de que a luta operária, conquanto partisse de necessidades econômicas, necessariamente acabaria levando a uma luta política contra as próprias bases capitalistas.

Marx e Engels e o Socialismo científico

O Socialismo marxista classifica-se como Socialismo científico visto que, pela primeira vez, partiu-se de uma análise científica do Capitalismo e de uma visão metodológica da história para se chegar a uma conclusão acerca dos rumos e dos mecanismos da luta operária.

Seu maior teórico foi Karl Marx (1818-1883), que contou em muitas obras com a colaboração de Friedrich Engels (1820-1895). Suas obras mais significativas foram *O Manifesto do Partido Comunista* (1848) e *O Capital* (1867), que revolucionou a teoria econômica e as demais ciências sociais, fundamentando sua teoria na análise histórica das sociedades humanas.

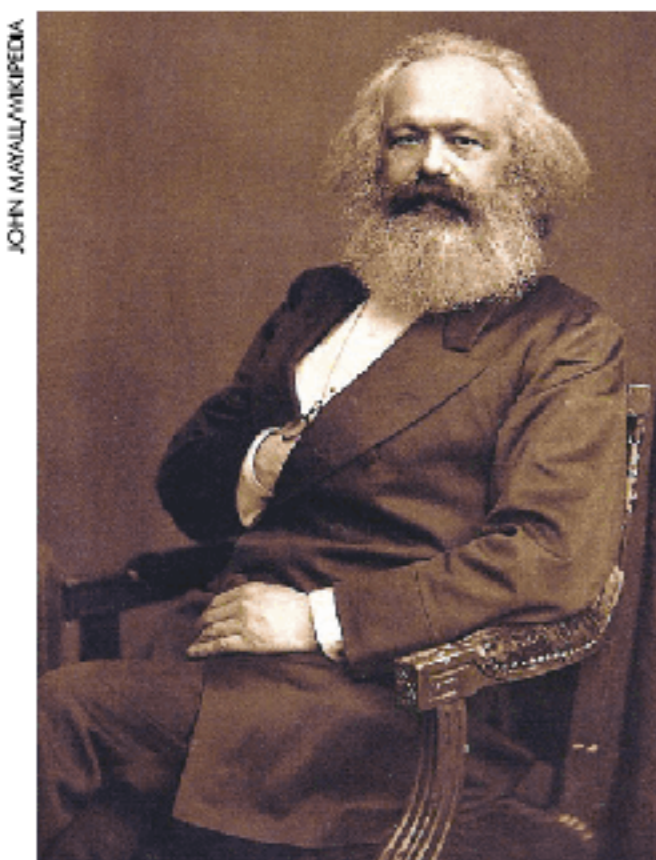


Fig. 3 Karl Marx.

Para Marx, a história da humanidade nada mais é do que a história da luta de classes. Dessa forma, cabe aos oprimidos, na luta pela melhoria das condições materiais de existência ao longo do tempo, o papel de agente transformador. A luta de classes seria, portanto, o motor da história. Por isso, Marx conclui que as condições econômicas chamadas de infraestruturas passam a ser os elementos determinantes da feição de cada sociedade, que as projetam na política, ideologia e cultura (as chamadas superestruturas). Ao atribuir o papel determinante na estrutura da sociedade aos elementos econômicos, à produção da riqueza material e à apropriação dessa riqueza, Marx passa a ser considerado o fundador do materialismo histórico.

A luta de classes no Capitalismo manifesta-se no conflito entre burguesia e proletariado. Cabe, portanto, uma análise acerca dos rumos dessa luta, o que exige uma visão clara sobre os mecanismos fundamentais que embasam o sistema capitalista.

A análise detalhada e minuciosa levou Marx à conclusão de que a essência do lucro capital está no que ele chamou de **mais-valia**: a diferença em valor entre a mercadoria que o trabalho do operário cria e a remuneração efetivamente obtida. A partir daí, retira-se o excedente econômico do capitalismo. É exatamente esse excesso que constitui a apropriação do empresário, necessária para a extração do lucro e para a própria reprodução do sistema.

Assim, conclui-se que a sobrevivência do Capitalismo está diretamente condicionada ao grau de exploração sobre a massa trabalhadora. Essa constatação é suficiente para que se comprove sua natureza irreformável e para a conclusão de que a luta operária necessariamente aponta para a derrubada do sistema e não para a sua humanização ou a redução do grau de exploração.

O triunfo do proletariado, com a superação do Capitalismo e a instalação de uma sociedade sem classes seriam, portanto, as ações necessárias para o estabelecimento de uma sociedade sem exploração. Esses objetivos seriam alcançados por meio da união do proletariado e de sua organização política para a deflagração de uma revolução socialista. Em um primeiro momento, haveria a socialização dos meios de produção e o controle do Estado pela ditadura do proletariado. Em uma etapa seguinte, seria instalado o Comunismo, no qual todas as desigualdades econômicas e sociais desapareceriam, inclusive o Estado. A sociedade comunista seria baseada no princípio: “De cada um segundo sua capacidade e a cada um segundo suas necessidades”.

O Anarquismo

Outra formulação teórica que surgiu no século XIX para libertar o operariado da exploração capitalista foi o Anarquismo, também conhecido como Comunismo libertário. Seu primeiro teórico foi Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865), que considerava a propriedade um roubo e sustentava sua abolição. Proudhon defendia a formação de cooperativas de trabalhadores baseadas na autogestão dos recursos e também postulava a destruição do Estado, símbolo da opressão e das desigualdades sociais. Esse dismantelamento seria, em sua visão, o único meio de se alcançar uma sociedade de completa liberdade e de perfeita igualdade.

Mikhail Bakunin (1814-1876), partindo das ideias de Proudhon, formulou a teoria do *anarquismo terrorista*, segundo a qual, para se destruir o Estado, era necessário atingir seus representantes (fossem eles reis, imperadores ou presidentes) por meio de atentados e assassinatos políticos.

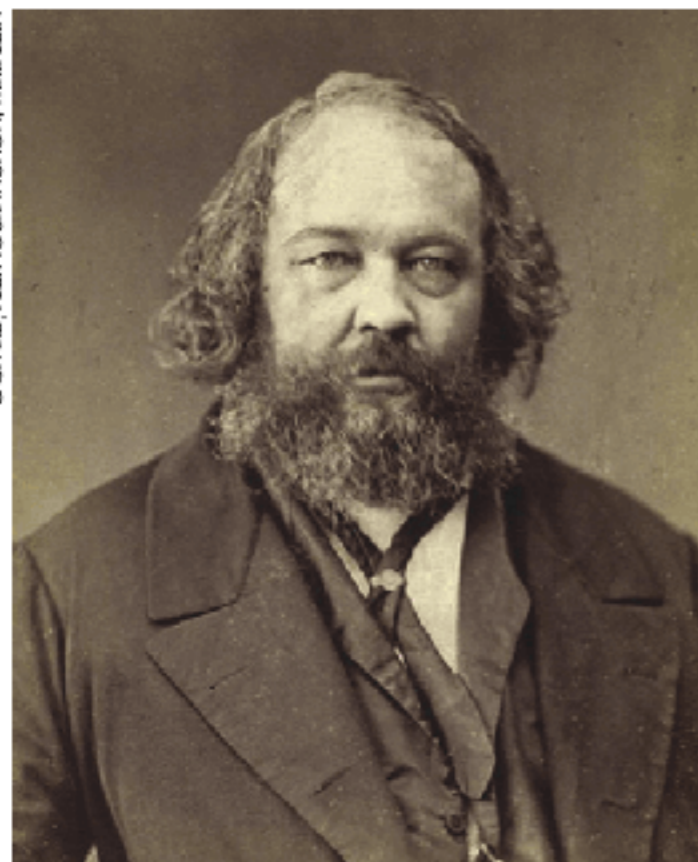


Fig. 4 Mikhail Bakunin.

Embora o caráter essencialmente individual do Anarquismo praticamente o impedia de criar associações ou partidos estruturados, houve a tentativa de controlar o movimento sindical por uma corrente chamada anarco-sindicalismo. Ativa especialmente na Espanha e na Itália, ela estava empenhada na sabotagem industrial e na deflagração de greves, procurando condições para desencadear a tão almejada greve geral.

Convém lembrar que os anarquistas, ou mais especificamente os anarco-sindicalistas, constituíram-se na primeira corrente ideológica do movimento operário no Brasil. Isso se explica pelo fato de que, em grande parte, o operariado urbano brasileiro originou-se com imigrantes italianos. É somente a partir da década de 1910 que o Socialismo e o Comunismo começaram a ganhar um espaço maior nas lutas e organizações operárias no Brasil.

A doutrina social da Igreja: o "Socialismo cristão"

A grande mobilização operária da segunda metade do século XIX, com greves e agitações generalizadas, levou a Igreja a posicionar-se oficialmente em relação aos problemas sociais trazidos pela industrialização.

Em 1891, o papa Leão XIII, na **encíclica** *Rerum Novarum* (Sobre as coisas novas), reafirmou a validade da religião como instrumento para promover a justiça social e apelou para o espírito cristão dos capitalistas, advertindo-os de respeitarem a dignidade de seus operários. Ao mesmo tempo, atacou duramente o Socialismo marxista, especialmente a doutrina da luta de classes.

O movimento operário

O movimento operário é quase tão antigo quanto a industrialização. Já pouco após o surgimento das primeiras máquinas, as reações aos efeitos da entrada da indústria na sociedade começavam a surgir. Uma das respostas foi o **Ludismo**, que consistia em grupos de trabalhadores, não necessariamente

operários industriais, mas também artesãos, conduzidos à miséria pela industrialização que percorriam os vários condados ingleses quebrando as máquinas que encontravam. Evidentemente, tratava-se de uma reação ainda iniciante, extenuando um nível baixo de consciência dos trabalhadores.

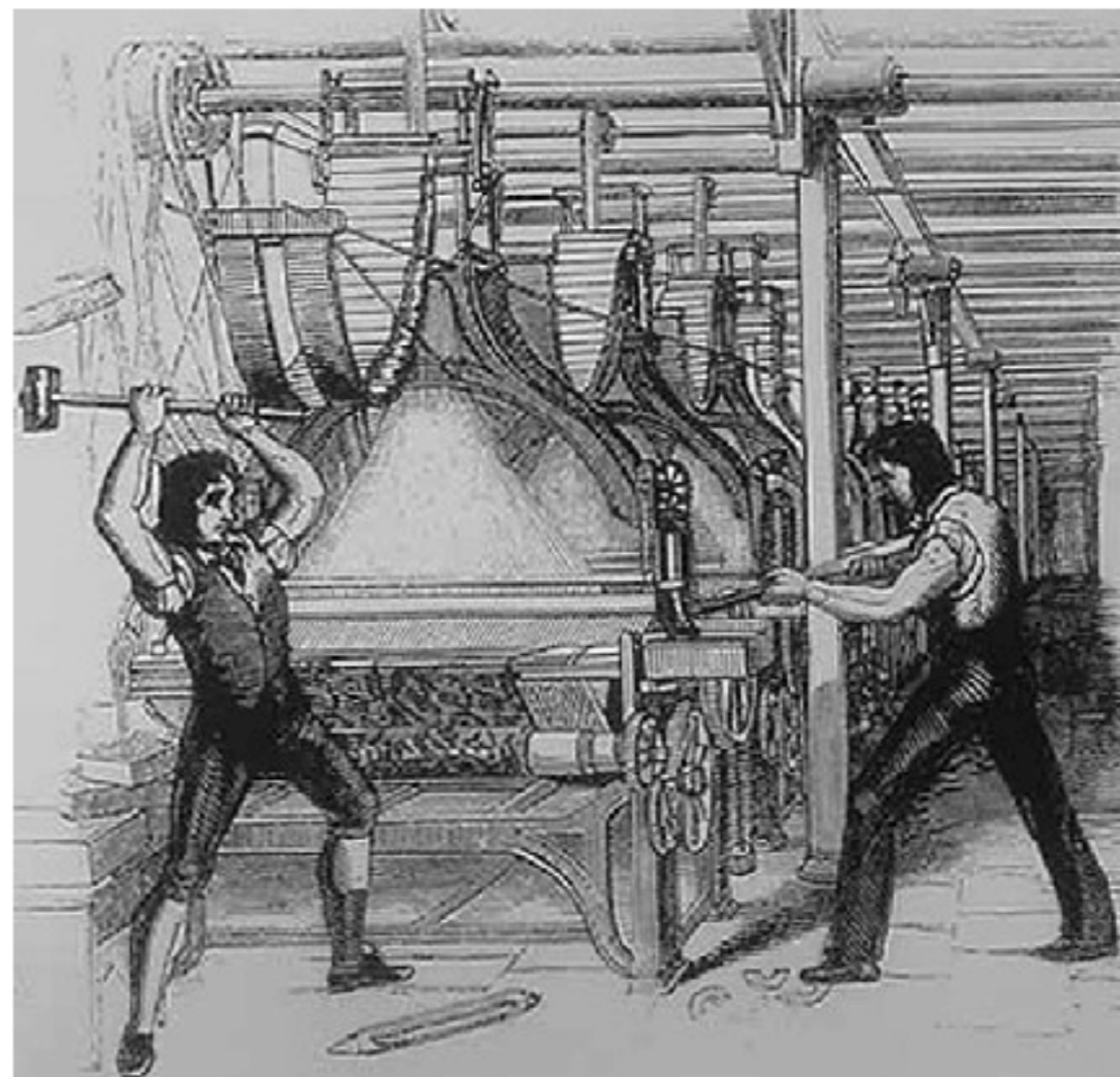


Fig. 5 Gravura mostra dois ludistas destruindo maquinário em uma fábrica.

É só a partir do início do século XIX que o movimento operário vai apresentar um salto no nível de organização e consciência. As greves começaram a surgir com mais intensidade, ao mesmo tempo em que o proletariado industrial buscava formas eficientes de organização. Paralelamente a isso, várias concepções teóricas buscavam dar aos trabalhadores uma base para sua luta.

Assim, tivemos já ao final dos anos 1820 o crescimento de um amplo movimento reivindicatório na Inglaterra, que gerou o chamado Cartismo. Suas origens remontam ao ano 1819, quando uma ampla mobilização operária exigia a concessão do voto universal. Em um primeiro momento, a reivindicação contava com o apoio de setores médios urbanos, camadas da população também excluídas da participação política pelos critérios censitários da época. A luta operária obrigou o Parlamento a aprovar uma reforma que reduzia o censo eleitoral (a renda exigida para que o cidadão tivesse direitos políticos) e ampliava o número de deputados.

Entretanto, essa redução do censo pouco beneficiava os trabalhadores que, continuando sua luta, fundaram em 1836 a Associação dos Operários. Em 1837, a entidade elaborou a Carta ao Povo, contendo seis reivindicações fundamentais: voto universal, equiparação na representatividade dos vários distritos eleitorais, fim do critério de renda para a definição de quaisquer direitos, eleições anuais para o Parlamento, voto secreto e pagamento de salários aos parlamentares eleitos.

Encíclica

Carta circular do papa abordando algum tema da doutrina católica.



Fig. 6 Conflito em Londres durante o movimento cartista.

Embora duramente reprimido, o Cartismo foi responsável por uma série de conquistas, como a lei de proteção ao trabalho infantil, a reforma do Código Penal, a liberdade de organização política e a regulamentação da jornada de trabalho para 10 horas, obtida em 1847.

Paralelamente à luta do operariado inglês, várias outras lutas desencadeavam-se em toda a Europa, notadamente ao longo das décadas de 1830 e 1840. A própria Revolução de 1848 na França foi diretamente marcada pela ação dos trabalhadores. No entanto, a derrota dos operários franceses causou uma profunda frustração para os líderes socialistas europeus. Por outro lado, o ano 1848 assinalava um dado importante: a tentativa de organização e unificação de várias correntes operárias, dando origem à Liga dos Comunistas. Um aspecto relevante é que a fundação da Liga assinala também um salto teórico no movimento. Afinal, o Manifesto do Partido Comunista, documento que tem a essência do pensamento marxista, foi redigido como o programa da Liga.

Foi a partir de então que se passou a observar uma organização mais intensa dos trabalhadores, tendo por base o internacionalismo. Em 1864, em Londres, criou-se a Primeira Internacional dos Trabalhadores para aliar os esforços de todos os partidos socialistas, a fim de organizar a tomada do poder pelo proletariado. Divisões internas, especialmente entre anarquistas, socialistas revolucionários e sindicalistas (muito fortes na Inglaterra e na Alemanha), marcaram a Internacional desde o início. O fracasso da Comuna de Paris (1871) acirrou o conflito entre as correntes teóricas. Em 1872, os anarquistas foram expulsos da Internacional, que acabou sendo dissolvida em 1876.

Em 1889, foi fundada uma nova associação, a Segunda Internacional, fortemente influenciada pelo Partido Social-Democrata Alemão, o maior e mais bem organizado partido socialista, cuja linha de pensamento incluía tendências reformistas. No início do século XX, as divergências entre reformistas e revolucionários dividiram a Internacional, que se desintegrou com a eclosão da Primeira Guerra (1914), quando as massas operárias separaram-se entre seus respectivos países.

Em 1919, em plena Revolução Bolchevique na Rússia, formou-se a Terceira Internacional, chamada de Internacional Comunista, ou Comintern, que agruparia e coordenaria a ação dos futuros partidos comunistas dos diferentes países. Os socialistas reformistas fundaram, em 1923, a sua própria Internacional, base dos demais partidos alinhados com a mesma ideologia.

A criação da Internacional Socialista oficializou o rompimento definitivo entre reformistas e revolucionários.

Mesmo desorganizado, em grande parte devido a conflitos internos, o movimento operário foi ao longo do século XIX alargando o espaço de participação política do proletariado e garantindo sucessivas melhoras em suas condições de trabalho. Como grande conquista política, podemos citar o voto universal obtido na Inglaterra, em 1918.



Fig. 7 A Revolução Russa marcou o ponto mais alto da luta do proletariado pelo poder.

As Revoluções de 1830 e 1848

Como vimos no estudo do período Napoleônico, a realidade europeia após 1815 foi marcada por uma trajetória reacionária, determinada pelo Princípio da Legitimidade e o processo de restauração instituídos pelo Congresso de Viena.

Entretanto, a ordem de 1815, que já fora contestada desde a década de 1820 com revoluções liberais na Grécia, em Portugal e na Espanha, bem como no movimento de independência das colônias da América, sofreria um golpe definitivo com a agitação que atingiu a Europa em 1830 e, posteriormente, em 1848.

Em alguns episódios, a burguesia não atingiu plenamente seus objetivos e em outros o proletariado mostrou sua força política, rivalizando com a burguesia. Mesmo assim, o fundamental é que as agitações revolucionárias sepultaram os ultrapassados ideais absolutistas e aristocráticos, impondo afinal a hegemonia burguesa pela Europa, fincada nas ideias do Liberalismo. Essa série de acontecimentos também está relacionada com o Nacionalismo, que acabou completando a unificação da Itália e da Alemanha. É interessante frisar que, nos dois momentos, a Revolução teve a França como foco de irradiação; dela, estendeu-se para os demais países europeus.

A Revolução de 1830 na França

Com a queda de Napoleão, Luís XVIII de Bourbon assumiu o trono francês. Não podemos nos esquecer de que se tratava de um momento muito particular na história francesa e europeia. Ao mesmo tempo em que se verificava uma retomada aristocrática, imposta pelo Congresso de Viena e pela Santa Aliança, as conquistas da Revolução ainda eram uma realidade nova e não poderiam ser sumariamente excluídas. Dessa forma,

Luís XVIII ainda tentou, na Carta Constitucional outorgada por ele em 1815, conciliar os princípios aristocráticos com as conquistas básicas da Revolução de 1789. As liberdades de pensamento, culto e imprensa foram garantidas; a igualdade jurídica e a inviolabilidade da propriedade foram mantidas e o poder executivo passou a ser partilhado pelo rei e pelo legislativo, composto da Câmara dos Pares, com membros nomeados pelo rei, em caráter vitalício e hereditário, e da Câmara dos Deputados, cujos membros eram eleitos segundo um critério censitário, que transformava em eleitores menos de 100 mil franceses, dentro de uma população de 33 milhões de habitantes.

Durante o governo de Luís XVIII, ainda foi minimamente possível acomodar os interesses em conflito, os quais se manifestavam em três correntes fundamentais: os ultrarrealistas, liderados pelo conde de Artois, irmão do rei, que buscavam recuperar os privilégios perdidos em 1789; os liberais, que agrupavam republicanos e bonapartistas; por fim, os constitucionais, centristas que pediam um respeito estrito à Carta Magna.

A morte de Luís XVIII agravou a tensão política. O conde de Artois, herdeiro do trono, assumiu como Carlos X, tendo ao seu lado os ultrarrealistas. Seu governo foi marcado por seguidos ataques às conquistas liberais e por leis altamente reacionárias, como a indenização plena à nobreza pelos bens confiscados durante a Revolução.



Fig. 8 Pascal Gérard. *Rei Carlos X em trajes de gala*, 1825. Óleo sobre tela. Museu do Prado, Espanha.

O crescimento da oposição ao rei ficou latente quando as eleições legislativas de 1830 deram ampla maioria aos liberais. Em reação a isso, Carlos X suprimiu a liberdade de imprensa, alterou o censo eleitoral, dissolveu a Câmara dos Deputados e convocou novas eleições.

Por conta dessas medidas, em 27 de julho, a população de Paris ergue barricadas, derrota as tropas reais e obriga Carlos X a fugir, dando início às Jornadas Gloriosas.

Mais uma vez, manifestava-se aquilo que a historiografia costuma chamar de “jornada dos logrados”. Embora a derrubada de Carlos X tenha sido um movimento essencialmente popular e republicano, foi a burguesia quem acabou tomando a frente das decisões políticas, impondo a continuidade da Monarquia. A coroa foi oferecida a Luís Filipe de Orléans, não por acaso apelidado de “o rei burguês”.

As repercussões na Europa

Embora parcialmente frustrada em seus objetivos mais radicais, a Revolução de 1830 na França provocou uma onda liberal que se alastrou por toda a Europa, abalando sensivelmente a ordem estabelecida em 1815.

A Bélgica separou-se da Holanda, formando um Estado independente. A Rússia precisou abafar uma revolta nacionalista na Polônia.



Fig. 9 Egide Wappers. *Revolução Belga de 1830*, 1835. Museu de Artes de Bruxelas.

No sul da Itália, os carbonários, revolucionários liberais que formavam uma sociedade secreta, provocaram agitações que culminaram na imposição de uma Constituição ao Reino das Duas Sicílias.

A Espanha e os estados alemães também foram palco de agitações populares e de movimentos constitucionalistas.

A Revolução de 1848 na França

A alcunha de rei burguês dada a Luís Filipe não foi exagerada. Seu governo privilegiou a burguesia, notadamente os banqueiros, detentores do grande capital. Tal situação agravou-se com a crise econômica que marcou a Europa na década de 1840, acentuando não apenas a revolta dos trabalhadores, mas também o descontentamento de setores da burguesia industrial, cada vez mais envidada e à mercê do setor financeiro beneficiado pelo governo.

Com isso, cresciam a oposição e as manifestações de descontentamento com o regime. Os opositores do governo, bonapartistas (que apoiavam Luís Bonaparte, sobrinho de Napoleão), republicanos (radicais opositores da monarquia) e socialistas (líderes do proletariado que se agitava, rebelando-se desde 1834) uniram-se exigindo uma ampla reforma eleitoral e parlamentar, com o fim do critério censitário.

O governo de Luís Filipe reagiu a tudo isso criando a Guarda Nacional e com uma legislação cada vez mais repressiva,

proibindo todas as formas de reunião e organização política, bem como cerceando a liberdade de imprensa.

A tensão cresceu na segunda metade da década. Desde 1846, a Europa passava por uma fase de péssimas colheitas seguidas, o que agravava a penúria da massa operária. Ao mesmo tempo, havia uma crise de superprodução que paralisou a produção industrial e provocou desemprego e queda nos salários. Todos esses fatores contribuíram para o aumento nos preços dos alimentos. Para que se tenha uma ideia da situação de miséria dos trabalhadores, em 1847, enquanto o salário médio em Paris era de 30 francos mensais, um pão de cerca de 400 gramas custava 3 francos.

Uma das poucas formas de reunião não proibidas pela legislação repressiva de Luís Filipe eram as festas. Assim, a oposição começou a realizar festas públicas como forma de encobrir suas reuniões políticas. Foi a chamada Campanha dos Banquetes.

A revolta estourou em fevereiro de 1848, quando o ministro Guizot proibiu a realização de um desses banquetes em Paris. Manifestantes enfrentaram as tropas, multidões ocupavam as ruas da capital erguendo barricadas, a Guarda Nacional aderiu à revolta e, sem apoio, Luís Filipe abdicou.



Fig. 10 Horace Vernet. *Barricada na Rua Soufflot*

Republicanos e socialistas formaram um governo provisório, proclamando a Segunda República. Convocaram uma Assembleia Constituinte, que foi eleita em 23 de abril, pela primeira vez na Europa, por meio de sufrágio universal masculino, direto e secreto.

Mais uma vez, entretanto, o golpe sobre os interesses populares iria ocorrer. A Constituinte contava com maioria burguesa e aristocrática. É importante lembrar que o movimento operário era forte e organizado apenas em Paris e praticamente inexistente nas províncias. Estas, pelos critérios de voto distrital, acabavam tendo um peso desproporcional no Legislativo. Assim, a nova Constituição, além de ampliar os impostos, aprovou mais uma vez o voto censitário.

O proletariado revoltou-se, tentando assumir o controle do governo. Diante da situação de emergência, a Assembleia delegou plenos poderes ao general Cavagnac, que agiu com extrema violência e acabou apelidado de “o carniceiro”. A ordem pública foi restaurada, ao custo de 10 mil revoltosos fuzilados e 15 mil deportados para as colônias.

Foi nesse clima de profunda derrota operária que se aprovou a nova Constituição e foram realizadas as eleições presidenciais. Concorriam dois candidatos: Cavagnac e Luís Bonaparte. Contando com apoio da burguesia e dos proprietários rurais, o sobrinho de Napoleão foi eleito com ampla maioria de votos.

A Revolução de 1848 no restante da Europa

Ao mesmo tempo em que se desencadeava a Revolução na França, a Europa conheceu uma onda revolucionária de caráter essencialmente nacionalista de tamanha intensidade, que ficou conhecida como a Primavera dos Povos.

Uma de suas manifestações foi a luta na Itália. Convém lembrar que a expressão Itália tinha nesse momento uma conotação estritamente geográfica, referindo-se à Península Itálica, a qual se achava dividida em vários estados. Conforme veremos adiante, o ano 1848 marcou a intensificação da luta pela unificação italiana, que passava pela expulsão dos austríacos da Península.

Da mesma forma, verificou-se na Alemanha uma luta pela unificação, a qual será analisada adiante. Em ambos os casos, seja na Itália, seja na Alemanha, a reação austríaca conseguiu deter a luta, embora por pouco tempo, mesmo porque o próprio Império Austríaco via-se às voltas com intensas lutas internas, também marcadas pelo Nacionalismo.

O Império Austríaco, basicamente agrário, era governado de modo absolutista pela dinastia dos Habsburgo e englobava povos de várias nacionalidades: alemães (que formavam o grupo dominante), húngaros, tchecos, eslovacos, poloneses, romenos, rutenos, sérvios, eslovenos, croatas e italianos. O caráter católico da monarquia era muito enfatizado, em razão das constantes guerras na Península Balcânica, contra o Império Otomano, islâmico.

Em 1848, burgueses, operários e estudantes alemães uniram-se e deflagraram uma revolta em Viena que provocou a queda do ministro Metternich, no poder desde o congresso de 1815 e a abdicação do imperador Fernando I em favor de seu filho, Francisco José. Os rebeldes exigiram também a convocação de uma Assembleia Constituinte.

O jovem imperador agiu rápida e violentamente. Ordenou o bombardeio de Viena e, retomando-a, massacrou os revoltosos, restaurando o Absolutismo e impondo um regime repressivo de perseguição política. O exemplo alemão foi seguido em outros países. Os tchecos revoltaram-se em Praga, sendo reprimidos, e sua região, a Boêmia, colocada sob lei marcial.

A revolta dos húngaros foi mais séria. Eles proclamaram sua independência da Áustria, resistindo às tropas imperiais de abril de 1848 a agosto de 1849. Dezenas de milhares de mortos foram necessários para que os austríacos sufocassem o movimento.

A França de Luís Bonaparte

A Segunda República Francesa, criada em 1848, durou pouco tempo. Já em 1851, Luís Bonaparte fechou a Assembleia Legislativa e, repetindo os passos de seu tio, convocou um plebiscito no qual legitimou sua nomeação como cônsul. No ano seguinte, outro plebiscito transformou a França no chamado Segundo Império, e Luís assumiu o poder sob o título de Napoleão III.



Fig. 11 Franz Winterhalter. *Napoleão III*, 1855. Óleo sobre tela. Museu Napoleônico, Roma.

Não é difícil entender o apoio recebido por Luís Bonaparte, ou Napoleão III. Sua condição como sobrinho de Napoleão atraía parte do carisma deste, criando na população francesa a ilusão da retomada dos tempos de glória externa e prosperidade. Além disso, a violência da Revolução de 1848 havia apavorado a burguesia e os setores médios, os quais viam com bons olhos um governo capaz de restaurar a ordem e a estabilidade e proporcionar a retomada da atividade econômica, mesmo ao custo de abolir os ideais de um regime representativo. Além disso, a violenta repressão ao movimento operário havia privado os trabalhadores de liderança, inviabilizando toda luta efetiva. Dessa forma, Napoleão III governou praticamente sem oposição, podendo viabilizar seu projeto de governo.

No âmbito interno, Napoleão III obteve um relativo sucesso. Com efeito, seu governo promoveu uma ampla modernização econômica do país, com a intensificação da atividade industrial. Paralelamente, dedicou-se a uma política expansionista, consolidando o império colonial francês na África e no Sudeste Asiático.

Ao mesmo tempo, o imperador procurou consolidar a posição francesa na Europa. O enfraquecimento do Império Austríaco e também o relativo isolamento da Inglaterra em relação aos conflitos continentais contribuíram para isso. Assim, Napoleão III procurou apoiar a unificação italiana visando prejudicar os interesses austríacos.

Entretanto, sua política externa sofreu vários reveses. Um de seus maiores interesses era o de ampliar a presença francesa na América. Assim, ele se aproveitou da crise política no México para, com o apoio da Igreja Católica e de parte da aristocracia mexicana, invadir o país e transformá-lo em uma monarquia governada por Maximiliano de Habsburgo.

Essa ação provocou uma intensa reação popular, dando origem a uma guerrilha liderada pelo presidente deposto, Benito Juárez. A tentativa de Napoleão III de sustentar o governo de Maximiliano revelou-se desastrosa: foi derrotado e teve de retirar suas tropas em 1866, com a vitória do movimento popular e a execução de Maximiliano. Além disso, a guerra revelou-se um desastre para a economia da França, fato que abalou a popularidade do imperador.

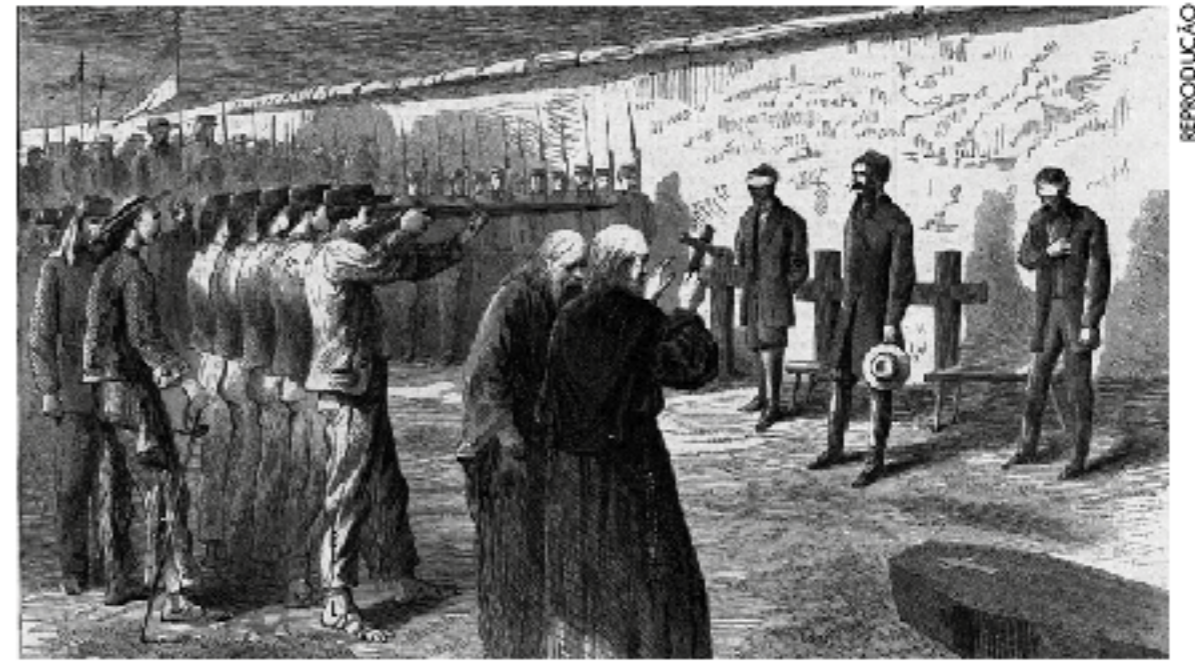


Fig. 12 Execução de Maximiliano I com seus generais, em um dos muitos fracassos da política externa de Napoleão III.

Simultaneamente, a situação na Europa tendia a se complicar. As unificações da Itália e da Alemanha significavam o surgimento de países poderosos, potencialmente uma ameaça à hegemonia continental francesa. Assim, a partir do momento em que a Áustria enfraquecida já não era mais capaz de lutar, Napoleão III assumiu o papel de grande obstáculo ao projeto prussiano de unificar a Alemanha, ao mesmo tempo em que mantinha tropas em Roma para impedir que os Estados Papais fossem incorporados ao Reino da Itália.

O resultado acabou sendo a Guerra Franco-Prussiana (1870-1871) – desastrosa para a França. A vitória alemã significou a queda de Napoleão III e o fim do Segundo Império, com a proclamação da Terceira República na França. Mais que isso, a França perdeu para a Alemanha as ricas regiões da Alsácia e Lorena.

A humilhante derrota sofrida para os prussianos, além da desagregação do Estado francês, fez eclodir um movimento radical e popular, a Comuna de Paris (março a maio de 1871). Durante 70 dias, os operários tomaram a capital e instituíram a primeira forma de regime socialista na história europeia. O movimento foi debelado somente com o apoio militar alemão, sendo que houve mais de 20 mil mortes e 70 mil deportados.



Fig. 13 Uma barricada da Comuna de Paris em 18 de março de 1871.

As unificações italiana e alemã

Para compreender melhor o significado das lutas pela unificação da Itália e da Alemanha, é necessário retomar alguns dos elementos abordados no Congresso de Viena.

Paralelamente à tese da legitimidade, que embasava a restauração das velhas dinastias governantes na Europa antes da Revolução Francesa, as decisões do Congresso visavam também ao equilíbrio europeu. Este se fundaria, então, na supremacia da França e da Áustria no continente, o que impunha a necessidade de impedir o surgimento de qualquer força política capaz de ameaçar essa hegemonia.

Uma das maiores ameaças a essa ordem era representada pela Prússia. Convém lembrar que Napoleão havia destruído o Sacro Império Romano Germânico e criado em seu lugar a Confederação do Reno, que englobava os estados alemães da Europa. Tal unidade poderia significar um passo importante para que a Prússia, o mais forte e rico dos estados alemães, estendesse sua influência ao ponto da criação de um império alemão sob seu domínio, destruindo o frágil equilíbrio político na Europa.

Da mesma forma, a Itália poderia significar uma ameaça. Tratava-se de uma região com uma história que remontava ao velho Império Romano, além de contar com limites territoriais absolutamente claros e definidos, formados por mares a leste, oeste e sul e montanhas ao norte.

Em ambos os casos, o nacionalismo crescente na Europa poderia encontrar um terreno fértil, gerando lutas pela unificação política e criando países potencialmente capazes de abalar o predomínio austríaco e francês. Dessa forma, impunha-se a criação de mecanismos rígidos capazes de impedir que esse anseio pudesse obter sucesso.

Os estados alemães foram agrupados na Confederação Germânica, com 39 estados soberanos, sendo o mais importante o Reino da Prússia. Entretanto, a presidência da Confederação cabia ao Imperador Austríaco, o qual contava com uma legislação que proibia qualquer forma de unidade política entre os estados membros.

A Itália encontrava-se dividida em sete estados sem qualquer unidade entre eles. O mais importante deles era o Reino do Piemonte, ocupando o noroeste da península e a ilha da Sardenha. No Nordeste, situava-se o Reino da Lombardia-Veneza, sob controle austríaco. O centro-norte era formado por três ducados também dominados pelos austríacos: Parma, Toscana e Modena. O sul da península e a ilha da Sicília constituía o Reino das Duas Sicílias e a parte central formava os Estados Pontifícios, dominados pela Igreja Católica.

É fácil perceber o grau dos interesses austríacos em ambos os países, fazendo com que o Nacionalismo não se limite a um simples anseio pela unificação, mas também incorpore a luta contra a presença estrangeira.

A unificação alemã

Um passo importante para a unificação da Alemanha foi dado em 1834, com a criação do *Zollverein*. Tratava-se de uma liga alfandegária germânica que permitia a criação de uma Câmara formada por representantes dos vários estados com poderes para legislar sobre temas que envolvessem a política econômica e tarifária comum a todos.

Uma das primeiras medidas aprovadas pelo *Zollverein* foi a abolição das tarifas alfandegárias para a circulação de produtos dentro da Confederação Germânica, ao mesmo tempo em que estabelecia pesados impostos para a entrada de produtos vindos de outros países.

Os efeitos provocados por essa liga foram muito além do aspecto econômico. Além de promover um intenso crescimento industrial, pela facilitação do comércio interno e pelo protecionismo alfandegário, ela trouxe efeitos políticos quase imediatos. O primeiro deles foi o de reforçar a liderança da Prússia que, por ser o estado mais rico, foi o que conseguiu obter mais vantagens com o crescimento econômico. O segundo foi o de integrar os estados alemães sob um órgão cuja legislação alcançava a todos, reforçando a ideia de unidade. Além disso, essa unidade fazia-se sem a participação austríaca, uma vez que esse país, acreditando ser o *Zollverein* uma liga meramente comercial, não se mostrara interessado em participar.

O sentimento de unidade foi crescendo a ponto de criar, em 1848, do Parlamento de Frankfurt, um órgão legislativo dos estados alemães que representava, na prática, um passo decisivo rumo à unificação.

Esse processo ocorreu de forma evidente no rastro das ideias liberais que se alastravam pela Europa naquele ano. Assim, o Parlamento de Frankfurt foi criado enquanto, em Berlim, manifestações de caráter liberal obrigavam o rei da Prússia, Frederico Guilherme IV, a prometer uma Constituição. Foi no quadro deste movimento liberal que o Parlamento elegeu Frederico Guilherme como Imperador da Alemanha.

A reação austríaca contra este ato contou com o apoio do próprio Frederico Guilherme IV. Por não aceitar as limitações liberais ao seu poder, o rei da Prússia recusou o título de Imperador da Alemanha e usou suas tropas para dissolver o Parlamento e reprimir violentamente o movimento. O projeto de unificação não fora, ao menos naquele momento, levado adiante.



Fig. 14 A Revolução de Março, mostrando as ruas de Berlim durante a Revolução de 1848.

O processo de unificação alemã só foi efetivamente retomado a partir de 1862, com a posse de Guilherme II como rei da Prússia e a nomeação de Otto Von Bismarck como primeiro-ministro. Foi Bismarck o grande **artífice** da unificação alemã, em um projeto que foi em grande parte possibilitado pelo crescimento industrial do período, gerando os recursos necessários à edificação de um Estado militarista e fortemente comprometido com a industrialização.

Bismarck era um *junker*, designação dada aos aristocratas prussianos de forte formação militarista e sem qualquer compromisso com as ideias liberais. Seu ideal de unificação da Alemanha era o de um país forjado em torno da monarquia prussiana, fortemente centralizado e com grande poderio militar. Dessa forma, o projeto político de Bismarck envolveu a articulação entre três componentes básicos: o fortalecimento da monarquia, o desenvolvimento industrial e o fortalecimento militar.

Ao lado de sua ação interna, o primeiro-ministro promoveu uma complicada arquitetura de relações internacionais, voltada a enfraquecer os inevitáveis inimigos da unificação alemã: a França e, principalmente, ao menos no primeiro momento, o Império Austríaco.

O primeiro passo concreto nesse sentido foi dado quando Bismarck passou a reivindicar os ducados de Schleswig e Holstein, de predominante população alemã, mas sob domínio da Dinamarca desde o Congresso de Viena. Propondo à Áustria a partilha desses ducados, o ministro obteve a concordância austríaca para uma guerra contra a Dinamarca. A Dinamarca foi rapidamente derrotada na Guerra dos Ducados (1864), com a área sendo anexada pela Prússia. Entretanto, Bismarck negou-se a fazer a partilha desse território com a Áustria conforme o acordado, provocando a reação daquele país.

Tal atitude era evidentemente o que Bismarck desejava, uma vez que a superioridade militar prussiana sobre a Áustria já era considerável. Além disso, a Áustria teria de enfrentar o Piemonte que, valendo-se da guerra, aproveitava para ocupar a Lombardia-Venécia.



Fig. 15 Otto Von Bismarck, primeiro-ministro e chanceler da Alemanha.

Assim, a Áustria foi rapidamente derrotada pela Prússia na Guerra das Sete Semanas (1866). Mais importante que a vitória militar em si foi o fato de a Prússia ter obtido o apoio dos estados do norte da Alemanha que, terminada a guerra, compuseram a Confederação Germânica do Norte sob a liderança da Prússia.

Esta substituiu a Confederação Germânica e acabou com a tutela austríaca sobre a Alemanha.

Para completar a unificação, faltava incorporar os estados alemães do sul. Para isso, Bismarck tinha a consciência de que teria de enfrentar a oposição de Napoleão III, que temia a formação de uma grande potência na fronteira francesa. Por outro lado, a perspectiva de uma guerra contra a França não era de modo algum desagradável aos planos do primeiro-ministro, que sabia que os estados do sul da Alemanha mantiveram-se neutros na luta contra a Áustria por ser esta uma nação germânica; no entanto, jamais fariam o mesmo em uma guerra contra a França. A guerra era, assim, a forma ideal para que Bismarck concluísse a unificação.

A oportunidade de um conflito apareceu em 1869, quando o trono espanhol ficou vago, sendo oferecido ao príncipe Leopoldo Hohenzollern, primo do rei da Prússia. Napoleão III vetou a sucessão, vendo-a como um cerco à França, e Bismarck criou um incidente diplomático para provocar uma declaração de guerra francesa.

Como previsto, a atitude francesa uniu os estados alemães restantes à Prússia, aguçando seu nacionalismo. Na Guerra Franco-Prussiana (1870-1871), a vitória alemã foi esmagadora. O Tratado de Frankfurt (1871) criou o Segundo Reich ou Império Alemão, sob Guilherme I, rei da Prússia. A França foi obrigada ao pagamento de uma pesada indenização e à cessão das províncias de população mista da Alsácia e da Lorena, além da humilhação de ver Guilherme I coroado como Imperador da Alemanha dentro da sala dos espelhos do Palácio de Versalhes.



Fig. 16 Anton Von Werner. A proclamação do Império Alemão, 1871. Óleo sobre tela. Bismarck Museum, Alemanha. Guilherme III é coroado imperador na sala de espelhos do Palácio de Versalhes.

A unificação da Alemanha, bem como da Itália, acabaram de vez com o equilíbrio político e econômico na Europa. Não apenas a Alemanha tomou-se a potência dominante na Europa, como também seu vertiginoso crescimento econômico fez dela uma forte concorrente na disputa cada vez mais acirrada pelos mercados mundiais. Esses elementos foram decisivos para a montagem do mosaico de rivalidades que levaram à Primeira Guerra Mundial.

Artífice
Autor.



A unificação italiana

O anseio de unificação da Itália vinha sendo sedimentado desde a década de 1830 e alimentava os objetivos de vários setores sociais, em projetos diferentes, dando origem a várias sociedades secretas e agrupamentos políticos.

A mais importante dessas sociedades secretas era a Carbonária, cujo nome deriva do fato de seus membros reunirem-se em cabanas de carvoeiros, como forma de escapar à violenta repressão política da época. Sua atuação era difusa, até porque não havia um programa político definido, englobando várias tendências. As duas principais eram a republicana, liderada por Giuseppe Mazzini e Giuseppe Garibaldi, e a monarquista, liderada pelo conde de Cavour, Camilo Benso.

O projeto republicano estava diretamente ligado aos ideais liberais e aos setores populares. A tendência monarquista, por outro lado, desejava uma Itália unida a partir da monarquia piemontesa, em um projeto em vários aspectos semelhante ao de Bismarck na Alemanha.

Em 1848, agitações liberais ocorreram no Reino das Duas Sicílias, nos Estados Papais e na Toscana. Na Lombardia, eclodiu um sério movimento de oposição aos austríacos, o que motivou o rei do Piemonte, Carlos Alberto, a apoiar o movimento e declarar guerra à Áustria.

A reação austríaca foi eficiente. Derrotando o Piemonte, o governo austríaco obrigou Carlos Alberto a abdicar a favor de seu filho, Vítor Emanuel II. Ao mesmo tempo, o exército austríaco ocupou Roma e derrotou Garibaldi e sua legião de voluntários, os camisas vermelhas. Todos os demais focos de rebelião na península foram violentamente sufocados pelos austríacos.

O fracasso de 1848, entretanto, não deteve a luta. Surgiam movimentos como o Jovem Itália e o *Risorgimento*, mantendo uma propaganda ativa e disseminando os ideais nacionalistas por toda a península.

Em 1852, Camilo Benso assumiu a condição de primeiro-ministro no reino do Piemonte. Sua política foi a de conduzir a unificação por meio da fórmula monarquista, desempenhando, para isso, uma hábil política externa. Em 1858, ele estabeleceu com Napoleão III um acordo político: o Piemonte cederia à França os condados de Nice e Savoia em troca do apoio militar francês contra a Áustria.

Com esse apoio, ele conseguiu, no ano seguinte, conquistar a região da Lombardia e os ducados de Parma, Toscana e Modena, estendendo seus domínios até o leste de Roma e incorporando parte dos Estados Pontifícios.



Fig. 17 Giuseppe Garibaldi.



Fig. 18 Francesco Hayez.

Ao mesmo tempo, Garibaldi liderava um movimento no Sul que derrubou a monarquia no Reino das Duas Sicílias. Aproveitando-se desse quadro de conflito político, o Piemonte ocupou o sul e, em 1861, Vítor Emanuel II foi proclamado rei da Itália por uma Assembleia composta de representantes de toda península, exceto a região vizinha a Roma, com capital em Florença.

Em 1866, em aliança com a Prússia, aproveitando-se da Guerra das Sete Semanas, o Reino da Itália derrotou os austríacos novamente e anexou a região da Veneza. Restava apenas Roma e, a exemplo da luta pela unificação alemã, também no caso italiano, o inimigo agora era a França. Não apenas os

condados de Nice e Savoia estavam dominados pela França como também Napoleão III, com o objetivo de manter o apoio da elite católica francesa, mantinha tropas em Roma, impedindo que esta fosse incorporada ao Reino da Itália.

Em 1870, em razão da Guerra Franco-Prussiana, a guarnição francesa foi retirada de Roma e a cidade ocupada pelos italianos, transformando-se na capital do país. O papa Pio IX não aceitou a unificação, considerando-se um prisioneiro no Vaticano e recusando qualquer acordo conciliatório. A chamada Questão Romana só foi resolvida em 1929 no governo de Mussolini por meio do Tratado de Latrão, que criou o Estado do Vaticano.



Revisando

1 UFJF 2006 Leia, atentamente, a citação a seguir e responda:

Marx defendia a necessidade da ação política e da conquista do poder pelo proletariado organizado em um partido político. Bakunin propunha a necessidade da solidariedade e a prática da revolução, ou seja, a realização da revolução. Bakunin considerava que a manutenção do Estado, mesmo que na forma da ditadura do proletariado, acabaria levando à formação de uma nova classe exploradora e privilegiada, que perpetuaria a opressão econômica e política do Estado.

Edilene Toledo. *Travessias revolucionárias*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2004. p. 100.

a) Bakunin e Marx representaram duas correntes ideológicas de contestação da ordem liberal burguesa na segunda metade do século XIX. Qual o nome das duas correntes?

b) Explique, com suas palavras, o que defendia o movimento idealizado por Bakunin.

2 PUC-Rio 2006 A Revolução Liberal de 1830 na França sepultou definitivamente as intenções restauradoras do Congresso de Viena de 1815, motivando uma onda de progressismo e de ímpeto revolucionário, que levaria às revoluções de 1848 e a diversos movimentos nacionalistas do período. A partir dessa afirmativa:

a) apresente uma resolução do Congresso de Viena que exemplifique suas intenções restauradoras.

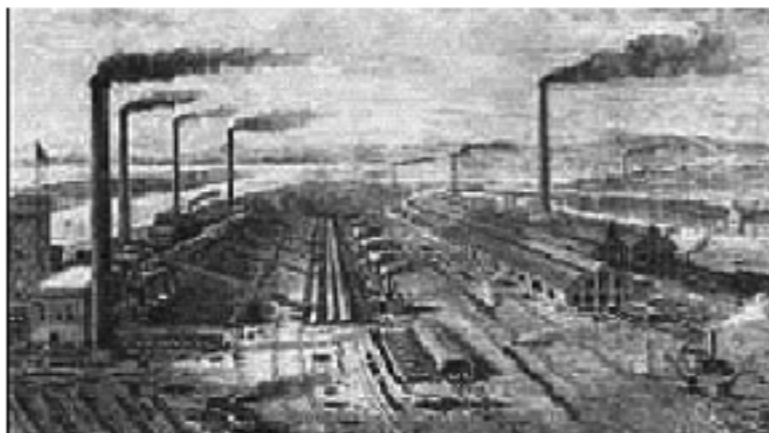
b) indique um princípio do Liberalismo que caracterize a onda de progressismo e o ímpeto revolucionário ocorridos na primeira metade do século XIX.

3 Qual foi o impulso representado pela criação do *Zollverein* para a unificação alemã?

4 Vem de longe o esforço europeu para desenvolver estratégias que garantam a paz e o equilíbrio entre as nações que formam o continente. No século XIX, por exemplo, a tentativa realizada pelas nações participantes do Congresso de Viena (1814-1815) foi rompida com a unificação alemã, fruto da política empreendida por Bismarck. Demonstre em que consistia o equilíbrio pretendido pelo Congresso de Viena e de que forma ele foi quebrado pela unificação alemã.

Exercícios propostos

1 UFRJ 2005



“O mundo do capital – a fábrica: Iron & Steel, em Barrow, 1848-1875”. In: Eric Hobsbawn. *A era do capital*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

A industrialização desencadeou diversas mudanças econômicas e políticas na Europa de 1780 em diante.

- Identifique duas características da produção fabril no século XIX.
- No plano político, a industrialização contribuiu para o fortalecimento das ideias e práticas liberais. Cite duas características do Liberalismo no século XIX.

2 Analise as afirmações.

- O homem prevalece sobre a sociedade. A solução da questão social está na liberdade econômica e política. O trabalho é mercadoria.

- II. O interesse social prevalece sobre o particular. A solução da questão social na extinção da propriedade particular. O trabalho é determinante de preço, sendo seu objetivo e interesses do Estado.
- III. O interesse particular colabora para o bem-estar social. A solução da questão social depende do estabelecimento do império da justiça e da caridade. O trabalho é simples atividade do processo da produção.

Assinale a alternativa correta.

- (a) I e II referem-se às características do Socialismo marxista e do Socialismo cristão, respectivamente.
- (b) II e III referem-se às características do Liberalismo e do Marxismo, respectivamente.
- (c) I e III referem-se, respectivamente, ao Liberalismo e ao Socialismo cristão.
- (d) I, II e III não se referem ao Liberalismo e ao Socialismo.
- (e) I e III referem-se unicamente ao Socialismo cristão.

3 Pode-se associar corretamente:

- (a) David Ricardo e visão pessimista sobre o futuro da humanidade.
- (b) Thomas Malthus e Sindicalismo militante.
- (c) Saint-Simon e cooperativas de trabalhadores.
- (d) Robert Owen e sociedade governada por sábios.
- (e) Charles Fourier e fazendas coletivas agroindustriais.

4 UFRN Leia o fragmento seguinte, cuja referência bibliográfica foi intencionalmente omitida.

A burguesia não forjou apenas as armas que lhe trarão a morte, produziu também os homens que empunharão essas armas: os operários modernos, os proletários. A queda da burguesia e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis. Os proletários nada têm a perder, a não ser as próprias cadeias. E têm um mundo a ganhar. Proletários de todos os países, uni-vos. (Adapt.).

As ideias contidas nesse fragmento são representativas do(a):

- (a) Tratado de Versalhes, que criou uma série de determinações, visando enfraquecer o poder da burguesia na Europa.
- (b) Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que se colocou contra a sociedade, a qual mantinha privilégios exclusivos da burguesia.
- (c) Doutrina Monroe, que consolidou a autonomia latino-americana, propondo a união dos povos americanos.
- (d) Manifesto Comunista, que esboçou as proposições que se tornaram o alicerce do movimento comunista internacional.

5 UFF Em 1998, comemorou-se o sesquicentenário do Manifesto Comunista. No entanto, entre 1850 e 1860, não se podia antever o brilhante futuro que lhe estava reservado. Inúmeros fatores podem explicar a difusão do “Manifesto” pelo mundo no decorrer da segunda metade do século XIX. Entre os fatores responsáveis pela difusão das ideias contidas no Manifesto Comunista, destacam-se:

- (a) a importância do Manifesto para a Comuna de Paris e a unificação alemã.

- (b) a primazia de Lenin junto à Primeira Internacional e o surgimento de dois partidos operários de peso na Alemanha.
- (c) a primazia de Marx junto à Associação Internacional dos Trabalhadores e o surgimento de novos partidos trabalhistas pelo mundo.
- (d) a fundação de partidos trabalhistas pelo mundo e o profundo Nacionalismo do Manifesto.
- (e) o Nacionalismo expresso no texto e a primazia de Marx junto à Primeira Internacional.

6 UEL [...] *viam na propriedade comum desses meios a forma de viverem todos bem. Por isso, em suas sociedades visionárias, planejavam que os muitos que executariam o trabalho viveriam com conforto e luxo, graças à propriedade dos meios de produção [...].* O texto refere-se a um pensamento, que se desenvolveu nas primeiras décadas do século XIX na Europa, característico do:

- (a) Maoísmo.
- (b) Stalinismo.
- (c) Sindicalismo.
- (d) Marxismo-leninismo.
- (e) Socialismo utópico.

7 Fatec *Os sofrimentos dos combatentes e da retaguarda levaram-nos a associar espontaneamente o regime capitalista e a guerra, a considerar que esta guerra não era a “sua guerra”; o prestígio das classes dirigentes, que não souberam evitar o conflito, nem abreviá-lo ou poupar as vidas humanas, debilitou-se tanto mais quanto o enriquecimento rápido e espetacular de toda uma parte dessas classes contrastava com o luto e a aflição das massas. Por um momento submergidos, no início das hostilidades, pela vaga nacionalista, os conflitos de classe reaparecem, mais vigorosos e exacerbados por quatro anos de miséria. As classes dirigentes têm consciência do fato, e o medo do contágio revolucionário cria em seu meio um intenso terror que se manifesta na vontade de destruir este novo Estado, onde, pela primeira vez, o socialismo transporta-se do terreno da teoria para o das realidades. A união do mundo branco está rompida; doravante não haverá mais neutros; conscientemente ou não, é em relação à Revolta Russa – objeto de receios e repulsa para uns, de esperança para outros – que se classificarão governos, partidos e simples particulares.*

M. Crouzet. *História geral das civilizações*. Capítulo 15 – A Época Contemporânea.

A partir da descrição do autor, é correto afirmar que:

- (a) o Socialismo seria a única solução para evitar uma luta de classes.
- (b) o medo do Socialismo levaria o empresariado a apoiar ações contrárias, e isso provocou, mais tarde, o estabelecimento do Fascismo e do Nazismo.
- (c) a passagem das ideias do Socialismo à prática levou toda a Europa a se conscientizar do perigo comum.
- (d) a união do mundo branco rompeu-se, e, após a Revolução Russa, provocou reflexos imediatos na libertação dos povos coloniais.
- (e) a Europa saiu da guerra mais nivelada politicamente, pois a guerra acabou com as grandes fortunas, dando chances para uma estabilização socioeconômica.

8 Fuvest *Um povo pode atingir bem-estar material sem táticas subversivas se ele for dócil, trabalhador e se esforçar sempre para melhorar.*
Clermont-Ferrand. *Dos estatutos da Sociedade contra a Ignorância.*
França, 1869.

Sobre o texto, é correto afirmar que exprime um ponto de vista representativo:

- (a) da nobreza, que acreditava ser esse o único caminho possível para o povo melhorar sua condição.
- (b) dos trabalhadores, conscientes de que somente com educação e trabalho melhorariam sua condição.
- (c) da burguesia, preocupada com a questão social e com as ideias e teorias de inspiração anticapitalista.
- (d) do governo francês na III República, preocupado em eliminar a pobreza e a exploração sofrida pelos trabalhadores.
- (e) das autoridades municipais, sensibilizadas com a ignorância e a miséria dos trabalhadores.

9 Estabelecendo uma comparação entre as formas de pensamento socialista, é correto afirmar que:

- (a) Louis Blanc representa o pensamento socialista denominado científico.
- (b) F. Engels e K. Marx defendiam as ideias chamadas de Socialismo científico.
- (c) Louis Blanc e os anarquistas defendiam a supressão de qualquer forma de Estado.
- (d) Karl Marx e Louis Blanc são considerados como precursores do Socialismo utópico.
- (e) F. Engels e L. Blanc foram os criadores do Socialismo utópico.

10 Fuvest *A pátria, velha superstição que serve tão bem para manter os exércitos sanguinários e as polpudas negociatas; a religião, secular mentira que faz do homem um instrumento servil dos padres e dos ricos; a propriedade, instituição baseada na violência, na astúcia e que se faz passar por originariamente divina e eterna, enquanto não passa de um mero fruto do roubo.*

Luigi Molinari, por volta de 1900.

O texto expressa ideias filiadas ao:

- (a) Sindicalismo.
- (b) Chauvinismo.
- (c) Evolucionismo.
- (d) Anarquismo.
- (e) Positivismo.

11 Compare e comente os principais elementos das doutrinas formuladas por Adam Smith em *A riqueza das nações* e por Marx e Engels no *Manifesto Comunista*.

12 A diferença fundamental entre o Socialismo científico e o Anarquismo é:

- (a) o individualismo do primeiro como agente de mudança.
- (b) a fase da ditadura do proletariado, enfatizada pelo primeiro.
- (c) a preservação do Estado pelo segundo, no estágio do Comunismo.
- (d) o respeito à pequena propriedade pelo segundo.
- (e) a ação terrorista generalizada do primeiro.

13 O Movimento Cartista, na primeira metade do século XIX, na Inglaterra, tinha entre seus objetivos a:

- (a) limitação dos direitos reais por um Parlamento.
- (b) eliminação da Monarquia, com a organização de uma república.
- (c) obtenção do voto secreto e o sufrágio universal masculino.
- (d) promoção da unificação das nações em uma comunidade britânica.
- (e) adoção de uma Constituição escrita que limitasse o poder real.

14 Sobre as Internacionais Operárias, pode-se corretamente afirmar que:

- (a) a Terceira Internacional foi controlada pelos social-democratas.
- (b) a Primeira Internacional expulsou os sindicalistas.
- (c) a Segunda Internacional foi fortemente influenciada pela Social-Democracia Alemã.
- (d) a Primeira Internacional deu origem ao Comintern.
- (e) a Segunda Internacional foi controlada pelos marxistas leninistas.

15 FGV-SP Considere as seguintes afirmações.

"[...] nasceu de um movimento espontâneo de massas e não de um plano ou de um programa previamente elaborado por um partido operário [...]"; *"[...] revelou a tendência da classe operária para ultrapassar o estágio puramente econômico da sua luta [...] combinando simultânea e constantemente reivindicações econômicas e reivindicações políticas [...]"*; *"[...] refletiu a tendência da classe operária para destruir o aparelho do Estado burguês, para substituir a democracia burguesa por uma forma superior de democracia [...]"*; *"[...] conduzir a classe operária, pela primeira vez, à conquista do poder político, ainda que na área de uma única cidade [...]"*

Essas afirmações referem-se:

- (a) à Comuna de Paris, que resumiu todas as tendências que estavam na origem e na primeira expansão do movimento operário moderno.
- (b) ao Ludismo, que representou uma forma de resistência clara ao disciplinamento do trabalho imposto pelo sistema fabril.
- (c) ao Cartismo, que resultou da conscientização da classe operária, que passou a exigir melhores condições de trabalho.
- (d) às *Trade Unions*, que se caracterizaram pelo assistencialismo paternalista.
- (e) aos Sindicatos Profissionais de Londres, que surgiram com o objetivo de garantir uma transformação social ampla.

16 No contexto histórico da geração de 1848, a França tornou-se palco inicial e de expansão de revoltas em toda a Europa que enfraqueceram definitivamente os movimentos:

- (a) liberais, que ganhavam força política com a restauração dos Estados Absolutistas.
- (b) socialistas, que pregavam o fim da propriedade privada e da sociedade sem classes.

- (c) nacionalistas, que procuravam enfraquecer a política intervencionista da Santa Aliança.
- (d) conservadores, que procuravam restaurar o Antigo Regime desde o Congresso de Viena.
- (e) anarquistas, que defendiam o fim do poder político e o domínio superior do ideal humanista.

17 FGV 2009 *A nova onda se propagou rapidamente por toda a Europa. Uma semana depois da queda de Luís Filipe I, o movimento revolucionário tomou conta de uma parte da Alemanha e, em menos de um mês, já estava na Hungria, passando pela Itália e pela Áustria. Em poucas semanas, os governos dessa vasta região foram derrubados, e supostamente se inaugurava uma nova etapa da História europeia, a Primavera dos Povos.*

Luiz Koshiha. *História – origens, estruturas e processos.*

O texto faz referência:

- (a) à Belle Époque.
- (b) às Revoluções de 1848.
- (c) à Restauração de 1815.
- (d) à Guerra Franco-Prussiana.
- (e) às Revoluções liberais de 1820.

18 Unicamp Cite e caracterize três movimentos democrático-liberais que ocorreram no período entre 1776 e 1848.

19 A “Primavera dos Povos” trouxe uma novidade para o panorama político europeu. Pela primeira vez:

- (a) a ideia de revolução foi conjugada com o ideal liberal de uma sociedade cuja organização fosse fundada em um pacto social.
- (b) o regime republicano era instaurado sob o patrocínio exclusivo da burguesia, uma vez que os trabalhadores abdicaram de participação na reordenação política.
- (c) o proletariado fazia sua aparição política com reivindicações classistas e propostas de mudança da ordem social.
- (d) o internacionalismo proletário foi experimentado, tendo sido motivo para a simultaneidade das revoluções em toda a Europa.
- (e) a proposta de um centralismo democrático na estruturação do partido Liberal foi testada, tendo como resultado a efetiva conquista do poder por esse grupo

20 Não se pode estabelecer uma associação entre:

- (a) Napoleão III e a intervenção francesa no México.
- (b) Garibaldi e o projeto republicano de unificação nacional.
- (c) derrota francesa ante os prussianos e Comuna de Paris.
- (d) Guerra dos Ducados e Guerra das Sete Semanas.
- (e) Segundo Império Francês e anticolonialismo.

21 Foi episódio da Revolução de 1830:

- (a) a emancipação nacional da Polônia.
- (b) o fim do Absolutismo na França.
- (c) a intervenção da Santa Aliança na França.
- (d) a deposição do “rei burguês”.
- (e) a participação popular na instalação da república.

22 Quais foram os ideais que nortearam os movimentos revolucionários de 1848 na Europa?

23 Sobre as ondas revolucionárias de 1830 e 1848 na Europa, pode-se afirmar que:

- 01 essas ondas ocorreram como reação aos princípios de restauração e legitimidade estabelecidos pelo Congresso de Viena, implantados em diversos países europeus e defendidos pela Santa Aliança.
- 02 a burguesia e o operariado estiveram unidos, objetivando a derrota dos governos fundamentados no Antigo Regime, distanciando-se, entretanto, logo que a burguesia assumiu o poder e evidenciaram-se as divergências e as contradições existentes entre as duas classes.
- 04 o princípio do Nacionalismo presente nessas ondas revolucionárias apresentava um duplo significado: Separação, para a retomada da autonomia nacional, e Unificação, para a construção de novas nações.
- 08 durante as referidas ondas revolucionárias, o Socialismo e o Partido Comunista, já estruturados, participaram de forma organizada e adotando uma política moderada.
- 16 entre os efeitos das citadas ondas revolucionárias, destaca-se a intervenção da Santa Aliança nos movimentos de emancipação da América Latina, com o apoio da Inglaterra.
- 32 o pensamento liberal e nacionalista contido na onda revolucionária de 1830 refletiu-se na política do Império brasileiro, contribuindo, entre outros fatores, para o movimento que resultou na abdicação de d. Pedro I.

Soma =

24 Durante o século XIX, uma onda revolucionária varreu a Europa, ora a favor da derrubada da Monarquia, ora pela volta da aristocracia ao poder. Sobre essas mudanças, identifique as proposições verdadeiras e falsas.

- Após a queda de Napoleão, a dinastia dos Bourbons retornou ao poder, na França, através dos reinados de Luís XVIII e Carlos X.
- Na região onde atualmente reconhecemos a Itália, a revolução pretendeu expulsar o domínio estrangeiro e unificar todos os estados independentes.
- Na Alemanha, a onda revolucionária provocou a cisão no Cristianismo, possibilitando o aparecimento da Reforma.
- A situação socioeconômica europeia, entre 1845 e 1848, foi de crise e fome, provocadas pela falta de alimentos e pelas constantes guerras.
- A burguesia urbana e o proletariado, durante esse período, realizaram alianças temporárias e dessas alianças surgiram ideias nacionalistas, liberais e socialistas.

25 Entre as décadas de 1830 e 1870 do século XIX, eclodiram diversos movimentos revolucionários que provocaram diversas transformações nas nações da Europa Ocidental. Marque a opção que apresenta corretamente um desses movimentos.

- (a) A Revolução de 1830, na França, foi motivada por ideias liberais que se opunham aos objetivos restauradores do Congresso de Viena.

- (b) A Revolução de 1848, na Itália, foi um movimento que pregava a descentralização republicana, provocando a queda da monarquia italiana.
- (c) A Revolução de 1848, na Confederação Germânica, foi provocada pelos ideais da restauração monárquica, propondo a unificação alemã sob a Casa Real austríaca.
- (d) A Revolução de 1848, na França, proclamou o Segundo Império, instituindo uma política de nacionalidades ligada ao Congresso de Viena.
- (e) A Comuna de Paris, em 1871, caracterizou-se por ser um movimento liberal e burguês que criou a primeira experiência de autogestão democrática, apoiada pelo governo da Terceira República francesa recém-instalada.

26 Qual dos países abaixo não passou por nenhuma das várias revoluções políticas que marcaram a Europa no século XIX?

- (a) Itália
- (b) Espanha
- (c) Inglaterra
- (d) Alemanha
- (e) França

27 Unesp Na história da França, a Revolução de 1848 ficou como algo muito diferente de uma reedição bem-sucedida da Revolução de 1830. Suscitou esperanças que, bem mais que liberais e patrióticas, foram também sociais. E não pretendeu corrigir apenas o funcionamento da máquina política, mas também o da sociedade humana.

Maurice Agulhon. *O aprendizado da República*, 1848.

Explique os aspectos da Revolução de 1848 que suscitaram “esperanças sociais”.

28 Uerj 2008 A União Europeia dá continuidade ao seu processo de ampliação. Com o ingresso da Bulgária e Romênia em 2007, o bloco passa a contar com 27 países-membros.

Disponível em: <www.dw-world.de>.

Vem de longe o esforço europeu para desenvolver estratégias que garantam a paz e o equilíbrio entre as nações que formam o continente. No século XIX, por exemplo, a tentativa realizada pelas nações participantes do Congresso de Viena (1814-1815) foi rompida com a unificação alemã, fruto da política empreendida por Bismarck.

Apresente dois objetivos do Congresso de Viena e um efeito da unificação alemã sobre as relações políticas europeias estabelecidas na época.

29 A unificação italiana, no final do século XIX, ameaçou a integridade territorial da Igreja. Esse impasse resultou:

- (a) no reforço dos sentimentos nacionalistas na Itália, provocando a expropriação das terras da Igreja.
- (b) no envolvimento da Igreja em lutas nacionais, criando congregações para a expansão do Catolicismo.
- (c) na adoção de atitudes liberais pelo papa Pio IX, como forma de deter as forças fascistas.
- (d) na assinatura do Tratado de Latrão, em 1929, quando Mussolini criou o estado do Vaticano.
- (e) no “Risorgimento”, processo em que segmentos ligados à Igreja defenderam a Itália independente.

30 “Fizemos a Itália, agora temos de fazer os italianos”. “Em vez de a Prússia se fundir na Alemanha, a Alemanha se fundiu na Prússia”.

Essas duas frases sobre as unificações italiana e alemã:

- (a) aludem às diferenças que as marcaram, pois enquanto a alemã foi feita em benefício da Prússia, a italiana, como demonstra a escolha de Roma para capital, contemplou todas as regiões.
- (b) apontam para suas semelhanças, isto é, para o caráter autoritário e incompleto de ambas, decorrentes do passado fascista na Itália, e do nazista na Alemanha.
- (c) chamam a atenção para o caráter unilateral e autoritário das duas unificações, impostas pelo Piemonte, na Itália, e pela Prússia, na Alemanha.
- (d) escondem suas naturezas contrastantes, pois a alemã foi autoritária e aristocrática e a italiana foi democrática e republicana.
- (e) tratam da unificação da Itália e da Alemanha, mas nada sugerem quanto ao caráter impositivo do processo, liderado por Cavour na Itália e por Bismarck na Alemanha.

31 UFRN Sobre a unificação alemã no século XIX, Marionilde Magalhães afirma: Desde o final do século XVIII, a criação de inúmeras associações resultou num determinado patriotismo cultural e popular, num território dividido em estados feudais dominados por uma aristocracia retrógrada. Tais associações se dirigem à nação teuta, enfatizando o idioma, a cultura e as tradições comunitárias, elementos para a elaboração de uma identidade coletiva, independentemente do critério territorial. E, de fato, esse nacionalismo popular, romântico-ilustrado (uma vez que pautado no princípio da cidadania e no direito à autodeterminação dos povos), inspirará uma boa parcela dos revolucionários de 1848. Mas não serão eles a unificar a Alemanha. Seus herdeiros precisarão aguardar até 1871, quando Bismarck realiza uma revolução de cima, momento em que, em virtude do poder econômico e da força militar da Prússia, a Alemanha se unifica como Estado forte, consolidando-se a sua trajetória rumo à modernização.

Marionilde D. B. de Magalhães. “A reunificação: enfim um país para a Alemanha?” *Revista Brasileira de História*; v. 14, n. 28, São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1994. p.102. (Adapt.).

Tendo-se como referência essas considerações, pode-se concluir que:

- (a) o principal fator que possibilitou a unificação alemã foi o desenvolvimento econômico e social dos estados germânicos, iniciado com o estabelecimento do *Zollverein* – liga aduaneira que favoreceu os interesses da burguesia.
- (b) a unificação alemã atendeu aos interesses de uma aristocracia rural desejosa de formar um amplo mercado nacional para seus produtos, alicerçando-se na ideia do patriotismo cultural e do nacionalismo popular.
- (c) na Alemanha, a unificação nacional ocorreu, principalmente, em virtude da formação de uma identidade coletiva baseada no idioma, na cultura e nas tradições comuns.
- (d) na Alemanha, a unificação política pôde ultrapassar as barreiras impostas pela aristocracia territorial, que via no desenvolvimento industrial o caminho da modernização.

32 UEL As unificações italiana e alemã alteraram profundamente o quadro político da Europa no século XIX, rearticulando um equilíbrio de forças que resultaria na:

- (a) Primeira Guerra Mundial.
- (b) Revolução dos Cravos.
- (c) Guerra Civil Espanhola.
- (d) Revolta dos Cipaios.
- (e) Segunda Guerra Mundial.

33 Assinale a alternativa incorreta a respeito da unificação italiana.

- (a) Os franco-piemonteses vencem os austríacos em Magenta e Soferino em 1859, com o auxílio de Napoleão III.
- (b) O Reino das Duas Sicílias, governado pela família Bourbon, foi conquistado por Garibaldi e seus camisas vermelhas em apenas alguns meses, em 1860.
- (c) Veneza foi entregue aos italianos em 1866 como recompensa por terem participado da Guerra das Sete Semanas ao lado da Prússia contra a Áustria.
- (d) Vítor Emanuel II tentou proclamar-se, em 1861, rei da Itália, mas foi impedido pelo conde de Cavour.
- (e) A unificação italiana completou-se em 1870 quando ao eclodir a Guerra Franco-Prussiana, as tropas francesas deixaram a Itália, possibilitando a anexação de Roma, que se tornou a capital do reino.

34 Indique os pontos comuns aos processos de unificação da Itália e da Alemanha.

35 Os movimentos nacionais, na Alemanha e na Itália, na segunda metade do século XIX, além das diferenças políticas, têm como objetivo a:

- (a) unidade política e econômica como requisito para o desenvolvimento capitalista através do fortalecimento do Estado e da integração geográfica dos mercados.
- (b) independência econômica ante a intervenção econômica inglesa com a manutenção de estruturas de produção medievais.
- (c) valorização do arianismo como instrumento de recuperação do homem germânico e italiano e criador do “espaço vital”.
- (d) construção de um Estado forte inspirado nos modelos orientais como base política para a recuperação da posição que Itália e Alemanha haviam ocupado no final do século XVIII.
- (e) manutenção de uma política de proteção territorial com os interesses franceses resultantes da expansão napoleônica assentados em uma perspectiva política conservadora.

36 Acerca da unificação italiana (século XIX) e de seus desdobramentos, assinale a alternativa correta.

- (a) A burguesia e o proletariado urbano, influenciados pelas ideias do materialismo histórico, queriam um Estado nacional democrático, desde que a unificação fosse feita em termos socialistas.

- (b) A miséria de grande parte dos habitantes do sul fez surgir o banditismo organizado, modificando o caráter das antigas sociedades secretas (Camorra, Máfia e a Cosa Nostra) e impedindo que essa região fosse incorporada ao Reino da Itália.
- (c) A unificação política italiana, consagrada por plebiscitos populares, em cada uma das regiões anexadas, beneficiou exclusivamente a população do norte da península, porque a unificação dos impostos e mercados favoreceu às áreas industrializadas.
- (d) No sul, a pouca disponibilidade de capitais, agravada pela padronização dos impostos, promoveu o aparecimento de pequenos proprietários, uma vez que os antigos latifúndios foram repartidos e levados a leilão.
- (e) A maior interessada na unificação italiana era a alta burguesia, pois a unificação garantiria a continuidade do desenvolvimento interno e lhe permitiria concorrer no mercado exterior.

37 As unificações alemã e italiana, em 1860-1871, aconteceram, segundo os historiadores, a partir da chamada “via prussiana”. Isso significa que:

- (a) foram realizadas de cima para baixo, isto é, a partir de uma aliança entre a burguesia e a aristocracia.
- (b) as mudanças ocorridas naqueles países correspondiam às expectativas plenas dos trabalhadores.
- (c) as mudanças foram feitas de baixo para cima, isto é, a partir de uma aliança entre setores populares e setores intelectuais da classe média.
- (d) as transformações políticas na Itália e na Alemanha verificam-se a partir de intervenções de potências estrangeiras, especialmente da Prússia.
- (e) em ambos os casos, predominou a tendência que defendia um Estado com forte orientação democrática.

38 A unificação da Alemanha processou-se sob a hegemonia da Prússia devido:

- (a) à vitória militar da Prússia sobre a Rússia czarista.
- (b) ao desenvolvimento industrial e comercial dessa região.
- (c) à intervenção da Inglaterra e do Império Austro-Húngaro.
- (d) à fraqueza política da burguesia liberal alemã.
- (e) aos entendimentos havidos entre Napoleão e Guilherme I.

39 Antes de 1871, a Alemanha não era propriamente um país, mas um território politicamente dividido em trinta e nove pequenos estados. Porém, desde 1834, o seu mercado encontrava-se unificado através do *Zollverein*. E foi sobre essa base que se construiu o Império Alemão, em 1871.

- a) Cite o estado alemão que liderou a mencionada unificação.
- b) Esclareça no que consistiu o *Zollverein*.

TEXTO COMPLEMENTAR

Discurso de Giuseppe Mazzini, um dos líderes da unificação italiana

“Somos um povo de 21 a 22 milhões de habitantes designado há muito tempo pelo nome de italiano, encerrado entre os limites naturais mais precisos já traçados por Deus: o mar e as montanhas mais altas da Europa. Falamos a mesma língua, temos as mesmas crenças, os mesmos costumes e os mesmos hábitos.

Orgulhamo-nos igualmente do mais glorioso passado político da história da Europa. Não temos mais bandeira, nem nome político, nem posição entre as nações europeias. Estamos desmembrados em sete estados, sem aliança, sem unidade, sem ligação entre si.

Não existe liberdade de imprensa, nem de associação, nem de expressão, nem de petição coletiva, nem de importação de livros estrangeiros, nem de educação, nem de nada. Um desses estados, cujo território compreende uma quarta parte desta península, pertence à Áustria; os outros submetem-se cegamente à sua influência.”

Giuseppe Mazzini. “A Itália, a Áustria e o papa. 1845”. In: *Coletânea de documentos históricos para o 1 Grau: 5 a 8 séries*. São Paulo, SE/Cenp, 1981. p. 90.

Como Marx observa o golpe de Luís Bonaparte na França

“Hegel observa, em uma das suas obras, que todos os fatos e personagens de grande importância na história do mundo ocorrem, por assim dizer, duas vezes. E esqueceu-se de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa. Caussidière por Danton, Luís Blanc por Robespierre, a Montanha de 1848-1851 pela Montanha de 1793-1795, o sobrinho pelo tio. E a mesma caricatura ocorre nas circunstâncias que acompanham a segunda edição do 18 Brumário!

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar-se nessa linguagem emprestada. Assim, Lutero adotou a máscara do apóstolo Paulo, a Revolução de 1789-1814 vestiu-se alternadamente como a República Romana e como o Império Romano e a Revolução de 1848 não soube fazer nada melhor que parodiar ora 1789, ora a tradição revolucionária de 1793-1795. [...]

Os heróis, os partidos e as massas da velha Revolução Francesa desempenharam a tarefa de libertar e instaurar a moderna sociedade burguesa, em trajes romanos e com frases romanas. Os primeiros reduziram a pedaços a base feudal e deceparam as cabeças feudais que sobre ela haviam crescido. Napoleão, por seu lado, criou na França as condições sem as quais não seria possível desenvolver a livre concorrência, explorar a propriedade territorial dividida e utilizar as forças produtivas industriais da nação que tinham sido libertadas; além das fronteiras da França, ele varreu

por toda parte as instituições feudais na medida em que isto era necessário para dar à sociedade burguesa da França um ambiente adequado e atual no continente europeu.

Uma vez estabelecida a nova formação social, os colossos antediluvianos desapareceram, e com eles a Roma ressurrecta – os Brutus, os Gracos, os Públicolas, os tribunos, os senadores e o próprio César. A sociedade burguesa, com seu sóbrio realismo, havia gerado seus verdadeiros intérpretes e porta-vozes. [...] Inteiramente absorta na produção de riqueza e na concorrência pacífica, a sociedade burguesa não mais se apercebia de que fantasmas dos tempos de Roma haviam velado seu berço. Mas, por menos heroica que se mostre hoje esta sociedade, foi não obstante necessário heroísmo, sacrifício, terror, guerra civil e batalhas de povos para torná-la uma realidade. [...]

De 1848 a 1851, o fantasma da velha revolução anda em todos os cantos [...] até o aventureiro de aspecto vulgar e repulsivo que se oculta sob a férrea máscara mortuária de Napoleão. Todo um povo que pensava ter comunicado a si próprio um forte impulso para adiante, por meio da Revolução, se encontra de repente trasladado a uma época morta. E para que não possa haver sombra de dúvida quanto ao retrocesso, surgem novamente as velhas datas, o velho calendário, os velhos nomes, os velhos éditos, que já se haviam tornado assunto de erudição, de antiquário, e os velhos esbirros da lei que há muito pareciam desfeitos na poeira dos tempos. [...] Os franceses, enquanto estiveram empenhados em uma revolução, não podiam livrar-se da memória de Napoleão, como provaram as eleições de 10 de dezembro. Diante dos perigos da revolução, ansiavam por voltar à abundância do Egito, e o 2 de dezembro de 1851 foi a resposta. Não só fizeram a caricatura do velho Napoleão, como geraram o próprio velho Napoleão, caricaturado, tal como deve acontecer, necessariamente, em meados do século XIX”.

Karl Marx. “O 18 Brumário de Luís Bonaparte”. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra. p. 17-20.

Prefácio de Engels à edição de *O Capital*

“Desde que há no mundo capitalistas e operários, jamais foi publicado um só livro que tenha para os operários a importância deste. Nele se estuda cientificamente, pela primeira vez, a relação que existe entre o capital e o trabalho, eixo em torno do qual gira todo o sistema da sociedade moderna, o que é feito com uma profundidade e um rigor só possíveis para um alemão. Por mais valiosas que sejam e continuem a ser sempre as obras de um Owen, de um Saint-Simon, de um Fourier, teria que ser um alemão que escalasse os cimos de onde se domina, claro e nítido, todo o campo das modernas relações sociais.

A economia política em uso nos ensina que o trabalho é a fonte de toda a riqueza e a medida de todos os valores, de tal modo que dois objetos cuja produção haja custado o mesmo tempo de trabalho encerram idêntico valor e, como em regra, só podem ser trocados entre si valores iguais, esses objetos devem ser

trocados um pelo outro. Mas ao mesmo tempo nos ensina que há uma espécie de trabalho acumulado, ao qual essa economia dá o nome de capital e que esse capital, graças aos recursos auxiliares que encerra, eleva em cem e mil vezes a capacidade produtiva do trabalho vivo, e isso reivindica uma certa remuneração, que se conhece com o nome de lucro. Todos sabemos o que acontece na realidade: enquanto os lucros do trabalho morto, acumulado, crescem em proporções cada vez mais assombrosas e os capitais dos capitalistas se tornam cada vez mais gigantescos, o salário do trabalho vivo se reduz cada vez mais e a massa dos operários, que vivem exclusivamente dos salários, se torna cada vez mais numerosa e mais pobre. Como se resolve essa contradição? Como é possível que o capitalista obtenha lucro, se ao operário é pago o valor integral do trabalho que incorpora a seu produto? Como a troca supõe sempre valores iguais, parece que tem necessariamente de ser assim. Mas, por outro lado, como podem trocar-se valores iguais e como pode ser retribuído ao operário o valor integral de seu produto se, como reconhecem muitos economistas, esse produto se distribui entre o operário e o capitalista? Diante dessa contradição, a economia usual coloca-se numa posição de perplexidade e não sabe senão escrever ou balbuciar algumas frases confusas que nada dizem.

Tampouco os críticos socialistas da economia política, anteriores à nossa época, fizeram algo além de revelar a contradição. Ninguém conseguiu resolvê-la até que Marx, por fim, analisou o processo de formação do lucro, reportando-se à sua verdadeira fonte e esclarecendo, desse modo, todo o problema.

Em sua pesquisa sobre o capital, Marx parte do fato simples e notório de que os capitalistas aumentam o seu capital por meio da troca, comprando mercadorias com seu dinheiro para vendê-las, em seguida, por mais do que lhe custaram. [...] Esse excedente é o que Marx chama de mais-valia. De onde nasce esta mais-valia?

Os economistas partem do pressuposto que só se trocam valores iguais e isso, no campo da teoria abstrata, é exato. [...] A mais-valia, porém, não pode brotar tampouco do fato de que os vendedores coloquem as suas mercadorias por mais do que valem ou de que os compradores as obtenham por menos de seu valor, dado que os que agora são compradores em seguida são vendedores e, portanto, o que ganham num caso perdem no outro. Nem pode provir também de que os compradores e vendedores se enganem uns aos outros, pois isso não criaria nenhum valor novo ou mais-valia e sim levaria apenas a uma mudança na distribuição do capital existente entre os capitalistas. E no entanto, apesar de comprar e vender as mercadorias pelo que valem, o capitalista extrai delas maior valor do que investiu. Como se explica isso?

Sob o regime social vigente, o capitalista encontra no mercado uma mercadoria que possui a singular qualidade de, no consumir-se, engendrar novo valor, criar um novo valor; essa mercadoria é a força de trabalho.

Qual é o valor da força de trabalho? Mede-se o valor de toda mercadoria pela quantidade de trabalho necessário para produzi-la. A força de trabalho existe sob a forma do operário vivo, que precisa de uma quantidade de meios de existência para viver e, além disso, manter a sua família, que assegure a sobrevivência da força de trabalho depois da sua morte. O tempo de trabalho necessário para produzir esses meios de subsistência representa, portanto, o valor da força de trabalho. O capitalista paga-o semanalmente ao operário, comprando assim o uso do seu trabalho durante uma semana. Até aqui os senhores economistas estarão mais ou menos de acordo conosco no que se refere ao valor da força de trabalho.

O capitalista põe seu operário a trabalhar. Ao fim de determinado período, o operário lhe fornece a quantidade representada por seu salário semanal. Suponhamos que o salário semanal de um operário equivale a três dias de trabalho; se o operário começa a trabalhar na segunda-feira, terá reembolsado ao capitalista na tarde de quarta-feira o valor integral de seu salário. Mas deixa ele de trabalhar depois disso? Não.

O capitalista lhe comprou o trabalho de uma semana: o operário tem, portanto, de continuar trabalhando os três dias que faltam para completar a semana. Esse sobretrabalho do operário, depois de cobrir o tempo necessário para reembolsar ao patrão o seu salário, é a fonte da mais-valia, do lucro, do incremento progressivo do capital.

[...]

E não se diga que é uma suposição arbitrária o fato de o operário ressarcir em três dias, trabalhando, o salário que recebe e, durante os três dias restantes, trabalhar para o capitalista. No momento, não nos preocupa absolutamente, e isso depende das circunstâncias, saber se para a reposição do salário são necessários exatamente três dias, ou dois ou quatro. O importante é que, além do trabalho pago, o capitalista obtém do operário trabalho que não lhe retribui.

É isso não é nenhuma suposição arbitrária, pois no dia em que o capitalista, a longo prazo, só obtiver do operário o trabalho que lhe paga mediante salário, fecharia a fábrica, uma vez que todo o seu lucro iria por água abaixo.”

Friedrich Engels. Prefácio à edição de *O Capital*, em Karl Marx e Friedrich Engels, *Textos*. Edições Sociais. v. 2. p. 25-27.

RESUMINDO

Foi ao longo do século XIX que o Capitalismo consolidou-se como modo de produção dominante. Varrendo os últimos resquícios da velha ordem, que buscou um novo sopro de vida no Congresso de Viena, a burguesia impôs o seu domínio em toda a Europa e, com ele, sua visão de mundo e seus valores. Paralelamente a isso, e numa reação inevitável, as negações ao domínio burguês e ao mundo capitalista intensificaram-se e deram origem ao pensamento socialista e ao movimento operário.

Confrontos como os verificados nas Revoluções de 1848, na Comuna de Paris e nas lutas pela unificação da Itália mostram o caráter irreconciliável entre esses dois universos. Entretanto, o resultado de todos esses movimentos deixa clara a supremacia burguesa e sua capacidade de impor o seu domínio em todos os Estados surgidos dos vários processos revolucionários do período.

■ QUER SABER MAIS?



FILME

- O Leopardo. Direção de Lucchino Visconti. DVD. França: Titanus, 1963. 187 min., colorido, legendado.

Exercícios complementares

1 Unicamp 2003 O Liberalismo tomou-se ideologia predominante na sociedade ocidental a partir da segunda metade do século XIX.

- Quais direitos naturais que o Liberalismo se propõe a garantir?
- Quais as principais características do Liberalismo econômico?
- Quais correntes de pensamento se opuseram ao liberalismo no século XIX?

2 Fuvest 2008 *O livre-comércio é um bem – como a virtude, a santidade e a retidão – a ser amado, admirado, honrado e fidamente adotado, por si mesmo, ainda que todo o resto do mundo ame restrições e proibições, que, em si mesmas, são males – como o vício e o crime – a serem odiados e detestados sob quaisquer circunstâncias e em todos os tempos.*

The Economist, 1848.

Tendo em vista o contexto histórico da época, tal formulação favorecia particularmente os interesses:

- do comércio internacional, mas não do inglês.
- da agricultura inglesa e da estrangeira.
- da indústria inglesa, mas não da estrangeira.
- da agricultura e da indústria estrangeiras.
- dos produtores de todos os países.

3 Fatec A reação operária aos efeitos da Revolução Industrial fez surgirem críticos ao progresso industrial, os quais propunham reformulações sociais e a construção de um mundo mais justo – os teóricos socialistas. Sabe-se que:

- Pierre Joseph Proudhon propunha a formação de uma sociedade em que não haveria ociosos nem exploração do homem pelo homem.
- Robert Owen tornou-se o líder do anarquismo terrorista ao apontar a violência como a única forma de alcançar uma sociedade sem Estado e sem desigualdade.
- Friederich Engels acreditava ser possível reorganizar a sociedade com a criação dos falanstérios, fazendas coletivistas agroindustriais.
- Charles Fourier implantou na Escócia uma comunidade de alto padrão e de igualdade absoluta; contudo, suas críticas à propriedade e à religião o forçaram a abandonar a Grã-Bretanha.
- Karl Marx considerava inevitável a ação política do operariado, a Revolução Socialista, que inauguraria a construção de uma nova sociedade.

4 Fuvest *No final do século XIX, a Europa Ocidental torna-se teatro de atentados contra as pessoas e contra os bens. Sem poupar os países do Norte... esta agitação afeta mais a França, a Bélgica e os estados do sul... Na Itália e na Espanha, provoca ou sustenta revoltas camponesas. Numerosos e espetaculares atentados são cometidos contra soberanos e chefes de governo.*

R. Schnerb. *O Século XIX*, 1969.

O texto trata das ações empreendidas, em geral, por:

- anarquistas.
- fascistas.
- comunistas.
- militaristas.
- fundamentalistas.

5 PUC-Rio 2009 Leia, com atenção, os textos a seguir.

Documento 1

Defendi por quarenta anos o mesmo princípio: liberdade em cada coisa, na religião, na filosofia, na literatura, na indústria, na política; e por liberdade entendo o triunfo da individualidade, seja sobre a autoridade que gostaria de governar de forma despótica, seja sobre as massas que reclamam o direito de sujeitar a minoria à maioria.

Documento 2

Detesto a comunhão, porque é a negação da liberdade e porque não concebo a humanidade sem liberdade. Não sou comunista, porque o comunismo concentra e engole, em benefício do Estado, todas as forças da sociedade; porque conduz inevitavelmente à concepção da propriedade nas mãos do Estado, enquanto eu proponho [...] a extinção definitiva do princípio mesmo da autoridade e tutela, próprios do Estado, o qual, com o pretexto de moralizar e civilizar os homens, conseguiu [...] somente escravizá-los, persegui-los e corrompê-los.

Nos documentos anteriores, estão expressas duas visões da realidade social elaboradas no século XIX representativas das ideias:

- do Liberalismo e do Socialismo utópico.
- da doutrina social da Igreja e do Socialismo científico.
- do Socialismo utópico e do Anarquismo.
- do Liberalismo e do Anarquismo.
- da doutrina social da Igreja e do Socialismo utópico.

6 UEG O movimento operário europeu conheceu, durante o século XIX, períodos de ascensão e refluxo, vinculados, em certa medida, ao emprego progressivo de máquinas no processo produtivo, que levou à substituição gradual da mão de obra operária. Com base no exposto, julgue as proposições que se seguem.

- I. O Ludismo, no início do século XIX, propunha-se a resolver o problema da miséria social através da destruição do maquinário. Essa iniciativa possibilitou a resolução parcial da crise, visto que os trabalhadores foram beneficiados com leis mais flexíveis no que se refere à redução de sua carga de trabalho.
- II. O Cartismo, movimento popular que reivindicava reformas nas condições de trabalho e direitos políticos para os trabalhadores, representou uma das primeiras manifestações organizadas do operariado inglês.
- III. As Revoluções de 1848 representaram uma novidade para o panorama político europeu, resultando na emergência de ideologias políticas heterogêneas, tais como Nacionalismo, Liberalismo e Socialismo.

Marque a alternativa correta.

- (a) Apenas as proposições I e II são verdadeiras.
- (b) Apenas as proposições II e III são verdadeiras.
- (c) Apenas as proposições I e III são verdadeiras.
- (d) Apenas a proposição I é verdadeira.
- (e) Todas as proposições são verdadeiras.

7 PUC-PR 2007 As Revoluções liberais burguesas inspiraram-se em ideias de intelectuais iluministas que muito valorizavam a razão, procurando explicações racionais para todas as coisas. Dentre essas ideias, as que mais estavam diretamente relacionadas àqueles movimentos revolucionários eram:

- I. a liberdade individual era um entrave ao funcionamento do Estado e deveria ser abolida.
- II. o Estado nada mais era do que o poder conjunto de todos os membros da sociedade, poder este limitado.
- III. o poder político deve ser indivisível e uno, pois somente assim pode atender suas finalidades.
- IV. em oposição ao Antigo Regime, a centralização administrativa devia concentrar os poderes políticos.
- V. o Mercantilismo deveria ser substituído pelo Liberalismo, em oposição a qualquer tipo de regulamentação.

São corretas as afirmações:

- (a) I e IV.
- (b) I e III.
- (c) II e V.
- (d) III e IV.
- (e) IV e V.

8 UFRR Leia o texto a seguir.

As Revoluções de 1848[...] tiveram muito em comum, não apenas pelo fato de terem ocorrido quase simultaneamente, mas também porque seus destinos estavam cruzados, todas possuíam um estilo e sentimento comuns, uma atmosfera curiosamente romântico-utópica e uma retórica similar, [...] Era a primavera dos povos – e, como primavera, não durou.

Eric J. Hobsbawm. *A Era do capital*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 33.

A chamada “Primavera dos Povos”, por sua amplitude e radicalidade, apresentou-se como uma enorme esperança de mudanças políticas e sociais no continente europeu e até fora dele (influência na Revolução Praieira em Pernambuco). A opção que caracteriza corretamente um dos movimentos revolucionários daquele período é:

- (a) Em 1848, a rebelião popular em Viena não conseguiu depor o ministro Metternich, dado o apoio do Império Russo ao governo conservador.
- (b) Na França, a partir da Revolução de Fevereiro, formou-se um governo com a participação de socialistas, responsável pela criação das Oficinas Nacionais.
- (c) Influenciada pela rebelião ocorrida em Viena, a Lombardia-Veneza rebelou-se contra os austríacos, com sucesso, tornando-se o centro do processo de unificação italiana.
- (d) Como resistência à invasão prussiana, operários franceses tomaram as ruas e ocuparam as prefeituras das cidades, gerando o movimento da Comuna de Paris, primeiro governo socialista vitorioso da história da humanidade.
- (e) Na França, a classe média, com o apoio dos camponeses, pequenos proprietários, rebelou-se contra Luís Bonaparte, que, apoiado pela burguesia, deu Golpe de Estado e implantou uma ditadura.

9 UFU No início de 1848, o eminente pensador político francês Alexis de Tocqueville tomou a tribuna da Câmara dos Deputados para expressar sentimentos que muitos europeus partilhavam: “Nós dormimos sobre um vulcão... Os senhores não perceberam que a terra treme mais uma vez? Sopra o vento das revoluções, a tempestade está no horizonte.” 1848 foi a primeira revolução potencialmente global [...] foi a única a afetar tanto as partes desenvolvidas quanto as atrasadas do continente. Foi ao mesmo tempo a mais ampla e a menos sucedida desse tipo de revolução.

Eric Hobsbawm. *A Era do capital: 1848 - 1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

A respeito desse contexto histórico, marcado pela chamada “Primavera dos Povos”, podemos afirmar que:

- I. na França, as barricadas foram empreendidas pelos camponeses, influenciados pelos ideais nacionalistas, e estas promoveram, após a tomada do poder pelos rebeldes e a restauração da Monarquia, o enfraquecimento do Liberalismo burguês e a democracia representativa em nome da democracia direta.
- II. a crise econômica que assolava a Europa, agravada por pragas e pela seca, prejudicou os camponeses, levando-os às ruas em apoio às novas ideologias baseadas nas ideias socialistas, divulgadas com a publicação do Manifesto Comunista de Karl Marx e Friedrich Engels, em 1848.
- III. as Revoltas de 1848, embora tivessem se alastrado pela Europa, não tiveram repercussão no Brasil. Em função do seu caráter fragmentado e das disputas internas entre nacionalistas e liberais, dificultaram os processos de unificações da Itália e Alemanha.
- IV. as diferentes ondas revolucionárias da Primavera dos Povos tiveram em comum o espírito romântico, a construção de barricadas, as bandeiras coloridas e o ideal de liberdade, pondo em xeque o poder e a tradição aristocrática europeia.

Assinale a alternativa correta.

- (a) Apenas I e II são corretas.
- (b) Apenas II e IV são corretas.
- (c) Apenas III e IV são corretas.
- (d) Apenas I e III são corretas.

10 Unifesp O movimento revolucionário de 1848, que abalou, mas não destruiu, a ordem social vigente na Europa, pode ser caracterizado como um conflito no qual:

- (a) a burguesia, ou frações desta classe, ante o perigo representado pelo proletariado, tomou o poder e adotou uma atitude francamente repressiva.
- (b) o campesinato, em luta encarniçada contra a nobreza, abriu espaço para a burguesia tomar o poder.
- (c) a nobreza, diante da ameaça representada pela burguesia, fez concessões ao proletariado para se manter no poder.
- (d) o proletariado, embora fosse uma classe já madura e com experiência, ficou a reboque dos acontecimentos.
- (e) não houve luta de classes, e sim disputas derivadas das tensões e contradições existentes entre ricos e pobres.

11 Unifesp 2006 *Signos infalíveis anunciam que, dentro de poucos anos, as questões das nacionalidades, combinadas com as questões sociais, dominarão sobre todas as demais no continente europeu.*

Henri Martin, 1847.

Tendo em vista o que ocorreu século e meio depois dessa declaração, pode-se afirmar que o autor:

- (a) estava desinformado, pois naquele momento tais questões já apareciam como parcialmente resolvidas em grande parte da Europa.
- (b) soube identificar, nas linhas de força da história europeia, a articulação entre intelectuais e Nacionalismo.
- (c) foi incapaz de perceber que as forças do antigo regime eram suficientemente flexíveis para incorporar e anular tais questões.
- (d) demonstrou sensibilidade ao perceber que aquelas duas questões estavam na ordem do dia e como tal iriam por muito tempo ficar.
- (e) exemplificou a impossibilidade de se preverem as tendências da história, tendo em vista que uma das questões foi logo resolvida.

12 UEM *Em 1848, a Europa foi varrida por uma nova onda de revoluções que, pela primeira vez, contaram com ativa participação política da classe operária. Nesse ano, enquanto o continente era sacudido pela "primavera dos povos", ocorreu a publicação do Manifesto Comunista, assinalando o surgimento do socialismo científico, cujos fundadores foram Karl Marx e Friedrich Engels. A passagem do socialismo utópico para o científico representou a passagem da infância para a maturidade política do proletariado industrial.*

L. I. A. Mello e L. C. A. Costa. *História Moderna e Contemporânea*. São Paulo: Scipione, 1993.

Em relação ao Manifesto Comunista, de Marx e de Engels, assinale o que for correto.

- 01 Marx e Engels combatiam a sociedade capitalista apelando para que os burgueses abrissem mão de suas propriedades e organizassem uma sociedade socialista.
- 02 Marx e Engels afirmavam que a divisão da sociedade em classes seria determinada por fatores de ordem econômica e, sobretudo, pela existência da propriedade privada. Os interesses econômicos antagônicos estavam na base do conflito entre as classes sociais, e essa luta, por sua vez, constituiria a força motriz das grandes transformações históricas.
- 04 Segundo Marx e Engels, a história é a história das lutas de classes, que, na sociedade capitalista, caracteriza-se pelo antagonismo social entre a burguesia industrial e a nobreza encastelada, ávida para reconquistar sua condição de classe dominante.
- 08 Marx e Engels escreveram o Manifesto Comunista com o objetivo de mostrar ao mundo que existia uma teoria consolidada que propunha o fim da propriedade privada dos meios de produção.
- 16 Marx e Engels entendiam que a construção da nova sociedade passaria necessariamente por uma revolução que faria a destruição violenta da burguesia e promoveria a socialização dos meios de produção.

Soma =

Textos para as questões 13 e 14.

Considere os textos a seguir, que se referem a dois momentos distintos da história alemã: respectivamente, à unificação do Estado nacional, no século XIX, e ao período Nazista, no século XX.

O próprio Bismarck parece não ter-se preocupado muito com o simbolismo, a não ser pela criação de uma bandeira tricolor, que unia a branca e preta prussiana com a nacionalista liberal preta, vermelha e dourada [...].

Eric Hobsbawm. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 281.

Hitler escreve a propósito da bandeira: "como nacional-socialistas, vemos na nossa bandeira o nosso programa. Vemos no vermelho a ideia social do movimento, no branco a ideia nacionalista, na suástica a nossa missão de luta pela vitória do homem ariano e, pela mesma luta, a vitória da ideia do trabalho criador que como sempre tem sido, sempre haverá de ser antisemita".

Wilhelm Reich. *Psicologia de massas do fascismo*. São Paulo: Martins Fontes, 1988. p. 94-5.

13 PUC-SP 2006 A composição das duas bandeiras a que os textos se referem presta-se, nos dois casos, a:

- (a) representar o caráter socialista do Estado alemão moderno, daí a presença do vermelho nas duas bandeiras.
- (b) identificar o projeto político vitorioso e dominante com o conjunto da sociedade e com o Estado alemão.
- (c) defender a paz conquistada após os períodos de guerra, daí a presença do branco nas duas bandeiras.
- (d) valorizar a diversidade de propostas políticas existentes, caracterizando a Alemanha como país democrático e plural.
- (e) demonstrar o caráter religioso e cristão do Estado alemão, daí a presença do preto nas duas bandeiras.

14 PUC-SP 2006 Sobre os processos e períodos históricos mencionados no texto, pode-se dizer que:

- (a) o Nazismo chegou ao poder por meio de um golpe militar, em 1933, e criou o Terceiro Império (*Reich*), iniciando um período de forte expansão e anexação territorial, que se manteve mesmo após sua derrota na Segunda Guerra Mundial.
- (b) a unificação ocorreu em 1848, na chamada “Primavera dos Povos”, quando trabalhadores se rebelaram contra a fragmentação política da Confederação Germânica e se aliaram à Áustria para conseguir a unidade nacional alemã.
- (c) o Nazismo foi derrotado ao final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, quando a Alemanha foi repartida entre os vencedores e sua capacidade de produção industrial foi destruída para que se tornasse um país agrícola, o “celeiro da Europa”.
- (d) a unificação envolveu diversos conflitos e fez nascer, em 1871, sob comando prussiano, o Segundo Império (*Reich*), iniciando um período de acelerada expansão econômica e militar alemã, que durou até a Primeira Guerra Mundial.
- (e) o Nazismo surgiu após a Primeira Guerra Mundial, em 1918, e pregou a necessidade de a Alemanha lutar contra comunistas e judeus, “inimigos internos”, mas aliar-se a países vizinhos de população branca e aariana, como França e Inglaterra.

15 UFRGS 2006 Entre as alternativas a seguir, assinale aquela que está correta em relação ao processo de unificação italiana, concluída na segunda metade do século XIX.

- (a) O Congresso de Viena concluiu o processo de integração nacional italiano na medida em que este veio ao encontro dos interesses das elites locais.
- (b) O processo de unificação nacional resultou das fortes pressões da burguesia do sul do país, cuja economia demandava um mercado interno homogêneo, dinâmico e integrado para a colocação da sua moderna produção industrial.
- (c) A construção do Estado Nacional implicou enfrentar e expulsar as tropas de ocupação pertencentes aos impérios britânico, russo e espanhol, estabelecidas na Península Itálica desde os acontecimentos de 1848.
- (d) O movimento de unificação partiu das áreas mais industrializadas, teve forte presença de uma burguesia interessada na ampliação do mercado interno e foi sustentado pela ideologia do Nacionalismo.
- (e) A consolidação da formação do Estado nacional italiano ocorreu com a anuência do papa Pio IX e o reconhecimento, pelo primeiro-ministro Cavour, da existência e da soberania do Estado do Vaticano, após as negociações da Questão Romana.

16 UFRGS 2007 A unificação alemã, habilmente arquitetada por Otto Von Bismarck, realizou-se em torno de guerras bem-sucedidas contra potências vizinhas. Assinale a alternativa correta em relação às motivações e aos acontecimentos que desencadearam esse processo de unificação.

- (a) A fragmentação política obstaculizava o pleno desenvolvimento comercial e industrial da região. A unificação promoveria um mercado ágil e ampliado, com condições de enfrentar a concorrência inglesa através da proteção governamental.
- (b) A unificação foi liderada pela Áustria, o mais poderoso dos estados germânicos e sucessora do extinto Sacro-Império, capaz de eliminar as pretensões da Prússia. Aliado da França, o país austríaco contou com o seu apoio para vencer as resistências germânicas do sul.
- (c) A constituição, redigida por Bismarck, inaugurou uma era democrática nos estados alemães, sob influência dos ideais da Revolução Francesa, baseados na soberania e na participação popular.
- (d) As decisões do Congresso de Viena, ao reconhecerem o direito de independência da Alemanha, foram fundamentais para a consolidação da unificação, pois inibiram as pretensões italianas aos territórios do sul da Alemanha.
- (e) O processo de unificação alemã contou com o apoio da França, que, acossada pela supremacia britânica, via no novo Estado um importante aliado na corrida imperialista.

17 Unesp 2004 As unificações políticas da Alemanha e da Itália, ocorridas na segunda metade do século XIX, alteraram o equilíbrio político e social europeu. Entre os acontecimentos históricos desencadeados pelos processos de unificações, encontram-se:

- (a) a ascensão do bonapartismo na França e o levante operário em Berlim.
- (b) a aliança da Alemanha com a Inglaterra e a independência da Grécia.
- (c) o Nacionalismo revanchista francês e a oposição do papa ao Estado italiano.
- (d) a derrota da Internacional operária e o início da União Europeia.
- (e) o fortalecimento do Império Austríaco e a derrota dos fascistas na Itália.

18 Uece 2008 O Movimento das Nacionalidades traz em si a concepção de Nacionalismo e reafirma os princípios liberais aplicados à ideia de Nação. Ao ressaltar elos étnicos, linguísticos e culturais, criam o arcabouço ideológico de algumas unificações europeias. Dos países unificados, no século XIX, destacam-se:

- (a) a Itália e a Alemanha.
- (b) a Rússia e a Inglaterra.
- (c) a Áustria e a França.
- (d) a Prússia e a Suíça.

Expansão e crise do Capitalismo

9

FRENTE 2

G. BORGES GAREN



Pintura de Gorges Garen (1889): Inauguração da Torre Eiffel para a Exposição Universal de 1889.

FRANK H. WURZEL



Soldados em uma trincheira usando máscara para gases durante a Primeira Guerra Mundial. A técnica e a ciência usadas na destruição.

Este capítulo tem dois elementos como temas centrais: a expansão do Capitalismo ao longo do século XIX, marcada pela Segunda Revolução Industrial e pelo Neocolonialismo e Imperialismo; e os efeitos dessa expansão, com as disputas por mercados e o aumento sensível da rivalidade entre as potências capitalistas, levando à Primeira Guerra Mundial.

A Segunda Revolução Industrial

A segunda metade do século XIX conheceu um novo processo de crescimento econômico e expansão da produção industrial, denominado Segunda Revolução Industrial. Diferentemente da Revolução Industrial do século XVIII, esta apresentou, muito além de um progresso eminentemente técnico, profundas transformações nos campos da organização da produção e das relações entre os países, gerando uma **nova expansão colonial** e uma nova realidade caracterizada pelo **Imperialismo**.

As revoluções burguesas do período significaram a possibilidade de intensificar a produção industrial em vários países, notadamente na Bélgica, Holanda, França, Itália e, principalmente, Alemanha. Fora da Europa, o processo de industrialização alcançou os Estados Unidos, particularmente após a vitória nortista na Guerra de Secessão, e o Japão. Não nos esqueçamos de que a industrialização, embora em menor escala, também foi característica de uma série de países, entre eles o Brasil, ao longo do Segundo Reinado. Claro que o nível de industrialização brasileiro é menor que o das grandes potências capitalistas, mas ele é significativo como um exemplo do quanto a indústria expandiu-se no período, rompendo os limites da Inglaterra, como havia sido no século XVIII.

O progresso técnico

O século XIX conheceu um imenso desenvolvimento técnico e científico em várias áreas do conhecimento. A própria ideologia da época privilegiou essencialmente a ciência, em uma exacerbação das concepções iluministas do século XVIII. É interessante notar, entretanto, que todo esse desenvolvimento científico ligou-se às necessidades de produção. Assim, as áreas nas quais se nota um maior progresso foram justamente aquelas cujo uso, em termos econômicos, era mais claro e imediato, como a Química, a Física e a Engenharia.

Além disso, houve a substituição do ferro pelo aço, como matéria-prima básica para a construção de máquinas, o que permitiu máquinas muito mais duráveis e com uma capacidade de produção sensivelmente maior.

Uma profunda revolução nos transportes também aconteceu no Século XIX. Nesse campo, o grande feito foi a utilização, em larga escala, da **ferrovia**, a qual representa uma aplicação do princípio básico da máquina a vapor ao transporte terrestre. Mais que isso, esse mesmo princípio foi aplicado à **navegação**. Com o surgimento dos navios a vapor, eles permitiram não apenas uma significativa redução do tempo gasto nas longas viagens marítimas, mas também um controle maior sobre a duração dessas viagens, uma vez que livrava a navegação da dependência em relação aos fenômenos naturais.

Ao mesmo tempo, o vapor deixou de ser a única fonte de energia. O final do século conheceu o uso da eletricidade e do petróleo. Houve também um notável desenvolvimento em duas outras áreas: a Medicina e a **patologia**. A primeira teve seu progresso ligado à indústria química, com evidente utilização da farmacologia. A segunda obteve um avanço significativo, de modo que os diagnósticos se tomassem muito mais precisos, ao mesmo tempo em que as medicações para o combate de várias moléstias fossem mais eficientes. A combinação

dessas duas áreas ocasionou um efeito bastante forte sobre a produção industrial, além de reduzir as taxas de mortalidade, com um aumento da expectativa média de vida, provocando um crescimento populacional.



Fig. 1 Locomotiva a vapor, um dos símbolos do crescimento capitalista no século XIX.

Evidentemente, esse aumento populacional significou a ampliação da mão de obra. Esse fato torna-se mais significativo ao compreendermos que também houve um avanço na agricultura, particularmente em função da indústria química, com a descoberta de fertilizantes e pesticidas, o que ampliou em muito a produtividade. Dessa forma, esse contingente adicional de mão de obra não era necessário na produção de alimentos, significando, portanto, um crescimento da mão de obra urbana, principalmente a ligada ao setor industrial.

Essas novas possibilidades geraram um novo surto de invenções. Ao contrário do século XVIII, no qual as invenções concentraram-se na Inglaterra, o século XIX teve a Alemanha como centro de progresso técnico, especialmente nos setores da indústria química, indústria de máquinas e ferramentas, engenharia pesada, energia elétrica e derivados de petróleo. Graças aos inventos de Werner Siemens, em 1914, a Alemanha produzia 35% da energia elétrica mundial; o motor a combustão interna de Gottlieb Daimler e Karl Benz revolucionou o sistema de transportes; e Rudolf Diesel inventou o combustível mais utilizado até hoje no transporte pesado, que conserva seu nome.



Fig. 2 Rudolf Diesel, engenheiro mecânico alemão, um dos exemplos do surto de invenções que marcou a Segunda Revolução Industrial.

Patologia

Especialidade médica que estuda as doenças e as alterações que estas provocam no organismo.

A concentração do capital

As transformações tecnológicas, incorporando uma produção de alto custo, a qual exigia altíssimos níveis de investimentos, provocaram uma das principais características da Segunda Revolução Industrial: a alteração na composição do capital. Os enormes custos envolvidos na implantação de indústrias, assim como o aumento da concorrência, bem como o longo tempo necessário para o retorno do investimento levaram à proliferação das **sociedades anônimas**, com a associação de capitais. Também liquidaram as pequenas e médias empresas (característica da primeira Revolução Industrial inglesa), por sua incapacidade de conseguir acompanhar uma concorrência que se dava pelo **volume** e pelo **baixo custo unitário** dos produtos. A livre-concorrência entre as empresas pela conquista do mercado consumidor fez com que o capital maior, naturalmente, engolisse o capital menor, concentrando-o. Esse capital concentrado, pelo domínio que exerce sobre o mercado, dado a ausência de concorrência, fez com que os lucros fossem maximizados, estabelecendo os preços e controlando a oferta. Esse capital monopolista manifesta-se pela constituição de dois novos tipos de empresas, os trustes e os cartéis.

O **Truste** é uma concentração vertical de capital, em que uma empresa controla todas as etapas produtivas de um determinado produto. Por exemplo, na Alemanha, as Indústrias Krupp possuíam as minas de carvão e de ferro, as siderúrgicas e as laminações para a produção de aço. Eram os únicos fornecedores de chapas de aço, além de fabricarem estruturas, armas e equipamentos de aço. Em outras palavras, qualquer produto remotamente associado ao aço era de fabricação da Krupp, o que caracteriza uma situação de monopólio interno.

O **Cartel** constitui-se em outra forma de concentração de capital, caracterizado pela atuação conjunta de várias empresas para monopolizarem o mercado. Mantém-se uma aparência de livre-concorrência, mas na verdade as empresas evitam a competição, fazendo uma divisão de mercados e definindo os preços, caracterizando uma situação de oligopólio interno.

Outro mecanismo de concentração de capital surgiu sob a forma de **holdings**, sociedades acionárias que controlam várias empresas de diferentes setores da economia. Essa diversificação das atividades permite a esses grupos acionários protegerem-se das crises, deslocando recursos para uma ou outra área de sua atuação, além de possibilitar um barateamento dos custos pela utilização dos serviços do mesmo grupo.

Seja na forma de truste, cartel ou *holding*, o fundamental é que os mercados internos dos países industrializados deixam de ter concorrência. Por outro lado, os enormes custos, agora deixados para a atividade capitalista, acabaram por colocar essas novas indústrias, necessitadas de grande aporte de capital, na dependência do setor bancário. Já nas últimas décadas do século XIX, os bancos passaram a exercer o controle majoritário sobre vastos complexos industriais, sem terem vínculos diretos com as atividades produtivas. Naturalmente, o setor financeiro também foi afetado por esse mesmo processo de concentração de capital. Os pequenos e médios bancos de âmbito regional rapidamente desapareceram, dando lugar a poucas e grandes instituições financeiras com capacidade de operação nacional.

Todas essas alterações criaram duas características essenciais para a compreensão do Capitalismo que se abre a partir

de meados do século XIX. Em primeiro lugar, a fase livre-concorrencial desaparece, com o Capitalismo assumindo uma face **monopolista**. Em segundo lugar, a associação entre o capital industrial e os bancos, com a predominância destes últimos, faz com que estejamos, agora, na fase do **Capitalismo financeiro**.

As novas formas de gestão das empresas

O gigantismo das empresas industriais, bem como o aumento da concorrência e da diversificação de suas áreas de atuação, impuseram transformações na própria forma de administração destas. A antiga gestão familiar, na qual a empresa é administrada pelo dono e por seus herdeiros, já não era mais possível, pois a realidade daquele momento econômico impunha, mais do que a propriedade, uma administração com conhecimento técnico e uma altíssima competência para lidar com as múltiplas características assumidas pelo mercado.

Assim, verificou-se um processo de profissionalização da gestão das empresas a partir da Segunda Revolução Industrial. Essa profissionalização é caracterizada pelo fato de que os administradores são agora profissionais contratados, formados em cursos específicos e que criam o segmento dos assalariados de alto nível, desvinculados do processo de produção, mas que não são donos das empresas.

Ao mesmo tempo, verificou-se uma busca pela otimização do limite da produtividade industrial. Essa atitude encontra seu grande símbolo no surgimento das linhas de montagem, as quais permitiram uma padronização do processo produtivo, de modo que a produtividade fosse largamente ampliada.

A experiência mais famosa nesse aspecto, e considerada como pioneira, foi realizada por Henry Ford na fabricação de automóveis. O **fordismo** consistia no estabelecimento de uma linha de produção na qual as várias peças, absolutamente idênticas, iam passando em esteiras e sendo montadas segundo procedimentos padronizados e, por esse motivo, muito rápidos. Ao final do processo, tinha-se uma quantidade infindável de produtos absolutamente idênticos. Esse fato pode ser bem observado em uma frase do próprio Henry Ford, referindo-se ao Modelo T, o primeiro automóvel produzido segundo essa técnica: “Você pode comprar o meu carro na cor que quiser, contanto que ele seja preto”. A cor única é apenas o símbolo mais visível da grande característica do produto, ou seja, a de que todos os automóveis eram iguais.



Fig. 3 O Ford, Modelo T.

Obviamente, há uma decorrência social significativa de que o próprio trabalhador acaba sendo transformado em parte da engrenagem de produção, pois repete o mesmo movimento muitas vezes ao longo de um dia de trabalho. Esse fato mostra uma faceta do Capitalismo: a de enxergar o trabalhador como um instrumento de produção.



Fig. 4 Cena do filme *Tempos modernos*, de Charles Chaplin, que mostra uma faceta do Capitalismo: conceber o trabalhador como parte da instrumentação da produção.

As crises de crescimento capitalista

Todas as condições citadas anteriormente conferia a impressão de que o Capitalismo mergulhava em uma fase de prosperidade ininterrupta. Com efeito, essa perspectiva acompanhou grande parte do pensamento da época a ponto de se verificar uma enorme euforia capitalista e o surgimento de ideologias, como o Positivismo, que apostavam no progresso infundável da Humanidade como fruto da racionalidade e do progresso técnico.

Essa euforia pode ser bem observada em manifestações sociais e culturais de uma época, que não por acaso, foi chamada de *Belle Époque*. As luzes de cidades como Paris, Londres, Berlim ou Viena; os inúmeros bares, cafés, restaurantes; a intensificação do lazer e a alegria contagiante do período são mostras de uma crença em um inesgotável progresso e prosperidade.

Entretanto, a realidade foi relativamente diferente daquela sugerida por essa atitude otimista. Ao contrário de um progresso sem obstáculos, o Capitalismo do século XIX conviveu com inúmeras crises econômicas, cujos efeitos foram decisivos para a economia europeia e para a própria configuração econômica e política mundial.



Fig. 5 Ilustração de Willy Stower, 1931. Titanic, o naufrágio de um dos maiores símbolos da *Belle Époque*

Para que possamos compreender a origem dessas crises, é necessário que retomemos a análise dos mecanismos básicos do funcionamento capitalista. A essência do lucro capitalista situa-se naquilo que Marx chamou de mais-valia – a diferença entre o valor gerado pelo trabalhador e aquilo que ele recebe como remuneração pelo seu trabalho. É evidente que todo o progresso técnico e a concentração de capitais ampliaram a produtividade e, com isso, aumentaram as taxas de lucratividade das empresas. Por outro lado, é preciso lembrar que a diferença entre a produtividade e a remuneração do trabalhador está na base desse aumento do lucro, ou seja, a massa salarial não cresceu na mesma proporção. Tal fato torna-se grave porque essa massa de trabalhadores constitui-se no principal mercado consumidor para a produção capitalista. Além disso, um dos efeitos evidentes do progresso técnico foi a redução da mão de obra necessária, criando um componente ainda mais terrível, que é o desemprego.

Houve um grande aumento populacional no período. A população europeia, em 1800, possuía 180 milhões de habitantes; em 1850, atinge a marca de 265 milhões e, em 1900, passa a ter 390 milhões. Esse notável crescimento demográfico, que deveria funcionar como um incentivo para o alargamento do mercado interno dos países industrializados, foi anulado pelas mais que precárias condições a que a classe operária se viu submetida e pelo desemprego maciço. Um dos efeitos desse cenário foi a emigração. Na década de 1870, cerca de 350 mil pessoas emigravam a cada ano; já na década de 1890, 700 mil anualmente deixavam seus países. Entre 1870 e 1913, mais de 25 milhões deixaram a Europa, dirigindo-se principalmente para os Estados Unidos, único país industrializado que não passava por essas crises, tendo ainda capacidade de crescimento interno.

O Capitalismo esgotou sua capacidade de manter o desenvolvimento econômico baseado unicamente nos mercados internos nacionais; contudo, os mercados externos tradicionais encontravam-se com grandes problemas. Várias dessas áreas estavam industrializando-se e, em consequência dessa evolução, concorriam de forma acirrada umas com as outras, em um mercado que encolhia. Esse encolhimento, muitas vezes, tinha como causa os respectivos Estados que faziam uso de uma política tarifária protecionista e da generalização da prática do *dumping* (vender um produto internamente mais caro, para poder exportá-lo a preços menores ou exportar um produto a preço de custo, sendo o lucro garantido pelo Estado).

Tendo um excesso de capital, produção e mão de obra, os países industrializados tipificavam uma grave crise de crescimento do sistema capitalista.

A solução para essa crise foi a transformação das áreas externas em áreas periféricas, no processo chamado **Imperialismo**, ou **Neocolonialismo**, que resultou no domínio europeu do mundo, internacionalizando o Capitalismo.

O Neocolonialismo

Há uma necessidade de precisar o uso dos termos que aqui serão empregados. Tradicionalmente, convencionou-se usar o termo **Imperialismo** para designar de uma forma genérica esse processo de expansão capitalista sobre áreas da África, Ásia e Oceania, bem como a presença na América sobre países que, ao menos, formalmente já eram independentes.

Entretanto, temos de estabelecer uma distinção. Em benefício de uma maior precisão conceitual, chamaremos de Imperialismo a dominação de natureza econômica (que acaba, indiretamente, convertendo-se em predomínio político) dos países industrializados sobre países atrasados, porém formalmente independentes. Um exemplo desse domínio, que trataremos a seguir, é o da presença da Inglaterra e dos Estados Unidos na América Latina.

Por outro lado, há outra forma de dominação, muito mais visível e intensa, que se constituiu na dominação militar e política das potências capitalistas sobre áreas periféricas, à qual damos o nome de **Neocolonialismo**. Evidentemente, trata-se de uma expansão colonial diferente do colonialismo mercantilista. O Neocolonialismo foi uma expansão que se voltou para a Ásia, África e Oceania, na qual as colônias estão inseridas no contexto da produção industrial e não apenas do comércio ou da extração de metais.

Em pouco mais de três décadas, por volta de 1900, os países industrializados impuseram seu domínio sobre a África, Ásia e Oceania, reduzindo-as à condição de colônias ou controlando-as de fato.

A gravidade da crise explica a rapidez com que essa ocupação foi feita. Inicialmente, a presença europeia na África, em 1870, reduzia-se aos países Argélia, Senegal e Gabão por parte da França; às antigas colônias portuguesas de Angola e Moçambique; a algumas possessões espanholas e inglesas; e à área da atual África do Sul, entretanto, já no início do século XX a ocupação era total.

Acelerando-se desde o **Congresso de Berlim** (1884-1885), com exceção da Libéria e da Etiópia, todo continente foi partilhado por portugueses, espanhóis, belgas, italianos, alemães, franceses e ingleses, especialmente pelos dois últimos. Na verdade, o papel do Congresso foi o de legitimar internacionalmente essa dominação, estabelecendo aparentemente regras, as quais apenas externavam a ideia de que a dominação podia e devia ser realizada.

Na Ásia, o processo não foi diferente. O continente e os arquipélagos do Pacífico estavam ocupados por russos, japoneses, franceses, ingleses, alemães, holandeses e norte-americanos. As áreas que ainda formalmente conservavam sua independência, como os Impérios Persa, Otomano e Chinês, eram submetidas a todo tipo de pressão para efetuar concessões econômicas e, como consequência, acabavam cedendo, pela força, seguidas parcelas de seus territórios às potências imperialistas.

Essa ocupação mundial foi acompanhada por uma preocupação estratégica. Bases navais foram estabelecidas nas mais remotas regiões, mesmo nas quase despovoadas e sem atrativos econômicos, para assegurar as rotas comerciais internacionais.

Ao estabelecer seu domínio sobre todas as regiões do mundo, o capital monopolista internacionalizou a economia,

fazendo com que dois setores se tornassem fundamentais: os investimentos de capital e os transportes. Os territórios coloniais passaram a ser o destino privilegiado dos investimentos de capital, que se concentraram nas mais diversas áreas – indústrias extrativas, comunicações, transportes, distribuição de matérias-primas, empréstimos públicos a governos, projetos de urbanização e serviços públicos. Com esses investimentos, cabos submarinos ligavam todos os continentes e, com isso, expandiram-se as linhas telegráficas; as distâncias encurtaram com a abertura dos canais de Suez (1869) e do Panamá (1913). A difusão da ferrovia merece destaque, pois foi considerada como a força isolada que mais influenciou no desenvolvimento do período, atingindo todas as áreas que apresentassem significação econômica.

Como os investimentos de capital foram direcionados para as matérias-primas e para os produtos primários desejados pelos países industrializados, o Imperialismo operou também uma especialização produtiva em nível mundial. Isso deu aos países periféricos uma falsa noção de progresso, uma vez que eles não eram capazes de manter seu desenvolvimento econômico sem maciças importações de capital, que se dirigiam prioritariamente para baratear e racionalizar o escoamento de seus produtos primários (ferrovias, portos, energia elétrica), o que só agravava sua situação de dependência.

Entre 1900 e 1914, os produtos primários correspondiam a dois terços de todas as mercadorias em circulação no mundo, enquanto representavam apenas 25% do valor total do comércio mundial no mesmo período.

A dominação sobre a África e a Ásia, de cunho político e econômico, é chamada de Imperialismo Formal ou Neocolonialismo, por tê-las reduzido à condição de colônias. Embora quase não haja variação quanto à forma econômica de exploração, pode-se distingui-las quanto ao controle político exercido.

A forma clássica de dominação foi empregada na maioria das colônias africanas e asiáticas. Chamadas usualmente de **Colônias de Enquadramento**, apresentam uma minoria dirigente europeia impondo-se sobre grandes populações nativas, controlando posições-chave na administração, justiça e forças de segurança (polícia e exército). Com isso, países artificiais são criados, dividindo-se etnias ou agrupando tribos inimigas seculares. Além disso, os custos da administração direta foram largamente compensados pela exploração impiedosa do trabalho dos nativos e pela espoliação de seus recursos naturais, enquanto os investimentos concentravam-se na viabilização de uma estrutura econômica exportadora.

Um exemplo foi a Índia Britânica: a Inglaterra controlava 300 milhões de indianos com menos de 5 mil funcionários ingleses. Logicamente, os antagonismos internos, raciais e religiosos foram estimulados para facilitar a dominação.

Outra forma de Neocolonialismo foram as **Colônias de Enraizamento**, as quais se caracterizavam por uma maioria populacional de origem europeia, que praticamente ignorava as populações nativas, quando não as exterminava. Essas colônias apresentavam um baixo índice de concentração demográfica e serviam basicamente para receber os excedentes populacionais dos países industrializados, para criarem uma nova atividade econômica voltada para o mercado externo.

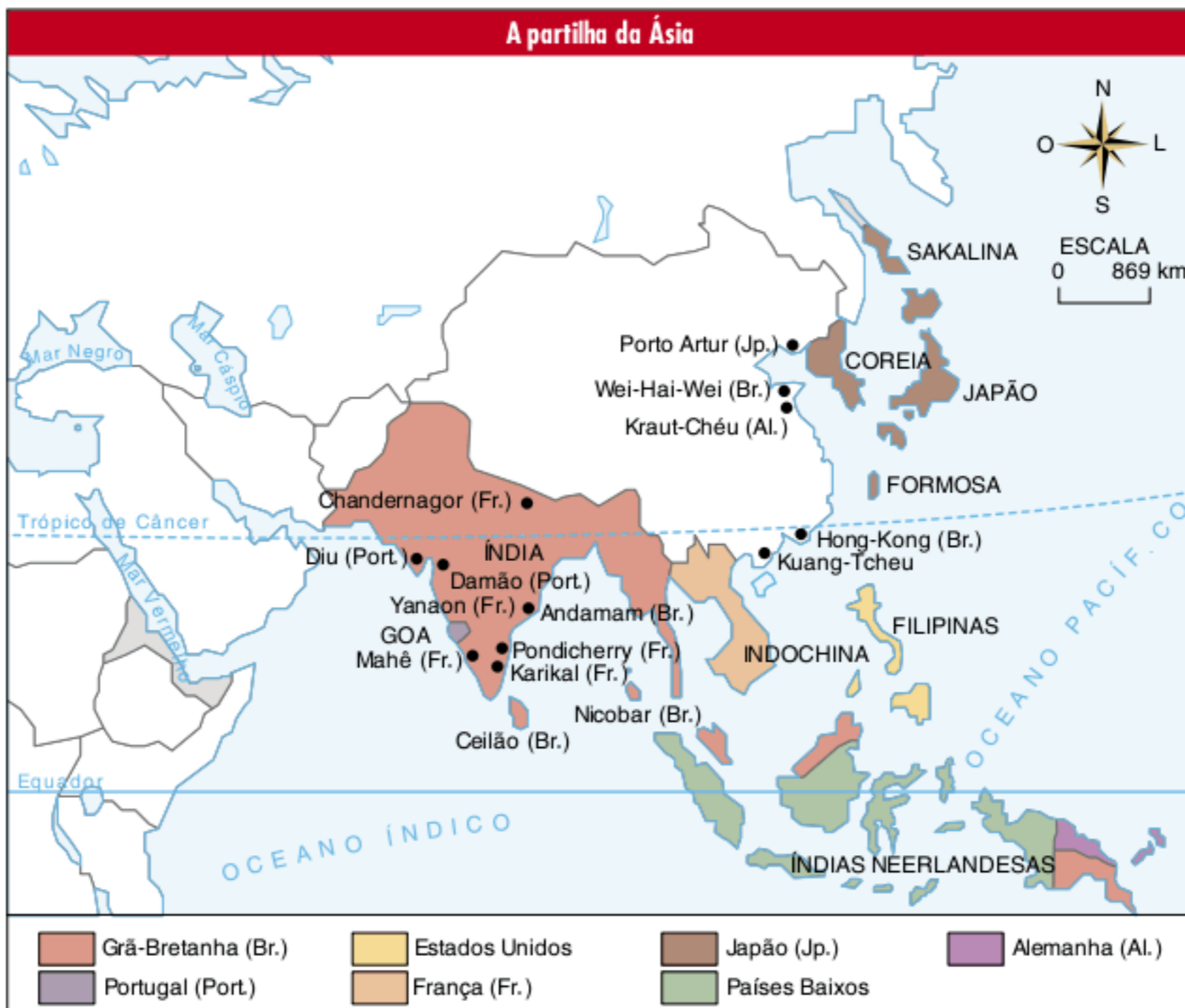


Fig. 6 “Sem nossas colônias, não teríamos matérias-primas.” Cartaz celebrando o expansionismo alemão sobre a África.

A partilha da África ao fim do século XIX



A partilha da Ásia



Os exemplos-padrão foram a Austrália e a Nova Zelândia, grandes exportadoras mundiais de lã, que receberam, como o Canadá, os excedentes populacionais ingleses. A população australiana passou de 1 milhão e 600 mil habitantes em 1870, para quase 5 milhões em 1914.

Um exemplo menos custosa de dominação colonial foi a dos **Protetorados**, na qual os colonizadores preservavam oficialmente os poderes locais, exercendo uma dominação indireta, mas não menos eficaz por meio da **cooptação** das elites nativas. Com a preservação aparente dos poderes nativos nacional e regional (mantendo em seus cargos reis, imperadores, sultões), as populações locais continuaram a exercer funções de segurança pública e fiscais, sob a supervisão de oficiais europeus, o que deu à dominação, aos olhos nativos, um caráter de invisibilidade.

Os protetorados normalmente eram implantados onde já existiam Estados mais organizados (exemplos de protetorados: o Marrocos e a Indochina, sob controle francês; e o Egito, sob controle inglês). As elites nativas aculturaram-se rapidamente, adotando a língua e os hábitos do colonizador, distanciando-se de seu povo, e tornando-se reféns dos europeus, que garantiam a manutenção de seus privilégios.

Uma última maneira de Neocolonialismo foi a que se observou na relação com alguns impérios decadentes, mas populosos e controladores de grandes territórios. Esses impérios foram transformados em áreas de influência pelas potências imperialistas, que os dividiram entre si, reservando respectivas regiões de presença econômica e de influência política. O Império Chinês foi um modelo desse tipo de Neocolonialismo, pois, até meados do século XIX, a penetração externa restringia-se à pequena colônia portuguesa de Macau e às conquistas inglesas impostas por meio das Guerras do Ópio (1839-1842; 1857): o território de Hong Kong, alguns portos abertos ao comércio exterior e o direito de navegação pelo rio Iang-Tsé. A partir da década de 1870, a China realmente passou a sentir a pressão imperialista, porque seu território foi rapidamente dividido em áreas de influência e o governo imperial exercia uma autoridade menos que nominal na maioria de suas províncias.

Além desse caso, o Império Persa foi partilhado entre a Inglaterra e a Rússia; e o Império Otomano, entre a Inglaterra e a Alemanha.



Fig. 7 Litografia inglesa de 1843, mostrando navios chineses, feitos de junco, bombardeados pela frota inglesa na Guerra do Ópio.

O Imperialismo

Na América Latina, independente desde a década de 1820, a ação do Imperialismo caracterizou-se pela dominação econômica, perpetuando a dependência da região. Seus países conservaram economias voltadas para o mercado externo, produzindo as matérias-primas ou os produtos primários que interessavam aos países industrializados. Os maciços investimentos de capital estrangeiro chegam, em certos casos, a desnacionalizar totalmente os setores mais dinâmicos de suas economias, aprofundando a dependência.

Pode-se considerar a América Latina como composta de três grupos de países exportadores de produtos primários.

O grupo de clima temperado, representado pela Argentina e pelo Uruguai, concentra uma exportação basicamente de carne bovina e de frutas. Como esses produtos também eram produzidos na Europa, a procura por eles era menor e, conseqüentemente, os investimentos foram de menor monta.

O de clima tropical engloba o Brasil e a Colômbia (café), a América Central, o Caribe (frutas) e o Equador (cacau). Nesses, a estrutura socioeconômica é montada a partir do produto básico exportado, que recebe os investimentos de capital para a modernização, sendo seu segmento de transportes controlado por empresas estrangeiras. O processo de urbanização, que as capitais e os portos desses países também experimentaram, tem os serviços públicos operados por concessionárias estrangeiras.

Outro grupo é o de exportadores de minérios, formado pelo México (petróleo, cobre, prata, ouro), Venezuela (petróleo), Chile (cobre), Bolívia (estanho) e Peru (nitratos). A demanda internacional por matérias-primas industriais intensificou o investimento de capitais estrangeiros, o que levou à constituição de grandes unidades de produção pertencentes a empresas europeias e norte-americanas, com a conseqüente desnacionalização do setor mais dinâmico de sua economia. A concentração de inovações técnicas e de grandes volumes de capitais isolou esse grupo das demais atividades econômicas, ao mesmo tempo em que lhe deu um reduzido fluxo salarial e impediu-o de contribuir para a formação de um mercado interno forte e articulado.

As elites políticas da América Latina, grandes proprietários de terras, beneficiaram-se desse processo sem se preocuparem em buscar uma alternativa para o desenvolvimento interno de seus países, ou mesmo para tentar construir um modelo um pouco mais distributivo.

Nesse processo de dominação informal, um país escapou ao padrão, exercendo uma verdadeira tutela político-militar sobre seus vizinhos: os Estados Unidos.

A ação dos Estados Unidos

Os Estados Unidos foram o único país industrializado que não necessitou diretamente do Imperialismo como solução econômica para resolver qualquer crise. Ele não esgotaria sua capacidade de crescimento interno, pelo menos até a década

Cooptar

Admitir (alguém) em uma corporação, instituição etc., dispensando-o das formalidades e condições usuais de admissão; agregar. Fazer com que (alguém) se associe; aliciar, atrair.

de 1920. A população estadunidense continuaria a crescer, beneficiando-se da emigração europeia, atingindo 90 milhões de habitantes em 1914. No entanto, por razões estratégicas, ele participou da corrida imperialista, adquirindo colônias e pontos de apoio na área do oceano Pacífico.

Entretanto, foi na América Latina, especialmente sobre o Caribe e a América Central, que ele agiu com maior truculência, dando continuidade a uma tendência demonstrada na Guerra Hispano-Americana (1898), em razão da qual os norte-americanos adquiriram Porto Rico e estabeleceram um protetorado sobre Cuba.

Na presidência de Theodore Roosevelt (1901-1909), que se notabilizou pela política do *Big Stick* (“fale macio, mas carregue um porrete”), a Doutrina Monroe foi alterada para uma fórmula conhecida como **Corolário Roosevelt**, pela qual os Estados Unidos, em defesa de seus interesses, achavam-se no direito de intervir militarmente nos países latino-americanos.

Tal política resultou no incitamento à rebelião interna na Colômbia (1903), de grupos locais que formaram um novo país, o Panamá, que os Estados Unidos prontamente reconheceram, recebendo em troca a cessão da soberania sobre a região onde construíram o Canal do Panamá. Resultou, também, no controle das finanças da República Dominicana, durante 1905-1907, e na ocupação militar da Nicarágua entre 1911 e 1933, na qual se destacou a figura de Augusto César Sandino, que liderou uma **guerrilha** contra a presença norte-americana. A esses abertos atos de intervenção, deve-se somar a constituição do *enclave bananeiro*, caracterizado pelas vastíssimas plantações de propriedade da *United Fruit Company*, que se estendiam por Honduras, El Salvador e Costa Rica, fazendo desses países nada mais que meros apêndices econômicos dos Estados Unidos.



Fig. 8 Charge de 1904 mostrando o Mar do Caribe transformado em um lago americano. Em pé, Theodore Roosevelt segurando o *Big Stick*

Individualmente, o México foi o país latino-americano mais atingido pelo Imperialismo norte-americano. Após a intervenção francesa de 1862-1867, o México só conheceu estabilidade política sob a ditadura de Porfirio Díaz, que governou de 1877 a 1880 e, posteriormente, 1884 a 1911. Esse período coincidiu com uma era

de relativo progresso econômico, que colocou o país inteiro sob o domínio de uma restrita oligarquia e do capital norte-americano. O estado de Morelos, responsável por 85% da produção mexicana de açúcar, tornou-se propriedade de não mais que 30 famílias de hacendados, e as 20 famílias que possuíam propriedades e controles econômico e político no estado de Iucatã utilizavam indígenas maia e ianque como escravos em suas enormes plantações de juta. Empresas norte-americanas controlavam três quartos das minas e fundições mexicanas; as corretoras de terras recebiam concessões de milhões e milhões de acres; e imensas áreas de zonas petrolíferas eram cedidas, a preços irrisórios, a particulares norte-americanos. Nesse período, o notável crescimento das linhas ferroviárias – de 691 quilômetros, em 1876, para 25 mil quilômetros, em 1911 – não foi feito de modo a integrar economicamente o país, mas sim segundo o interesse das companhias norte-americanas que construíram a maior parte delas. O rumor, que corria por volta de 1910, de que os norte-americanos possuíam mais do México que os próprios mexicanos estava longe de ser um exagero.

As resistências ao Imperialismo

A ocupação afro-asiática efetuada pelo Imperialismo não foi pacífica, ela caracterizou-se pelo uso da força, no que se chamou diplomacia do canhão. Dado o caráter militar da ocupação, a brutal exploração das áreas coloniais e a imposição de valores culturais e religiosos europeus, mesmo com flagrante inferioridade bélica e sem recursos técnicos avançados, as populações nativas resistiram ao processo, travando sangrentas guerrilhas, ou mesmo conflitos abertos.

Na África, entre a constante resistência à dominação europeia, alguns movimentos de maior envergadura merecem destaque.

A vitória da Etiópia contra o exército italiano em Adowa (1896) assegurou a independência do país até 1936. O Estado Mahdista do Sudão, entre 1881 e 1898, resistiu à conquista anglo-egípcia. Houve também a grande revolta das tribos Herero e Hotentote contra a dominação alemã na África do Sudoeste (atual Namíbia), de 1904 a 1906; a Guerra Zulu, na África do Sul, contra os ingleses em 1879; e a revolta antifrancesa da ilha de Madagascar, entre 1898-1904.

A **Guerra dos Bôers** (1899-1902) reflete um caráter de resistência ao Imperialismo. Os descendentes dos antigos colonizadores holandeses da região do Cabo, na África do Sul, os bôers, migraram para o interior, fugindo da dominação inglesa durante a década de 1850, e fundaram duas repúblicas de base econômica agropastoril, o Estado Livre de Orange e o Transvaal. Descobertas de riquíssimas jazidas de ouro e diamante nessas áreas aguçaram a cobiça britânica, que procurou anexá-las a seus domínios da África do Sul. Os bôers resistiram, mas, após três anos de sangrenta batalhas, os ingleses obtiveram a vitória, que causou a morte de mais de 20 mil mulheres e crianças bôers, confinadas em campos de concentração.

Guerrilha

Guerra que se caracteriza por ações descontínuas de inquietação, emboscadas, levadas a efeito por grupos irregulares ou mesmo por tropas regulares.

Na Ásia, a resistência também foi longa e intensa. A Revolta dos Cipayos (1857-1858) teve início quando os soldados nativos, recrutados pelos ingleses, os **cipayos**, levantaram-se em uma revolta que ensanguentou a Índia britânica. Os nativos da ilha de Sumatra resistiram de 1881 a 1908 ao domínio holandês, em uma “guerra santa”. Os nacionalistas filipinos sustentaram uma guerrilha contra os norte-americanos, sob a liderança de Aguinaldo, de 1898 a 1902. A Indochina francesa passou por levantes nacionalistas e por uma onda de atentados terroristas, entre 1906 e 1909.

Os seguidos avanços imperialistas sobre o Império Otomano, que ameaçavam o império de desmembramento, provocaram, em 1908, a Revolução dos Jovens Turcos, os quais se empenharam em modernizar o país, aproximando-se da Alemanha.

Na China, a dominação imperialista provocou a **Rebelião dos Boxers** (1899-1901), movimento xenófobo, de cunho claramente popular. Os “punhos fechados”, chineses, procuraram extirpar toda presença estrangeira, visando especialmente os missionários. Obtendo apoio do exército imperial, os Boxers chegaram a massacrar centenas de europeus, e a cercar por mais de dois meses o quartelão diplomático em Pequim, sendo, afinal, derrotados por uma expedição conjunta das potências imperialistas.

Em 1648, o país expulsou os comerciantes portugueses e holandeses e isolou-se do resto do mundo por mais de dois séculos, fechando seus portos ao comércio externo. Sob o xogunato, estabilizou-se uma sociedade de economia primária, baseada na agricultura e na pesca, com um artesanato centrado nas aldeias. Essa sociedade era dominada por uma aristocracia clânica, composta dos daimios, e apoiada em uma camada de guerreiros profissionais, os samurais.

Em 1854, uma esquadra norte-americana, comandada pelo almirante Perry, forçou o Japão a abrir-se ao comércio mundial. A absoluta falta de matérias-primas salvou o país de se transformar em outra colônia: nada havia no Japão que pudesse interessar os europeus, ou atrair investimentos de capital.

Mesmo assim, o contato com o Ocidente provocou a queda do xogunato, forma de dominação semifeudal, na qual o poder estava efetivamente nas mãos de chefes locais, e a imposição da centralização político-administrativa sob o imperador (micado), através da **Revolução Meiji** (1868). A partir de então, o país passou por um rápido processo de industrialização, baseado em têxteis, ferrovias e armamentos, sob controle estatal. Por volta de 1880, tendo o governo esgotado sua capacidade fiscal e convivendo com uma crescente inflação, grande parte das empresas estatais foi vendida a grupos particulares, os zaibatsu, grandes complexos industriais, que, por meio de uma economia estabilizada, aceleraram a capacidade produtiva nacional.



Fig. 9 Cartão postal mostrando marinheiros ocidentais batendo em chineses, durante a Revolta dos Boxers.

A derrota da rebelião forçou o governo imperial chinês a fazer novas concessões, fragilizando a dinastia Manchu, que acabou sendo derrubada por um movimento nacionalista e republicano, liderado por Sun Yat-Sen, em 1911. A República que se instaurou teve poucas oportunidades de alterar a situação do país, o qual só pôde livrar-se da presença estrangeira com a vitória da Revolução Comunista de Mao Tsé-Tung, em 1949.

O desenvolvimento do Japão

O Japão foi o único país asiático que, além de não ser transformado em colônia, pôde industrializar-se e exercer uma política imperialista na região.



Fig. 10 Tropas xogunais, em 1864.

Logo, o mercado interno ficou incapaz de absorver a produção e o Imperialismo tornou-se uma necessidade econômica **premente**. O alvo básico do expansionismo nipônico, como não podia deixar de ser, foi a China.

Em 1894-1895, por meio da Guerra Nipo-Chinesa, o Japão obriga a China a reconhecer a independência da Coreia, onde ele passa a exercer grande influência. O Japão obrigou a China a ceder-lhe as ilhas de Formosa, dos Pescadores e a Península de Liaotung.

Rivalidades do Japão com a Rússia, na Coreia e na Manchúria, levaram à Guerra-Russo Japonesa (1904-1905), na qual o Japão obteve expressiva vitória. A Rússia cedeu-lhe a parte sul da ilha de Sacalina e abandonou suas pretensões sobre a Manchúria. O Japão tornou-se a potência dominante no Extremo Oriente: controlava a Coreia (anexada em 1910) e a Manchúria.

Premente

Que exige solução rápida; urgente.

As teorias justificadoras do Imperialismo

Ao mesmo tempo em que se verificava essa presença europeia sobre o restante do mundo – com os claros efeitos em termos de mortalidade generalizada das populações nativas, destruição de suas estruturas sociais, aculturação, escravização –, várias teorias desenvolveram-se procurando justificar a presença europeia e minimizar as críticas que já se faziam ao caráter espoliador e genocida desse domínio.

Uma dessas teorias consistiu em apresentar a presença europeia nessas regiões como o “**fardo do homem branco**”. Essa visão, obviamente etnocêntrica e racista, defendia a ideia de que cabia ao europeu desempenhar uma missão civilizadora, humanitária, filantrópica e cultural, junto às massas nativas incultas e vivendo na barbárie. A Europa tutelaria os incapazes, mostrando-lhes os caminhos do progresso e da civilização. A atividade missionária, católica e protestante desempenhou papel significativo nesse processo, abrindo, via de regra, o caminho para a dominação político-militar dos europeus.

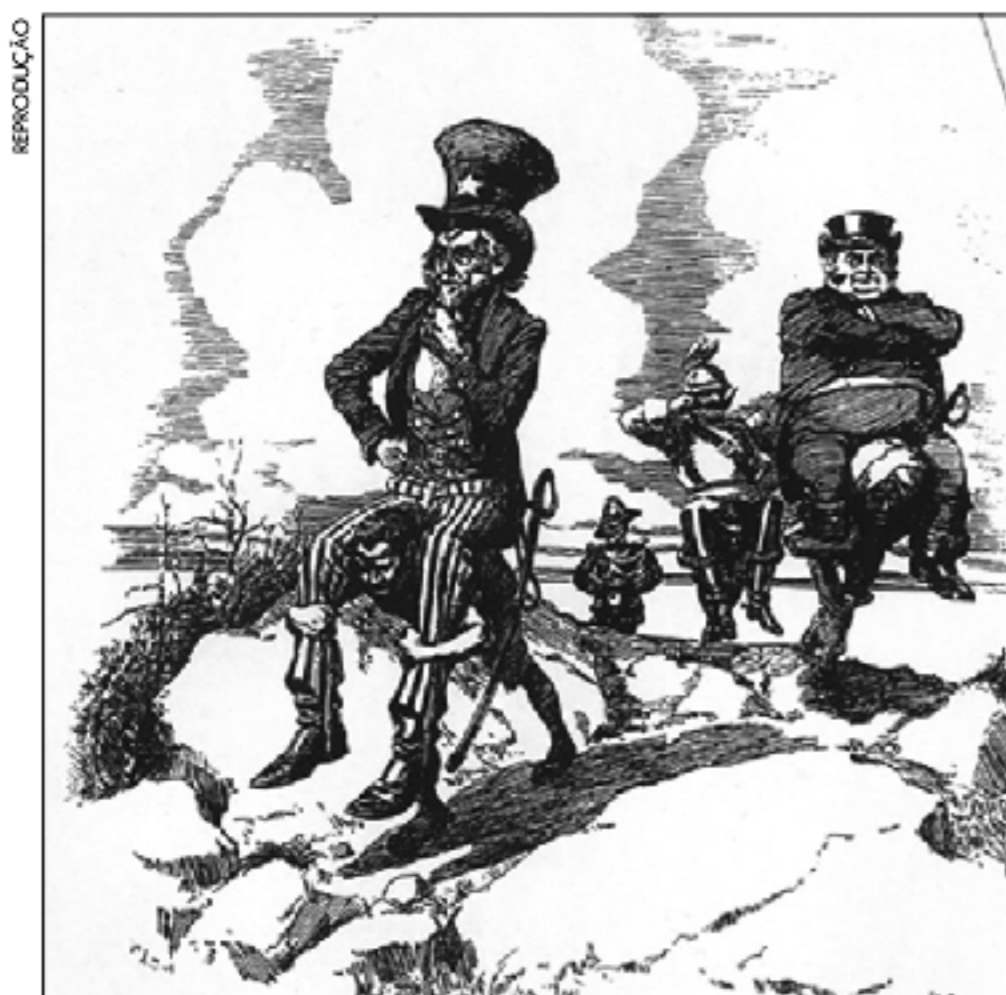


Fig. 11 O fardo do homem branco satirizado em uma charge.

Outra concepção consiste no chamado **darwinismo social**. Segundo essa concepção, que tem no francês Gobineau um de seus principais articuladores, a dominação do mais fraco pelo mais forte é uma condição que está acima de considerações de natureza ética ou moral, sendo um aspecto inerente ao relacionamento em qualquer espécie. Assim, não se tratava sequer de apontar eventuais benesses geradas pela dominação, mas sim de apenas justificar todos os componentes desse domínio como frutos da condição humana e animal. Trata-se, evidentemente, de uma apropriação indevida das ideias de Darwin, referentes à seleção natural e à sobrevivência do mais forte, adaptada às necessidades do Capitalismo.

Os resultados do Imperialismo

A dominação imperialista fez com que os países industrializados, especialmente seus centros mais dinâmicos, como Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos, tivessem um notável alargamento do mercado de bens de consumo e do setor de bens

e serviços, constituindo-se a sociedade de massa, ou seja, a popularização do consumo com a formação de amplos mercados consumidores nacionais, cujos principais componentes eram os trabalhadores assalariados.

A sistemática exploração das áreas periféricas permitiu a recomposição salarial do operariado industrial, com a redução da jornada de trabalho sem perdas no salário real. O surgimento de um trabalhador mais técnico, durante a Segunda Revolução Industrial, tornou-o naturalmente mais bem remunerado. Paralelamente, o desmedido desenvolvimento do setor de bens e serviços fez surgir a chamada classe média. Os trabalhadores mais bem remunerados e a classe média foram responsáveis diretos pela constituição de um gigantesco mercado consumidor nos países industrializados, que se consolidou entre os últimos anos do século XIX e os primeiros do XX. Na Inglaterra, por exemplo, enquanto os preços de venda das mercadorias importadas caíram 40%, entre 1880 e 1900, os salários industriais subiram 11%, entre 1880 e 1890, e mais 11%, entre 1890 e 1900. Na Alemanha, a emigração, que foi de um milhão e 342 mil pessoas, entre 1881-1890, caiu para 528 mil pessoas, entre 1891-1900, para chegar a meros 18 mil e 500 indivíduos, em 1912. Isso foi sinal inequívoco de que os países industrializados conseguiram absorver produtivamente suas populações, que não paravam de crescer, graças aos subsídios que as áreas coloniais forneciam.

Essa sociedade de massa e seu enorme mercado devem ser vistos como reflexo de uma série de fatores interligados e que se impulsionavam. Dentre esses fatores, pode-se citar: a existência de uma ampla e concentrada população urbana, o aumento nos gastos da classe trabalhadora em geral, um acréscimo de tempo dedicado ao lazer, notáveis melhorias nos sistemas de transporte coletivo, popularização do ensino básico nas escolas públicas, e uma grande expansão no volume de propaganda comercial.

A sensível melhora nos sistemas de transporte coletivo, com a motorização dos ônibus e a construção de metrô, levou as classes trabalhadora e média a gastarem suas crescentes horas de lazer fora de casa, em exposições esportivas, espetáculos musicais e sessões de cinema (em 1914, a Inglaterra contava com 3.500 cinemas). Com isso, o desenvolvimento da propaganda comercial foi impulsionado e teve uma surpreendente proliferação em jornais populares de circulação diária, em tapumes, nos maços de cigarros, nas estações ferroviárias e nos ônibus. Também popularizou a circulação de revistas de anedotas e de mexericos, e de literatura de divulgação, para atender a imensa jovem geração que saía das escolas públicas e precisava de “algo que a distraísse nos trens, nos ônibus, nos bondes”. Também ocorreu a abertura de grandes redes de lojas de departamento, que serviam a uma clientela vasta e de médio poder aquisitivo.

Os primeiros anos do século XX viram, nos países industrializados, a cristalização de um enorme mercado consumidor de produtos baratos e de bens e serviços populares, graças à ação do Imperialismo.

No entanto, o Imperialismo também acirrou as rivalidades entre os países industrializados, principalmente pela divisão do mercado mundial, que não foi feita igualmente, fazendo com que os países industrializados se envolvessem em um gigantesco conflito na década de 1910.

A Primeira Guerra Mundial (1914-1918)

O “longo século XIX” chegou ao fim nas sangrentas trincheiras, marcando aquele que foi o mais terrível conflito conhecido pela humanidade.

A dimensão da tragédia que atingiu a Europa e o mundo foi tamanha que, em uma abordagem imediata, percebe-se que a Primeira Guerra Mundial matou um número de pessoas maior do que a soma de todos os conflitos ocorridos até ali. Ela não recebeu esse nome por acaso. Pela primeira vez, na História, um conflito colocou frente a frente todas as grandes potências, e a participação destas na Guerra arrastava consigo, direta ou indiretamente, suas colônias e suas áreas de influência.

ATENÇÃO!

A expressão “longo século XIX” foi cunhada por alguns historiadores para expressar, de um modo que fugisse do convencionalismo cronológico, um período da História. Nesse contexto, século XIX seria o “grande século da burguesia”, momento no qual essa classe moldou o mundo à sua imagem e aos seus interesses. Dentro dessa lógica, o que se chama de século XIX estende-se da Revolução Francesa, quando o triunfo burguês começa a se delinear, até a Primeira Guerra Mundial, na qual a expansão do Capitalismo encontrou seu efeito mais claro e mais terrível.

Mais que isso, a guerra sepultou a *Belle Époque*, a fase da euforia de costumes, que externava o triunfo do Capitalismo e da riqueza, e a crença de que não havia limites ao progresso humano. Ao contrário, a guerra mostrou a horrível face oculta do desenvolvimento tecnológico trazido pelo Capitalismo, com toda a ciência e a técnica sendo agora empregadas na destruição e na mortalidade em escala industrial. Assim é que a guerra empregou todas as novas aquisições tecnológicas, com a utilização de armas de longo alcance, aviação, submarinos, gases letais, e um poder destrutivo que fez com que os conflitos, até então, parecessem apenas simples **escaramuças** sem maiores consequências.

A guerra ainda significou a mudança do eixo econômico capitalista, fazendo dos Estados Unidos, e não mais dos países europeus, a grande potência mundial, pondo fim à supremacia inglesa que havia se consubstanciado na chamada Era Vitoriana, na qual o Império Britânico estendia-se por todas as partes do planeta. Além disso, a guerra trouxe o fim dos grandes impérios europeus, assinalando uma nova correlação internacional de forças.

Por outro lado, custa crer que um conflito com essas proporções possa ter sido desencadeado por fatos tão pouco significativos. Com efeito, o estopim para a eclosão da Primeira Guerra Mundial foi o assassinato do herdeiro do trono austríaco, em uma pequena república balcânica (a Bósnia), praticado por um estudante, membro de um grupo terrorista sérvio. Quando pensamos que a Sérvia e a Bósnia não se constituíam em potências, que o poderio do Império Austríaco já era claramente declinante e que, portanto, seria impossível a partir de um confronto envolvendo esses países gerar uma guerra mundial; temos, então, uma primeira pista para avaliarmos a dimensão dos conflitos de interesse entre os vários países e do quanto esses interesses eram conflitantes. É somente com uma análise

detalhada da correlação de forças entre as grandes potências e dos polos de tensão internacional que será possível compreender as origens da Guerra e suas implicações.

As grandes rivalidades e o clima de tensão

As unificações da Itália e, particularmente, da Alemanha tiveram como grande efeito uma ruptura completa do equilíbrio político e econômico que se verificava na Europa. Independentemente de qualquer análise mais profunda, o final da Guerra Franco-Prussiana trouxe de imediato um forte sentimento revanchista francês contra a Alemanha e as razões para isso eram as mais fortes possíveis. Não podemos nos esquecer de que a unificação alemã foi concluída com uma humilhante derrota francesa, que acarretou a queda da monarquia de Napoleão III e o aprisionamento de grande parte do exército francês. Além disso, a desorganização interna do país abriu espaço para a eclosão da Comuna de Paris, a qual só pôde ser derrotada depois que Bismarck concordou em libertar os soldados franceses para que a enfrentassem. Mais que isso, os franceses tiveram, ainda, de suportar a humilhação de ver Guilherme da Prússia ser coroado imperador da Alemanha dentro do Palácio de Versalhes, além de terem sido obrigados a ceder as províncias da Alsácia e da Lorena, de população mista franco-alemã, as quais revelar-se-iam fundamentais para o gigantesco crescimento econômico alemão. Até porque, em 1878, o processo Thomas (um processo químico) permitiu o aproveitamento em larga escala das jazidas de ferro com alto teor de fósforo da Lorena, que passaram a responder a três quartos do fornecimento de matéria-prima para a indústria de aço alemã. A recuperação da província passou a ser encarada como uma questão de sobrevivência nacional pelos franceses.



REPRODUÇÃO

Fig. 12 Caricatura francesa mostrando o Kaiser abocanhando o mundo.

Outro polo de tensão era a crescente oposição entre a Inglaterra e a Alemanha. Tradicionalmente, a Inglaterra garantia sua segurança pela posse da mais eficiente e poderosa marinha de

Escaramuça

Combate de menor importância; breve luta durante investida militar ou entre pequenos grupos de soldados.

guerra do mundo, que desde a batalha de Trafalgar (1805), reinava soberana em todos os mares. Por volta de 1880, a Alemanha, até então uma potência terrestre, iniciou um amplo programa de expansão naval, como reflexo de seus interesses coloniais nas mais diversas áreas do globo. Com isso, a Inglaterra sentiu-se ameaçada, principalmente em razão do avanço tecnológico, que permitia a construção de navios inteiramente blindados, movidas à turbina e portando artilharia pesada, os navios *dreadnoughts*, tornando obsoletas todas as antigas **belonaves**. Quando a Alemanha aprovou a Lei Naval de 1889, que previa a construção de 19 modernos encouraçados e o triplo de cruzadores, bem como um grande número de navios auxiliares, iniciou-se uma corrida naval de larga proporção entre os dois países. Como economicamente a Inglaterra perdia a competição pelo controle do comércio mundial para a Alemanha, parcelas crescentes de seu orçamento nacional foram voltadas para a modernização da esquadra de guerra, provocando uma sensação de estrangulamento e de desperdício, que em nada contribuiu para amenizar o crescente sentimento antigermânico que a Inglaterra passava a vivenciar.

Paralelamente a isso, a Alemanha vinha conhecendo um intenso crescimento industrial, o qual ameaçava mercados, até então, claramente ingleses. Evidentemente que esse crescimento industrial colocava, para a Alemanha, a premente necessidade de ampliar seus mercados e obter colônias, uma vez que as lutas políticas pela unificação retardaram sua entrada na disputa colonial que marcou o século XIX. Assim, a Alemanha possuía apenas algumas **parcas** regiões na África e na Oceania, insuficientes para seu crescente poderio industrial, fato que a tornava uma poderosa inimiga das principais potências coloniais, a França e a Inglaterra, basicamente.



Fig. 13 HMS Dreadnought, barco inglês, símbolo da corrida armamentista e da rivalidade com a Alemanha.

Também é fácil entender, por esse dado, a ação da diplomacia alemã no sentido de ampliar sua influência junto a países e impérios do Oriente, fato que foi decisivo para agravar os focos de tensão. Da mesma forma, colocava a Alemanha em uma posição de atrair o apoio da Itália, dado que esta, ao sofrer os mesmos percalços ao longo do século XIX, também necessitava de colônias, tendo, portanto, ao menos à primeira vista, os mesmos adversários.

A questão balcânica

Poucas vezes na História, uma única região concentrou tantos interesses, tão díspares e tão perigosos, quanto à região balcânica, a partir de meados do século XIX.

A origem da chamada questão balcânica deu-se a partir da decadência do Império Turco-Otomano, que dominava toda a região desde o século XVI. Apresentando um quadro de profundo enfraquecimento, o Império Otomano permitiu que a Grécia, em 1830, a Sérvia, em 1867, e a Bulgária, o Montenegro e a Romênia, em 1878, conquistassem suas independências nacionais. À exceção da Macedônia e da Trácia, os turcos-otomanos não mais possuíam áreas europeias. Essa região muito instável, onde as novas nações que se formavam se opunham umas às outras procurando obter vantagens territoriais, atraiu uma série de interesses externos, particularmente austríacos, alemães e russos.

No caso austríaco, o interesse era claro. Tendo sido o país mais prejudicado pelas unificações da Itália e da Alemanha, uma vez que perdeu ali territórios e grande parte de sua influência política, os austríacos tinham conhecimento de que eram um império decadente e sem condições de competir com as grandes potências industriais europeias. Assim, sua única possibilidade de fortalecimento ligava-se ao Oriente Europeu, tendo os Bálcãs como área prioritária de atuação.

A Rússia pretendia unificar os povos eslavos-balcânicos, estabelecendo uma área de influência, sob a bandeira do **pan-eslavismo**. Seu grande interesse era obter uma saída para o mar Mediterrâneo, projeto que vinha sendo o centro de sua política externa desde o final do século XIX. A Rússia há muito almejava possuir um porto de águas quentes que tornasse sua marinha operacional durante todas as estações do ano, especialmente após a derrota na guerra de 1904-1905, contra o Japão, que lhe custou a perda do Porto Artur, na Coreia. A principal base naval russa era Sebastopol, na península da Crimeia, no Mar Negro, o que a fazia desejar obter, a qualquer custo, o controle sobre os Estreitos de Bósforo e de Dardanelos, área nuclear otomana. Por outro lado, a perspectiva de uma Sérvia forte nos Bálcãs era-lhe igualmente interessante. A natural aliança étnica com os sérvios, também um povo eslavo, dava-lhe o pretexto necessário para apoiar os planos expansionistas da Sérvia na região. Para tanto, insuflava o nacionalismo da Sérvia, que pretendia se constituir em potência dominante nos Bálcãs, anexando a Bósnia, a Herzegovina e a Macedônia para formar a Grande Sérvia.



Belonaves

Navio apropriado para realizar operações de guerra.

Parco

De pouca monta; minguado, escasso.

Uma terceira potência também tinha seus interesses concentrados na região. Trata-se da Alemanha, cuja presença liga-se a dois elementos básicos. Em primeiro lugar, havia sua aliança com o Império Austríaco. Além dela, há ainda um aspecto específico desse interesse. Um dos sonhos mais ousados da Alemanha era a construção da estrada de ferro ligando Berlim a Bagdá, objetivando dar à Alemanha uma saída para o Oriente, colocando-a, ao mesmo tempo, em contato com as ricas regiões do Oriente Médio. Para consegui-la, os alemães vinham de um processo de aproximação com o Império Turco, já tendo inclusive obtido a autorização do Império para que a estrada atravessasse seu território. Restava, entretanto, um problema: inevitavelmente, a estrada atravessaria o território balcânico. Portanto, era fundamental para as pretensões alemãs que a região balcânica estivesse em suas mãos ou, no mínimo, nas mãos de um aliado seu, no caso a Áustria.



De uma forma bem clara, podemos perceber que as demais potências europeias, França e Inglaterra, olhavam para os Balcãs com atenção e apreensão. Não apenas pelo potencial de conflito na região, mas, principalmente, pelo fato de que ela representava uma condição essencial para o fortalecimento de sua principal rival, a Alemanha.

A política de alianças e o rompimento do equilíbrio político

As unificações da Alemanha e da Itália destruíram o equilíbrio político europeu, que vinha sendo mantido desde o Congresso de Viena, em 1815. Mais que isso, elas criaram terríveis rivalidades políticas na Europa, uma delas, pelo menos, totalmente irreconciliável, entre a França e a Alemanha.

Bismarck, chanceler do novo Império Alemão, sabia que a Alemanha havia ganhado um inimigo de morte na Europa, a França. Portanto, procurou assegurar a posição alemã, isolando a França no cenário político europeu. Essa tentativa deu-se através de uma ação diplomática, que teve seu ponto alto na assinatura do **Tratado dos Três Imperadores**, em 1873, envolvendo a Alemanha, a Rússia e o Império Austríaco-Húngaro. Esse tratado estabelecia uma política de proximidade diplomática entre os três impérios, ao mesmo tempo em que inaugurava uma prática que se revelou terrível para as relações

internacionais a partir dali: a política de alianças, dos pactos de ajuda mútua, não agressão e apoio militar. O efeito dessa prática, que se tornou a característica marcante da diplomacia do período, foi a generalização de conflitos que deveriam ser específicos a um ou a outro país.

Ao mesmo tempo em que estabelecia alianças, Bismarck procurava tranquilizar seus inimigos, anunciando uma política de desinteresse na obtenção de áreas coloniais. Por outro lado, a política efetivamente seguida pelos alemães tinha uma natureza claramente expansionista. Essa política fica clara na atuação alemã nos Balcãs, apoiando decididamente a Áustria e criando uma situação de rivalidade com a Rússia, a qual apoiava a Sérvia. Isso fez com que a Rússia, vendo-se isolada por seus aliados, em 1873, procurasse aproximar-se da França, rompendo o isolamento francês estabelecido pelo Tratado dos Três Imperadores. O sistema de Bismarck começava a sofrer seu primeiro revés.

Entretanto, Bismarck buscou ainda outras frentes de atuação diplomática. Em 1882, a Alemanha firmou a **Tríplice Aliança** com o Império Austro-Húngaro e o Reino da Itália; esta última se ressentia com a ocupação francesa da Tunísia (1881). A Itália afastou-se da França e buscou compor-se diplomaticamente com os austríacos para resolver a questão das províncias irredentas do Trentino e da Ístria. Ao mesmo tempo, em uma reação a esta nova investida diplomática alemã, celebrou-se o pacto militar franco russo, em 1894.

Formalizava-se a política de aglutinação de países em blocos rivais para defesa de seus interesses comuns. Essa prática foi decisiva para a eclosão da guerra e para que ela assumisse as gigantescas proporções que a caracterizaram.

As tensões diplomáticas cresciam em todos os sentidos na Europa, ao final do século XIX. Essa característica fez do período um dos momentos mais contraditórios em toda a recente História europeia. Simultaneamente, celebrava-se a paz e a Europa vivia um momento de aparente euforia e crescimento, uma violenta corrida armamentista verificava-se com vários países armando-se para um confronto que, cada vez mais, desenhava-se como inevitável. Essa corrida fez-se com a incorporação de toda a técnica desenvolvida pela Segunda Revolução Industrial, incorporando, assim, armamentos de grande alcance e com extraordinário potencial destrutivo. Vários países justificavam a corrida armamentista com o argumento de que se armar era uma condição para assegurar a paz, fazendo com que o período ficasse conhecido como **Paz Armada**.

A entrada do século XX: prenúncios de guerra

O quadro de tensão, que marcou as relações internacionais no final do século XIX, desembocou em uma situação drasticamente mais grave na virada do século. As rivalidades haviam chegado a um ponto que apenas uma pequena fagulha poderia detonar uma explosão, na qual todas as tensões jogariam a Europa em uma guerra sem precedentes.

Irredento

Que ou o que não foi resgatado (diz-se de território). O irredentismo é a doutrina segundo a qual devem pertencer a determinado país todas as regiões politicamente dele separadas, mas que lhe estão ligadas pelos costumes e pela língua.

A fagulha quase foi a **Questão Marroquina**, a última vez que os países europeus conseguiram resolver suas divergências por meio de negociação. O Marrocos era uma área disputada pela Espanha, que controlava seu litoral no Mediterrâneo; pela França, a qual desejava transformá-lo em um protetorado; e pela Alemanha, que tinha grandes interesses na exploração de seus recursos minerais. Em 1904, a Inglaterra aceitou a dominação francesa no Marrocos, mas, em troca, pediu o reconhecimento da França pelo controle inglês sobre o curso do rio Nilo, no Sudão e no Egito. Entretanto, em 1905, o Kaiser Guilherme II desembarcou em Tânger, proclamando o apoio alemão à independência do Marrocos. A controvérsia franco-alemã passou por acordos transitórios (Conferências de Algeiras, 1906, e Casablanca, 1908) e por uma nova crise que quase levou à guerra (Agadir, 1911), sendo que essa crise foi solucionada em dezembro de 1911. A Alemanha reconhecia o domínio francês sobre o Marrocos, abrindo mão de seus interesses na região em troca do recebimento do Congo francês. No entanto, a questão fez crescer os ressentimentos entre os dois países: a Alemanha sentiu-se prejudicada, afirmando que a área do Congo recebida não compensava suficientemente a perda dos privilégios e concessões econômicas no Marrocos, e a França sentiu-se desmoralizada e inconformada por ter que ceder uma possessão colonial, para obter outra, que julgava sua de direito.

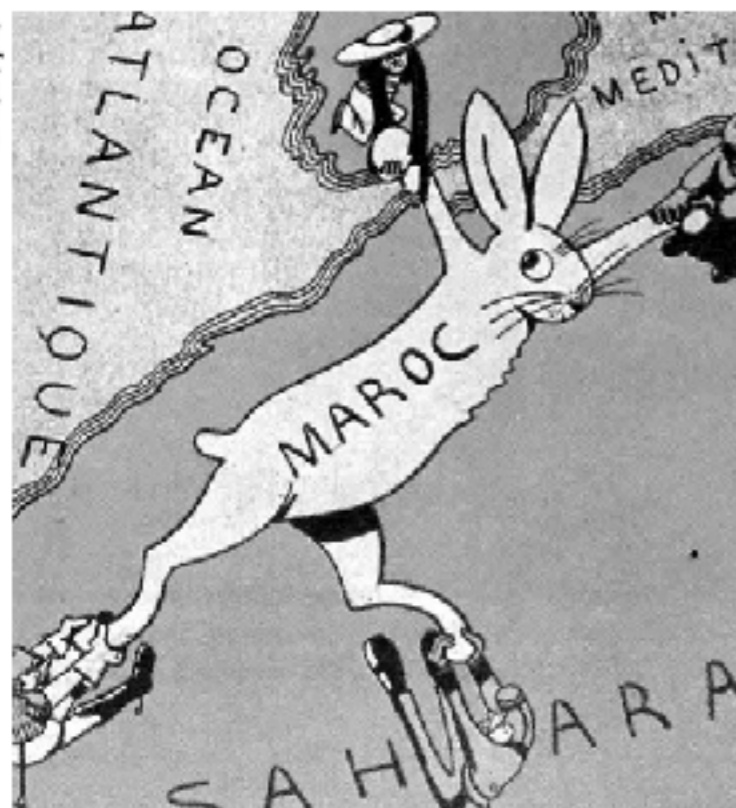


Fig. 14 Charge da época mostrando o Marrocos como o grande coelho disputado por várias potências.

Mais que isso, a questão do Marrocos fez com que os temores de um expansionismo alemão ganhassem contornos mais nítidos e decisivos. A agressiva atitude colonialista alemã impunha a necessidade de a França e a Inglaterra protegerem-se mutuamente, gerando a criação da Entente Cordiale, de 1904. Em 1907, a Rússia aderiu à Entente, que passou a se chamar **Tríplice Entente**.

Entretanto, não seria esse o único foco de tensão insuportável no período. A rivalidade anglo-germânica agravou-se muito a partir de 1908, quando um movimento de renovação nacional, a Revolução dos Jovens Turcos, pretendeu modernizar o Império Otomano, salvando-o da desintegração territorial. Em pouco tempo, a Alemanha fez-se protetora do Império Otomano, incentivando e financiando seu programa de modernização, com ênfase no aspecto bélico, anulando, na prática, a partilha do império em áreas de influências inglesa e alemã. A crescente influência alemã sobre o Império Otomano refletiu-se na concessão para a construção da ferrovia Berlim-Bagdá, a ser concluída em 1915. O estabelecimento de uma ligação direta, rápida e moderna,

entre a Alemanha e o coração do Império Otomano, ameaçava o tradicional controle britânico dos mercados da Ásia Menor e de suas regiões petrolíferas, além de pôr o Canal de Suez, vital para a ligação Inglaterra-Índia, ao alcance dos exércitos alemães.

Havia ainda uma rivalidade mais grave. Ela se manifestava nos Bálcãs, opondo o Império Austro-Húngaro à Rússia, e envolvendo potências menores. A questão começou a agravar-se quando o Império Austro-Húngaro anexou a Bósnia e a Herzegovina, em 1808. Tal anexação contrariava os planos expansionistas da Sérvia na região e também os interesses russos, que tinham na Sérvia sua aliada.

Frustrada, ao menos provisoriamente, em seu projeto de anexar a Bósnia e a Herzegovina, a Sérvia buscou fortalecer-se por outras vias. Almejando expulsar os turcos-otomanos definitivamente do continente europeu, Sérvia, Bulgária, Montenegro e Grécia aliaram-se, deflagrando a Primeira Guerra Balcânica (1912-1913). Pelo Tratado de Londres (1913), o Império Otomano reconheceu a perda da Macedônia e da Trácia, exceto uma fina faixa de terra que protegia a região dos Estreitos. A ambição da Sérvia de conseguir uma saída para o mar foi frustrada pelo Império Austro-Húngaro, que impôs o reconhecimento da Albânia como país independente (1913), aumentando os ressentimentos sérvios.

No período que se seguiu, os aliados na guerra desentenderam-se, causando a Segunda Guerra Balcânica (1913). Com incentivo austríaco, a Bulgária atacou a Sérvia, que se aliara à Romênia e à Grécia. Os búlgaros foram derrotados, perdendo territórios na Macedônia e no litoral do mar Egeu, enquanto os turcos-otomanos, aproveitando-se dos desentendimentos entre os países balcânicos, retomaram quase todo o território da Trácia. O Tratado de Bucarest (1913), que pôs fim à guerra, deixou um legado de revanchismo e de frustração, que cedo ou tarde levaria à nova conflagração.

O estopim da guerra

Uma das principais armas utilizadas pela Sérvia e pela Rússia para desestabilizar o domínio do Império Austro-Húngaro sobre a Bósnia e a Herzegovina foi uma forte propaganda pan-eslavista, acentuando a necessidade de os povos eslavos se unirem contra inimigos comuns. Os efeitos dessa propaganda vinham sendo bastante fortes e traduziam-se em inúmeras ações contra os austríacos, promovendo um sentimento nacionalista que dificultava a presença austríaca na região.

Sentindo a pressão do pan-eslavismo, o governo austríaco empenhou-se em anulá-lo por meio de um projeto de aproximação, inclusive política, com a Bósnia e a Herzegovina. Esse projeto tinha como elemento central uma fórmula já anteriormente usada pelos austríacos para conter a luta dos húngaros pela independência. Naquele momento, em meados do século XIX, em pleno quadro de guerras pela unificação na Itália e na Alemanha, a Áustria, enfraquecida, teve ainda de lidar com a luta dos húngaros pela independência. Sem condições de impedi-la pela via militar, só havia restado aos austríacos a saída diplomática de oferecer aos húngaros uma ampla autonomia, dando a eles o mesmo *status* dos austríacos dentro do Império. Assim, os húngaros passaram a ter um ministério, um parlamento e um exército, permanecendo unidos aos austríacos, mas com um diferente grau de autonomia e de dignidade. O Império tornava-se uma monarquia dual, passando a ser o Império Austro-Húngaro.

O projeto, naquele momento, era buscar a simpatia da Bósnia e da Herzegovina, com a transformação da monarquia dual em monarquia tríplice, contemplando os eslavos com os mesmos privilégios que gozavam os austríacos e os húngaros. Esse era o grande objetivo do herdeiro do trono do Império Austro-Húngaro, Francisco Ferdinando, o qual via se aproximar o momento em que assumiria o trono, e desejava fazê-lo com a paz nos Bálcãs.

Foi esse o objetivo de sua visita a Sarajevo, capital da Bósnia, uma visita muito perigosa, dado o clima de tensão e violenta reação contra os austríacos. Era fundamental ganhar a simpatia da população da Bósnia para que sua proposta, se aceita, significasse o fim da guerra nos Bálcãs e a consolidação da presença austríaca. Assim, sua presença em Sarajevo era marcada por uma série de atividades públicas, incluindo desfiles em carro aberto e contatos bastante próximos com a população.

Entretanto, um eventual sucesso de sua visita seria ruinoso para os planos da Sérvia. Interessante notar que o governo sérvio tinha por prática financiar grupos terroristas para a realização de ações de desestabilização das áreas balcânicas, eslavas sob o controle austríaco. Uma dessas organizações, a mais importante, era a **Mão Negra**, a qual contava com a participação de oficiais do exército sérvio e tinha no seu líder, Dragutin Dimitrijevic, apelidado Apis, uma figura legendária na luta nacionalista sérvia. Acredita-se que a Mão Negra tenha apresentado ao governo sérvio um plano para o assassinato de Francisco Ferdinando, em Sarajevo, de forma que o atentado aparentasse ser obra de grupos da Bósnia. O objetivo era provocar um confronto entre o Império Austro-Húngaro e a Bósnia, confronto altamente interessante aos sérvios.

Contudo, alguns historiadores sustentam que o governo sérvio não teria dado sua autorização para o assassinato ocorrer, pois os riscos políticos inerentes a uma ação desse tipo eram altos demais. Bastaria que o assassino fosse preso e que ficasse estabelecida sua ligação com a Mão Negra para que a responsabilidade sérvia pelo assassinato fosse comprovada e, pior, a tentativa de indispor a Bósnia contra o governo austríaco ficasse clara. Tal fato provocaria, evidentemente, uma reação da população da Bósnia contra a Sérvia, fazendo com que a ação tivesse um efeito diametralmente oposto ao seu objetivo.

No entanto, a recusa do governo sérvio foi pessimamente recebida pelos membros da Mão Negra, que decidiram prosseguir em seu projeto, mesmo sem a aprovação e o patrocínio de seu governo. Com isso, o herdeiro do trono austro-húngaro, o arquiduque Francisco Ferdinando, e sua esposa, Sofia, foram assassinados a tiros em Sarajevo, capital da Bósnia, pelo estudante sérvio Gravilo Prinzip.

A tese de que o governo da Sérvia nada teve diretamente a ver com o atentado é fortalecida pelo caráter amadorístico de toda a ação. Inclusive pelo seu aspecto mais grave: o fato de que não havia nenhum plano eficiente para que o assassino não fosse capturado. Ao contrário, o assassinato foi realizado diante de centenas de testemunhas e o jovem estudante que fez os disparos foi imediatamente preso e identificado como membro da Mão Negra.

O Império Austro-Húngaro aproveitou a oportunidade para resolver definitivamente seu problema com a Sérvia, dirigindo-lhe um ultimato inaceitável em 23 de julho, que a reduziria à situação de mera dependência austríaca.

O que era, até então, uma questão regional transformou-se em um problema continental, em razão da política de alianças. Com o respaldo russo, a Sérvia rejeitou o ultimato, o que lhe valeu a declaração de guerra do Império Austro-Húngaro, em 28 de julho. A Rússia decretou mobilização geral e a Alemanha fez o mesmo, pedindo esclarecimentos ao governo francês sobre suas intenções. Sentindo-se ameaçada, a França também decretou mobilização geral, acarretando a declaração de guerra alemã à Rússia (1º de agosto) e à França (3 de agosto).



Fig. 16 Declaração de guerra do Império Alemão.

Assim, um conflito que seria eminentemente local, mobilizava de imediato o Império Austro-Húngaro, a Rússia, França, Alemanha, além da Sérvia, Bósnia e Herzegovina.

A Inglaterra não entrou de imediato no conflito, alegando que sua aliança com a França e Rússia era defensiva, porém, em agosto, entrou quando se viu ameaçada pela invasão alemã sobre a Bélgica, o que tomava seu território vulnerável a uma invasão por mar. A Itália, membro pouco confiável da Tríplice Aliança por sua rivalidade com a Áustria, declarou-se neutra em um primeiro momento e, em 1915, rompeu com a Alemanha, declarando-lhe guerra ao lado da França e da Inglaterra.



Fig. 15 Francisco Ferdinando e sua esposa, Sofia, a poucos instantes de serem assassinados.

O desenvolvimento do conflito

Com as sucessivas declarações de guerra, a Alemanha foi o país que ficou na posição mais desconfortável e vulnerável, tendo sofrido uma declaração de guerra a leste, da Rússia, e a oeste, da França. Tal fato criava o pesadelo de todo estrategista militar: o da guerra em duas frentes, dispersando suas forças.

Entretanto, essa possibilidade já era considerada pelos alemães desde que a Rússia aproximara-se da França, rompendo com o Tratado dos Três Imperadores. Assim, o Estado Maior alemão elaborou um plano com o objetivo de impedir a guerra em duas frentes. A única forma para isso seria derrotar, rapidamente, um dos adversários. Dada a vitória bastante fácil na Guerra Franco-Prussiana, os alemães acreditavam ser a França o alvo mais facilmente derrotável. Por isso, o centro da ação alemã, no início da guerra, constituiu-se no chamado **Plano Schlieffen**, o qual consistia em um ataque maciço à França através da Bélgica.

A opção por essa rota justifica-se pelo fato de a Bélgica ser um território plano, no qual um exército rolaria com muito maior facilidade e rapidez. Entretanto, havia um elemento não previsto pelos estrategistas alemães. Um ataque alemão à Bélgica colocaria em risco também a Inglaterra, pela possibilidade de os alemães usarem a costa belga para um ataque naval contra os ingleses. Sabedores desse fato, os ingleses estabeleceram, em 1907, um pacto com a Bélgica, no qual firmou-se que, caso a neutralidade belga fosse rompida, entenda-se caso a Alemanha invadisse a Bélgica, os ingleses iriam em seu socorro. Dessa forma, a invasão alemã provocou a entrada inglesa no conflito.

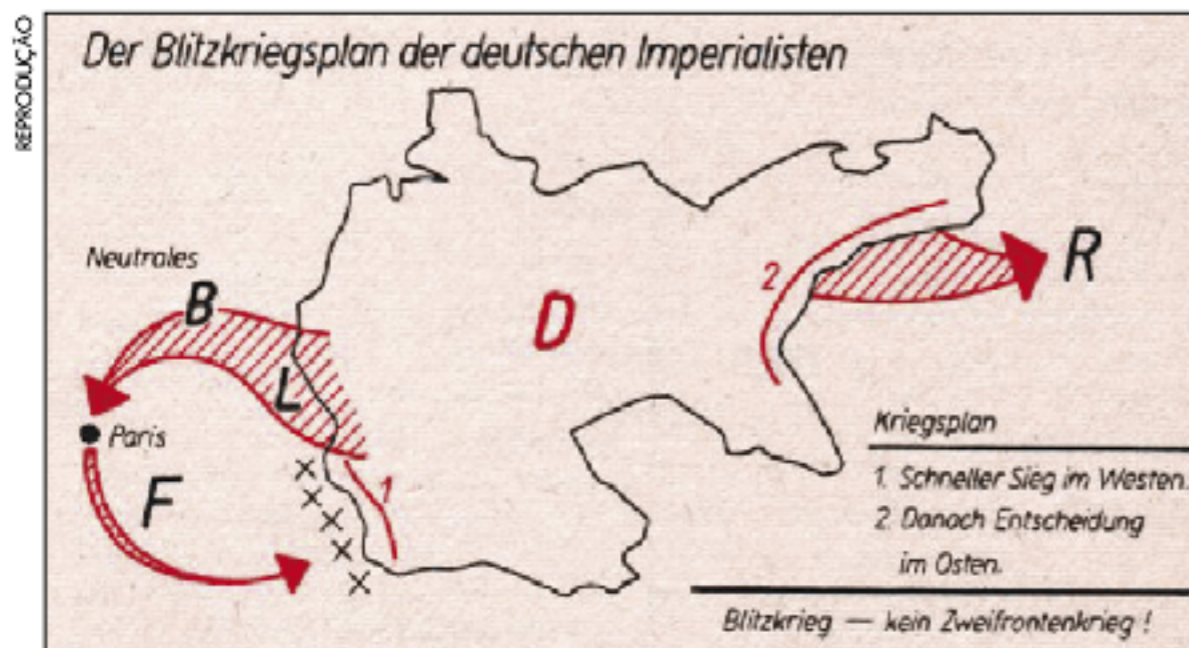


Fig. 17 Diagrama alemão para o plano Schlieffen.

Mesmo assim, os alemães quase obtiveram sucesso, alcançando as proximidades de Paris, mas sendo contidos na batalha do Marne, em início de setembro. Os alemães manobram, inutilmente, tentando um envolvimento, e em novembro se fixaram em uma linha que corria do mar do Norte até a fronteira suíça.

O equilíbrio de forças impediu a continuidade da **guerra de movimento**. Esse termo é empregado para caracterizar a primeira fase da guerra, marcada pelo deslocamento de tropas e ataques sucessivos. Estabelecida a frente ocidental, iniciava-se a fase mais aguda e mais típica da guerra, a **guerra de trincheiras**. De novembro de 1914 a março de 1918, os exércitos enterraram-se cada vez mais profundamente em trincheiras protegidas por arame farpado e ninhos de metralhadora, que nem os bombardeios maciços de artilharia pesada, nem os gases tóxicos (utilizados a partir de 1916), nem os tanques (que fizeram sua estreia em 1917)

conseguiam romper. A **Frente Ocidental** transformou-se em um “moedor de carne”, onde os avanços contavam-se em dezenas de metros e as mortes em centenas de milhares.

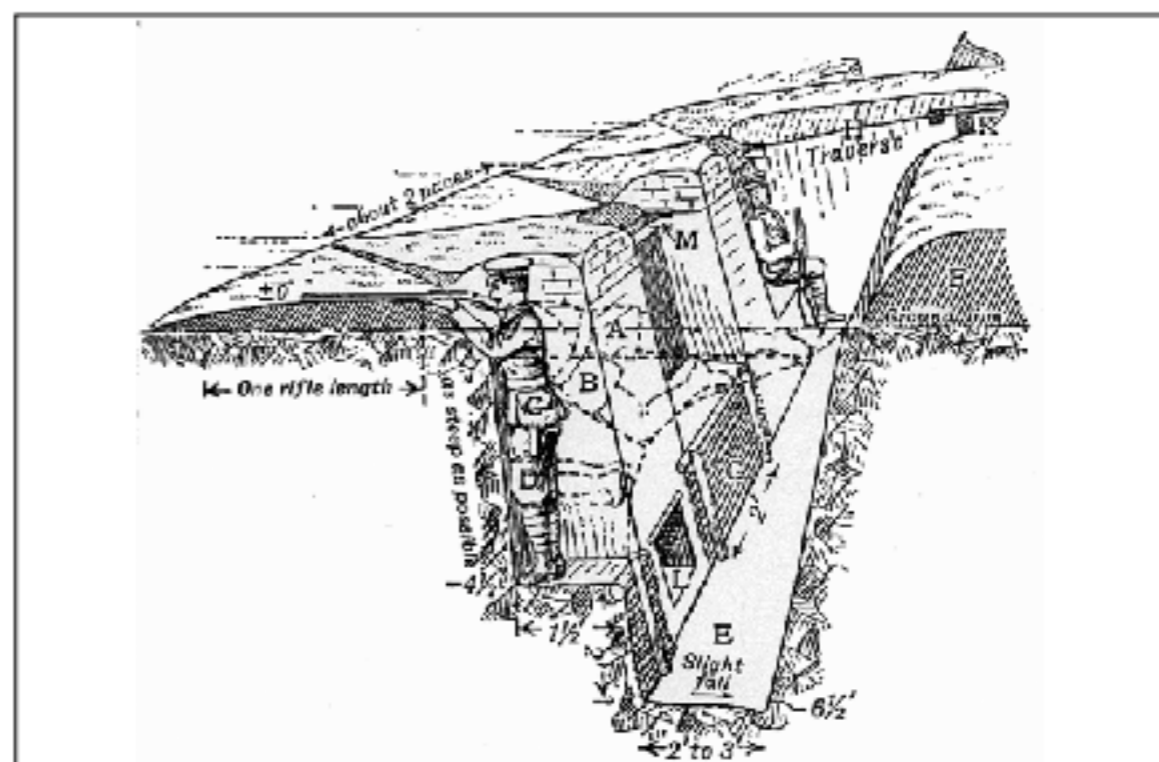


Fig. 18 Esquema de uma trincheira em um manual inglês.

Nos Bálcãs, a Sérvia foi ocupada, em 1915, pelas potências centrais; os aliados fracassaram em abrir os estreitos otomanos na campanha de Galípoli (1915); a Grécia juntou-se aos aliados em 1916, que desembarcaram em Salônica, mas as forças búlgaras e alemãs impediram qualquer avanço significativo até 1918; a Romênia declarou guerra à Alemanha em 1916, porém foi rapidamente neutralizada, ficando sob ocupação militar até 1918.

Na Ásia, o Japão conquistou as áreas de influência alemãs na China e os arquipélagos chineses do Pacífico. Na África, franceses e ingleses conquistaram as colônias alemãs, mas tiveram de enfrentar uma longa e áspera guerrilha na África Oriental Alemã (atual Tanzânia), que só se encerrou em 1918.

Os ingleses enfrentavam os turcos-otomanos na Mesopotâmia em uma árdua campanha e, em 1917, incentivaram a rebelião dos povos árabes contra o domínio turco.

A Itália, que se manteve neutra, alegando o caráter defensivo de sua aliança, juntou-se aos aliados, em maio de 1915, seduzida pelas promessas de obtenção de territórios turcos e austríacos. Entretanto, sofreu a esmagadora derrota de Caporetto em 1917, desastre do qual ela não se recuperaria até o final da guerra.

Na **Frente Oriental**, os amplos espaços, impossíveis de serem cobertos por concentrações de tropas de forma cerrada, permitiram uma guerra de movimento, na qual os austríacos, algumas vezes, eram batidos pelos russos, mas os alemães alcançavam seguidas e decisivas vitórias. Em 1914, em Tannenberg, os exércitos russos foram aniquilados; em 1915, os alemães ocuparam a Polônia Russa; em 1916, a ofensiva russa de Brusilov acabou em desastre; em 1917, a Alemanha ocupou a Ucrânia e, em março de 1918, uma Rússia esgotada, sob controle bolchevique, assinou o **Tratado de Brest-Litovski**, saindo da guerra.

Os alemães retiraram a maioria de suas tropas da Rússia, transferindo-as para a Frente Ocidental. A superioridade de forças alemã seria utilizada para romper o impasse da guerra de trincheiras. Todavia, eles teriam de enfrentar um novo adversário: os Estados Unidos.

A entrada dos Estados Unidos no conflito está diretamente ligada às implicações da guerra naval. Dominando os mares, a Inglaterra estabeleceu um bloqueio naval em 1914, tentando

afetar a economia alemã. A resposta alemã foi a **guerra submarina**, que, ao afundar indiscriminadamente navios mercantes, inclusive dos países neutros, criou os primeiros atritos com os norte-americanos. O fracasso da Alemanha em destruir a esquadra inglesa na batalha da Jutlândia (1916) e a quebra do bloqueio levaram a Alemanha, em 1917, a decretar a guerra submarina sem restrições, impondo uma zona de exclusão em torno das ilhas britânicas. Os grandes interesses de comércio e navegação dos Estados Unidos foram diretamente prejudicados, impulsionando o país para a guerra. Também foi importante o temor dos Estados Unidos em perder os grandes empréstimos feitos à Inglaterra e à França, caso ocorresse uma vitória alemã. Esse fato, na ocasião, era uma possibilidade real, visto a neutralização da Itália e a desintegração da Rússia.

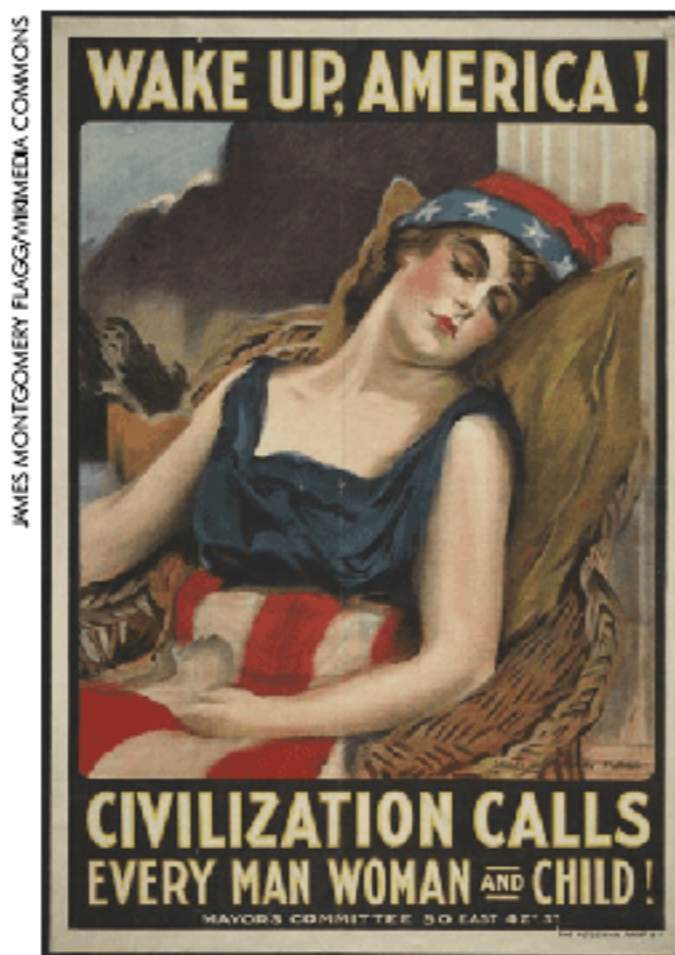


Fig. 19 Cartaz clamando pela entrada dos Estados Unidos no conflito.

Declarando guerra, em abril de 1917, os **Estados Unidos** só participariam das operações bélicas a partir de março de 1918, justamente o período no qual os países aliados mais precisavam de ajuda.

De março a novembro de 1918, a Frente Ocidental conheceu novamente a guerra de movimento.

Os alemães conseguiram romper a linha de trincheiras, aproximando-se das vizinhanças de Paris e quase obtendo uma vitória decisiva. No entanto, um milhão e meio de soldados norte-americanos fez com que, a partir de setembro, os exércitos alemães fossem firme e metodicamente empurrados em direção à fronteira. A guerra aproximava-se do fim.

Para evitar a invasão da Alemanha, um movimento militar e político, que daria início à chamada República de Weimar, obrigou o Kaiser a abdicar em 9 de novembro de 1918. O novo governo social democrata, composto de políticos civis, porém influenciado pelo exército, ouviu deste último um apelo no sentido de que a paz fosse negociada o mais rápido possível, dado que o exército alemão não mais conseguiria sustentar o esforço de guerra.

Não apenas o exército, mas a própria situação da Alemanha era calamitosa. Fome e agitações operárias foram alguns dos vários efeitos de quatro anos de sustentação de uma guerra impossível de ser vencida contra todas as demais potências.



Fig. 20 Ataque francês sobre tropas alemãs ao final da guerra.

Outros componentes também contribuíram com o fim da guerra. A Europa sofreu indescritivelmente nesses quatro anos, os quais cobraram seu preço em termos de um clamor generalizado para que se pusesse fim à carnificina e ao horror. Propostas de paz surgiam de todos os lados, motivadas mais pelo lado emocional do que político. A Bulgária rendeu-se em 29 de setembro, o Império Otomano assinou um armistício em 30 de outubro e o Império Austro-Húngaro, em fase de desagregação, rendeu-se em 4 de novembro. Entretanto, a Alemanha, mesmo com seu enfraquecimento, continuava na guerra e com seu território intacto. Em termos estritamente militares, a Alemanha não foi derrotada, nem houve qualquer indício de que viesse a se render sem uma resistência que ampliasse ainda mais o número de mortos e prolongasse ainda mais o embate.

O presidente dos Estados Unidos, Woodrow Wilson, formulou uma proposta de paz, chamada de Os 14 Pontos de Wilson. Segundo a proposta, a diplomacia secreta seria abolida, as barreiras entre as nações eliminadas; os armamentos seriam limitados; as pretensões coloniais reajustadas; as fronteiras redefinidas; segundo o princípio das nacionalidades; e a Sociedade das Nações, para arbitrar as pendências entre os países, seria criada. O que Wilson pretendia, de modo idealístico, era uma paz sem vencidos nem vencedores, uma paz sem indenizações nem anexações, em uma atitude bastante influenciada pelo clamor de se encerrar a guerra a qualquer preço.

Foi com base nessa proposta que se assinou o **Armistício de Compiègne**, em 11 de novembro, encerrando a guerra na Europa.



REPRODUÇÃO

Fig. 21 Líderes das nações em guerra encontram-se em um vagão de trem em Compiègne para a assinatura do armistício.

O legado da guerra

Nunca a capacidade de destruição foi exercida em escala tão vasta. Doze milhões de mortos e quarenta milhões de inválidos representaram o custo humano. Economicamente, a guerra chegou a custar, em 1918, cerca de 10 milhões de dólares por hora. A ciência e a tecnologia foram largamente utilizadas para a pesquisa e produção de meios letais cada vez mais eficientes: artilharia pesada, aviões, submarinos, metralhadoras, gases tóxicos.

Os Estados foram obrigados a controlar rigidamente a capacidade produtiva por meio da economia de guerra. Tudo que contribuía para o conflito foi regulamentado e incrementado, e medidas de racionamento foram aplicadas à população civil. Desse modo, as atividades não diretamente relacionadas ao esforço de guerra foram simplesmente abandonadas.

Um dado positivo a se ressaltar foi a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho, o que, na década de 1920, resultou na generalização do voto feminino.

O esforço de guerra foi custeado por meio de empréstimos externos, requisição compulsória das poupanças internas e, especialmente, pela emissão de bônus de guerra. Os bônus somavam uma massa monumental de dívida pública, que deveria ser honrada pelos Bancos Centrais dos respectivos países, sob pena de provocar uma inflação de proporção jamais vista. A reconstrução dos países e a normalização da vida econômica apresentavam problemas quase insolúveis. A desmobilização dos exércitos obrigaria os Estados, em precária condição econômica, a absorver rápida e produtivamente milhões de indivíduos para não causar uma gigantesca situação de desemprego. As colônias mais **pujantes** contribuíram com recursos e homens para ajudar a restabelecer suas metrópoles, porém as próprias colônias encontravam-se em precárias condições.

Se, por um lado, os vencidos encontravam-se em estado lastimável, a situação dos vencedores não era muito melhor. Destruição física em larga escala, milhões de mortos, dívidas colossais e desorganização absoluta das atividades econômicas eram as características da Europa no cenário de pós-guerra. Contudo, havia algumas exceções entre os países neutros, que se beneficiaram com o conflito, especialmente a Suécia, Holanda, Suíça e Espanha (Portugal havia se juntado aos aliados em 1916). A Alemanha, apesar de ser a grande derrotada, tinha sido poupada da destruição: a guerra não atingiu seu território. O estado lastimável dos países industrializados europeus influenciou diretamente a forma como os vencedores impuseram a paz aos vencidos.

Dois países emergiram da guerra em condições excepcionais: Japão e Estados Unidos. O país nipônico, que entrou logo no início do conflito, apoderou-se das dependências coloniais alemãs na Ásia e pôde consolidar-se como potência regional, ocupando o vácuo econômico que se criou na área do Pacífico. Sua tonelagem mercante quadruplicou, suas reservas de ouro triplicaram e seus produtos industrializados foram comercializados em escala crescente, atingindo até mesmo o litoral oeste da América.

Os Estados Unidos podem ser considerados como o grande vencedor. A economia estadunidense teve um enorme impulso, suas exportações deram um grande salto, suas reservas de ouro triplicaram, tomando os Estados Unidos o credor do mundo. A partir de 1918, tal país transformou-se no centro do sistema capitalista, suplantando a Europa e passando a ser uma potência mundial.

Os tratados de paz

A aceitação do armistício, por parte da Alemanha, deu-se com base na proposta de Wilson, “Os 14 Pontos”. Os alemães acreditavam ser possível a paz sem que lhes fossem impostas maiores reparações e sem perder territórios na Europa ou colônias. Contudo, a realidade foi outra. Reunidos em Versalhes, sem a presença da Alemanha, os dirigentes dos países vencedores, especialmente da França e da Inglaterra, forçaram Wilson a ceder e elaboraram um duro documento, apresentado em abril de 1919 à Alemanha, que teve três semanas para aceitá-lo sem alterações, sob a ameaça de invasão do território alemão, em caso de rejeição.

Inconformada, mas sem condições de resistir, em meio a crises internas e agitações revolucionárias, a Alemanha assinou, em 28 de junho de 1919, o Tratado de Versalhes, classificando-o de *Diktat* (imposição).



WILLIAM ORPEN/IMMEDIA COMMONS

Fig. 22 William Orpen. A assinatura da paz no salão dos espelhos de Versalhes, 1919. Óleo sobre tela. Imperial War Museum, Londres, Inglaterra.

Considerada culpada pela eclosão da guerra, a Alemanha foi duramente penalizada. Perdeu os territórios da Alsácia e da Lorena para a França, que ainda ganhou o direito de explorar por quinze anos as minas de carvão do Sarre; os territórios de Eupen e Malmedy para a Bélgica; a porção norte de Schleswig para a Dinamarca; largos trechos da Posnânia e da Prússia Oriental para a Polônia, que também recebeu a cidade alemã de Dantzig e o “corredor polonês”, que lhe garantiria uma saída para o mar e isolava a Prússia do resto do território alemão; e todas suas colônias, que foram repartidas entre a França e a Inglaterra.

O exército alemão foi reduzido a cem mil homens, com a proibição de ter armamento estratégico (artilharia pesada, blindados, força aérea); a frota de guerra foi entregue à Inglaterra (afundada nos portos ingleses por sua tripulação) e a margem esquerda do Reno foi ocupada militarmente, que, após sua evacuação progressiva, seria mantida como zona desmilitarizada.

A Alemanha perdeu, ainda, todas as suas patentes industriais e os seus valores no exterior, e teve de aceitar o pagamento das reparações, indenizações pelos prejuízos causados pela guerra, orçadas em 33 bilhões de dólares-ouro.

Pujante

Em que há abundância; profuso, rico, copioso.

Não há dúvidas de que tais imposições despertaram o espírito revanchista alemão, contribuindo para a deflagração de outro conflito mundial, vinte anos depois.



Fig. 23 Tropas alemãs se retiram do Ruhr.

O Império Austro-Húngaro foi desmembrado pelo Tratado de Saint-Germain (1919), que criou os novos países da Hungria, da Tchecoslováquia, da Iugoslávia e da Polônia; a Áustria foi reduzida a um pequeno país, impedida de juntar-se à Alemanha, e cedendo a Ístria e Trentino para Itália.

A Hungria, pelo Tratado de Trianon (1919), foi obrigada a renunciar a vastos territórios em favor de seus novos vizinhos eslavos, sendo proibida de ter um exército de mais de 35 mil homens.

O Tratado de Neuilly (1919) fez a Bulgária ceder a Trácia para a Grécia, a Macedônia Ocidental para a Iugoslávia, e a Dobrudja para a Romênia.

O Império Otomano teve de aceitar o Tratado de Sèvres (1920), que reconheceu a independência de todos os povos não turcos, reduzindo-o à Anatólia Central e a uma faixa em torno de Istambul. Enquanto a Inglaterra apoderava-se da Palestina, Jordânia e Iraque; e a França, da Síria e do Líbano; a Arábia tornava-se independente sob a dinastia Saudí; e gregos e italianos ocupavam a costa da Jônia. Entretanto, um movimento revolucionário nacionalista turco, liderado pelo general Mustafá Kemal, aboliu o sultanato e reunificou o país, derrotando as pretensões autonomistas de armênios e curdos, e expulsando italianos e gregos. Em 1923, o Tratado de Lausanne, reconheceu a nova República Turca, aceitando a configuração geográfica que a Turquia tem até hoje.

De todas as propostas de Wilson, que deveriam nortear um mundo mais justo, construído a partir da “guerra para acabar com todas as guerras”, apenas a de criação da Liga das Nações foi efetivada. Ela foi formada em 28 de abril de 1919, com sede em Genebra, Suíça. No entanto, nasceu mutilada e sem poder real de intervenção. A Rússia e a Alemanha foram excluídas da **Liga das Nações** e os Estados Unidos, que nem mesmo ratificaram o Tratado de Versalhes, retomaram um sentimento isolacionista, recusando-se a participar da Liga.

Mais do que uma “guerra para acabar com todas as guerras”, o que se verificava na Europa era uma inevitável situação de confronto, a qual levaria a um novo conflito de proporções ainda maiores e mais graves.



Revisando

1 Quais diferenças básicas são possíveis apontar entre a Revolução Industrial inglesa do século XIII e a expansão no século XIX, que caracterizou a chamada Segunda Revolução Industrial?

2 Analise a figura 11 e mostre qual é a ironia apresentada com a teoria do “fardo do homem branco”.

3 Que relação pode ser estabelecida entre a Segunda Revolução Industrial e o advento da Primeira Guerra Mundial?

4 Observe os dois mapas europeus deste capítulo, o primeiro com a configuração europeia antes da guerra e o segundo após seu término. Quais são as principais diferenças que podem ser apontadas entre eles?

Exercícios propostos

1 **Uerj** Modelos produtivos (da Segunda Revolução Industrial à Revolução Técnico Científica):

Taylorismo

- separação do trabalho por tarefas e níveis hierárquicos;
- racionalização da produção;
- controle do tempo;
- estabelecimento de níveis mínimos de produtividade.

Fordismo

- produção e consumo em massa;
- extrema especialização da produção;
- rígida padronização da produção;
- linha de montagem.

Pós-Fordismo

- estratégias de produção e consumo em escala planetária;
- valorização da pesquisa científica;
- desenvolvimento de novas tecnologias;
- flexibilização dos contratos de trabalho.

Pelas características dos modelos produtivos do momento da Segunda Revolução Industrial, é possível afirmar que o fordismo absorveu certos aspectos do taylorismo, incorporando novas características. Essa afirmação se justifica, entre outras razões, porque os objetivos do fordismo, principalmente, propunham:

- (a) elevada qualificação intelectual do trabalhador ligada ao controle de tarefas sofisticadas.
- (b) altos ganhos de produtividade vinculados a estratégias flexíveis de divisão do trabalho em linhas de montagem.

- (c) redução do custo de produção associada às potencialidades do consumo dos próprios operários das fábricas.
- (d) máxima utilização do tempo de trabalho do operário, vinculada à despreocupação com os contratos trabalhistas.

2 FGV Considerando a Revolução Industrial em suas diferentes fases, podemos afirmar que:

- (a) a primeira fase caracterizou-se pela utilização do carvão e do ferro e desenvolveu-se primeiramente na Inglaterra.
- (b) tanto a primeira como a segunda fase da Revolução Industrial caracterizaram-se pela utilização do aço e da eletricidade.
- (c) Alemanha, Itália, Rússia, Estados Unidos e Japão foram os países que se destacaram em sua primeira fase.
- (d) tanto a primeira quanto a segunda fase caracterizaram-se pela utilização do carvão e do aço.
- (e) a segunda fase da Revolução Industrial caracterizou-se pela utilização do aço e da robótica e desenvolveu-se principalmente no Japão.

3 PUC-SP Por volta de 1850, a Grã-Bretanha era a primeira entre as nações industrializadas, tendo evoluído de uma economia de base agrária para uma predominantemente industrial. Durante a Segunda Revolução Industrial (a partir de 1870), continuou em posição de destaque, mas a Alemanha [...] passou a determinar o ritmo da corrida pela supremacia industrial.

"Atlas Histórico". Folha de S.Paulo.

Para que a Grã-Bretanha e a Alemanha ocupassem as posições descritas no texto, concorreram fenômenos tais como:

- (a) a prática do chamado comércio triangular, envolvendo colônias na América, na Índia e na África, no primeiro caso; e o sucesso dos seguidos planos quinquenais, praticados pelo Estado, desde 1810, no segundo caso.
- (b) a adoção de uma economia de livre mercado com estímulo à competitividade no primeiro caso; e a política de cercamento das terras comunais, gerando mão de obra para a indústria, no outro caso.
- (c) a atração que o mercado financeiro britânico exercia sobre os investimentos mundiais, no primeiro caso; e a moral materialista, fruto da adoção, pelo Estado, do anglicanismo como religião oficial, no outro caso.
- (d) a tardia construção de um Estado nacional que possibilitou a concentração de capitais nas mãos de verdadeiros empreendedores, no primeiro caso; e o apoio financeiro e logístico recebido da França, arquirrival da Inglaterra, no outro caso.
- (e) a intensa atividade mercantil desenvolvida nas relações coloniais, no primeiro caso; e a unificação política que consolidou as alianças econômicas já praticadas entre os estados germânicos, no outro caso.

4 Na análise do Colonialismo asiático, a chegada do comandante Perry ao Japão, em 1853, com uma esquadra norte-americana, é importante porque:

- (a) destrói as bases do sistema feudal dominado pelos Shoguns.

- (b) se acabam as perseguições que antes eram movidas aos católicos portugueses e espanhóis.
- (c) força a abertura dos portos japoneses ao comércio mundial.
- (d) destrói a estrutura feudal dos daimios e samurais.
- (e) tem início uma rigorosa expansão imperialista contra a China e a Rússia.

5 A Revolução Meiji (1868), no Japão, ainda que de caráter político, teve grande ressonância econômica, porque significou:

- (a) o término dos senhores feudais, os samurais, com o advento da monarquia constitucional.
- (b) a modernização do país, graças à assimilação da tecnologia ocidental.
- (c) o início de uma era de expansão imperialista, com a conquista da Mongólia.
- (d) a abertura dos portos aos produtos da indústria inglesa.
- (e) a desagregação da estrutura do poder do xogunato nos centros urbanos.

6 A conquista da Ásia e da África, durante a segunda metade do século XIX, pelas principais potências imperialistas objetivava:

- (a) a necessidade de interação de novas culturas, a compensação da pobreza e a cooperação dos nativos.
- (b) a implantação da política econômica mercantilista, favorável à acumulação de capitais nas metrópoles.
- (c) o impedimento da evasão em massa dos excedentes demográficos europeus para aqueles continentes.
- (d) a implantação de regimes políticos favoráveis à independência das colônias africanas e asiáticas.
- (e) a busca de matérias-primas, a aplicação dos capitais excedentes e a procura de novos mercados para os manufaturados.

7 Novas formas de organização das empresas surgiram no final do século XIX, cujas características são:

- (a) concentração de várias unidades de produção em grandes companhias, trustes ou cartéis, e a formação de *holdings*.
- (b) casas de créditos bancários, que realizavam operações de exploração de produtos tropicais através de companhias marítimas.
- (c) limitação do capitalismo monopolista através de transferência das matrizes das empresas para países pequenos.
- (d) implementação de normas técnicas de predomínio da qualidade, ampliação da livre-concorrência e instalação de filiais móveis.
- (e) empresas em que os trabalhadores, através de *holdings*, participavam obrigatoriamente da distribuição dos lucros.

8 Uma das alternativas não corresponde às diferenças entre o Colonialismo do século XVI e o Neocolonialismo do século XIX.

- (a) A principal área de dominação do Colonialismo europeu foi a América e o Neocolonialismo voltou-se para a África e a Ásia.

- (b) O Colonialismo teve como justificativa ideológica a expansão da fé cristã, enquanto no Neocolonialismo, a missão civilizadora do homem branco foi espalhar o progresso.
- (c) Os patrocinadores do Colonialismo foram a burguesia financeiro-industrial e os Estados da Europa, enquanto os do Neocolonialismo foram o Estado metropolitano e a burguesia comercial.
- (d) O Colonialismo buscava garantir o fornecimento de produtos tropicais e metais preciosos, enquanto o Neocolonialismo buscava a reserva de mercado e o fornecimento de matérias-primas.
- (e) A fase do Capitalismo em que o Colonialismo se desenvolveu denominou-se Capitalismo Comercial, e a do Neocolonialismo, Capitalismo Industrial e Financeiro.

9 A expansão neocolonialista do século XIX foi acelerada essencialmente:

- (a) pela disputa de mercados consumidores para produtos industrializados e de investimentos de capital, além de áreas para absorver a população europeia desempregada.
- (b) pelo decréscimo brusco da população europeia.
- (c) pela necessidade de irradiar a superioridade da cultura europeia pelo mundo.
- (d) pelo desenvolvimento do Capitalismo comercial.
- (e) pela distribuição igualitária dos monopólios e pelo decréscimo da produção industrial.

10 No século XIX, a história inglesa foi marcada pelo longo reinado da rainha Vitória. Seu período caracterizou-se:

- (a) pela grande popularidade da rainha, que desestimulou a expansão imperialista.
- (b) pela expansão do Império Colonial na América.
- (c) pelo início da Revolução Industrial.
- (d) por sucessivas crises políticas internas.
- (e) pela grande expansão imperialista externa, fazendo do Império Britânico o maior que a humanidade já conheceu.

11 Um dos aspectos mais importantes do sistema capitalista, na sua passagem do conteúdo liberal ao monopolista, é a associação entre:

- (a) os interesses bancários e os capitais oriundos da produção agrícola na forma do capital financeiro.
- (b) o capital industrial e o capital bancário na forma do capital financeiro.
- (c) o capital financeiro e o capital fundiário como forma de conservação dos ideais fisiocratas.
- (d) a economia e o Estado, garantindo a manutenção da posição não intervencionista na produção industrial.
- (e) o Estado e a economia, através de distribuição dos lucros da produção industrial aos agricultores.

12 A industrialização acelerada de diversos países, ao longo do século XIX, alterou o equilíbrio entre a dinâmica das relações industriais. Com a Segunda Revolução Industrial emergiu o Imperialismo, cuja característica marcante foi a:

- (a) substituição das intervenções militares pelo uso da diplomacia internacional.
- (b) transferência de tecnologia, estimulada por uma política não intervencionista.
- (c) procura de especiarias, ouro e produtos tropicais inexistentes na Europa.
- (d) busca de novos mercados consumidores para os produtos industrializados.
- (e) manutenção da autonomia administrativa nas áreas conquistadas.

13 **Fatec** Ata Geral da Conferência de Berlim – 26 de fevereiro de 1885: *“Capítulo 1 – Declaração referente à liberdade de comércio na bacia do Congo [...] Artigo 6º” – Todas as Potências que exercem direitos de soberania ou uma influência nos referidos territórios comprometem-se a velar pela conservação dos aborígenes e pela melhoria de suas condições morais e materiais de existência e a cooperar na supressão de escravatura e principalmente no tráfico de negros; elas protegerão e favorecerão, sem distinção de nacionalidade ou de culto, todas as instituições e empresas religiosas, científicas ou de caridade, criadas e organizadas para esses fins ou que tendam a instruir os indígenas e a lhes fazer compreender e apreciar as vantagens da Civilização.*

Pela leitura do texto, podemos deduzir que ele:

- (a) demonstra que os interesses capitalistas voltados para investimentos financeiros eram a tônica do tratado.
- (b) caracteriza a atração exercida pela abundância de recursos minerais, notadamente na região subsaariana.
- (c) explicita as intenções de natureza religiosa do Imperialismo, através da proteção à ação dos missionários.
- (d) revela a própria ideologia do Colonialismo europeu ao se referir às vantagens da Civilização.

14 A expansão colonialista europeia do século XIX foi um dos fatores que levaram:

- (a) à diminuição dos contingentes militares europeus.
- (b) à eliminação da liderança industrial da Inglaterra.
- (c) ao predomínio da prática mercantilista semelhante à do Colonialismo do século XVI.
- (d) à implantação do regime de monopólio.
- (e) ao rompimento do equilíbrio europeu, dando origem à Primeira Guerra Mundial.

15 *André Gide, em seu livro Viagem ao Congo, espantava-se com a grosseria com que os coloniais se dirigiam aos colonizados: ela se explica pela solidariedade de raça e pelo elevado conceito que eles têm de si mesmos, excluindo manter com o outro qualquer relação que possa ser igualitária. O problema é que fincavam suas bandeiras em nome dos direitos humanos, da igualdade, justamente, do habeas corpus e da liberdade, sem enxergar que violavam seus princípios de ação. Nem todos, porém, eram influenciados por essas ideias.*

Marc Ferro. *História das colonizações: Das conquistas às independências.*

Segundo o texto, pode-se inferir que:

- (a) o eurocentrismo esteve presente nas relações entre europeus e povos subjugados até a Revolução Francesa, quando os princípios liberais e igualitários triunfaram.
- (b) o desenvolvimento de teorias racistas no século XIX legitimou a ação colonizadora na África, Ásia e América, difundindo a crença na superioridade ariana.
- (c) a expansão colonial europeia era feita sob a égide dos direitos humanos, garantindo a concretização dos ideais igualitários nas áreas dominadas.
- (d) os princípios da Revolução Francesa valiam na Europa, mas não se aplicavam na prática aos povos dominados em outros continentes.
- (e) os europeus justificaram a ação colonizadora pelos direitos humanos, mantendo relações igualitárias com os colonizados, pouco alterando sua visão de mundo.

16 A partir do início do século XX, os Estados Unidos impuseram seu Imperialismo sobre a América Latina, através de severas políticas intervencionistas, entre elas a formulada pelo presidente Theodore Roosevelt que estabelecia o direito de intervenção militar na América Central.

O texto apresentado refere-se:

- (a) à Emenda Platt.
- (b) à política do *Big Stick*.
- (c) à Doutrina Monroe.
- (d) à Diplomacia do Dólar.
- (e) à Doutrina de Segurança Nacional.

17 A doutrina que serviu de pretexto para a intervenção militar norte-americana na Guerra de Independência de Cuba contra a Espanha, em 1889, e promoveu a anexação das Filipinas no oceano Pacífico foi sintetizada no:

- (a) “Estado do bem-estar social”, no qual a luta política deveria ser orientada pela obtenção e pela expansão de um padrão de vida cada vez mais elevado.
- (b) movimento pacífico de não cooperação liderado por Gandhi e Nehru.
- (c) lançamento, em Paris, do movimento de ideias chamado Negritude.
- (d) princípio básico que preconizava a intervenção das potências europeias nos assuntos internos do continente americano.
- (e) lema: “A América para os americanos”.

18 No dia 1º de julho de 1997, a última colônia britânica na Ásia, Hong Kong, foi devolvida à China. O acordo que devolveu Hong Kong estipulou que o território se tornaria “região administrativa especial” da República Popular da China.

- a) Qual o conflito, no contexto o Imperialismo do século XIX, que levou Hong Kong a pertencer à Grã-Bretanha?
- b) Explique dois motivos para a eclosão desse conflito.

19 **Fuvest** Quando os brancos chegaram, nós tínhamos as terras e eles a Bíblia; depois eles nos ensinaram a rezar; quando abrimos os olhos, nós tínhamos a Bíblia e eles as terras.

Essa frase – atribuída a Jomo Kenyatta, fundador da República do Quênia – remete à partilha da África, no quadro do Imperialismo europeu. Comente e interprete o trecho.

20 No final do século XIX, deu-se a passagem do Capitalismo de livre-concorrência para o Capitalismo dos monopólios. Nesse período, situa-se a fase em que, para as grandes potências industriais, a exportação de capitais tornou-se mais importante do que a exportação de mercadorias. Essa é uma das explicações para:

- (a) a origem do Imperialismo.
- (b) o pioneirismo industrial britânico.
- (c) o surgimento dos bancos.
- (d) a eclosão da Guerra Fria.
- (e) a formação do Mercado Comum Europeu.

21 A reação à presença inglesa na Índia, pelos soldados nacionalistas hindus, é conhecida como:

- (a) Revolta dos Cipayos.
- (b) Rebelião dos Bôers.
- (c) Guerra dos Boxers.
- (d) Terror Branco.
- (e) Conferência de Berlim.

22 Nas últimas décadas do século XIX, inúmeras transformações de ordem técnica e empresarial deram origem ao Capitalismo monopolista. Em comparação com o Capitalismo concorrencial, que caracterizou a fase anterior, verificam-se algumas diferenças.

- a) Cite as duas novas fontes de energia que começaram a ser utilizadas na produção fabril.
- b) Indique as mudanças que ocorreram no modo de organização empresarial.

23 **UFRRJ** [...] a guerra de 1914-1918 foi, de ambos os lados, uma guerra imperialista (isto é, uma guerra de conquista, de pilhagem, de pirataria), uma guerra pela partilha do mundo, pela distribuição e redistribuição das colônias, das “zonas de influência do capital financeiro” etc.

[...] O Capitalismo se transformou num sistema universal de opressão colonial e de asfixia financeira da imensa maioria da população do globo por um punhado de países avançados. E a partilha deste “saque” faz-se entre duas ou três aves de rapina, com importância mundial, armadas até os dentes (América, Inglaterra, Japão), que arrastam consigo toda a Terra na sua guerra pela partilha de seu saque.

Vladimir Lenin I. *O imperialismo: fase superior do Capitalismo*. São Paulo: Global, 1985. p. 9-11.

- a) Explique uma das principais características da fase monopolista do Capitalismo.
- b) Relacione Capitalismo monopolista à Primeira Guerra Mundial.

24 **Fuvest** Os Tratados de Paz assinados ao fim da Primeira Guerra Mundial aglutinaram vários povos num só Estado, outorgaram a alguns o status de ‘povos estatais’ e lhes confiaram o

governo, supuseram silenciosamente que os outros povos nacionalmente compactos (como os eslovacos na Tchecoslováquia ou os croatas e eslovenos na Iugoslávia) chegassem a ser parceiros no governo, o que naturalmente não aconteceu e, com igual arbitrariedade, criaram com os povos que sobraram um terceiro grupo de nacionalidades chamadas minorias, acrescentando assim aos muitos encargos dos novos Estados o problema de observar regulamentos especiais, impostos de fora, para uma parte de sua população. [...] Os Estados recém-criados, por sua vez, que haviam recebido a independência com a promessa de plena soberania nacional, acatada em igualdade de condições com as nações ocidentais, olhavam os Tratados das Minorias como óbvia quebra de promessa e como prova de discriminação.

Hannah Arendt. *As origens do totalitarismo*.

A alternativa mais condizente com o texto é:

- (a) Após a Primeira Guerra, os Tratados de Paz estabelecidos solaparam a soberania e estabeleceram condicionamentos aos novos Estados do Leste Europeu através dos Tratados das Minorias, o que criou condições de conflitos entre diferentes povos reunidos em um mesmo Estado.
- (b) O surgimento de novos Estados-nações se fez respeitando as tradições e instituições dos povos antes reunidos nos impérios que desapareceram com a Primeira Guerra Mundial.
- (c) Os Tratados de Paz e os Tratados das Minorias restabeleceram, no mundo contemporâneo, o sistema de dominação característico da Idade Média.
- (d) Apesar de os Tratados de Paz estabelecidos depois da Primeira Guerra terem tido algumas características arbitrárias em relação aos novos Estados-nações do Leste Europeu, o desenvolvimento histórico destas regiões demonstra que foi possível uma convivência harmoniosa e que gradativamente ocorreu a integração entre as minorias e as maiorias nacionais.
- (e) Os Tratados de Paz depois da Primeira Guerra conseguiram satisfazer os vários povos do Leste Europeu. O que perturbou a convivência harmoniosa foi o movimento de refugiados das revoluções comunistas.

25 Cesgranrio Considerando-se as relações internacionais presentes na conjuntura pré-Primeira Grande Guerra, podemos afirmar que:

- I. as rivalidades anglo-germânicas foram agravadas pela construção da Estrada de Ferro Berlim-Bagdá.
- II. as pretensões da Rússia de dominar os Estreitos de Bósforo e Dardanelos aumentaram os seus conflitos com o Império Turco.
- III. as desavenças entre a Sérvia e o Império Austro-Húngaro estavam diretamente ligadas à disputa pela anexação da Bósnia-Herzegovina pela Inglaterra.
- IV. a morte do futuro Imperador Austro-Húngaro, Francisco Ferdinando, em Sarajevo, na Bósnia, precipitou o início da Guerra.
- V. a união da Inglaterra, França e Japão para formar a Tríplice Entente foi uma maneira de neutralizar a Tríplice Aliança, que unia Alemanha, Rússia e Itália.

Estão corretas somente as afirmativas:

- (a) I, II e III. (c) I, III e V. (e) III, IV e V.
- (b) I, II e IV. (d) II, III e IV.

26 Dentre as causas da Primeira Guerra Mundial, destaca-se a questão balcânica, que pode ser associada:

- (a) à formação de novas nacionalidades, como a Iugoslávia sob tutela alemã.
- (b) às disputas coloniais na Ásia e África entre a França e a Inglaterra.
- (c) ao interesse russo na Questão dos Estreitos e ao nacionalismo sérvio.
- (d) às desavenças entre o Império Austro-Húngaro e a Inglaterra ligadas à anexação da Bósnia.
- (e) às questões pendentes relacionadas ao Tratado de Brest-Litovski.

27 A respeito do envolvimento dos Estados Unidos na Primeira Guerra Mundial, é incorreto afirmar que:

- (a) foi influenciado pela intenção germânica de atrair o México, prometendo-lhe ajuda na reconquista de territórios perdidos para os Estados Unidos.
- (b) os Estados Unidos financiaram diretamente a indústria bélica franco-inglesa e enviaram um grande contingente de soldados ao fronte.
- (c) uma possível derrota da França e Inglaterra colocaria em risco os investimentos norte-americanos na Europa.
- (d) contrariando o Congresso, o presidente dos Estados Unidos rompeu a neutralidade, declarando guerra ao Eixo.
- (e) a guerra submarina alemã prejudicava em muito os interesses econômicos dos Estados Unidos.

28 A Primeira Guerra Mundial, que enfraqueceu a Europa em população e importância econômica:

- (a) acarretou a criação da Liga Pan-Germânica encarregada de efetivar o *Anschluss*.
- (b) contribuiu para a concretização do Pacto de não agressão Germano-Soviético.
- (c) contribuiu para a difusão das ideias do socialismo utópico.
- (d) acarretou a formação de sociedades nacionalistas secretas na Sérvia.
- (e) transformou os Estados Unidos em potência mundial.

29 Dentre os fatores que conduziram à Grande Guerra (1914-1918), destacamos o(a):

- (a) Nacionalismo sérvio aliado à desagregação do Império Otomano.
- (b) acordo militar anglo-germânico, visando à partilha da África.
- (c) desequilíbrio internacional provocado pela aliança Russa com o Império Austríaco.
- (d) Revolução Russa que possibilitou a tomada do poder pelo proletariado.
- (e) apoio da Áustria à admissão da Sérvia na Liga Balcânica.

30 Em 1919, no Tratado de Versalhes:

- (a) a Itália recebeu as áreas pretendidas na Grécia e nos Balcãs.
- (b) a Inglaterra aliou-se à Alemanha para reprimir os bolchevistas.
- (c) a Alemanha foi considerada culpada pela guerra.
- (d) a França anexou as colônias da Alemanha no Pacífico.
- (e) a Rússia recebeu a soberania sobre os Estreitos.

31 Ao eclodir a Primeira Guerra Mundial, em 1914, a estratégia alemã esboçada no Plano Schlieffen, tinha como principal objetivo:

- (a) o ataque naval à Inglaterra.
- (b) neutralizar os Estados Unidos.
- (c) a aliança com a Itália e o Japão.
- (d) a anexação da Áustria.
- (e) a invasão da França através da Bélgica.

32 Sobre o desenrolar da Primeira Guerra Mundial, é incorreto afirmar que:

- (a) a guerra de trincheiras imobilizou a Frente Ocidental até a primavera de 1918.
- (b) a Itália mudou de lado e sofreu uma arrasadora derrota em Caporetto.
- (c) a França foi derrotada na batalha do Marne.
- (d) a Alemanha arrasou os exércitos russos na batalha de Tannenberg.
- (e) a Inglaterra apoiou a revolta árabe contra o Império Otomano.

33 A imposição de um tratado punitivo à Alemanha, em 1919, teve como consequências:

- (a) agitações políticas de esquerda, como a espartaquista, crise econômica e desemprego.
- (b) enfraquecimento do sentimento nacional e militarização do Estado alemão.
- (c) prosperidade econômica e amputação territorial.
- (d) divisão da Alemanha em dois países, um capitalista e outro socialista.
- (e) afirmação dos ideais liberais democráticos e recuperação das áreas coloniais.

34 Sobre os tratados impostos aos aliados da Alemanha, está correto afirmar que:

- (a) sua integridade territorial foi respeitada.
- (b) a Hungria perdeu a maior parte de seu antigo território.
- (c) a Bulgária tornou-se o país hegemônico nos Balcãs.
- (d) a Turquia manteve as áreas de população árabe.
- (e) a Áustria pôde unir-se à Alemanha.

35 A Primeira Guerra Mundial foi seguida da assinatura ou de imposição de tratados aos Estados derrotados. O mais famoso, denominado Tratado de Versalhes, destinado à Alemanha, seria chamado de "Ditado de Versalhes" pelos nazistas, que souberam explorá-lo em sua propaganda.

Identifique as opções que contém cláusulas daquele famoso documento.

- I. A Alemanha perderia, em favor das principais potências aliadas (Estados Unidos, Inglaterra, França etc.), todos os seus direitos e títulos sobre possessões de além-mar, onde se destacavam terras na África.
- II. Declarada única culpada pela guerra, a Alemanha pagaria como indenização a soma de 33 bilhões de dólares em prestações, quantia estipulada em 1921.
- III. A República, proclamada na Alemanha em 1918, era tida por ilegítima e a dinastia *Hohenzollern*, se o desejasse, teria apoio dos vencedores para retornar ao trono.
- IV. Os territórios, cedidos pela França em 1871, com o Tratado de Frankfurt deveriam retornar ao domínio daquele Estado.

Estão corretas apenas:

- (a) I e IV.
- (b) II e IV.
- (c) I, II e IV.
- (d) II e III.
- (e) III e IV.

36 Unesp A guerra atual é, por parte de ambos os grupos de potências beligerantes, uma guerra [...] conduzida pelos capitalistas pela partilha das vantagens que provêm do domínio sobre o mundo, pelos mercadores do capital financeiro (bancário), pela submissão dos povos fracos etc.

"Resolução sobre a Guerra", *Pravda*, abr. 1917.

O texto oferece uma interpretação característica dos bolcheviques sobre a:

- (a) Guerra Russo Japonesa.
- (b) Guerra da Coreia.
- (c) Guerra da Crimeia.
- (d) Primeira Guerra Mundial.
- (e) Primeira Guerra Balcânica.

37 A explosão da Revolução Russa, em 1917, apresentou resultados sensíveis para o curso da Primeira Guerra Mundial. Assim, graças ao começo daquele movimento revolucionário:

- (a) verificou-se a entrada dos Estados Unidos no conflito, fato que praticamente fez com que as possibilidades de vitória na guerra ficassem restritas aos países da Tríplice Aliança.
- (b) encerraram-se as lutas na frente oriental, fato que permitiu à Alemanha concentrar seu esforço militar na frente ocidental, dando início, assim, à última fase do conflito.
- (c) dissolveu-se a Tríplice Aliança, conhecimento que debilitou em muito a capacidade militar da Alemanha, anunciando praticamente a derrota Alemã, em 1918.
- (d) outro movimento revolucionário ocorreu no bloco das potências centrais, agora, no Império Austro-Húngaro, e que, a exemplo do russo, contribuiu para enfraquecer a capacidade militar da Tríplice Aliança.
- (e) houve o enfraquecimento alemão, por causa da agitação operária que se seguiu à vitória dos trabalhadores russos.

38 Fuvest *As lâmpadas estão se apagando na Europa inteira. Não as veremos brilhar outra vez em nossas existências.*

Sobre essa frase, proferida por Edward Grey, secretário das Relações Exteriores da Grã-Bretanha, em agosto de 1914, pode-se afirmar que exprime:

- (a) a percepção de que a guerra, que estava começando naquele momento e que iria envolver toda a Europa, marcava o fim de uma cultura, de uma época, conhecida como a *Belle Époque*.
- (b) a desilusão de quem sabe que a guerra, que começava naquele momento, entre a Grã-Bretanha e a Alemanha, iria sepultar toda uma política de esforços diplomáticos, visando evitar o conflito.
- (c) a compreensão de quem, por ser muito velho, consegue perceber que também aquela guerra, embora longa e sangrenta, iria terminar um dia, permitindo que a Europa voltasse a brilhar.
- (d) a ilusão de que, apesar de tudo, a guerra que estava começando iria por causa de seu caráter mortal e generalizado, ser o último grande conflito armado a envolver todos os países da Europa.
- (e) a convicção de que a guerra que acabava de começar, e que iria envolver todo o continente europeu, haveria de suceder outra, a Segunda Guerra Mundial, antes de a paz definitiva ser alcançada.

39 O fim da Primeira Guerra Mundial trouxe como consequência importante:

- (a) a unificação política do Oriente Médio sob a liderança do Egito.
- (b) o aparecimento de numerosos novos Estados, em virtude da desintegração dos impérios austríaco e otomano.
- (c) a ampliação do território alemão, em detrimento da Polônia.
- (d) a simplificação do mapa político da Eurásia pelo desaparecimento de numerosos pequenos Estados.
- (e) a dominação da Alemanha pelas forças de ocupação aliadas.

40 A Guerra Mundial de 1914-1918 teve como uma de suas causas:

- (a) o advento da Alemanha como grande potência e seu fortalecimento militar.
- (b) a formação de novas nacionalidades, como a Iugoslávia, sob a tutela da Alemanha.
- (c) a derrota da Alemanha em sua tentativa de se apoderar do Marrocos (Tratado de Algeciras).
- (d) a formação da Liga Balcânica, por inspiração da Alemanha, para conquistar a Macedônia, sob o domínio da Inglaterra.
- (e) a crise gerada pelo Tratado de Saint-Germain, imposto pela Inglaterra e França à Áustria, aliada da Alemanha.

41 A Primeira Guerra Mundial (1914-1918), depois de várias fases de operações militares, apresentou uma fase de guerra submarina, iniciada em 1917, cuja principal consequência imediata foi:

- (a) o abandono do princípio da neutralidade pela Suíça, Holanda e Espanha.
- (b) a entrada dos Estados Unidos da América do Norte no conflito europeu.
- (c) a derrota da armada dos impérios centrais na batalha naval de Jutlândia.
- (d) o afastamento dos russos do conflito, após a assinatura do Tratado de Brest-Litovski.
- (e) a vitória das forças militares alemãs na batalha de Tannenberg.

42 A rivalidade entre várias potências para estabelecer a sua influência nos Bálcãs é uma das principais causas da Primeira Guerra Mundial. A construção de uma ferrovia nesta região concretizaria os interesses de uma dessas potências. De que ferrovia se trata?

TEXTOS COMPLEMENTARES

Os 14 Pontos de Woodrow Wilson

1. "Acordos públicos, negociados publicamente", ou seja, a abolição da diplomacia secreta.
2. Liberdade dos mares.
3. Eliminação das barreiras econômicas entre as nações.
4. Limitação dos armamentos nacionais "ao nível mínimo compatível com a segurança".
5. Ajuste imparcial das pretensões coloniais, tendo em vista os interesses dos povos atingidos por elas.
6. Evacuação da Rússia.
7. Restauração da independência da Bélgica.
8. Restituição da Alsácia e da Lorena à França.
9. Reajustamento das fronteiras italianas, "seguindo linhas divisórias de nacionalidade claramente reconhecíveis".
10. Desenvolvimento autônomo dos povos da Áustria-Hungria.
11. Restauração da Romênia, da Sérvia e do Montenegro, com acesso ao mar para a Sérvia.
12. Desenvolvimento autônomo dos povos da Turquia, sendo os estreitos que ligam o Mar Negro ao Mediterrâneo "abertos permanentemente".
13. Uma Polônia independente, "habitada por populações indiscutivelmente polonesas" e com acesso para o mar.
14. Uma Liga das Nações, órgão internacional que evitaria novos conflitos, atuando como árbitro nas contendas entre os países.

Woodrow Wilson, presidente dos Estados Unidos. Mensagem enviada ao Congresso em 8 de janeiro de 1918.

Alguns relatos sobre os horrores da guerra

De repente, uns silvos estridentes nos precipitaram ao chão, apavorados. A rajada acaba de estalar sobre nós. Os homens, de joelhos, encolhidos, com a mochila sobre a cabeça e encurvando as costas, se apegavam uns aos outros. Por baixo da mochila dou uma espiada nos meus vizinhos: arquejantes, sacudidos por tremores nervosos e com a boca contraída numa contração terrível, batiam os dentes e, com a cabeça abaixada, têm o aspecto de condenados oferecendo a cabeça aos carrascos. Esta espera da morte é terrível. O cabo, que havia perdido seu capacete, me diz: “rapaz, se soubesse que isso era a guerra e que vai ser assim todos os dias, prefiro que me matem logo.” [...] Na sua alegre inconsciência, a maioria dos meus camaradas não havia jamais refletido sobre os horrores da guerra e não viam a batalha senão pelas cores patrióticas: desde nossa saída de Paris, o Boletim do Exército nos conservava na inocente ilusão da guerra ser um passeio e todos acreditavam na história dos boches se renderem aos magotes. [...] A explosão daquele instante sacudiu nosso sistema nervoso, que não esperava por isso, e nos fez compreender que a luta que começava seria uma prova terrível. Escute meu tenente, parece que se defendem estes porcos!

Diário do tenente Galtier-Boissière, na frente ocidental em 22 de agosto de 1914.

Na pradaria avança uma companhia de atiradores... Os homens dobrados em dois com a mochila nas costas e o fuzil nas mãos correm pesadamente para jogar-se ao chão e seguir ao primeiro sinal. Um deles para próximo a mim, sua cara de camponês repentinamente transforma-se numa careta dolorosa e, continuando a correr, levanta o braço em cujo extremo está pendente a mão esfacelada com os dedos atorados pela metade, efeito de uma bala... os homens jogam-se ao solo... o soldado continua dando saltos e ainda escuto seus gritos: “Meu tenente, meu tenente, aonde estás?”

Max Dauville.

Ao atravessarmos o passadiço de Hauont, os obuses alemães nos enfilaram e o local encheu-se de cadáveres por todos os lados. Os moribundos, enterrados na lama, nos estertores da agonia, nos pediam água ou suplicam que os matem. A neve segue caindo e a artilharia está causando baixas a cada instante. Quando chegamos ao Marco B não nos sobraram mais do que dezessete homens dos trinta e nove que saíram.

Daguenet, ajudante-chefe, Regimento de Infantaria 321.

Os efeitos produzidos (do bombardeio) são bastante lamentáveis. O recruta recém-chegado recomeça a inquietar-se, sucedendo o mesmo com os outros dois. Um deles escapa, desaparecendo a correr. Os dois outros nos dão trabalho. Precipito-me atrás do fugitivo sem saber se lhe devo dar um tiro nas pernas. Ouço neste momento um assobio; deito-me no chão e quando me levanto vejo a parede da trincheira coberta de estilhaços de obus, ensanguentada por pedaços de carne e de restos de uniforme. Volto para o nosso abrigo.

E. M. Remarque. Nada de Novo no Front.

Apareceram primeiro uns esqueletos de companhia, conduzidos às vezes por um oficial sobrevivente que se apoiava num bastão; todos andavam, ou melhor avançavam passo a passo, com os joelhos dobrados, inclinados sobre si mesmos e cambaleando como se estivessem bêbados [...] iam com a cabeça baixa, o olhar sombrio, encurvados pelo peso da mochila e do fuzil. A cor de seus rostos não se diferenciava dos capotes, de tal maneira estavam cobertos e recobertos de barro seco; os uniformes, como a pele, estavam totalmente incrustados desse barro. Os automóveis precipitavam-se com seus rancos em colunas cerradas, esparramando esta lamentável maré de sobreviventes da grande hecatombe, mas eles não diziam nada, nem sequer gemiam, porque haviam perdido a força, inclusive para queixar-se. Quando esses forçados da guerra levantavam a cabeça para os telhados da aldeia, se admirava neles, em seus olhares, um incrível abismo de dor e, neste gesto, suas expressões pareciam fixadas pelo pó e tensos pelo sofrimento, parecia que esses rostos mudos gritavam alguma coisa aterradora: o horror incrível do seu martírio. Alguns soldados da segunda reserva, que os estavam olhando ao meu lado, permaneciam pensativos e dois deles choravam em silêncio...

Gaudy, subtenente, preparando-se para a substituição na batalha de Verdun em 1916.

O odor fétido nos penetra garganta adentro ao chegarmos na nossa nova trincheira, à direita dos Éparges. Chove torrencialmente e nos protegemos com o que tem de lonas e tendas de campanha afiançadas nos muros da trincheira. Ao amanhecer do dia seguinte, constatamos, estarrecidos, que nossas trincheiras estavam feitas sobre um montão de cadáveres e que as lonas que nossos predecessores haviam colocado estavam para ocultar da vista os corpos e restos humanos que ali haviam.

Raymond Naegelen, na região de Champagne.

Desenterramos um poilu do 270, foi fácil tirá-lo. Há, todavia, vários soterrados que gritam: os alemães devem ouvi-los, porque metralham. Não é possível trabalhar em pé e por um momento tenho vontade de fugir, mas na verdade não posso deixar assim meus camaradas... tento desprender o velho Mazé, que segue gritando: mas quanto mais terra eu tiro, mais afunda: consigo desenterrá-lo por fim até o peito e pode respirar melhor; vou então socorrer um homem do 270 que grita também, mas debilmente, e consigo livrar-lhe a cabeça até o pescoço, enquanto ele chora e suplica que não lhe deixe ali. Estão faltando outros dois, mas não escuto nada e volto a cavar para desenterrar suas cabeças. Então me dou conta que estão mortos. Tentei um pouco porque estou esgotado; o bombardeio continua.

Gustavo Hefer, 28º Regimento de Infantaria.

Obus

Granada explosiva arremessada por boca de fogo própria.

Estertor

Respiração ruidosa dos moribundos; agonia.

Hecatombe

Massacre de um grande número de pessoas; mortandade; carnificina.

Poilu

Termo informal utilizado para indicar membros da infantaria francesa.

Pela manhã, quando ainda está escuro, há um momento de emoção: pela entrada do nosso abrigo precipita-se uma turba de ratos fugitivos, que trepam por toda a parte ao longo das paredes. As lâmpadas de algibeira alumiam este túmulo. Toda a gente grita, pragueja e bate nos ratos. Descarregam-se, assim, a raiva e o desespero acumulados durante numerosas horas. As caras estão crispadas, os braços ferem, os animais dão gritos penetrantes e temos dificuldades em parar, pois estávamos prestes a assaltar-nos mutuamente.

E. M. Remarque.

Perdemos todo o sentimento de solidariedade. Mal nos reconhecemos quando a nossa imagem de outrora cai debaixo do nosso olhar de fera perseguida. Somos mortos insensíveis que, por um estratagema e um encantamento perigoso, podemos ainda correr e matar.

E. M. Remarque.

Durante mais de uma hora, antes que alguém fale, ficamos estendidos, arquejantes, descansando. Estamos de tal forma esgotados que, apesar da acuidade da nossa fome, não pensamos nas conversas. Só a pouco e pouco tornamos a ser, pouco mais ou menos, seres humanos.

E. M. Remarque.

O Imperialismo – fase superior do Capitalismo

Entendemos a crítica do Imperialismo, no sentido amplo da palavra, como a atitude das diferentes classes da sociedade perante a política do Imperialismo, de acordo com a ideologia geral das mesmas.

As proporções gigantescas do capital financeiro, concentrado em poucas mãos, que deu origem a uma rede extraordinariamente vasta e densa de relações e vínculos, e que subordinou ao seu poder não só as massas dos capitalistas e pequenos e médios empresários, mas também os mais insignificantes, por um lado, e a exacerbação, por outro lado, da luta contra outros grupos nacionais-estatais de financeiros pela partilha do mundo e pelo domínio sobre outros países, tudo isto origina a passagem em bloco de todas as classes possuidoras para o lado do Imperialismo. O sinal do nosso tempo é o entusiasmo “geral” pelas perspectivas do Imperialismo, a sua defesa furiosa, o seu embelezamento por todos os meios. A ideologia imperialista penetra mesmo no seio da classe operária, que não está separada das outras classes por uma muralha da China. Se os chefes daquilo a que agora chamam Partido “Social-Democrata” da Alemanha foram justamente qualificados de “social-imperialistas”, isto é, de socialistas de palavra e imperialistas de fato, Hobson assinalava já em 1902 a existência de “Imperialistas Fabianos” na Inglaterra, pertencentes à oportunista “Sociedade Fabiana”.

Os cientistas e os publicistas burgueses defendem geralmente o Imperialismo de uma forma um tanto encoberta, ocultando a dominação absoluta do Imperialismo e as suas raízes profundas, procurando colocar em primeiro plano as particularidades e os pormenores secundários, esforçando-se por desviar a atenção do essencial por meio de projetos de “reformas” completamente desprovidos de seriedade, tais como o controle policial dos trustes ou dos bancos etc. São menos frequentes as manifestações dos imperialistas cínicos, declarados, que têm o mérito de reconhecer o absurdo da ideia de reformar as características fundamentais do Imperialismo.

Apresentaremos um exemplo. Os imperialistas alemães esforçam-se por seguir de perto, em Arquivo da Economia Mundial, os movimentos de libertação nacional das colônias e, particularmente, como é natural, das não alemãs.

Assinalam a efervescência e os protestos na Índia, o movimento no Natal (África do Sul), na Índia Holandesa etc. Um deles, num apontamento a propósito de uma publicação inglesa

que informava sobre a conferência de nações e raças submetidas que se realizou de 28 a 30 de junho de 1910, e na qual participaram representantes de diversos povos da Ásia, África e Europa que se encontram sob dominação estrangeira, exprime-se assim ao comentar os discursos ali proferidos: “Há que lutar contra o imperialismo, dizem-nos; os Estados dominantes devem reconhecer o direito à independência dos povos submetidos; um tribunal internacional deve velar pelo cumprimento dos tratados concluídos entre as grandes potências e os povos fracos. A conferência não vai além destes votos piedosos. Não vemos o menor indício de compreensão da verdade de que o Imperialismo está indissoluvelmente ligado ao Capitalismo na sua forma atual e que por isso (!!) a luta direta contra o Imperialismo está condenada ao fracasso, a não ser que se limite a protestos contra alguns excessos particularmente odiosos”. Como a regulamentação reformista das bases do Imperialismo é um engano, um “voto piedoso”, como os elementos burgueses das nações oprimidas não vão “mais além” para diante, os burgueses da nação opressora vão “mais além” para trás, para o servilismo em relação ao Imperialismo encoberto com pretensões “científicas”. Bela “lógica”!

O essencial na crítica do Imperialismo consiste em saber se é possível modificar por meio de reformas as bases do Imperialismo, se há que seguir para diante, agudizando e aprofundando ainda mais as contradições que o Imperialismo gera, ou se há que retroceder, atenuando essas contradições. Como as particularidades políticas do Imperialismo são a reação em toda a linha e a intensificação da opressão nacional – consequência da opressão da oligarquia financeira e da supressão da livre-concorrência –, a oposição democrática pequeno-burguesa ao Imperialismo aparece em quase todos os países imperialistas em princípios do século XX. E a ruptura com o marxismo, por parte de Kautsky e da vasta corrente internacional do kautskismo, consiste precisamente em que Kautsky, além de não se preocupar, de não saber enfrentar essa oposição pequeno-burguesa, reformista, fundamentalmente reacionária do ponto de vista econômico, se fundiu praticamente com ela.

Nos Estados Unidos, a guerra imperialista de 1898 contra a Espanha provocou a oposição dos “anti-imperialistas”, os últimos moicanos da democracia burguesa, que qualificavam essa guerra de “criminosa”, consideravam anticonstitucional a anexação de terras alheias, denunciavam como “um engano dos chauvinistas” a

atitude para com Aguinaldo, o chefe dos indígenas filipinos (depois de lhe prometerem a liberdade do seu país, desembarcaram tropas americanas e anexaram as Filipinas), e citavam as palavras de Lincoln: “Quando o branco se governa a si mesmo, isto é autogoverno; quando se governa a si mesmo e, ao mesmo tempo, governa outros, isto já não é autogoverno, é despotismo”. Mas enquanto toda essa crítica tinha medo de reconhecer os vínculos indissolúveis existentes entre o Imperialismo e os trustes, e por conseguinte entre o Imperialismo e os fundamentos do Capitalismo, enquanto receava unir-se às forças geradas pelo grande capitalismo e pelo seu desenvolvimento, não era mais do que um “voto piedoso”.

Tal é também a posição fundamental de Hobson na sua crítica ao Imperialismo. Hobson antecipou-se a Kautsky ao erguer-se contra a inevitabilidade do Imperialismo, e ao invocar a necessidade de “elevar a capacidade de consumo” da população (sob o regime capitalista!). Mantém uma posição pequeno-burguesa na crítica do Imperialismo, da onipotência dos bancos, da oligarquia financeira etc.: Agahd, A. Lansburgh e L. Eschwege, que citamos repetidas vezes, e, entre os escritores franceses, Victor Bérard, autor de uma obra superficial que apareceu em 1900 com o título *A Inglaterra*

e o *Imperialismo*. Todos eles, sem nenhuma pretensão de marxismo, opõem ao Imperialismo a livre-concorrência e a democracia, condenam a aventura do caminho de ferro de Bagdá, que conduz a conflitos e à guerra, manifestam o “voto piedoso” de viver em paz etc.; assim o faz mesmo A. Neymarck, cuja especialidade é a estatística das emissões internacionais, que, calculando as centenas de milhares de milhões de francos de valores “internacionais”, exclamava em 1912: “Como é possível supor que a paz possa ser posta em perigo [...] arriscar-se, dada a existência de números tão consideráveis, a provocar a guerra”.

Nos economistas burgueses, essa ingenuidade nada tem de surpreendente: tanto mais que lhes convém parecer tão ingênuos e falar a sério, da paz sob o Imperialismo. Mas que resta a Kautsky de marxismo quando, em 1914, 1915 e 1916, adota essa mesma posição burguesa reformista e afirma que “toda a gente está de acordo” (imperialistas, pseudo-socialistas e social-pacifistas) no que se refere à paz? Em vez de analisar e pôr a descoberto, em toda a sua profundidade, as contradições do Imperialismo, não vemos mais que o desejo piedoso reformista de evita-las, de ignorá-las.

Vladimir I. Lenin. *O imperialismo – fase superior do Capitalismo*.

RESUMINDO

A desmedida expansão capitalista, responsável por um progresso material e por uma riqueza impensáveis até aquele período, encontrou o seu limite nas reações coloniais, na luta do proletariado, nas crises econômicas engendradas pela própria expansão e nas disputas entre os países, geradoras das guerras mais sangrentas conhecidas pela humanidade. Foram os impasses gerados pelo próprio Capitalismo, com as disputas imperialistas e o crescimento do nacionalismo, que conduziram o mundo à Primeira Guerra Mundial. Da mesma forma, a exploração sobre a massa trabalhadora criou as condições para a Revolução Russa e a difusão do pensamento marxista.

■ QUER SABER MAIS?



LIVRO

- Erich Maria Remarque. *Nada de novo no front*. Porto Alegre: L&PM, 2004.



FILMES

- *Tempos modernos*. Direção de Charles Chaplin. Estados Unidos, 1936.
- *Ana e o Rei*. Direção de Andy Tennant. Estados Unidos, 1999.
- *Lawrence da Arábia*. Direção de David Lean. Estados Unidos, 1962.

Exercícios complementares

1 Uerj 2007



MICHELE PERROT, JORG, HISTÓRIA DA VIDA PRIVADA: DA REVOLUÇÃO FRANÇESA À PRIMEIRA GUERRA, SÃO PAULO: COLEÇÃO DAS LETRAS, 1991.

Por volta de 1860/70, a economia capitalista ganha ritmo acelerado, contribuindo para a superação do chamado Capitalismo livre-concorrencial. Apesar do progresso, as grandes cidades europeias não estavam isentas de sérios problemas sociais. As *cités* (vilas), amontoados de barracos, eram as únicas moradias acessíveis para muitos trabalhadores parisienses. Essa situação influenciou no significativo aumento da imigração europeia.

Aponte um elemento característico das transformações verificadas nas economias capitalistas durante a segunda metade do século XIX e explique como esse processo influenciou o aumento da imigração europeia para a América em finais desse século.

2 UFG 2007 Observe a imagem e o texto a seguir.



Cena do filme *Tempos modernos*.

Tempos modernos, filme de 1936, cuja temática ultrapassa a tragédia da existência individual e coloca em cena o conflito entre o homem e o taylorismo.

Sophie Body-Gendrot. "Uma vida privada francesa segundo o modelo americano". In: Georges Duby e Philippe Arres. *História da vida privada*. Vol. 3. p. 535. (Adapt.).

Considerando a imagem e o fragmento:

- indique duas características do taylorismo.
- explique o novo tipo de conflito sugerido no texto.

3 UEL 2008



A. L. PAZZINATO, M. H. V. SENISE. HISTÓRIA MODERNA E CONTEMPORÂNEA, SÃO PAULO: ÁTICA, 1994, p. 177.

Crianças operárias no final do século XIX.

Com base na imagem, considere as afirmativas a seguir.

- No século XIX, com a descoberta de novas técnicas e a consequente mecanização da produção, os industriais intensificaram a exploração da mão de obra para recuperar os investimentos com as maquinarias e aumentar os lucros com a produção. Para conseguir tal intento, os assalariados tinham que cumprir em média 15 horas de trabalho por dia, sendo que mulheres e crianças – consideradas inferiores – foram comumente utilizadas como mão de obra por se constituírem em força de trabalho mais barata.
- A crise econômica que arrasou a Inglaterra na segunda metade do século XIX abriu espaço para que os Estados Unidos colocassem no mercado seus produtos industrializados. A partir de então, o Capitalismo foi se consolidando em uma perspectiva mais financeira e abriu espaço para o surgimento das grandes potências bancárias.
- A luta de classes tomou-se uma realidade a partir do momento em que a sociedade ficou dividida em duas classes antagônicas: burguesia e proletariado. As diferenças entre aqueles que eram donos dos meios de produção – e do capital – e aqueles que possuíam a força de trabalho – mão de obra – levou estes últimos a organizarem-se em sindicatos, partidos, associações para lutar contra a exploração a que eram submetidos.
- O Anarquismo como doutrina política foi primordial para a constituição da classe burguesa, no século XIX, porque defendia a importância do capital na consolidação desta nova ordem social. Defendia também que todos os indivíduos tinham o direito de lutar para garantir melhores salários e qualidade de vida.

Assinale a alternativa que contém todas as afirmativas corretas.

- | | | |
|--------------|-----------------|-------------------|
| (a) I e II. | (c) III e IV. | (e) II, III e IV. |
| (b) I e III. | (d) I, II e IV. | |

4 UFSM 2006 Júlio Verne (1828-1905) foi um famoso romancista francês. Em seus livros, descreveu engenhos, máquinas e viagens que somente seriam realizadas décadas depois. Em 1863, imaginou o balão dirigível, em *Cinco semanas num balão*; em 1870, inventou o submarino elétrico, em *Vinte mil*

léguas submarinas; no mesmo ano, descreveu uma viagem espacial, em *A roda da Lua*. Sua ficção relaciona-se com:

- (a) o surgimento da Física quântica, decorrente do crescimento urbano e industrial desenfreados.
- (b) o avanço do movimento operário, das lutas populares e do “espectro do Comunismo”, tal qual Marx previra.
- (c) o desmantelamento dos Estados liberais e a montagem das monarquias constitucionais e parlamentaristas.
- (d) a descrença em relação à ciência e à cultura patrocinada pela Europa imperialista.
- (e) o avanço da ciência e da tecnologia do mundo industrial, bem como com o otimismo da sociedade burguesa.

5 PUC-PR 2009 A partir da segunda metade do século XIX, as potências europeias começaram a disputar áreas coloniais na África, na Ásia e na Oceania. Seus objetivos eram a busca por fontes de matérias-primas, mercado consumidor, mão de obra e oportunidades para investimento. As justificativas morais para essa colonização, no entanto, estavam relacionadas com o que se chamava de darwinismo social, cujo significado é:

- (a) o homem branco tinha a tarefa de cristianizar as populações pagãs de outros continentes, resgatando-as de religiões animistas e de práticas antropofágicas.
- (b) o homem branco de origem europeia estava imbuído de uma missão civilizadora, através da qual deveria levar para seus irmãos de outras cores, incapazes de fazer isso por si mesmos, as vantagens da civilização e do progresso, resgatando-os da barbárie e do atraso aos quais estavam submetidos.
- (c) os colonizadores europeus tinham a tarefa de ensinar os princípios fundamentais da democracia, ensinando aos povos colonizados o processo de governo democrático, permitindo-lhes se afastar de governos tirânicos e autocratas.
- (d) a colonização tinha como tarefa repassar aos povos colonizados os fundamentos da economia capitalista, para que eles mesmos pudessem gerenciar as riquezas de seus territórios e, com isso, possibilitar o desenvolvimento social de seu país.
- (e) estudar, segundo uma perspectiva antropológica, a organização das sociedades colonizadas, conhecer seus princípios religiosos, políticos, culturais e sociais, com o objetivo de ajudar a preservá-los.

6 UEPG 2008 Essa repartição do mundo entre um pequeno número de Estados foi a expressão mais espetacular da crescente divisão do planeta em fortes e fracos, em “avançados e atrasados”. Entre 1876 e 1915, cerca de um quarto da superfície do globo foi distribuído ou redistribuído, como colônia, entre meia dúzia de Estados.

E. Hobsbawm. *A era dos Impérios*. (Adapt.).

A respeito do Imperialismo, de que trata esse texto, assinale o que for correto.

- 01 Os maiores beneficiados neste processo foram as empresas europeias e norte-americanas, que passaram a financiar a exploração de minas, a monocultura, a eletrificação de cidades e a construção de pontes, portos, canais e ferrovias, a fim de favorecer o setor exportador de cada região sob sua influência.
- 02 Para justificar suas ações, o Neocolonialismo caracterizava-se como uma missão, cujo dever moral era acabar com as doenças tropicais, com o canibalismo, o escravismo e o

paganismo, levando a higiene, a instrução, o Cristianismo, a ciência, enfim, o progresso aos “povos atrasados”.

- 04 A posse de colônias significava ter o *status* de potência. Isso gerou uma tensão permanente entre os países colonizadores, devida à divisão desigual das áreas de dominação. Países como a Alemanha e a Itália ficaram insatisfeitos com a parte que lhes coube na divisão colonial, o que provocou a ruptura do equilíbrio europeu.
- 08 O sistema imperialista foi responsável pelo desenvolvimento dos países colonizados e sua inserção no processo civilizatório europeu e norte-americano.
- 16 O traço original do Capitalismo foi o investimento de capitais e a criação de filiais. Assim, as relações capitalistas foram se distribuindo por todo o planeta.

Soma =

7 UFRGS 2008 Assinale a alternativa correta em relação à expansão imperialista, observada entre meados do século XIX e a Primeira Guerra Mundial.

- (a) A Inglaterra foi o maior império da época, possuindo colônias, domínios e protetorados em vários continentes.
- (b) Os norte-americanos, mesmo apoiados pela Doutrina Monroe, não souberam estabelecer áreas de influência no restante da América.
- (c) A África permanecia como protetorado de Portugal e da Espanha.
- (d) A França, após cerca de meia década de lutas, reconheceu a sua derrota em Saigon e no Camboja.
- (e) O Japão aliou-se à China e à Coreia para tentar resistir às potências europeias.

8 Enem 2008 *William James Herschel, coletor do governo inglês, iniciou na Índia seus estudos sobre as impressões digitais ao tomar as impressões digitais dos nativos nos contratos que firmavam com o governo. Essas impressões serviam de assinatura. Aplicou-as, então, aos registros de falecimentos e usou esse processo nas prisões inglesas, na Índia, para reconhecimento dos fugitivos. Henry Faulds, outro inglês, médico de hospital em Tóquio, contribuiu para o estudo da datiloscopia. Examinando impressões digitais em peças de cerâmica pré-histórica japonesa, previu a possibilidade de se descobrir um criminoso pela identificação das linhas papilares e preconizou uma técnica para a tomada de impressões digitais, utilizando-se de uma placa de estanho e de tinta de imprensa.*

Disponível em: <www.fo.usp.br> (Adapt.).

Que tipo de relação orientava os esforços que levaram à descoberta das impressões digitais pelos ingleses e, posteriormente, à sua utilização nos dois países asiáticos?

- (a) De fraternidade, já que ambos visavam os mesmos fins, ou seja, autenticar contratos.
- (b) De dominação, já que os nativos puderam identificar os ingleses falecidos com mais facilidade.
- (c) De controle cultural, já que Faulds usou a técnica para libertar os detidos nas prisões japonesas.
- (d) De colonizador-colonizado, já que, na Índia, a invenção foi usada em favor dos interesses da coroa inglesa.
- (e) De médico-paciente, já que Faulds trabalhava em um hospital de Tóquio.

9 UEL 2009 A Grande Guerra de 1914 foi uma consequência da remobilização contemporânea dos antigos regimes da Europa. Embora perdendo terreno para as forças do Capitalismo industrial, as forças da antiga ordem ainda estavam suficientemente dispostas e poderosas para resistir e retardar o curso da história, se necessário recorrendo à violência. A Grande Guerra foi antes a expressão da decadência e queda da antiga ordem, lutando para prolongar sua vida, que do explosivo crescimento do Capitalismo industrial, resolvido a impor a sua primazia. Por toda a Europa, a partir de 1917, as pressões de uma guerra prolongada afinal abalaram e romperam os alicerces da velha ordem entrincheirada, que havia sido sua incubadora. Mesmo assim, à exceção da Rússia, onde se desmoronou o antigo regime mais obstinado e tradicional, após 1918-1919, as forças da permanência se recobram o suficiente para agravar a crise geral da Europa, promover o Fascismo e contribuir para retomada da guerra total em 1939.

Arno Mayer. *A força da tradição: a persistência do Antigo Regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 13-4.

De acordo com o texto, é correto afirmar que a Primeira Guerra Mundial:

- (a) teria sido resultado dos conflitos entre as forças da antiga ordem feudal e as da nova ordem socialista, especialmente depois do triunfo da Revolução Russa.
- (b) resultou do confronto entre as forças da permanência e as forças de mudança, isto é, do escravismo decadente e do capitalismo em ascensão.
- (c) foi consequência do triunfo da indústria sobre a manufatura, o que provocou uma concorrência em nível mundial, levando ao choque das potências capitalistas imperialistas.
- (d) foi produto de um momento histórico específico em que as mudanças se processavam mais lentamente do que fazem crer os historiadores que tratam a guerra como resultado do imperialismo.
- (e) engendrou o nazifascismo, pois a burguesia europeia, tendo apoiado os comunistas russos, criou o terreno propício ao surgimento e à expansão dos regimes totalitários do final do século.

10 UFC 2006 Analise as afirmações a seguir sobre a Grande Guerra de 1914-1918 e suas consequências.

- I. Embora sua ação militar tenha ocorrido sobretudo na Europa, ela envolveu, direta ou indiretamente, grande parte do mundo, e americanos, canadenses, australianos, neozelandeses, indianos e africanos lutaram também na guerra, na Tríplice Entente.
- II. As grandes perdas humanas e a desestruturação da produção atingiram todos os países do mundo, provocando um enfraquecimento generalizado das economias e um vazio de poder, com o fim da hegemonia europeia.
- III. Após a guerra, uma onda revolucionária atravessou a Europa que, nas décadas seguintes, vivenciou o colapso dos valores e instituições liberais, com a instalação de regimes autoritários.

Com base nas três assertivas, é correto afirmar que somente:

- (a) I é verdadeira.
- (b) II é verdadeira.
- (c) III é verdadeira.
- (d) I e II são verdadeiras.
- (e) I e III são verdadeiras.

11 UFG 2007 A Primeira Guerra Mundial foi denominada por seus contemporâneos como “Grande Guerra”. Essa denominação aponta para uma diferença substantiva desse conflito. Comparada às guerras do século XIX, na Primeira Guerra:

- (a) a duração do conflito foi maior, pois a guerra de trincheiras impedia os avanços militares.
- (b) a infantaria destacou-se como opção estratégica no combate ao inimigo.
- (c) os acordos diplomáticos foram responsáveis pelo fortalecimento do equilíbrio europeu.
- (d) as ações bélicas tiveram alcance mundial porque se desenvolveram em todos os continentes.
- (e) as inovações tecnológicas, utilizadas em larga escala, ampliaram o potencial beligerante.

12 Ufpel 2008 Artigos do Tratado de Versalhes (séc. XX):

Art. 45 – Alemanha cede à França a propriedade absoluta [...], com direito total de exploração, das minas de carvão situadas na bacia do rio Sarre.

Art. 119 – A Alemanha renuncia, em favor das potências aliadas, a todos os direitos sobre as colônias ultramarinas.

Art. 171 – Estão proibidas na Alemanha a fabricação e a importação de carros blindados, tanques, ou qualquer outro instrumento que sirva a objetivos de guerra.

Art. 232 – A Alemanha se compromete a reparar todos os danos causados à população civil das potências aliadas e a seus bens.

Adhemar Martins Marques et al. *História Contemporânea Textos e documentos*. São Paulo: Contexto, 1999.

De acordo com o texto e com seus conhecimentos, é correto afirmar que o Tratado de Versalhes:

- (a) encerrou a Segunda Guerra Mundial, fazendo com que a Alemanha perdesse as colônias ultramarinas para os países dos Aliados.
- (b) extinguiu a Liga das Nações, propondo a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945, com o objetivo de preservar a paz mundial.
- (c) estimulou a competição econômica e colonial entre os países europeus, culminando na Primeira Guerra Mundial.
- (d) permitiu que as potências aliadas dividissem a Alemanha, no fim da Segunda Guerra Mundial, em quatro zonas de ocupação: francesa, britânica, americana e soviética.
- (e) impôs duras sanções à Alemanha, no fim da Primeira Guerra Mundial, fazendo ressurgir o nacionalismo e reorganizando as forças políticas do país.

13 UFPI 2007 Sobre os tratados firmados logo após o fim da Primeira Guerra Mundial, é correto afirmar que:

- (a) determinaram o surgimento de vários novos países, que deixavam de se submeter à influência alemã, austríaca e russa.
- (b) mantiveram intocado o Império Turco, que assegurou o domínio sobre a Mesopotâmia, a Palestina, a Síria e o Líbano.
- (c) se preocuparam em assegurar, baseando-se no princípio da autodeterminação, a existência e a expansão do regime bolchevique na Rússia.

- (d) impuseram penas leves à Alemanha derrotada, garantindo-lhe o controle sobre seu território e suas colônias, como tentativa de evitar uma nova guerra.
- (e) foram integralmente impostos pelos Estados Unidos, através de seu presidente Woodrow Wilson, o que assegurou a severidade das penas impostas aos vencidos.

14 UFPR 2008 *A Grande Guerra Mundial de 1939 a 1945 estava umbilicalmente ligada à Grande Guerra de 1914-1918. [...] Estes dois conflitos constituíram nada menos que a Guerra dos Trinta Anos da crise geral do século XX. [...] A Grande Guerra de 1914, ou a fase primeira e protogênica dessa crise geral, foi uma consequência da remobilização contemporânea dos antigos regimes da Europa. Embora perdendo terreno para as forças do Capitalismo industrial, as forças da antiga ordem ainda estavam suficientemente dispostas e poderosas para resistir e retardar o curso da história, se necessário recorrendo à violência. [...] Após 1918-1919, as forças da permanência se recobriram o suficiente para agravar a crise geral da Europa, promover o Fascismo e contribuir para a retomada da guerra total em 1939.*

Arno Mayer. *A força da tradição: a persistência do Antigo Regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 13-4.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o período, é correto afirmar que:

- (a) a imobilização dos exércitos na chamada “guerra de trincheiras”, característica da I Guerra Mundial, foi atribuída ao desequilíbrio econômico dos principais países envolvidos na disputa, já que a unificação tardia da Alemanha impossibilitou um desenvolvimento capaz de fazer perante o poderio da Inglaterra e da França.
- (b) no episódio da I Grande Guerra Mundial, a identificação de elementos sociais oriundos do Antigo Regime destaca a importância da tensão constante entre o potencial para as transformações e a força das permanências na análise dos acontecimentos históricos.
- (c) as organizações de militantes fascistas e nazistas, surgidas no contexto dos anos entreguerras, tinham por base uma concepção aristocrática de mundo herdada do *ancien régime*, caracterizando-se assim mais como forças da antiga ordem do que como resultado da modernidade capitalista.
- (d) a retomada da guerra total, em 1939, foi marcada por uma mudança radical no cenário econômico internacional, pois, ao contrário das disputas imperialistas que antecederam o conflito na I Guerra Mundial, a Europa beneficiou-se amplamente da Grande Depressão que atingiu os Estados Unidos da América.
- (e) é fundamental reconhecer o fracasso do Socialismo e da social-democracia a partir da emergência do nazifascismo, o que explica a inequívoca opção do movimento trabalhista internacional pelas forças partidárias da denominada antiga ordem, sobretudo nos anos que sucederam as duas Grandes Guerras Mundiais.

15 UFRGS 2004 A Primeira Guerra Mundial singularizou-se por uma certa conjugação de fatores até então inéditos nos conflitos entre povos.

Assinale com V (verdadeiro) ou F (falso) as afirmações, relativas a esse tema.

- A esperança de suprimir as causas dos litígios levou à fundação da Sociedade das Nações, em que as relações internacionais seriam regulamentadas, visando à paz.
- A conferência de paz iniciada em Paris, em janeiro de 1919, realizou-se com a presença dos derrotados e elaborou um documento final, chamado Tratado de Versalhes, que previa a destinação de recursos para a reconstrução dos países vencidos.
- A Alemanha, país fortemente envolvido no conflito, considerava-se prejudicada na partilha colonial da Ásia e da África.
- Com a derrota alemã, em 1918, surge na Alemanha a República de Weimar.
- Em 1917, quando a Rússia estava por se retirar da guerra, os EUA entraram com novas forças.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (a) F – V – F – F – V.
- (b) V – F – V – F – F.
- (c) F – V – V – V – F.
- (d) V – F – V – V – V.
- (e) F – V – F – V – F.

16 UFRGS 2005 Assinale com V (verdadeiro) ou F (falso) as afirmações a seguir, relativas ao conjunto de tensões e crises que estavam no bojo da eclosão da Primeira Guerra Mundial.

- Vivas rivalidades opunham, a partir do começo do século XX, as potências europeias. Desde o fim do século XIX, a economia mundial entrara em uma fase de expansão que acelerou a corrida a zonas de influência e aumentou as tensões internacionais.
- Alguns espaços geopolíticos não constituíam alvos de interesse e, portanto, não sofreram os efeitos da acirrada competição que se instalara, a exemplo dos Bálcãs, que, com o enfraquecimento do Império Otomano, reconstruíram sua liberdade à margem das disputas europeias.
- O imperador alemão Guilherme II lançara seu país em uma política mundialista (*Weltpolitik*) visando assegurar à Alemanha posições estratégicas, matérias-primas, mercados de consumo e áreas de investimento para seus capitais.
- O crescimento da frota de guerra e o acelerado desenvolvimento econômico da Alemanha inquietavam os britânicos, que sofriam a concorrência, nos mercados internacionais, dos modernos produtos alemães.
- A França, ao contrário da Inglaterra, ao não se sentir ameaçada pelo avanço da Alemanha, apoiou desde o início o país germânico, constituindo o eixo franco-alemão e dividindo mercados na Ásia e na África.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (a) F – F – V – V – V.
- (b) V – V – F – F – F.
- (c) F – V – F – V – V.
- (d) V – F – V – V – F.
- (e) F – V – V – F – V.

Frente 1

8

A República Velha (1889-1930)

Revisando

1. A primeira razão para a emissão de grandes quantidades de papel-moeda foi a de gerar recursos em papel circulante para que o governo pudesse arcar com seus compromissos imediatos. Por outro lado, o ministro utilizou como explicação a necessidade de dinamizar a produção interna e, conseqüentemente, a indústria nacional. Entretanto, o efeito real foi o de paralisar a atividade produtiva, desviando imensas quantidades de recursos para a especulação financeira, gerando a crise conhecida como Encilhamento.
2. O que chamamos de Política dos Governadores nada mais era que a incorporação das oligarquias estaduais à política desenvolvida pelo Governo Federal. Ora, ao levarmos em consideração que essas oligarquias estaduais eram exatamente a expressão no plano estadual do domínio exercido pelos coronéis fica claro que, sem o apoio destes, até pelo seu controle sobre os votos dos eleitores, o sucesso dessa política seria impossível.
3. A revolta decorreu da insatisfação da população do Rio de Janeiro contra os métodos empregados tanto no processo de modernização e urbanização do centro da cidade como na vacinação em massa da população. Em ambos, verificou-se o descaso do Estado com as demandas sociais, seja no fato de que não se realizou qualquer obra que pudesse abrigar a população desalojada pela demolição dos casebres e cortiços onde moravam, seja na truculência com que foi feita a vacinação em massa, sem qualquer campanha de esclarecimento à população.
4. A compra pelo Estado dos estoques excedentes de café para beneficiar o setor cafeeiro presunha a utilização de recursos públicos, ou seja, de toda a nação, em benefício de um único setor. Assim, as eventuais perdas desse setor seriam repartidas entre toda a população.
5. O grande fator para esse surto industrial foi a Primeira Guerra Mundial. Com sua economia comprometida com a guerra, os países europeus, notadamente a Inglaterra, já não tinham condições de alimentar o mercado brasileiro com seus produtos industrializados. Assim, abriu-se a perspectiva de uma dinamização da produção industrial interna visando abastecer o mercado interno com bens de consumo imediato e, mais tarde, permitindo também a exportação desses gêneros.
6. Os movimentos decorreram das características mais evidentes da estrutura social e econômica brasileira. Um país essencialmente rural tinha a terra concentrada nas mãos de uma pequena elite latifundiária e a imensa maioria da população padecendo com a miséria e fome. Esses elementos foram agravados por questões locais, como a seca no Nordeste ou o desalojamento de populações inteiras para a construção de uma ferrovia no caso da região do Contestado. A isso se soma a omissão do Estado com as necessidades da população, gerando uma completa descrença desse povo em relação a qualquer melhoria de suas condições de vida a partir de forças terrenas. Essas condições abriram espaço para o surgimento de lideranças carismáticas capazes de, ao mesmo tempo, apresentarem uma perspectiva de melhoria e ocupar o papel deixado vago pela omissão do Estado.

7. A ausência de uma legislação trabalhista no Brasil, bem como a omissão do Estado em atender qualquer reivindicação de cunho social, criaram um campo de atuação para o movimento operário na luta por reivindicações básicas de uma legislação trabalhista. Por outro lado, nem os anarquistas nem mais tarde os comunistas conseguiram ter um grau de penetração sobre o operariado como um todo, capaz de dar a essas lutas um tom e um projeto políticos. Nunca chegou a haver, ao longo da República Velha, uma perspectiva de superação do capitalismo pelos trabalhadores.
8. Em um primeiro momento, a Aliança Liberal poderia ser vista como mais uma manifestação de reação de setores menores ao poder exercido pelo Estado, como já havia acontecido em momentos anteriores, como a Campanha Civilista, em 1910, ou a Reação Republicana, em 1922. Entretanto, a força da Aliança foi largamente ampliada por alguns aspectos. O primeiro foi a crise do setor cafeeiro, que gerou a cisão entre as oligarquias paulista e mineira e o conseqüente apoio desta à candidatura Vargas. Outra razão foi a fissura dentro da elite paulista, com a criação do Partido Democrático, que absorvia setores urbanos descontentes com o monopólio do poder pela oligarquia agroexportadora. Também as transformações vividas pelo Brasil desde a Primeira Guerra, com o desenvolvimento de uma economia urbana e o fortalecimento de novos setores rurais, bem como a intensificação de reações sociais à política da República Velha (operários, tenentes, camponeses), tornaram inviável a permanência do velho modelo.

Exercícios propostos

1. A concentração dos revoltosos gaúchos, com o reforço de navios participantes da Revolta da Armada na ilha do Desterro, levou o governo Floriano Peixoto a empreender violentíssima repressão sobre a região.
2. C 9. C 16. A 23. B
3. E 10. E 17. 22 24. B
4. B 11. D 18. A 25. E
5. E 12. D 19. C 26. C
6. C 13. E 20. D 27. 77
7. C 14. B 21. C
8. B 15. C 22. D
28. O coronelismo foi o principal mecanismo de controle social, permitindo o predomínio das oligarquias rurais por meio do controle sobre o voto e sobre as manifestações sociais.
29. a) O surgimento do proletariado brasileiro deu-se em um quadro caracterizado pela total ausência de uma legislação que pudesse proteger o trabalhador, e pela atitude da República Velha de ver qualquer reivindicação dos trabalhadores como um elemento de ruptura da ordem, reprimindo violentamente o movimento operário.
As principais reivindicações dos trabalhadores foram:
 - direito à organização sindical;
 - redução da jornada de trabalho;
 - fim do trabalho infantil (menores de 14 anos);
 - fim do trabalho noturno para menores de 18 e para mulheres;
 - aumento salarial;
 - pontualidade nos salários;
 - recebimento de abono nas horas extras.
 b) Basicamente as greves e a organização de sindicatos.
30. C 32. 9 34. E 36. E
31. 12 33. E 35. A 37. E

38. C 39. E
40. O Cangaço tem sua origem na própria estrutura coronelística, a qual gerou o elemento que formou o cangaço: o jagunço. Os jagunços, escapando ao controle dos coronéis, procuraram unir-se como forma de sobrevivência, gerando os bandos de cangaceiros que marcaram a paisagem rural nordestina na década de 1920.
41. a) O anarquismo e o anarco-sindicalismo constituíram a primeira ideologia do movimento operário brasileiro, fruto da composição étnica desse proletariado, em grande parte formado por imigrantes europeus, onde o anarquismo atingiu um peso bastante grande a partir da segunda metade do século XIX.
b) O anarquismo luta pelo fim de toda exploração, pregando como objetivo final uma sociedade caracterizada pela plena igualdade entre seus membros, abolindo-se toda a forma de propriedade privada.
42. Canudos constituiu-se em uma revolta rural contra o domínio dos coronéis da região e contra a miséria. No entanto, a condição desta população, totalmente descrente de qualquer solução terrena aos seus problemas e necessidades, habituada a ver o Estado como um mero instrumento de defesa dos interesses dos poderosos, levava-a a buscar em lideranças carismáticas, fortemente amparadas pela religiosidade, um elo de aglutinação dos seus interesses.
43. a) Foi um movimento de populações rurais miseráveis que buscavam organizar-se como forma de resistir à opressão dos coronéis.
b) Antonio Conselheiro.
c) Era uma comunidade agrícola que tinha uma cidade, Belo Monte, como núcleo de habitação e centro de decisões.
44. a) A campanha de vacinação e de saneamento encabeçada por ele na cidade do Rio de Janeiro, durante o governo Rodrigues Alves.
b) Os métodos violentos empregados na vacinação, bem como a remoção de famílias para o processo de reurbanização do Rio de Janeiro, geraram uma reação social intensa, conhecida como Revolta da Vacina.
45. a) O texto refere-se ao final do século XIX, com a cidade de São Paulo tendo todo seu desenvolvimento baseado nos lucros gerados pelo café, constituindo-se em um centro comercial fundamental para a região.
b) Naturalmente o processo de crescimento atraiu amplos contingentes, inclusive de imigrantes que fugiam das péssimas condições a eles oferecidas na agricultura.
46. O texto demonstra uma visão clara da República Velha no sentido de tutelar as reivindicações dos trabalhadores, procurando impedir qualquer movimento que pudesse escapar ao rígido controle imposto pelo Estado.
47. C 50. E 53. A 56. C
48. A 51. D 54. C
49. B 52. D 55. C
57. a) Tenentismo.
b) Foi um movimento da baixa oficialidade do Exército contra as estruturas políticas da República Velha. Foi marcado pelo reformismo e pelo "ideal de salvação nacional", típico do Exército. Entretanto, era um movimento autoritário e elitista, no sentido de não ver no povo qualquer condição de participar no processo político, atribuindo aos militares o papel de realizar as reformas que o país necessitava.
58. a) Foi uma ampla frente que reunia setores que se opunham ao predomínio da oligarquia cafeeira.

- b) Getúlio Vargas era o candidato à presidência pela Aliança Liberal, contra o candidato paulista, Júlio Prestes.
- c) Prestes venceu a eleição. Entretanto, as denúncias de fraude e o clima de indignação, agravados pelo assassinato de João Pessoa (candidato a vice-presidente na chapa de Getúlio Vargas), levaram ao movimento militar, conhecido como Revolução de 1930, que depôs Washington Luís, impediu a posse de Júlio Prestes e entregou o poder a Vargas.

Exercícios complementares

República Velha: República da Espada

1. D 2. A 3. A 4. B

República Velha: mecanismos de sustentação da República Oligárquica

5. C 6. A 7. D
8. a) A política do Café com Leite, surgida no governo do presidente Campos Salles, foi uma política de partilha do poder nacional executada na República Velha pelos estados de São Paulo – mais poderoso economicamente, principalmente devido à produção de café – e Minas Gerais – maior polo eleitoral do país da época e igualmente grande produtor de café e também de gado.
- b) A política do Café com Leite foi quebrada quando o então presidente paulista Washington Luís apoiou a candidatura do também paulista Júlio Prestes, o que desagradou a elite mineira, que se aliou à então criada Aliança Liberal, dissidência oligárquica liderada por gaúchos e paraibanos, que lançaria Getúlio Vargas como candidato à presidência. Outro fator para a queda desta política foi a Crise de 1929, quando os preços do café brasileiro despencaram no mercado internacional, retirando dos barões do café seu poder político.

Movimentos sociais na República Velha

9. A 11. A 13. A
10. B 12. A 14. E
15. A

- A quebra da Bolsa de Nova York foi apenas a manifestação mais aguda da crise que se abria sobre a economia norte-americana e mundial, levando a uma quebra das exportações brasileiras e afetando diretamente o setor cafeeiro. Com isso, acentuou sua impossibilidade de fazer frente aos focos de oposição que já cresciam no país, dando origem à Revolução de 1930.
16. Uma ruptura com os valores tradicionais e uma tentativa de repensar a realidade brasileira, constituindo-se assim em um elemento do confronto ideológico com o tipo de Estado existente no país.

9

A era Vargas (1930-1945)

Revisando

1. Para os paulistas, a convocação da Constituinte, por Vargas, logo após o fim do movimento constitucionalista, seria a prova de que suas reivindicações eram justas e que Vargas acabou por ceder a elas. Entretanto, cabe lembrar que Vargas somente convocou a Constituinte depois de ter desmantelado as estruturas eleitorais da República Velha, com a criação dos Tribunais Eleitorais, o voto feminino, o voto classista e a instituição do voto secreto, e, principalmente, ter eliminado a ameaça militar representada pelos paulistas ao seu governo.

2. O primeiro aspecto óbvio é o nacionalismo, expresso nas cores verde e amarela e na palavra ANAUÊ, palavra indígena que era a saudação entre seus membros. Outro aspecto é a utilização de um símbolo, o sigma, que remete à suástica nazista ou ao fascio, símbolo maior do fascismo. Também se observa uma clara menção ao militarismo, através da roupa do jovem assemelhando-se a uma farda, claro que de cor verde, e o sigma ocupando o espaço na manga, típico de uma divisa militar. Observe também que o cartaz é pregado com o uso de marreta, exigindo o uso considerável da força, elemento essencial na imagem do movimento.
3. Havia uma contradição inerente ao regime varguista no quadro determinado pela Guerra. Ao mesmo tempo em que o caráter autoritário de seu regime criava uma proximidade ideológica com os países do Eixo, toda a estrutura econômica brasileira estava assentada nos vínculos com os países aliados. Assim, Vargas procurou manobrar no sentido de manter-se equidistante dos dois polos em conflito. Por outro lado, uma eventual adesão do Brasil ao lado da Alemanha tornaria a posição militar brasileira insustentável na América, dada a proximidade com os Estados Unidos. Dessa forma, a adesão do Brasil aos aliados acabou se tornando inevitável.
4. Embora tenha tido outras razões, essencialmente econômicas, a guerra foi apregoada à opinião pública como um confronto entre a democracia e o autoritarismo. A própria entrada do Brasil na guerra, ao lado dos aliados e contra os regimes nazifascistas, gerou uma contradição insolúvel ao governo de Vargas. Tanto que logo após sua declaração de guerra ao Eixo, o ditador passou a sinalizar com uma liberalização do regime. A vitória dos aliados consumou a ideia de superação do autoritarismo, tornando anacrônico o regime varguista, mesmo com suas tentativas de manter-se no poder com apoio popular.

Exercícios propostos

Governo provisório

1. B 3. A 5. 11
2. C 4. C 6. D

Governo constitucional

7. C 8. B 9. C 10. D
11. a) Ao governo constitucional de Vargas, entre 1934 e 1937, período marcado por uma violenta polarização ideológica, da qual Vargas se serviu para decretar o Estado de Sítio em 1935 e, em 1937, instalar a ditadura do Estado Novo.
- b) Era um movimento claramente inspirado no fascismo europeu, propondo um Estado forte, ditatorial, a censura, a repressão aos sindicatos e ao movimento operário.
12. a) A legislação trabalhista criada por Vargas, a primeira legislação brasileira a criar determinadas garantias aos trabalhadores urbanos.
- b) Pelo fato de o país já viver um período no qual todo o estímulo do Estado centrava-se na produção industrial, além de que as melhorias ao trabalhador do campo sempre esbarraram num fato, a estrutura latifundiária, na qual o camponês jamais obteve acesso à propriedade da terra.

Estado Novo

13. V, F, V, V
14. 26 16. E 18. D
15. C 17. B 19. B
20. Ao entrar ao lado dos aliados, Vargas viu-se obrigado a assumir a propaganda de guerra que a

apresentava como uma luta pela democracia, contra o fascismo. Assim, criava-se uma contradição com as características autoritárias de seu regime, as quais se tornavam insustentáveis.

21. B 22. C 23. E 24. C

Exercícios complementares

Governo provisório e Governo constitucional

1. a) O termo “Estado de compromisso” refere-se a uma situação na qual, na ausência de um setor claramente hegemônico, os vários setores de elite abrigam-se sob um Estado centralizador que procurou acomodar os interesses desses setores, atenuando os conflitos sociais.
- b) Embora a era Vargas tenha representado uma perspectiva de modernização econômica do país, não podemos nos esquecer que ela ainda se apoia numa realidade na qual os setores dominantes na cena econômica são as elites rurais, para as quais era impensável qualquer redução de sua capacidade de exploração das massas camponesas.
2. D
3. A Revolução de 1930 levou ao poder Getúlio Vargas, representando o fim da hegemonia da oligarquia paulista no poder nacional. Em São Paulo, teve início o movimento constitucionalista questionando o Governo provisório de Vargas, a convocação de uma Assembleia Constituinte e a nomeação de um interventor pernambucano para o governo do estado. Em 1932, eclodiu a Revolução Constitucionalista. Apesar da derrota paulista, foi convocada a Assembleia Constituinte.
4. Pode ser citado o objetivo de obstruir o processo de sucessão presidencial e, ao mesmo tempo, viabilizar sua permanência no poder. Mais do que isso, é importante frisar que o projeto político de Vargas prescindiu dos partidos, centrando seu poder nas Forças Armadas e no controle sobre os sindicatos.
5. A 6. A

Estado Novo

7. 30 8. 19
9. Fazendo a relação com o projeto político do Estado Novo, o rádio destaca-se como instrumento na constituição de um novo Brasil educado, integrado, uma população organizada e com espírito patriótico. De forma autoritária, o Estado, por meio dos Ministérios e do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), promoveu diversas medidas nesta direção.
- No contexto da nacionalização e integração empreendida pelo rádio, ele assume relevância como veículo de alcance à população letrada. O programa de rádio A Hora do Brasil, criado em 1939 pelo DIP, divulgava os projetos e ações do Estado Novo.
10. a) A propaganda foi uma importante chave para a consolidação da figura de Vargas como líder e responsável pelo crescimento do Brasil.
- b) A política econômica do Estado Novo teve como características: o planejamento da economia por iniciativa do Estado, o investimento do Estado na indústria de base, o desencadeamento da industrialização brasileira e a criação de órgãos públicos para promover fomento de atividades econômicas: Instituto do Açúcar e do Alcool, Instituto do Chá e do Mate, Conselho Nacional do Petróleo.
11. B
12. a) A participação do Brasil na Segunda Guerra, ao lado das forças aliadas, defensoras dos valores liberais e da democracia, era incompatível com a preservação de um regime autoritário no país. A própria propaganda

de guerra, alardeando-a como a defesa da democracia, criava uma contradição natural com os elementos políticos do Estado Novo. Não por acaso, tão logo entrou na guerra ao lado dos aliados, Vargas passou a assumir um discurso liberalizante.

- b) A redemocratização, como ruptura, representou o fim do regime ditatorial de Getúlio Vargas, mediante o retorno ao Estado de Direito e a legalização dos partidos políticos. No entanto, ao mesmo tempo, esse processo foi marcado pelo continuísmo do grupo de Vargas no poder, já que sob sua influência pessoal foram criados dois partidos políticos: o PSD e o PTB. Mais do que isso, o caráter elitista da vida política brasileira foi mantido, mesmo que o período posterior incorpore um conteúdo populista, mas apenas como instrumento para manter o controle sobre os setores populares.
13. Entre os aspectos citados, podemos incluir, “Os clássicos postulados de manutenção e garantia dos pactos sociais sofreram profundas modificações” ou “Já não basta assegurar a ordem e a continuidade administrativa”. Estas proposições assinalam o esgotamento do Estado liberal e democrático, ao mesmo tempo em que apontam no sentido do intervencionismo econômico e social. Ao mesmo tempo, percebe-se nos textos os princípios corporativistas, em que o Estado promove a intervenção direta na organização social e econômica
14. A 15. A

Frente 2

7

A América no século XIX

Revisando

- O Congresso de Viena teve por principal efeito a restauração dos antigos domínios dinásticos anteriores à Revolução Francesa. Assim, o trono espanhol voltou à mão de Fernando VII, que havia sido deposto por Napoleão. Restaurada, a Monarquia espanhola buscou retomar seus antigos domínios na América, contando com o apoio de parte dos *chapetones* que se mantinham fiéis à Coroa. Cabe salientar também a existência da Santa Aliança, a qual, embora não tenha agido de modo efetivo, representou uma ameaça que reduziu o ímpeto revolucionário na América.
- O caudilhismo expressou o poder local e/ou regional exercido pela elite de latifundiários na América espanhola. Há aqui um paralelo que se pode estabelecer com os coronéis no Brasil. Entretanto, no Brasil houve, desde a independência, um Estado forte, centralizado, ao qual os poderes locais tiveram que se submeter ou ao menos se relacionar. Nas nações surgidas com a independência da América espanhola, ao contrário, a fragmentação política gerou Estados cujos limites correspondiam às áreas de influência desses vários grupos aristocráticos. Assim, nesses Estados, o poder regional acabou se tornando o poder nacional, consolidando a autoridade desses chefes locais, os caudilhos.
- Uma questão bastante grave na relação entre os interesses do Sul e do Norte envolvia a política tarifária. Aos estados sulistas, agroexportadores e importadores de manufaturados, interessava que a União mantivesse uma política tarifária liberal, de modo a não onerar suas exportações. Aos estados do Norte, industrializados, interessava uma política tarifária protecionista, capaz de amparar a indústria interna face aos produtos

européus. Cabe lembrar que a política tarifária era uma atribuição da União, diferente da questão da mão de obra, sobre a qual a Constituição era omissa.

4. Até o término da Segunda Guerra Mundial, a política externa dos Estados Unidos sempre teve como alvo central de seus interesses o continente americano. Esse era o sentido da Doutrina Monroe, utilizando a ameaça de recolonização europeia como forma de ampliar seus laços com as jovens nações independentes da América Latina. Com o crescimento da economia norte-americana e, conseqüentemente, uma maior necessidade de mercados, a atitude dos Estados Unidos em relação aos seus vizinhos tornou-se mais efetiva e agressiva, com os países da América Central e Caribe e, em menor escala, da América do Sul vistos como um quintal do Capitalismo norte-americano. Essa maior agressividade caracterizou a *Big Stick Policy*, a qual nada mais foi que um aprofundamento dos mesmos princípios que marcaram a Doutrina Monroe.

Exercícios propostos

A independência da América espanhola

- | | | | |
|------|-------|-------|--------|
| 1. B | 6. A | 11. C | 16. 28 |
| 2. A | 7. E | 12. A | 17. E |
| 3. E | 8. B | 13. D | |
| 4. E | 9. A | 14. E | |
| 5. D | 10. C | 15. A | |
18. No caso da América espanhola, a participação popular e o caráter violento da luta contra a Espanha geraram duas características decisivas para as nações que se formaram a partir dali. Se, por um lado, essas nações caracterizaram-se pela adoção do regime republicano e pelo fim da escravidão, por outro, houve uma intensa fragmentação que possibilitou um amplo domínio localizado dos *criollos*, dando origem ao caudilhismo. No Brasil, ao contrário, o caráter protocolar da independência, feita a partir, exclusivamente, das articulações da aristocracia, sem qualquer participação popular, permitiu a preservação da unidade territorial e a manutenção da estrutura escravista, garantidas pela adoção do regime monárquico.

Os Estados Unidos no século XIX

19. B
20. a) Nos Estados Unidos, a necessidade de ocupar rapidamente as áreas do Oeste impôs que se criassem atrativos para a população. Assim, o *Homestead Act* estabelecia o reconhecimento da propriedade a qualquer colono que ocupasse a terra por três anos. No Brasil, ao contrário, a aristocracia procurou, por todos os meios, assegurar para si o monopólio da propriedade da terra. Dessa forma, a Lei de Terras, de 1850, estabelecia a compra como único mecanismo que poderia gerar a propriedade.
- b) A política dos Estados Unidos incentivou a pequena propriedade e a diversificação agrícola. No Brasil, ao contrário, prevaleceu o latifúndio, a monocultura, mantendo o mesmo perfil do período Colonial.
- | | | | |
|-------|-------|-------|-------|
| 21. B | 23. D | 25. B | 27. B |
| 22. E | 24. A | 26. A | |
28. O México foi, sem dúvida, o grande alvo do Imperialismo dos Estados Unidos, o qual manifestou-se, primeiramente, na independência do Texas, claramente insuflada pelo governo norte-americano. Em seguida, na Guerra de 1846 a 1848, os Estados Unidos anexaram mais de 2 milhões de quilômetros quadrados do território mexicano. E, posteriormente, em 1867, teve que ceder, mediante um pagamento de 10 milhões

de dólares, toda a área fixa que se estende do Novo México até o Arizona.

29. C 30. E
31. a) Trata-se da Guerra de Secessão.
b) Tendo um modelo agroexportador e dependente das importações, a aristocracia sulista era favorável a que não se estabelecessem restrições alfandegárias aos produtos importados. Tal atitude prejudicava os interesses da burguesia industrial nortista, a qual necessitava de uma política protecionista, de modo a possibilitar o crescimento de sua indústria.
32. a) Entre os fatores geográficos, podemos citar o caráter plano do relevo a oeste dos Apalaches. Mais que isso, havia a facilidade de obter territórios dos países europeus, como a Flórida, facilmente comprada da Espanha, e a Louisiana, adquirida da França. Além disso, a forte migração ampliou a possibilidade de ocupação de novos domínios, a qual era justificada pela teoria do Destino Manifesto.
b) Primeiramente, através do apoio à independência do Texas. Em seguida, na Guerra de 1846 a 1848, os Estados Unidos anexaram mais de 2 milhões de quilômetros quadrados do território mexicano. E, posteriormente, em 1867, o México teve que ceder, mediante um pagamento de 10 milhões de dólares, toda a área fixa que se estende do Novo México até o Arizona.
33. B 34. 87

Exercícios complementares

Independência da América espanhola

- Entre as conseqüências, podemos citar a dissolução da Confederação do Reno, a recolocação no poder das dinastias europeias, destronadas durante a expansão napoleônica e a reorganização do mapa europeu, levando-se em consideração os direitos tradicionais das dinastias consideradas legítimas e restaurando-se as fronteiras anteriores a 1791. De qualquer forma, a postura restauradora do Congresso de Viena teve por efeito ampliar ainda mais as insatisfações dos diferentes setores das aristocracias coloniais que, organizadas em *cabildos* livres, comandaram as lutas pela independência dos vice-reinos coloniais.
 - As disputas pelo poder empreendidas por lideranças locais e regionais, interessadas em afirmar e ampliar sua autonomia, contribuíram diretamente para a fragmentação político-territorial que se verificou no Império espanhol na América à época das independências. O fenômeno do caudilhismo encontra-se na base de uma tensão entre centralização/descentralização que marcou a história dos Estados americanos de colonização hispânica ao longo do século XIX e influiu, inclusive, em posteriores secessões. Quanto aos fatores que possibilitaram esse fenômeno, podemos mencionar a permanência do domínio da grande propriedade, a estrutura econômica baseada na exportação de gêneros primários, a forte concentração de renda e riquezas, a manutenção da desigualdade social existente no período Colonial e o estabelecimento de uma sociedade caracterizada por grande exclusão e hierarquização social.
3. D 4. C 5. E 6. C

Os Estados Unidos no século XIX

7. a) Com a vitória do Norte industrial, consolidou-se o Capitalismo e o trabalho livre nos Estados Unidos, e o país começou a se configurar como grande potência na medida em que passou a integrar a disputa por mercados mundiais.

- b) Durante a Guerra Civil dos Estados Unidos, a indústria têxtil inglesa careceu de matéria-prima, levando a Inglaterra a estimular a produção de algodão nas áreas onde exercia influência. Daí o surgimento de uma lavoura algodoeira em São Paulo, gerando o “surto algodoeiro paulista”.
8. a) A proposta da Doutrina Monroe era de combater qualquer tentativa de recolonização das nações latino-americanas recém-emanipadas, em resposta aos propósitos da Espanha integrada à Santa Aliança de retomar suas colônias na América.
- b) Durante o governo de Theodore Roosevelt, a Doutrina Monroe foi substituída pela política do *Big Stick Policy* (Grande Porrete), uma clara postura imperialista dos Estados Unidos em relação à América Latina, baseada em intervenções militares no continente. Como exemplo de intervenções dos Estados Unidos apoiadas no *Big Stick*, pode-se mencionar a da República Dominicana, em 1904, apoiando a ascensão de Rafael Trujillo, que se manteve no poder por mais de 30 anos; e a do Panamá, em apoio aos rebeldes que lutavam pela emancipação do país em relação à Colômbia, no início do século XX. Nesse caso, os Estados Unidos visavam à construção do canal interoceânico.
9. a) Segundo o texto, o enfraquecimento dos republicanos radicais (favoráveis aos negros), causado pela redução do apoio financeiro dos bancos devido à depressão de 1873. Por outro lado, desencadeou-se a atividade terrorista praticada pela Ku Klux Klan contra os negros nos estados sulistas.
- b) Diferenças entre o Norte e o Sul dos Estados Unidos, sendo o primeiro industrial, burguês, abolicionista e defensor do protecionismo alfandegário; já o Sul era agroexportador, aristocrático, escravista e defensor do livre-cambismo.
10. D 11. C 12. E

8

Ideias e movimentos sociais e políticos no século XIX

Revisando

1. a) Marx é criador do Socialismo científico, também chamado de Marxismo ou Comunismo. Bakunin é um dos principais teóricos do Anarquismo.
- b) Nessa resposta pode ser citada a extinção de Estado e de outras instituições como Igreja, partido político, família etc. Também a passagem para o Comunismo diretamente pela via revolucionária, gerando uma ordem caracterizada pelo autogoverno. Difere do Marxismo essencialmente por negar a ideia de um partido operário e da criação de um Estado operário após a revolução, condições vistas por Bakunin como reprodutoras da mesma ordem opressiva que os anarquistas combatem.
2. a) As intenções restauradoras do Congresso de Viena expressaram-se nas resoluções tomadas com o objetivo de restaurar a monarquia absolutista, reconduzir a aristocracia ao poder e restabelecer a situação política europeia anterior à Revolução Francesa. Para tal, o Congresso de Viena estabeleceu dois princípios: o da legitimidade e o do equilíbrio europeu. Também pode ser citada a criação da Santa Aliança, cujos objetivos foram lutar contra quaisquer manifestações nacionalistas e/ou liberais decorrentes das

- ideias difundidas pela Revolução Francesa.
- b) Podem ser indicados princípios como a defesa da ideia da liberdade; a valorização do indivíduo, colocado à frente da razão de Estado, dos interesses de grupo e das exigências da coletividade; a defesa dos direitos à liberdade, igualdade, felicidade e propriedade como direitos naturais dos homens; o racionalismo e a crença na descoberta progressiva da verdade pela razão individual; a defesa da não intervenção do Estado na economia, este deveria apenas garantir que a iniciativa privada, individual ou coletiva, e a concorrência trabalhassem livremente; defesa da livre-concorrência, do livre-comércio, da liberdade de produção e do respeito às leis naturais.
3. O *Zollverein* teve uma importância significativa para a unificação alemã em vários aspectos. Em primeiro lugar, ele foi responsável pelo crescimento econômico interno, crescimento que gerou a riqueza necessária para as lutas pela unificação. Outro aspecto foi o reforço da ideia de unidade, a crença de que os estados germânicos tinham muito em comum e que essa unidade não incluía a Áustria. Mais do que isso, o *Zollverein* reforçou a condição da Prússia enquanto liderança sobre os estados germânicos, neutralizando grande parte da influência austríaca.
4. O Congresso de Viena buscou assegurar o equilíbrio e a estabilidade na Europa a partir de uma ordem aristocrática centrada na hegemonia da França e da Áustria na Europa continental e num sistema de intervenções militares capaz de sufocar movimentos revolucionários nacionalistas ou liberais. A unificação alemã, entretanto, destruiu esse equilíbrio, ao neutralizar qualquer poderio ainda representado pela Áustria e projetar no cenário europeu um novo Estado poderoso (sem contar o novo Estado italiano), capaz de rivalizar com o poderio político francês e enfrentar economicamente a Inglaterra.

Exercícios propostos

O pensamento social e político no século XIX e o Movimento operário

1. a) O predomínio do trabalho assalariado, a produção de mercadorias em larga escala, a divisão do trabalho marcada pela especialização das tarefas, a concentração de máquinas, ferramentas e mão de obra no mesmo estabelecimento, a alienação do trabalhador diante do processo tecnológico (o trabalhador não possuía mais conhecimento de todas as etapas da produção da mercadoria por ele confeccionada) e o controle mais rigoroso sobre o tempo de trabalho.
- b) Liberdade de expressão, igualdade de direitos políticos, defesa da propriedade privada, independência dos poderes (executivo, legislativo e judiciário), voto censitário etc. No campo da política econômica, entre outras medidas, defesa da iniciativa privada e da liberdade de mercado.
2. C 5. C 8. C
 3. E 6. D 9. B
 4. D 7. B 10. D
11. Adam Smith é o principal expoente do pensamento liberal, base do ideário burguês no século XIX. Sua argumentação vai no sentido de defender a propriedade privada, a liberdade de iniciativa, a não intervenção do Estado na economia e na crença de que o trabalho é o provedor de toda a riqueza humana. Marx e Engels, ao contrário, expressam a reação operária ao triunfo do Capitalismo, mostrando que a riqueza capitalista só pode ser obtida à custa da exploração da

grande massa de trabalhadores e que a melhoria das condições de vida do trabalhador só poderá ser obtida com a destruição do Capitalismo.

12. B 13. C 14. C 15. A

Revoluções de 1830 e 1848

16. D 17. B
18. Os exemplos são inúmeros. Dentro do período citado, podemos considerar a Revolução Francesa, o mais intenso movimento liberal da história, caracterizando a luta contra o Absolutismo. Também a independência dos EUA, pelo seu caráter de luta contra o Sistema Colonial, e precursora dos vários movimentos de independência na América. Podem ser incluídas ainda as Revoluções Liberais de 1830, destruidoras da ordem absolutista restaurada no Congresso de Viena.
19. C 20. E 21. B
22. Por um lado, o Liberalismo, presente na derrubada de Luís Filipe na França e em vários dos movimentos pela unificação na Itália e na Alemanha, além das lutas no Império Austríaco. Ao lado dele, o Nacionalismo foi também um componente bastante forte, embasando não só os movimentos pela unificação mas também as lutas internas ao Império Austríaco. Correndo em um campo oposto, mas também como parte integrante do mesmo processo, temos o crescimento do movimento operário e das ideias socialistas, levando em consideração também que o ano 1848 é justamente o da publicação do Manifesto do Partido Comunista e do surgimento do Socialismo marxista.
23. 39
 24. V; V; F; V; V
 25. A 26. C
27. Ao lado dos ideais liberais e nacionalistas, os movimentos de 1848 foram marcados por um grande ascenso popular e pelo crescimento das ideias socialistas e libertárias, as quais visavam, mais que as soluções políticas, a emancipação dos trabalhadores e a superação da miséria e das desigualdades geradas pelo Capitalismo.

Unificação italiana e alemã

28. Entre os objetivos do Congresso de Viena, podemos citar a redefinição do mapa europeu a partir dos princípios de legitimidade e das compensações; a restauração do Antigo Regime; impedir o retorno de Napoleão Bonaparte ao trono francês; impedir o avanço das ideias liberais no continente; construir uma política de intervenções militares para sufocar movimentos revolucionários liberais e/ou nacionalistas. Quanto aos efeitos trazidos pela unificação alemã, pode-se citar o rompimento do mapa estabelecido pelo Congresso de Viena; a formação de alianças políticas bilaterais e trilaterais com cláusulas militares secretas; o estímulo à corrida armamentista; o surgimento do revanchismo francês; o estabelecimento do Estado alemão como peça fundamental no equilíbrio de poder do continente europeu.
29. D 31. B 33. D
 30. C 32. A
34. Em ambos os casos, foi vitorioso o processo de unificação em torno de uma monarquia forte, esmagando os ideais populares que acompanhavam o movimento. Ambas deram origem a Estados fortemente centralizados, não exatamente liberais, mas privilegiadores do desenvolvimento econômico e do expansionismo. Cabe lembrar também que as duas ocorreram paralelamente, beneficiando-se dos mesmos conflitos, notadamente contra a Áustria e contra a França.
35. A 36. E 37. A 38. B
 39. a) Prússia.

- b) Trata-se de uma liga alfandegária dos estados germânicos, gerando a criação de uma Câmara formada por representantes dos vários estados com poderes para legislar sobre temas que envolvessem a política econômica e tarifária comum todos.

Exercícios complementares

O pensamento social e político no século XIX e o Movimento operário

1. a) Direitos à vida, à liberdade e à igualdade perante a lei.
 b) Não intervenção do Estado na economia.
 c) Em termos conservadores, o Absolutismo; em termos progressistas, as diversas correntes socialistas, com destaque para o Socialismo científico ou marxista.
2. C 4. A 6. B
 3. E 5. D

Revoluções de 1830 e 1848

7. C 9. B 11. D
 8. B 10. A 12. 26

Unificação italiana e alemã

13. B 15. D 17. C
 14. D 16. A 18. A

9

Expansão e crise do Capitalismo

Revisando

1. A Primeira Revolução Industrial (século XVIII) foi marcada pela introdução do vapor e do carvão mineral para obtenção de energia. Teve como características básicas a consolidação da fase livre-concorrencial do Capitalismo, marcada pela existência de inúmeras pequenas empresas disputando livremente o mercado, então todo nas mãos da Inglaterra.
 A Segunda Revolução Industrial (século XIX) tem como símbolos a eletricidade, o petróleo e o aço, incorporando um enorme progresso técnico e científico, não somente na Inglaterra, mas também nas outras potências europeias, sobretudo na Alemanha e na França. Além disso, ela foi marcada por uma nova expressão do Capitalismo, sua ação monopolista, e desencadeou o Neocolonialismo com vistas à expansão de mercados.
2. Na charge, homens brancos, mais especificamente um norte-americano, um inglês e um alemão, aparecem sendo carregados por nativos, sejam negros africanos, muçulmanos ou orientais. Trata-se de uma ironia com a ideia de que a colonização implicaria em uma missão para os colonizadores, uma obrigação moral perante Deus. Da forma como é apresentada, a charge mostra justamente o oposto, de que, por trás da justificativa da ação moral, havia uma gigantesca exploração dos povos nativos.
3. As relações são muitas e diretas. Em uma abordagem mais ampla, é necessário salientar que um dos principais elementos agravadores das tensões na Europa na passagem para o século XX foi justamente a rivalidade entre a Inglaterra, até então nação hegemônica em termos industriais, e a Alemanha, cujo crescimento industrial havia sido fortemente alavancado desde o processo de unificação política. Claro que essa rivalidade econômica traduziu-se em rivalidade política e militar, com ambos os países procurando ampliar suas áreas de influência e poderio bélico, visando suplantar a concorrência. Outro aspecto está ligado à decorrência fundamental da Segunda

Revolução Industrial, a qual buscava a ampliação de mercados, evidenciada no Neocolonialismo, fato que acirrou em muito as rivalidades entre as potências na disputa por colônias.

4. A Primeira Guerra Mundial teve como efeito mais visível o desmembramento de vários impérios, como o Russo, o Alemão, o Austro-Húngaro e o que restava do Império Turco na Europa, levando ao surgimento de várias nações independentes, como a Tchecoslováquia, a Hungria, a Iugoslávia (federação dos povos eslavos balcânicos), a Estônia, a Letônia, a Lituânia, a Finlândia e a Polônia (surgidas da desagregação do Império Russo).
 Também há que salientar o surgimento da União Soviética, fruto da Revolução de 1917 e do estabelecimento do Comunismo. Pode-se mencionar também o desmembramento de parte do território alemão para dar à Polônia uma saída para o mar, gerando o chamado Corredor Polonês.

Exercícios propostos

Segunda Revolução Industrial e o Neocolonialismo e o Imperialismo

1. C 6. E 11. B 16. B
 2. A 7. A 12. D 17. E
 3. E 8. C 13. D
 4. C 9. A 14. E
 5. B 10. E 15. D
18. a) Trata-se da Guerra do Ópio, primeiro grande conflito que ampliou a presença inglesa em território chinês.
 b) A exportação do Ópio para a China era, além de uma atividade altamente lucrativa para os ingleses, um mecanismo para quebrar a resistência da população chinesa à presença ocidental. Assim, quando o governo chinês proibiu a entrada do ópio, a Inglaterra reagiu violentamente, levando à guerra.
19. Trata-se de uma crítica ao papel da religião enquanto mecanismo de aculturação e de dominação, largamente empregado pelos europeus como um instrumento para se apoderar dos territórios afro-asiáticos.
20. A 21. A
22. a) A energia elétrica e o petróleo.
 b) Em primeiro lugar, o Capitalismo tendeu a um processo de concentração com o desaparecimento das pequenas e médias empresas, dando lugar aos grandes conglomerados industriais. Em segundo lugar, a fusão entre o capital industrial e o capital financeiro, ao mesmo tempo em que se verifica uma profissionalização na gestão das empresas e a utilização de métodos modernos de organização da produção como o fordismo e o taylorismo.

Primeira Guerra Mundial

23. a) O predomínio do capital financeiro que, a partir dos países centrais, passou a monopolizar o mercado das colônias e determinar suas economias.
 b) O Capitalismo monopolista foi a causa das transformações nas relações entre os países europeus com o surgimento da Alemanha como potência; o nacionalismo existente entre várias minorias que foram anexadas dentro das grandes monarquias europeias, sendo o Império Austro-Húngaro o caso mais exemplar.
24. A 29. A 34. B 39. B
 25. B 30. C 35. C 40. A
 26. C 31. E 36. D 41. B
 27. D 32. C 37. B
 28. E 33. A 38. A

42. Trata-se da ferrovia Berlim-Bagdá, por meio da qual a Alemanha buscava acentuar sua presença nos ricos mercados do Oriente e obter uma saída para o oceano Índico.

Exercícios complementares

Segunda Revolução Industrial e o Neocolonialismo e o Imperialismo

1. Entre os elementos de transformação podem ser citados o aumento da produção industrial; o acentuado progresso técnico-científico; o aparecimento do Capitalismo monopolista; o acirramento da corrida colonialista e do Imperialismo; a crescente concentração da produção e do capital; a revolução dos meios de comunicação e transporte; a adoção de medidas protecionistas por vários países; o significativo crescimento da indústria de armamentos; a ampliação da divisão do mundo entre potências centrais capitalistas e economias periféricas dependentes. A partir do elemento citado, cabe mostrar que a modernização da tecnologia aplicada à produção agrícola e industrial ampliou o êxodo rural e ao mesmo tempo não garantiu emprego para os antigos camponeses nos centros urbanos, forçando-os à imigração.
2. a) Podem ser indicadas várias características do taylorismo, entre elas: a aplicação de métodos científicos para obter uniformidade na produção e reduzir custos; o planejamento das etapas de trabalho (metodologia para o trabalho), visando ao aumento da produção; o treinamento de trabalhadores para produzir mais e com mais qualidade; a especialização do trabalho (o trabalho deve ser realizado tendo em vista uma sequência e um tempo predeterminados para que não haja desperdício operacional); a inserção de supervisão funcional e do planejamento de cargos e tarefas (todas as fases do trabalho devem ser acompanhadas, o que aumenta o controle sobre a atividade e o tempo de trabalho do operário).
 b) A presença das máquinas e a necessidade de o trabalhador acompanhá-las no ritmo produtivo para que se alcance o maior índice de produtividade provocam uma sujeição do homem à máquina, sujeição marcada pela repetição reflexa dos movimentos e pelo aparecimento de novas enfermidades ligadas ao espaço de trabalho. As sequências do filme *Tempos modernos* explicitam a crítica no que diz respeito à adequação corporal do trabalhador a esse novo mundo da produção, dominado pelas máquinas.

3. B 5. B 7. A
 4. E 6. 23 8. D

Primeira Guerra Mundial

9. D 11. E 13. A 15. D
 10. E 12. E 14. B 16. D